



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO E DOUTORADO EM ECONOMIA**

CELESTE MARIA PEDREIRA PHILIGRET BAPTISTA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E ESTADO NO BRASIL:
AS POLÍTICAS COM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO**

SALVADOR

2023

CELESTE MARIA PEDREIRA PHILIGRET BAPTISTA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E ESTADO NO BRASIL:
AS POLÍTICAS COM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento econômico.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

SALVADOR

2023

Ficha catalográfica elaborada por Vania Cristina Magalhães CRB5-960

Baptista, Celeste Maria Pedreira Philigret

B222 Internacionalização do capital no Brasil: as políticas com relação à força de trabalho./ Celeste Maria Pedreira Philigret Baptista. – Salvador, 2023. 265f. Il.; fig.; tab.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

1. Mercado de trabalho. 2. Economia – Brasil. 3. Política salarial. I. Filgueiras, Luiz Antônio Mattos. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 331.0981



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

Celeste Maria Pedreira Philigret Baptista

"Internacionalização do Capital e Estado no Brasil: As Políticas com Relação à Força de trabalho"

Tese de Doutorado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Salvador, 18 de março de 2023.



Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Figueiras
(Orientador - RPGE/ECO/UFBA)



Prof. Dr. Antônio Renato Santana Souza
(UFBA)



Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
(UFBA)



Profa. Dra. Elsa Sousa Kraycheff
(UFBA)



Profa. Dra. Angela Maria de Carvalho Borges
(UCSAL)

*A Joana, Clarice, André e Júlia,
meus filhos e responsáveis por
grande parte da minha alegria de
viver.*

*Aos muitos estudantes, de diversas
gerações, de cujo convívio desfrutei
na Faculdade de Economia da
Universidade Federal da Bahia,
razão maior do meu trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Concluir uma tese de doutorado implica sempre em dívida de gratidão para com muitos e por diversos motivos. Assim, citar nomes é sempre um risco. Aqui mencionarei então, sobretudo coletivos que proporcionaram o entorno necessário sem o qual o desenvolvimento deste trabalho estaria contaminado por uma insuportável solidão. Meu muito obrigado maior vai para a comunidade de professores, estudantes e técnicos administrativos da Faculdade de Economia – aqueles com quem convivi um dia e aqueles com os quais ainda convivo. Sou muito grata a todos que participaram e/ou ainda participam do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), da Faculdade de Economia: professores e estudantes de graduação e de pós-graduação, alguns dos quais se desligaram do Núcleo como estudantes e posteriormente a ele retornaram já como professores. Participar do NEC foi (é) uma das atividades mais gratificantes dentre aquelas que exerci na minha trajetória acadêmica. Fortemente estimulante para a decisão de assumir a empreitada desta tese foi certamente a participação em grupos de pesquisa, estudo e discussão, com diversas formações, dos quais participei. Grupos, formalizados ou não, onde fortalecidas pela boa convivência, a manifestação de inquietações teóricas, e a troca de idéias sobre questões próprias da economia brasileira acabaram por marcar presença substantiva, no desenvolvimento deste trabalho. Muito obrigada a todos que participaram desses grupos. Às vezes a expressão de uma dúvida, a sinalização de um ponto específico ou a exteriorização de uma discordância se tornam elementos importantes para estabelecer uma trilha no processo de pesquisa e são fundamentalmente esses espaços coletivos que dão margem a tais eventos.

Ainda preciso expressar aqui, neste caso individualmente, meu enorme agradecimento a Luiz Filgueiras, orientador e amigo. A ele devo palavras e, sobretudo atos de incentivo. Particularmente, a abertura no compartilhamento de ideias e a sempre presente disposição ao debate. Obrigada, Luiz. Por tudo isso, pertence a muitos qualquer mérito que esse trabalho possa ter. Evidentemente, as imperfeições que eventualmente tenham persistido são apenas de minha responsabilidade.

RESUMO

O objetivo central do trabalho é analisar as formas em que se concretizaram e como evoluíram as políticas estatais com relação à força de trabalho no Brasil buscando detectar como mudanças nessas políticas se associam ao avanço do processo de internacionalização do capital. A perspectiva adotada é de que esse processo implica transformações importantes no formato dos Estados nacionais e na composição de forças que se expressam no seu âmbito e aí se empenham em estabelecer rumos de atuação. O processo de internacionalização do capital é o ponto de partida metodológico para a análise do Estado e de suas políticas com relação à força de trabalho sob a consideração de que este se constitui em tendência fundamental do capitalismo, constituindo um dos traços dominantes do sistema na atualidade. É adotada a concepção de que o fenômeno se manifesta historicamente com contornos distintos e, em formações sociais específicas, provoca mudanças significativas nas características dos Estados nacionais na medida em que estes também se internacionalizam. A internacionalização representa a base material que configura algumas tendências que comportam escalas de variação. O período compreendido pela pesquisa parte da década de 1950 e vai até os dias atuais, enfatizando aqueles subperíodos em que a internacionalização ocorre com mais força e o aparato estatal e a atuação do Estado passam por transformações mais significativas. São utilizados indicadores do avanço da internacionalização da economia brasileira; da atuação do Estado sobre componentes da exploração e reprodução da força de trabalho; alterações na legislação atinente às condições de exploração da força de trabalho e à organização dos trabalhadores e considerados elementos indicativos da atuação das distintas frações do capital e do movimento dos trabalhadores no âmbito estatal.

Palavras-chave: internacionalização do capital; estado; força de trabalho; economia brasileira; investimento externo; política salarial.

ABSTRACT

The central objective of this work is to analyze the ways in which state policies regarding the workforce in Brazil were implemented and how they evolved, seeking to detect how changes in these policies are associated with the advancement of the process of capital internationalization. The perspective adopted considers that this process implies important transformations in the format of national States and in the composition of forces that express themselves within their scope and there strive to establish courses of action. The process of capital internationalization is the methodological starting point for the analysis of the State and its policies regarding the workforce, considering that this constitutes a fundamental tendency of capitalism, constituting one of the dominant traits of the system today. The concept adopted that the phenomenon manifests itself historically with different contours and, in specific social formations, causes significant changes in the characteristics of national States as they also become internationalized. Internationalization represents material base that configures some trends that include scales of variation. The period covered by the research starts from the 1950s and continues to the present day, emphasizing those sub-periods in which the internationalization process occurs more strongly and the state apparatus and the State's performance undergo more significant transformations. Indicators of the progress of the internationalization of the Brazilian economy are used; the State's action on components of exploitation and reproduction of the workforce; changes in the legislation concerning the conditions of exploitation of the workforce and the organization of workers and considered indicative elements of the performance of the different fractions of capital and the workers' movement at the state level.

Keywords: capital internationalization; state; workforce; brazilian economy; foreign investment; salary policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED)	177
Figura 2 - Índice do Salário Mínimo Real.....	183
Figura 3 - Variação real anual do PIB – 1950-1985	207
Figura 4 - Investimento Externo Direto e Empréstimos e Financiamentos.....	208
Figura 5 - Empréstimos e Financiamentos LP e CP.....	209
Figura 6 - Autoridade Monetária – operações de regularização	209
Figura 7 - PIB - Formação Bruta de Capital.....	222
Figura 8 - Inflação	227
Figura 9 - Índice do Salário Mínimo Real.....	233
Figura 10 - Investimento Estrangeiro Direto em Moeda.....	233
Figura 11 - Variação real do PIB.....	234
Figura 12 – Rendas Enviadas ao Exterior	237

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Serviço da Dívida em Relação às Exportação	225
---	-----

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação
CDB – Certificado de Depósito Bancário
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPS – Conselho Nacional de Política Salarial
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério de Educação e Cultura
NASDAQ – National Association of Securities Dealers Automated Quotation
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRN – Partido de Reconstrução Nacional
PT – Partido dos Trabalhadores
SCN – Sistema de Contas Nacionais
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

TNP – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

UDN – União Democrática Nacional

UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México

URV – Unidade Real de Valor

USAID – United States Agency for International Development

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
	CAPÍTULO II	18
	NOTAS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	
2.1	O MERCADO MUNDIAL	19
2.2	DA EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS À EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS	21
2.3	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	28
2.4	A TRANSNACIONALIZAÇÃO	34
2.5	CAPITAL MUNDIAL E IMATERIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	38
2.6	A FINANCEIRIZAÇÃO	43
2.7	INTERNACIONALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA	49
2.8	INTERNACIONALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA	58
2.9	INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E ESTADOS NACIONAIS	60
2.10	PERSPECTIVAS	64
	CAPÍTULO III	68
	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO BURGUÊS	
3.1	A GÊNESE DO CAPITALISMO E O PODER DO ESTADO	71
3.2	O ESTADO BURGUÊS	75
3.3	INSTÂNCIAS DE PODER E FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO	82
3.4	ESTADO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	84
3.5	ESTADO E LEGITIMAÇÃO	86
3.6	ESTADO E FORÇA	94
3.7	ESTADO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	97
3.8	ESTADOS NACIONAIS E DEPENDÊNCIA	100
3.9	A QUESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	107
	CAPÍTULO IV	112
	EXPLORAÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	
	ELEMENTOS CONCEITUAIS	
4.1	A FORÇA DE TRABALHO E SEU PORTADOR	112
4.2	COOPERAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO	114
4.3	TECNOLOGIA E TRABALHO	119
4.4	PROPRIEDADE PRIVADA E PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS	

DE PRODUÇÃO	124
4.5 TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO	131
4.6 MERCADO DE TRABALHO	132
4.7 OS LIMITES DO MERCADO DE TRABALHO	139
4.8 EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - DO MERCADO DE TRABALHO AO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO	140
4.9 FORMAS NOVAS OU REVISITADAS DE SUPEREXPLORAÇÃO	145
4.10 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	152
4.11 ESTADO E FORÇA DE TRABALHO	158
CAPÍTULO V	164
INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL, ESTADO E FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL	
5.1 ANTECEDENTES	166
5.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES	176
5.3 INTERNACIONALIZAÇÃO E REARTICULAÇÃO DE FORÇAS NO INTERIOR DO ESTADO	185
5.4 INTERNACIONALIZAÇÃO, ESTADO AUTORITÁRIO E FORÇA DE TRABALHO – CONTRAPOSIÇÃO DE IDEIAS	189
5.5 ESTADO AUTORITÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	205
5.6 CRISE, REDEMOCRATIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO POLÍTICA	223
5.7 DESREGULAMENTAÇÃO E INSTABILIDADE	230
5.8 PRIVATIZAÇÕES, DESNACIONALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA	235
5.9 INTERNACIONALIZAÇÃO, ESTADO E FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI	240
6 CONCLUSÕES (OU REFLEXÕES FINAIS)	253
REFERÊNCIAS	258

1 INTRODUÇÃO

A proposta inicial de desenvolver um trabalho associando as políticas estatais com relação à força de trabalho e o processo de internacionalização do capital no Brasil surgiu há muitos anos, do decorrer do curso de Doutorado em Economia que realizei na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Concluídos, entretanto, os créditos do curso, fatos inesperados impuseram meu retorno ao Brasil. Considerei na época que esse retorno não necessariamente me impediria de levar adiante o projeto, ainda mais que meu então orientador na UNAM, Professor Herbert Souza, estava também de volta ao Brasil, após longo período de exílio. Não foi assim. Ao longo do tempo, injunções e escolhas pessoais me levaram a adiar seguidamente e, praticamente, deixar de lado a ideia. A ela retornei, numa outra conjuntura, num outro momento histórico que, a meu ver, longe de desqualificar o objeto de estudo, torná-lo anacrônico, reforça a sua atualidade. O tempo, no caso, aparentemente acentuou tendências, desvelou contradições, reconfigurou várias questões e desentranhou outras. Foi com essa perspectiva que retomei o tema.

A eleição do processo de internacionalização do capital como ponto de partida para a análise do Estado e de suas políticas com relação à força de trabalho decorreu da consideração de que este fenômeno se constitui em uma tendência fundamental do modo de produção capitalista, configurando um traço dominante do sistema. Esse processo assumiu historicamente contornos distintos. À medida que o próprio capitalismo passou por transformações importantes, a internacionalização avançou na esfera produtiva propendendo a extremar-se pela via do capital financeiro.

De todo modo, a internacionalização do capital em formações sociais específicas, - particularmente naquelas inseridas de forma dependente no capitalismo mundial tende a provocar mudanças significativas nas características dos Estados nacionais na medida em que estes também se internacionalizam alterando-se aí as formas concretas de dominação. A perspectiva teórica adotada é de que essas formas concretas de dominação em cada formação social são determinadas pela luta de classes desenvolvida em seu interior. Ou seja, o processo de internacionalização representa uma das bases materiais que configuram tendências que, entretanto, comportam uma escala de variações e, em última instância, a orientação da política estatal depende da pressão efetivamente exercida por cada classe ou fração de classe sobre ou no interior de Estados nacionais particulares.

Os marcos teóricos mais gerais assumidos para orientar o desenvolvimento deste trabalho têm como base a consideração de que o capital é uma relação de produção específica e o Estado burguês um elemento necessário dessa relação.

Ainda como marco geral, mas avançando no sentido da concretude, está a consideração de que a fase atual de desenvolvimento do capitalismo se caracteriza pela crescente internacionalização tanto do ciclo do capital produtivo quanto dos processos de valorização do capital financeiro em todas as suas formas. Dessa consideração não decorre qualquer ideia de contraposição ou mesmo de separação entre os mencionados processos. Ambos constituem faces distintas de um mesmo fenômeno: a valorização do valor.

Tudo isso se expressa concretamente através da internacionalização e da transnacionalização dos processos produtivos e, paralela e articuladamente, da internacionalização dos fluxos de capital financeiro, seja do capital portador de juros seja daquele mais ligado aos mecanismos de valorização fictícia. Mas se expressa também no aumento das correntes internacionais de mercadorias, em parte significativa fruto da própria internacionalização da produção e da tendência à fragmentação espacial dos processos produtivos.

Historicamente o processo de internacionalização do capital nas diversas formações sociais tomou impulso com a participação ativa e direta dos Estados nacionais. Defendemos aqui a ideia de que, no mesmo processo, Estados nacionais se transformaram, passando a deter a nova característica de Estados nacionais e internacionalizados, o que implica novas contradições que assumem características específicas a depender das circunstâncias históricas concretas.

Conquanto a ingerência de países imperialistas sobre a economia e a política de países subordinados não seja absolutamente uma novidade, esta aparecia tal como se configura, isto é, como algo externo, que vem de fora. O aprofundamento da internacionalização do capital e a internalização do capital internacionalizado colocam as frações de classe a ele associadas e/ou as frações que o representam, como participantes diretos da disputa pela hegemonia no interior dos Estados nacionais. No plano ideológico, principalmente no caso dos países dependentes, isso tem levado a uma perda de valores apoiados no discurso nacionalista e de soberania nacional do qual as representações governamentais dos Estados vêm abdicando, em favor do que seria um internacionalismo identificado diretamente com a *modernidade*.

Partindo dessas considerações de ordem geral, o objetivo central é analisar as políticas estatais com relação à força de trabalho no Brasil especialmente aquelas que, direta ou indiretamente, afetam as formas de exploração e a reprodução da força de trabalho, relacionando essas políticas ao processo de internacionalização da economia brasileira.

O período abarcado pela pesquisa foi definido considerando momentos de forte avanço no processo de internacionalização e, concomitantemente, modificações expressivas na legislação trabalhista e na ação do Estado. A delimitação temporal, entretanto, não foi rígida, considerando que distintos componentes da totalidade a ser estudada não necessariamente se superpõem com exatidão no tempo, comportando defasagens e intensidades variadas.

Sob essas considerações, foram definidos três momentos:

- a) O período de internacionalização intensiva da segunda metade da década de 1950 e a sua continuidade no período posterior ao golpe civil-militar de 1964 quando, a partir de uma ruptura política, ocorreram (não sem contradições e embates) transformações no aparato estatal no sentido de sua adequação ao novo padrão de acumulação recém instaurado, no qual o capital internacional passou a constituir peça fundamental do processo de industrialização. No contexto substitutivo de importações, esse capital instalou-se em segmentos produtivos com capacidade para imprimir marcas muito duradouras na economia brasileira inclusive no tipo de infraestrutura criada, mas influenciando também na modelagem de um novo mercado de trabalho;
- b) O período de maior concentração no que diz respeito à adoção de políticas *neoliberais*, particularmente aquelas voltadas para a privatização/internacionalização, a partir da década de 1990, que também trazia em sua lógica toda uma flexibilização nos limites até então postos à exploração da força de trabalho;
- c) O período pós crise de 2008 que, apesar de em vários sentidos representar uma continuidade do período anterior, apresenta duas características que justificam um tratamento específico: refletiu questões colocadas pela primeira grande crise do capitalismo mundial financeirizado e, em termos locais, expôs uma nova investida no sentido da recomposição do bloco no poder que veio a se expressar num novo ataque aos direitos trabalhistas.

Para consecução do objetivo geral foram adotados os seguintes pressupostos básicos:

- O processo de internacionalização do capital no Brasil segue de perto as linhas gerais e as grandes ondas de internacionalização em nível mundial assumindo aqui características específicas;
- As políticas relativas à força de trabalho adotadas pelo Estado nacional brasileiro nos períodos selecionados constituíram, ao mesmo tempo, fator de impulso e consequência do processo de internacionalização.

Considerando que a política estatal com relação à força de trabalho - ainda que com ênfases e formatos distintos, a depender do período em análise - materializou-se através de medidas concretas impulsionadoras da acumulação internacionalizada do capital, foi formulada a seguinte hipótese central orientadora da pesquisa: a internacionalização do capital, como vem ocorrendo no Brasil, tem apresentado conexões diretas com políticas estatais regressivas no que se refere à exploração e à reprodução da força de trabalho.

Foram formuladas ainda as hipóteses complementares relacionadas a seguir acerca da atuação do Estado brasileiro:

- a) alterou a legislação trabalhista e previdenciária e implementou políticas salariais restritivas distorcendo e em alguns casos anulando conquistas anteriores da classe trabalhadora. Essas medidas afetaram as condições de exploração e reprodução de parte significativa da classe trabalhadora e tenderam a se intensificar nos momentos em que o ritmo de internacionalização da economia brasileira ganhou maior fôlego;
- b) assumiu alguns gastos correspondentes à reprodução da força de trabalho, particularmente custos relativos à saúde e à educação. Ocorreu, com ênfase maior em alguns subperíodos, expansão na prestação desses serviços públicos que anteriormente se voltavam basicamente para o atendimento de camadas de renda média, sobretudo da população urbana, e que passaram a tender à universalização, de modo geral acompanhada de perda de qualidade. Ao mesmo tempo, a própria mudança no padrão desses serviços contribuiu para abrir espaço para a penetração e expansão do capital em áreas antes ocupadas pelo Estado. O processo de mercantilização do acesso à saúde e à educação para parte da população ocorreu de forma progressiva e com a presença firme do Estado que, em muitos casos, atua como agente financiador direto, sobretudo no caso da educação. Também assimilou, sob diversas modalidades, ainda que de forma parcial, gastos com transporte, moradia, alimentação e outros. Assim, num só movimento, o Estado reduziu para o capital o valor da força de trabalho e, de outro, abriu espaço para sua penetração em áreas onde predominava a produção de não mercadorias. Progressivamente o capital ampliou seu espaço submetendo os mais variados tipos de produção à pura lógica de valorização do valor.
- c) controlou preços de alguns produtos com peso relevante na reprodução da força de trabalho, fundamentalmente aqueles que fazem parte da dieta mínima do trabalhador. Essa política se apoiou no fato de que, em medida significativa, esses produtos ainda são provenientes da agricultura familiar apesar do peso dessa origem vir progressivamente se reduzindo;

- d) exerceu firme controle dos movimentos dos trabalhadores, seja através de políticas de desmantelamento, fragmentação e/ou cooptação de suas instituições representativas, seja através da repressão em todas as suas formas.

A corroboração dessas hipóteses foi buscada através da sistematização de informações qualitativas e estatísticas disponíveis e os esforços nesse sentido se voltaram, sobretudo, para averiguar a correlação entre as modificações na atuação do Estado e o avanço da internacionalização. Para tanto foram trabalhadas estatísticas indicativas das conjunturas em que a internacionalização ocorreu de forma mais intensa.

A elaboração dos três primeiros capítulos se deu através de um esforço de leitura e reflexão com o objetivo de delinear um quadro referencial que fundamentasse a análise e definisse teoricamente o objeto de estudo. Nesse sentido, o Capítulo I explorou, de forma preponderantemente conceitual a questão da internacionalização do capital, o Capítulo II voltou-se para reflexões sobre o Estado no modo de produção capitalista e o Capítulo III para aspectos básicos da exploração e reprodução da força de trabalho também no modo de produção capitalista. A ênfase em separado em cada um desses aspectos foi meramente metodológica. O entrelaçamento entre eles esteve sempre presente enquanto pano de fundo do caminho percorrido. Assim também, a separação entre os três primeiros capítulos e o de número IV - que tem como foco as formas concretas em que a internacionalização do capital, a atuação do Estado nacional e os limites da exploração e reprodução da força de trabalho se expressaram e se expressam no Brasil - se diferenciam apenas pelo nível de abstração do tratamento. E de toda forma, não são poucas, no conjunto do texto, as passagens em que a discussão teórica e as situações concretas se abraçam, na maioria dos casos sem intenção prévia.

CAPÍTULO II

NOTAS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Foi afirmado na Introdução geral deste trabalho que o processo de internacionalização do capital seria o ponto de partida metodológico para a caracterização do Estado brasileiro e do seu papel com relação à força de trabalho. Esta proposição decorre do convencimento de que o mencionado processo constitui uma característica essencial do capitalismo contemporâneo e contém elementos fundamentais para a compreensão das novas formas assumidas pelos Estados nacionais e pelas políticas por estes implementadas, inclusive no caso daquelas que afetam mais diretamente a força de trabalho, foco central da análise. A compreensão adotada é a de que estas políticas conformam uma totalidade. Todavia, em decorrência das disputas travadas pelas distintas forças sociais, que se expressam particularmente na esfera do Estado, comportam contradições em diversas dimensões, apresentando também variações decorrentes de conjunturas distintas.

A bibliografia sobre o tema é vasta. Abrange fundamentos desenvolvidos por autores que analisaram os passos iniciais do capitalismo e sua consolidação com a Grande Indústria, incluídas aí as ideias desenvolvidas pelos pensadores da fase liberal clássica, quando a natureza do sistema ainda era preponderantemente concorrencial e a crítica elaborada, sobretudo por Marx, mas também por outros pensadores. Passa pelas diversas formulações sobre o imperialismo, com contribuições cruciais concebidas principalmente nas primeiras décadas do século XX, período em que se afirma o capitalismo monopolista. Avança a partir de meados do mesmo século, especialmente na sua segunda metade, em análises sobre a economia do pós-guerra que, embora abriguem concepções muito distintas, apontam para movimentos sugestivos da conformação de uma nova etapa do capitalismo, diferente daquela anterior à 2ª Guerra Mundial.

Daí em diante, avoluma-se, à medida que o século XX caminha para suas últimas décadas e o século XXI se inicia. É grande a quantidade de trabalhos que enfatizam, sob formas e concepções diversas, algo que evolui no sentido da formação de uma aldeia global, no dizer precursor (e menos direcionado à economia) de McLuhan, ou na constituição de uma economia internacionalizada, ou globalizada, ou mundializada, ou num sistema mundo único, ou mesmo na criação de cadeias globais de valor, dentre outras denominações. Todas essas proposições mais recentes, embora - sublinhando mais uma vez - tenham subjacentes concepções que podem ser radicalmente distintas, apontam, de alguma maneira, para modos de articulação e integração do capital a nível mundial, em que as fronteiras nacionais eventualmente deixariam de demarcar

os limites de seu processo de valorização. Este tenderia a expandir-se sem maiores restrições no que diz respeito às tradicionais divisas geográficas e políticas que configuram os espaços nacionais. Sinalizam, pois, de uma forma ou de outra, um momento novo no processo de reprodução do capital.

Aqui não se pretende elaborar uma resenha exaustiva, na verdade sequer uma resenha, sobre os autores que se dedicaram ou se dedicam ao desenvolvimento de trabalhos que enfocam o processo de internacionalização do capital, nas formas em que este vem se manifestando no decorrer da evolução do capitalismo. Entretanto, é de destacar-se o considerável número daqueles que se debruçam em análises sobre o tema, ainda que com maior intensidade em algumas conjunturas históricas específicas, particularmente quando a internacionalização dá um salto em sua dimensão ou assume novas características. Como já mencionado, as óticas de análise adotadas podem comportar larga variação. Mas, pelo menos aqueles estudos que se situam no campo da economia política, consideram a tendência do capital a romper os diversos tipos de barreiras existentes, penetrando em todas as áreas e em todos os lugares, e submetendo à lógica de valorização do valor todo o sistema mundial de produção.

Além dos trabalhos que têm como objetivo central o desenvolvimento da teoria, em níveis variados de abstração, há também um considerável número de autores que investigam mais empiricamente a questão da internacionalização, e cujas pesquisas têm proporcionado uma razoável quantidade de informações e dados sistematizados.

Chamaremos atenção para algumas contribuições que nos parecem mais expressivas, ou que mais se aproximam da postura analítica adotada neste trabalho e ainda para aquelas que apresentam mais elementos de apoio por se acercarem com maior intensidade do foco central desta pesquisa: relacionar a internacionalização do capital com as mudanças ocorridas na configuração dos Estados nacionais e com suas políticas em relação à força de trabalho.

2.1 O MERCADO MUNDIAL

É assumida aqui a perspectiva de Marx de que o capitalismo é um sistema que tem a tendência intrínseca a expandir-se a nível mundial. Nesse sentido muito geral, a propensão à internacionalização teria começado a manifestar-se com o próprio surgimento do modo de produção capitalista. E mais, de alguma forma já se teria evidenciado no período de predominância do capital comercial ou mercantil.

Assim, a primeira forma de expressão da tendência à internacionalização teria sido através da criação e contínua expansão do mercado mundial, concebido por Marx como premissa

histórica do capital na era moderna.¹ O comércio em grande escala e o novo mercado mundial teriam exercido influência na dissolução das estruturas e relações sociais próprias de modos de produção pré-capitalistas e, desse modo, atuado no sentido da ruptura das amarras que travavam a transição para o modo capitalista de produção. Mas, por sua vez, os fluxos econômicos internacionais, sobretudo os relativos à circulação mundial de mercadorias, tenderiam a ser impulsionados e modificados a cada transformação revolucionária experimentada pelas forças produtivas.

Portanto, nesta concepção, o mercado cada vez mais amplo teria contribuído para a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção correspondentes, e assim, para o advento da Grande Indústria. Mas a necessidade orgânica do capitalismo nascente, de constituir-se como sistema universal, também viria a transformar o mercado mundial e convertê-lo em produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista.² O mercado mundial é, pois, ao mesmo tempo, origem do processo de internacionalização e consequência da necessidade do capital de universalizar-se, internacionalizando, em um primeiro momento, quando predomina o capitalismo concorrencial, o ciclo do capital-mercadoria ou pelo menos parte deste.³ Nesse sentido, inicialmente se internacionaliza a fase do processo de reprodução do capital industrial correspondente ao capital mercantil, portanto a internacionalização, nesse momento, ocorre na

¹ *La circulación de mercancías es el punto de partida del capital. La producción de mercancías, la circulación mercantil y una circulación mercantil desarrollada, el comercio, constituyen los supuestos históricos bajo los cuales surge aquél. De la creación del comercio mundial y el mercado mundial modernos data la biografía moderna del capital.* MARX, Karl. *El capital*. 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. Tomo 1, p. 179.

² Esta concepção está presente na obra de Marx já no Manifesto comunista sendo posteriormente expandida no Tomo 3 de O Capital. *La gran industria ha creado el mercado mundial, ya preparado por el descubrimiento de América. El mercado mundial aceleró prodigiosamente el desarrollo del comercio, de la navegación y de los medios de transporte por tierra. Este desarrollo influyó, a su vez, en el auge de la industria, y a medida que se iban extendiendo la industria, el comercio, la navegación y los ferrocarriles, desarrollábase la burguesía...* MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Manifiesto del partido comunista*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. p. 34.

... si en el siglo XVI, y en parte todavía, en el siglo XVII, la súbita expansión del comercio y la creación de un nuevo mercado mundial ejercieron una influencia preponderante sobre el ocaso del antiguo modo de producción y sobre la eclosión del modo capitalista de producción, ello ocurrió a la inversa, sobre la base del modo capitalista de producción (...) la necesidad inmanente a este último en el sentido de producir en escala cada vez mayor, impulsa hacia la constante expansión del mercado mundial, de modo que en este caso no es el comercio el que revoluciona la industria, sino ésta la que revoluciona permanentemente al comercio. MARX, *op. cit.*, Tomo 3, p. 425-426.

³ Com respeito à análise do processo de internacionalização a partir dos ciclos do capital-mercadoria, do capital-dinheiro e do capital-produtivo e de sua unidade no ciclo do capital social, ver PALLOIX, Chistian. *Las firmas multinacionales y el proceso de internacionalización*. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 1977.

esfera da circulação, ainda que impulsionada pela necessidade de expansão do valor que se valoriza. Ressalve-se, contudo, ainda seguindo a argumentação de Marx, que a influência do mercado mundial sobre as transformações que levaram ao surgimento e consolidação do modo de produção especificamente capitalista se fez sentir não em toda parte, mas exatamente naqueles lugares em que outras pré-condições encontravam-se instaladas.

Acrescente-se que desse mercado participam atores com origem em formações sociais distintas, cujas economias apresentam diferentes características, inclusive variados níveis de desenvolvimento capitalista, implicando - em espaços temporais particulares - a coexistência de produtividades médias do trabalho distintas. Assim também, as formas e os resultados da interação entre formações sociais concretas no mercado mundial são absorvidos, em cada uma delas, de forma diferenciada, em função de sua história e de suas especificidades. Entretanto, a participação dos diversos países e dos distintos capitais no mercado mundial, ainda que assimétrica, pode ocorrer de forma mais ativa ou mais passiva e, não obstante restrições concretas existam, e tendências possam ser captadas, os resultados nunca estarão inteiramente pré-determinados.

Da mesma forma, saliente-se também o fato de que os movimentos que ocorrem no mercado mundial partem de espaços nacionais também detentores de um mercado interno que tende a ser amplo, não apenas no sentido da sua extensão, mas também da sua diversidade e sofisticação. Ou seja, as configurações e os partícipes dos mercados internos e do mercado mundial estão longe de compor compartimentos isolados da esfera da circulação. As formas de internacionalização do capital, que serão tratadas a seguir, seja via fluxos de mercadorias ou de capitais, culminando num processo de valorização que se dá de forma mundializada, acontecem a partir de economias cujos processos de formação e acumulação de capital pressupõem mercados internos também desenvolvidos. E isso diz respeito tanto à circulação da produção material quanto da imaterial, incluída aquela que resulta das inovações mais recentes e do conhecimento recém-adquirido. E diz respeito também, evidentemente, às variadas faces do mercado financeiro.

2.2 DA EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS À EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS

Lênin retoma e amplia as considerações e, em certo sentido, as premonições de Marx sobre as tendências do desenvolvimento do capitalismo, notadamente ao apresentar sua concepção sobre o imperialismo, da qual o processo de internacionalização do capital constitui característica fundamental. Os estudos de Lênin sobre o tema, - apesar de parcialmente

desenvolvidos no exílio,⁴ em condições desfavoráveis quanto aos limites do tratamento de questões políticas, mas também quanto à disponibilidade de material empírico para consulta e análise - reafirmam as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo desentranhadas por Marx. E vão além, avançando na compreensão das características próprias da nova etapa que germina nas últimas décadas do século XIX: a fase imperialista. É assim que suas investigações e reflexões acerca do “*problema de la esencia económica del imperialismo*” proporcionam os desenvolvimentos analíticos que assentam as bases da teoria marxista do imperialismo.

Além disso, estudando o funcionamento do modo de produção capitalista numa época em que algumas tendências anunciadas por Marx já se manifestavam material e empiricamente, a argumentação desenvolvida por Lênin ilumina as relações orgânicas entre monopólio, capital financeiro e internacionalização do capital,⁵ considerados por ele partes da natureza do imperialismo. Assinala Lênin, o fato de que Marx já havia demonstrado em sua análise teórica e histórica do capitalismo que a livre concorrência engendra a concentração da produção e que esta, em certo grau de seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. E segue utilizando situações concretas que se apresentavam em fins do século XIX e início do século XX e que, a seu ver, corroborariam estas tendências.⁶

Na sequência de sua argumentação, sublinha que Marx também já havia demonstrado que a concentração leva ao desenvolvimento em escala cada vez mais ampla do entrelaçamento de todos os povos através da rede do mercado mundial, evidenciando com isso o caráter internacional do sistema capitalista.

Ao discorrer sobre o que considera os cinco traços fundamentais do imperialismo,⁷ Lênin chama atenção para a importância da historicidade do conceito o que implica diferenciação entre imperialismo e império em geral.⁸ O imperialismo de que trata Lênin – assim como Marx

⁴ A obra de Lenin mais utilizada neste capítulo, *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, foi escrita em 1916, em Zurich, Suíça. Tal informação consta do Prefácio assinado pelo autor, datado de 26 de abril de 1917.

⁵ Essa relação já havia sido caracterizada por HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero*. Cuba: Instituto Cubano del Libro, 1971

⁶ LENIN, V. I. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1974. p. 180-181.

⁷ *Ibid.*, p. 238.

⁸ *La política colonial y el imperialismo existían ya antes de la fase última del capitalismo y aún antes del capitalismo. Roma, basada en la esclavitud, mantuvo una política colonial y ejerció el imperialismo. Pero los razonamientos 'generales' sobre el imperialismo, que olvidan o relegan a segundo término la diferencia radical*

definida como objeto específico de seus estudos econômicos a estrutura e as leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista e não as leis gerais da atividade econômica da humanidade⁹ - é, concretamente, o império do capital. É com essa concepção que constrói uma periodização na qual contempla o desenvolvimento das condições, que na sua perspectiva, teriam conduzido à *transformação do capitalismo em imperialismo* entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX.¹⁰

Especificamente no que diz respeito aos monopólios, tratar-se-ia agora de um novo tipo, radicalmente distinto daquele que constituía elemento fundamental do processo histórico de acumulação originária na gênese do capitalismo, como descrito por Marx.¹¹ Concretamente, os velhos monopólios, próprios do antigo sistema colonial, atuando fundamentalmente na esfera da circulação, serviram a uma acumulação de riqueza que veio a se transformar em capital. Os novos monopólios compõem o próprio processo de expansão do capital em busca de valorização.

Utilizando nesse aspecto a mesma linha de análise¹², Lênin, assim como Hilferding, observa uma alteração substancial de qualidade no que se refere à expansão dos novos monopólios, e aos fluxos internacionais por estes impulsionados: ambos salientam com

de las formaciones económico sociales, se convierten, inevitablemente en trivialidades vacuas o en jactancias (...). Ibid, p. 232.

⁹ *Lo que he de investigar en esta obra es el modo de producción capitalista y las relaciones de producción e intercambio a él correspondientes.* MARX, *op. cit.*, Tomo 1, p. 6.

¹⁰ 1) *Décadas del 60 y 70, punto culminante de desarrollo de la libre competencia. Los monopolios no constituyen más que gérmenes apenas perceptibles.* 2) *Después de la crisis de 1873, largo período de desarrollo de los cartels, los cuales sólo constituyen todavía una excepción, no son aún sólidos aún representan un fenómeno pasajero.* 3) *Auge de fines del siglo XIX y crisis de 1900 a 1903: los cartels se convierten en una de las bases de toda la vida económica. El capitalismo se ha transformado en imperialismo.* LENIN, *op. cit.*, p. 182.

¹¹ El sistema colonial hizo madurar, como plantas de invernadero, el comercio y la navegación. Las ‘sociedades Monopolias’ (Lutero) constituían poderosas palancas de la concentración de capitales. La colonia aseguraba a las manufacturas en ascenso un mercado donde colocar sus productos y una acumulación potenciada para el monopolio del mercado. Los tesoros expoliados fuera de Europa directamente por el saqueo, por la esclavización y las matanzas con rapiñas, refluían a la metrópoli y se transformaban allí en capital. MARX, *op. cit.*, omo 1, p. 942.

¹² Embora Lenin considere o trabalho de Hilferding (...) un análisis teórico extremadamente valioso de la ‘fase última de desarrollo del capitalismo’” discorda explicitamente de algumas de suas concepções particularmente no que diz respeito ao“(...) error del autor en cuanto a teoría del dinero y de cierta tendencia a conciliar el marxismo con el oportunismo.” E, em outra passagem, Lenin chega a considerar Hilferding um *antiguo marxista*. LENIN. *op. cit*, p. 176 - 174.

precisão a passagem da simples e velha exportação de mercadorias para a exportação de capitais como fio condutor do processo.¹³

Desse modo, na visão destes autores, naquele momento a ampliação modificada da internacionalização suporia a passagem, como característica predominante, da exportação de mercadorias à exportação de capitais, que se apresenta, em um primeiro estágio, fundamentalmente, sob a forma de empréstimos e financiamentos.

Este é um ponto que interessa particularmente ao propósito deste trabalho, pois representa uma mudança fundamental no processo de internacionalização: a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista é também o trânsito do domínio da exportação de mercadorias para o da exportação de capitais. Ressalte-se que não se trata da substituição de um tipo de fluxo por outro. Já naquele momento, ambos, em parte importante dos casos, aconteciam de forma perfeitamente articulada: as correntes de natureza financeira, especialmente empréstimos e financiamentos, estavam de alguma forma condicionadas à exportação de mercadorias. Foi frequentemente, por exemplo, o caso de empréstimos para investimentos na construção de infraestrutura ferroviária, respaldando exportações de vagões, trilhos etc.

Marx já demarcara como limites para a expansão do comercio (...) *la magnitud del capital en funcionamiento y la fuerza productiva desarrollada del trabajo*.¹⁴ Lênin avança a partir dessa concepção e, analisando a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, afirma que teriam sido as próprias condições de amadurecimento do modo de produção capitalista, em suas várias manifestações em formações sociais específicas, que levaram e permitiram a

¹³Lo que caracterizaba al viejo capitalismo en el cual dominaba plenamente la libre competencia, era la exportación de mercancías. Lo que caracteriza al capitalismo moderno, en el que impera el monopolio, es la exportación de capital. *Ibid*, p. 215.

[...] El tráfico con los nuevos mercados se desplaza cada vez más en el sentido de que ya no se trata de simple tráfico de mercancías, sino de exportación de capital.” HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero*. Cuba: Instituto Cubano del Libro, 1971. p. 356.

¹⁴Una producción masiva cada vez más amplia inunda el mercado pre-existente, y en consecuencia trabaja constantemente en la expansión de ese mercado, en la ruptura de sus barreras. Lo que limita esta producción masiva no es el comercio (...), sino la magnitud del capital en funcionamiento y la fuerza productiva desarrollada del trabajo. MARX, *op. cit.*, Tomo 3, p. 430.

passagem para a proeminência da exportação de capitais.¹⁵ E, é nessa linha que justifica o novo ímpeto de exportação de *excedentes* de capital para países *atrasados*:

*Mientras el capitalismo sea capitalismo, el excedente de capital no se consagra a la elevación del nivel de vida de las masas del país, ya que esto significaría la disminución de las ganancias de los capitalistas, sino el acrecentamiento de estos beneficios mediante la exportación de capitales al extranjero, a los países atrasados.*¹⁶

Hilferding, por sua vez, da mesma forma também já observara:

*(...) la exportación se convierte en una necesidad urgente que tiene que cumplirse bajo todas las circunstancias, porque así lo exigen imperiosamente las condiciones técnicas de una escala lo mayor posible de la producción. Pero en el mercado mundial reina la competencia y, por de pronto, no queda más remedio que sustituir una clase de competencia por otra menos peligrosa. En lugar de la competencia en el mercado de mercancías, donde únicamente decide el precio de éstas, entra en acción la competencia en el mercado de capitales, en la oferta de capital de préstamo, cuya concesión está ya unida a la condición de una absorción posterior de las mercancías.*¹⁷

Esta mesma linha de análise é posteriormente retomada por Mandel, quando busca explicar o formato assumido inicialmente pela internacionalização do capital em direção aos países dependentes. Afirma este autor que dois dos obstáculos mais importantes à dominação do capital internacional sobre os países *menos desarrollados* na *era del capitalismo de libre competencia* teriam sido, além da insuficiência da acumulação de capital, a inadequação dos meios de transporte e comunicação. Ou seja, além dos próprios limites absolutos da acumulação de capital do período concorrencial, teriam atuado também descompassos entre o avanço da produtividade do trabalho na indústria manufatureira e a extensão alcançada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação.¹⁸

¹⁵ *La necesidad de la exportación de capitales obedece al hecho de que en algunos países el capitalismo ha 'madurado excesivamente' y al capital (atendido el desarrollo insuficiente de la agricultura y la miseria de las masas) le falta campo para su colocación 'lucrativa.* LENIN, *op. cit.*, p. 216.

¹⁶ *Ibid.*, p. 216.

¹⁷ HILFERDING, *op. cit.*, p. 364.

¹⁸ MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. 3. ed. México: Ediciones Era, 1979. p. 51/52.

Outro autor que, escrevendo já na década de 1970, insiste na perspectiva de que se faz necessário romper com os enfoques *a partir do pólo do capital mercadoria* e se tomar os sistemas produtivos como ponto de partida é Christian Palloix, quando propõe analisar a internacionalização do capital a partir do *desenvolvimento desigual dos sistemas produtivos*.¹⁹

De todo modo, para que o *velho capitalismo* desse lugar ao *capitalismo moderno* e, conseqüentemente, a exportação de capitais predominasse em relação à exportação de mercadorias, fazia-se necessário que o avanço das forças produtivas e a acumulação mais ampla de capital, - ou seja, o próprio desenvolvimento do capitalismo - gerassem a *necessidade* e produzissem as pré-condições necessárias à exportação de capitais em maior escala. E, portanto, que se apresentassem concretamente os requisitos ou a *possibilidade* para que a tendência histórica do capitalismo a internacionalizar-se se materializasse sob nova forma. Concretamente, ainda que a manifestação mais aparente da internacionalização tenha se expressado inicialmente na esfera da circulação de mercadorias e a seguir nos fluxos financeiros, é, em substância, das condições de produção e da busca pela valorização do valor que ela se alimenta e progride.

O fato de que a exportação de capitais enquanto característica dominante seja uma particularidade do capitalismo monopolista, não significa que esta exportação constituísse um fenômeno inteiramente novo. Ao contrário, a exportação de capitais de um país para outro fora uma velha prática já salientada por Marx,²⁰ e, em sua origem, se propagou entre as economias mais avançadas, particularmente entre aquelas cujos processos de acumulação desenvolveram trajetórias distintas. O que, de fato, constitui novidade é, por um lado, a intensidade com que passou a se dar esta exportação e a predominância de sua posição. E, por outro, o de que o destino dos fluxos representativos da busca por valorização incluiu, de forma significativa, os países atrasados, os quais até então haviam sido incorporados à internacionalização pela via da circulação de mercadorias. O trecho a seguir, que expressa e sintetiza de forma bastante clara a concepção mais geral de Lenin sobre o imperialismo, destaca a internacionalização do capital

¹⁹ Nesse sentido Palloix retoma os argumentos de Lenin e Bukharin, apesar de suas críticas (a nosso ver equivocadas) ao primeiro desses autores. PALLOIX, *op. cit.*

²⁰ *Uno de sus [de Holanda] negocios principales, entre 1701 y 1776, fue el préstamo de enormes capitales, especialmente a su poderosa competidora Inglaterra. Un caso análogo lo constituye hoy la relación entre Inglaterra y Estados Unidos. No pocos capitales que ingresan actualmente a Estados Unidos sin partida de nacimiento, son sangre de niños recién ayer capitalizada en Inglaterra.* MARX, *op. cit.*, Tomo 1, p. 945.

como um dos seus cinco elementos chave. E, nesse trecho, Lenin faz especialmente menção a outro aspecto importante e que é relativamente pouco explorado pelos autores da época:

El imperialismo es el capitalismo en la fase de desarrollo en que ha tomado cuerpo la dominación de los monopolios y del capital financiero, ha adquirido señalada importancia la exportación de capitales, ha empezado el reparto del mundo por los trusts internacionales y ha terminado el reparto de toda la tierra entre los países capitalistas más importantes.²¹

No trecho em referência, Lenin aponta o fato de que a tendência intrínseca e muito geral à internacionalização, que acompanha a história do capitalismo, se apresenta concretamente de forma diferenciada, à medida que evolui o próprio modo de produção. Mas reporta-se também à circunstância de que, no estágio de desenvolvimento do capitalismo e da concentração do capital por ele estudado, ocorre a divisão do mundo entre os países capitalistas mais importantes, mas também, numa dimensão diferente, essa divisão se dá entre os *trustes* internacionais. Nesse ponto, ao fazer alusão a dois tipos distintos de divisão do mundo, fica clara a ausência, na concepção de Lenin, de uma superposição direta entre Estados nacionais e monopólios que se internacionalizam, ainda que os dois movimentos se articulem e se entrelacem. Aí transparecem as dimensões tanto econômica como política do imperialismo e do exercício dessas duas forças cujas expressões se transformam, mas continuam atuando nos dias atuais.

Desenvolvemos até aqui alguns elementos que constituem referências para uma das premissas deste trabalho: as transformações, pelas quais vai passando o capitalismo implicam também em mudanças nas características da internacionalização. Assim é que na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista ocorreu um aprofundamento da tendência à internacionalização sob uma nova forma. A internacionalização do ciclo do capital-mercadoria se expressara inicialmente pelo redimensionamento da exportação de mercadorias, no mercado mundial. Na sequência, ganha dimensão a internacionalização do capital que busca formas financeiras de apropriação do excedente, principalmente via vultosos empréstimos internacionais. Estes, por um lado, proporcionavam volumosos pagamentos de juros e, por outro, facilitavam a exploração e controle de recursos os mais diversos – como, por exemplo,

²¹ LENIN, *op. cit.*, p. 238.

no caso da concessão de financiamentos para a construção de ferrovias, as quais ligavam diretamente os portos às fontes locais de matérias primas.

A concessão desses empréstimos, muito frequentemente, associou-se, como já mencionado, também à forma de internacionalização anterior, que certamente segue vigente e em expansão. Daí em diante, esta tendência haveria de apresentar-se historicamente de forma sempre mais ampla, fortalecendo-se a propensão a que a reprodução do capital passasse a ocorrer, cada vez mais, no âmbito mundial - como veremos nos tópicos a seguir.

Vale também observar que, já aí, estão presentes exportações de capitais originários das potências imperialistas e voltados para investimentos diretos, fenômeno que posteriormente virá a assumir nova dimensão. No período em foco, além do tradicional domínio sobre a exploração de vários produtos agrícolas e minerais, fundamentalmente destinados à exportação, estes investimentos já se apresentam, por exemplo, na criação e exploração de empreendimentos na área de serviços de infraestrutura urbana, como transportes e iluminação pública. Entretanto, neste estágio, constituem ainda os movimentos iniciais de desdobramentos que virão a seguir e configurarão um novo momento do processo de internacionalização, no qual sobressairão os investimentos diretos - com a instalação de estabelecimentos fabris, inclusive no interior de economias dependentes.

Assim é que, nas formas concretas de sua manifestação, o processo de internacionalização assume nova configuração quando o capitalismo transita da fase concorrencial para a monopólica. De igual modo, os desenvolvimentos históricos posteriores irão demonstrar a incorporação, particularmente no período convencionalmente denominado pós-guerra, - e carregando inclusive as marcas deixadas pela crise de 1929 e por duas grandes conflagrações mundiais, - de características distintas daquelas apresentadas em fins do século XIX e início do século XX. E, mais uma vez, voltará a recompor-se a partir das últimas décadas deste último século, sob a égide da transnacionalização da produção, da hegemonia das finanças mundializadas e da tendência à imaterialização da produção.

2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Ainda como parte da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, mas sobretudo na consolidação deste último, começa a manifestar-se, inicialmente de modo embrionário, assumindo gradativamente uma maior importância, outra forma de alargamento do processo de internacionalização. Trata-se da exportação de capitais na forma de investimentos diretos para a instalação de fábricas, incluindo, no caso de alguns segmentos

industriais, os países dependentes. Ressalte-se, que são muito diversificados os formatos sob os quais se apresenta a internacionalização do capital produtivo. Além de variar no tempo, assume características particulares a depender da formação social à qual se dirige, sendo também influenciados pela conjuntura econômica e política que se apresenta em nível mundial no momento dessa internacionalização.

No caso dos países dependentes, esse tipo de internacionalização irá afetar a divisão internacional do trabalho que até então tendia a corroborar um cenário em que, de forma simplificada, os países imperialistas exportavam produtos industrializados e os dependentes pagavam com a exportação de produtos agrícolas (com destaque para os alimentos) e matérias primas de modo geral. Eram também receptores de capital sob a forma de empréstimos, sobretudo aos governos, para financiar a construção de infraestrutura. Destaque-se que essas mudanças na forma de internacionalização acontecem ao mesmo tempo e no mesmo movimento que impulsiona a radicalização dos processos de concentração e centralização do capital.

A exportação de capital para investimento na indústria irá se aprofundar de modo significativo no período de expansão subsequente à 2ª Guerra Mundial. Inicialmente, ao tornar-se mais relevante na esfera da produção, a internacionalização se apresenta com maior visibilidade através da instalação no interior de determinada formação social de unidades produtivas de grandes empresas multinacionais, as quais constituem, em si mesmas, expressão do avanço dos processos de concentração e centralização.

Mas, ainda que a internacionalização se evidencie, na aparência, em termos de empresa, ou seja, expressando a expansão do capital individual, na maioria dos casos, esta não é mais que uma indicação da forma em que um determinado ramo ou segmento da economia²² está avançando no processo de internacionalização.

A partir daí, a internacionalização do capital segue se aprofundando e exibindo sempre novos contornos em todas as suas dimensões. Mas a sua característica mais importante no período é o fato de já assumir a sua forma plena, no sentido da incorporação do ciclo do capital produtivo. Ou seja, a internacionalização dos processos produtivos, ou do ciclo do capital produtivo, completa a internacionalização do capital, que passa a abarcar todo o circuito do capital industrial, unidade dos ciclos do capital-mercadoria, do capital-dinheiro e do capital-produtivo. Em verdade, como mencionado, esse fenômeno já começara a se manifestar desde

²² PALLOIX, *op. cit.*, p. 4-7.

que o capital monopólico foi assumindo dominância sobre aquele com características mais concorrenciais, isto é, quando se afirmou o capitalismo monopolista.

Caracterizada plenamente como forma dominante da internacionalização do capital no período posterior à 2ª Guerra Mundial, a internacionalização dos processos de produção se deu, inicialmente e no fundamental, via transplante de estruturas produtivas cuja tecnologia se baseava na 2ª Revolução Industrial, portanto, em maior ou menor grau, sob a influência das características próprias do fordismo. A seguir, no contexto de crescimento generalizado da economia mundial que marcou o período, a internacionalização foi se intensificando e a valorização e acumulação de capital, tanto no interior dos países desenvolvidos como no dos países dependentes, passaram a ocorrer, progressivamente, sob a égide do capital internacionalizado.

Mas até aí, a internacionalização da produção se inscreve num quadro em que capitais que buscam novas oportunidades de valorização se deslocam espacialmente, representando para os países receptores como que um processo de internacionalização da produção interna.²³ Nesse sentido, parte da estrutura produtiva passava a ser constituída por unidades nas quais a geração de valor se efetivava a partir de capital internacional, estando, portanto, sujeitas diretamente a decisões externas quanto à sua condução e, evidentemente, encaminhando ao menos parte do excedente gerado ao exterior. E, com frequência, os efeitos da internacionalização por essa via ultrapassam - através de um vasto e complexo sistema de controle e dominação - os processos produtivos por elas desenvolvidos. Podem acabar por envolver também uma extensa gama de pequenas e médias empresas locais que, de forma indireta e subordinada, porém efetiva, passam a fazer parte, do setor internacionalizado da economia. Em período posterior, esse envolvimento irá se aprofundar através da *terceirização*.

Nos seus passos iniciais, era também uma produção dirigida basicamente ao mercado local. Mesmo quando surgiram situações em que parcelas dessa produção – em casos específicos parcelas muito significativas - passaram a se destinar ao exterior, o conjunto do movimento ainda estava distante do que viria a seguir, quando os processos produtivos internacionalizados se transmutarão em frações constitutivas de um processo de valorização por natureza e intrinsecamente internacional. Mas registre-se também, que até mesmo por suas

²³ Em *Dependencia y desarrollo en América Latina* Cardoso e Faletto (1978, p. 164) utilizam a expressão *internacionalización del mercado interno* que, na visão desses autores, caracterizaria “... *la situación que responde a un control creciente del sistema económico de las naciones que dependen de las grandes unidades productivas monopolistas internacionales.*”

dimensões, desde sempre, o capital internacionalizado passa a participar, mormente nos países dependentes, seja direta ou indiretamente, das decisões políticas com potencial para afetar seus interesses.

Ao assimilar novos desenvolvimentos tecnológicos, a produção internacionalizada desenvolverá também novos formatos de acumulação e reprodução do capital. E todas estas alterações virão, como já mencionado, afetar a divisão internacional do trabalho e impulsionar a radicalização dos processos de concentração e centralização do capital.

O aprofundamento da produção padronizada e massiva, própria da 2ª Revolução Industrial, requeria também o alargamento da absorção dos produtos oriundos do Departamento II (bens de consumo), portanto certo nível de inclusão social, entendida aí como componente de um modelo de consumo igualmente massivo. A realização da produção, que crescia e se diversificava em ritmo acelerado, deu-se assim, em alguma medida, via incorporação de grupos sociais cujos níveis de renda e consumo eram, até então, muito restritos, e que passam a participar, ainda que de forma seletiva, da nova *sociedade de consumo*. Essa expansão do consumo de forma massificada contemplou camadas da classe operária dos países desenvolvidos e, em escala mais modesta, dos países dependentes.

Ressalve-se que no caso destes últimos, mesmo daqueles cujo mercado interno detinha maior representatividade, a forma como se estruturava o conjunto da economia, na qual a desigualdade muito acentuada era um elemento marcante, dificultava uma ampliação mais significativa do mercado. Mas, de todo modo, os salários pagos pelo núcleo dos segmentos internacionalizados da economia, ainda que abrangessem uma parcela reduzida do conjunto da classe trabalhadora, tendiam a ser mais elevados que a média salarial desses países, mesmo que significativamente mais baixos que os praticados nos países de origem do capital. Além disso, os países atrasados estavam passando por um processo de urbanização, que teve também reflexos na ampliação da pequena burguesia urbana e, de forma mais genérica, dos extratos populacionais de renda média.

De todo modo, a vitalidade da economia mundial no período teve, como um de seus elementos, uma nova forma de internacionalização do capital, em que a extração de mais-valor comportava a implantação de unidades produtivas para além das fronteiras nacionais de origem do capital. E esse movimento se estendeu no sentido de alguns países atrasados em termos de desenvolvimento capitalista, particularmente aqueles com maior potencial de mercado.

Ainda que a massificação do consumo tenha sido perfeitamente funcional à forma como o capitalismo vinha se desenvolvendo no período, ela foi também parte de um conjunto de mudanças influenciadas por outros fatores, inclusive a conjuntura política internacional, na qual estava posta a real ou imaginária possibilidade de adesão a um formato alternativo de

organização da produção social e do seu processo de distribuição. Ou seja, a convivência com experiências concretas importantes de socialização ou de estatização da propriedade dos meios de produção, constituiu uma circunstância peculiar que não pode ser deixada de lado.

E é assim que nesse contexto, desempenhou também papel importante a disputa de poder em nível mundial - configurando a denominada Guerra Fria – que favoreceu, e mesmo impulsionou, a montagem do que viria a ser conhecido como *Estado de bem estar social*. Este incluiu a construção e/ou ampliação de sistemas de proteção social aos trabalhadores, sobretudo em alguns países europeus, com intensa utilização de políticas públicas, portanto atuação muito direta dos Estados nacionais. Dentro desse espectro mais amplo, as conquistas dos trabalhadores em termos de melhoria de suas condições de vida de modo geral, e das condições de trabalho e remuneração em particular, variaram de forma relevante entre as diversas formações sociais. Além das circunstâncias políticas daquela conjuntura, constituíram elementos importantes para essa variação o nível de organização da classe trabalhadora e as condições locais de desenvolvimentos da luta de classes.

Foi no decorrer desse processo que se deu a adoção, no caso do Brasil, do conhecido Modelo de Substituição de Importações. Sua implementação certamente está também vinculada a outras condições – dentre as quais aquelas decorrentes da configuração, em termos de ramos, do próprio movimento mundial de internacionalização - mas a composição da estrutura industrial aqui implantada foi adicionalmente induzida pelo perfil do mercado interno pré-existente (como a própria designação do modelo sugere). Entretanto, como o processo é dinâmico, a própria internacionalização acaba por imprimir algum nível de alteração nesse perfil, mesmo considerando que, como nos demais países dependentes, a industrialização tenha se dado com uma taxa mais elevada de exploração da força de trabalho.

A nova forma de aprofundamento do processo de internacionalização terá igualmente grande importância para consolidar o progressivo reordenamento da hierarquia das nações imperialistas, com o fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos. Cabe ainda explicitar que neste país, bem como na Alemanha, o capitalismo, por retardatário em relação àqueles pioneiros, sobretudo à Inglaterra, já iniciou seu desenvolvimento a partir de um patamar mais avançado, inclusive no que se refere à monopolização. Isso propiciou ao capital originário desses países uma trajetória de internacionalização também diferenciada.²⁴ Especialmente os

²⁴ *La desigualdad del desarrollo industrial motiva cierta diferenciación en las formas de exportación de capital. La participación directa en la apertura de los países industrialmente atrasados o que se desarrollan más despacio corresponde a aquellos países en que el desarrollo industrial ha alcanzado su forma más elevada tanto*

Estados Unidos, por sua própria formação histórica e, de certa forma, também em função de sua extensão territorial, tiveram um processo de industrialização e de expansão industrial que diferia, em vários sentidos, do que ocorrera nos antigos países imperialistas. Por sua vez, a Alemanha nunca se constituíra como país que dispusesse de tão vastos territórios coloniais comparáveis àqueles da Inglaterra, da França, da Holanda, da Bélgica, ou mesmo, - com características diferentes - da Espanha e de Portugal.

O descenso da curva de expansão da economia mundial, que começa a manifestar-se no final da década de 1960, acentua-se na década seguinte. Multiplicam-se os sinais de esgotamento do potencial inovador das tecnologias que caracterizaram o longo período de expansão do capitalismo, liderado pelos segmentos mais modernos e automatizados e que absorveram o modelo fordista de estruturação dos sistemas produtivos e respectivas formas de organização do processo de trabalho. E isso aconteceu ao mesmo tempo em que também tinha início a ruptura do pacto econômico e político estabelecido no ambiente muito particular do final da guerra, que vigorou numa conjuntura de crescimento generalizado da economia mundial, quando a elevação significativa da produtividade do trabalho foi um dos componentes mais relevantes.

A crise, ou as crises, da década de 1970, e as que se seguiram nas duas décadas subsequentes, não constituíram catástrofes, pelo menos nos moldes do que ocorrera em 1929. Mas estimularam e retroalimentaram, em grandes proporções, a substituição da experiência de uma economia internacional relativamente regulamentada, inclusive no que diz respeito à moeda, por um quadro de liberalização e desregulamentação progressivas - mas também seletivas - dos mercados.

Caminhando ainda que não exatamente de forma paralela às dificuldades econômicas, mas de qualquer sorte no mesmo sentido, o cenário político mundial passava por transformações

en lo que se refiere al lado técnico como al organizador. A ellos pertenece, sobre todo, Alemania y los Estados Unidos, y en segundo orden, Inglaterra y Bélgica. Los otros países de antiguo desarrollo capitalista toman parte en la exportación de capital más en la forma de capital de préstamo que en la instalación de fábricas. HILFERDING, op. cit., p. 375.

E também, (...) la tendencia más intensa hacia la exportación de capital industrial se registra en los países con industria más avanzada encuan to a organización: en Alemania y los Estados Unidos. Esto explica el fenómeno particular de que estos Estados exporten, de un lado, capital, e, de otro, importen, en parte, del extranjero el capital necesario para la propia economía. Ante todo, exportan capital industrial y amplían así la industria propia, cuyo capital de empresa lo importan, en parte, en forma de capital de préstamo, de países con un desarrollo industrial más lento, pero con una mayor riqueza de capital acumulada. Ibid, p. 366-367.

à medida que o século XX se aproximava do seu final. O ocaso da União Soviética e a situação de colapso enfrentada pelos países da sua órbita de influência, com ocorrência de guerras civis e incerteza generalizada, contribuíram para reforçar a instabilidade que ia se desenhando em nível mundial e, ao mesmo tempo, abria espaço para a intensificação dos processos de desregulamentação e liberalização.

Assim, o esgotamento do padrão fordista de acumulação, e subsequentes tentativas de superação das dificuldades de crescimento que se instauraram na economia mundial a partir daí, impulsionaram a adoção de procedimentos de reestruturação produtiva e, mais uma vez, a busca por novos espaços e/ou formas de expansão.

Observe-se, que a expansão econômica do período pós-guerra se baseou amplamente na exploração das possibilidades abertas pelas inovações tecnológicas da época. Estas permitiram tanto a criação de produtos novos quanto a disseminação do uso de inúmeros produtos já existentes, que em muitos casos sofreram alterações no sentido da portabilidade. Mas, a abrangência das alterações no consumo não se restringiu ao campo das velhas e novas mercadorias. Incluiu a mercantilização de produtos, que passaram por algumas alterações, mas que, em essência, já existiam enquanto produção de âmbito doméstico e/ou artesanal. Avançou analogamente, ainda que naquele momento de forma inicial e mais sóbria, sobre a produção de serviços tradicionalmente prestados pelas administrações públicas.

A partir daí, além de aprofundar a internacionalização dos processos produtivos enquanto característica predominante, o capital irá, quando as novas condições tecnológicas assim o permitirem, avançar um novo passo. Ou seja, não apenas buscar o máximo de lucro em cada formação social em que atua, mas buscar essa maximização em nível mundial, entrelaçando e articulando processos de valorização que, em grande parte, já não se completam em formações sociais específicas.²⁵

²⁵ *The fundamental characteristic of the new stage of contemporary capitalism is the internationalization of the productive process. This internationalization is also the central element in the definition of the concept of the world capital. The latter in fact can be regarded as the culmination of the process of the internationalization of the capitalist circuit, where the central objective of the capital relation – the maximization of profits – is realized at a global level by means of a complex and contradictory articulation with the various national social formations.* SOUZA, Hebert. *Notes on the world capital*. Toronto, 1978. p. 55. mimeo.

2.4 A TRANSNACIONALIZAÇÃO

Quando se consolida a internacionalização do ciclo do capital industrial e, ainda mais notadamente a seguir, quando se afirma a produção transnacionalizada, os processos de reprodução e valorização do capital em cada formação social tendem a transformar-se, de forma progressiva, em momentos de um ciclo verdadeiramente internacionalizado. Aqui entendemos por produção transnacionalizada aquela resultante de um movimento a partir do qual as fronteiras nacionais deixam de constituir um marco nítido para a inteireza do processo de produção, que tende a se fracionar. Acompanha o processo a intensificação da prática *offshore*, tanto no que diz respeito à localização formal da sede da empresa representativa do capital que se internacionaliza, quanto aos processos de financiamento. Esse fenômeno começa a ganhar força a partir da década de 1960, progredindo de forma mais acelerada na década seguinte.

As novas perspectivas colocadas por uma série de inovações tecnológicas, especialmente na área das comunicações, mas também na dos transportes, relativizando - em alguns casos anulando - problemas relacionados ao tempo e às distâncias, ensejaram as condições para a aceleração, mas também para novas alterações, no movimento de internacionalização do capital. Aprofunda-se a internacionalização dos processos produtivos, quando estes tendem a compor parte de uma cadeia, em que etapas da produção se realizam de forma fragmentada e crescentemente automatizada, em diversas unidades de produção. Adaptando o formato da transnacionalização a suas respectivas peculiaridades, um conjunto importante de segmentos produtivos vai abrindo espaço para esse novo tipo de internacionalização. No caso da produção industrial no sentido estrito, isso aconteceu inicialmente via especialização de unidades de produção em um ou vários componentes ou na montagem do produto final, sendo que estas unidades passaram a ser, cada vez mais frequentemente, localizadas em países distintos. Evidente que a depender do ramo, as condições e exigências técnicas farão variar os caminhos percorridos. Assim também, esses caminhos variam com as condições de exploração da força de trabalho predominantes em formações sociais distintas, ou seja, com as possibilidades de aproveitamento dessas condições para ampliação do mais valor a ser apropriado.

O processo avança com intensidade crescente e de forma progressivamente mais ampla, envolvendo segmentos produtivos agroindustriais e a produção de serviços. De um modo geral, mas particularmente no caso dos serviços, a viabilidade da transnacionalização começa a ganhar uma nova perspectiva com as primeiras experiências de interconexão de computadores e, definitivamente, muda de patamar a partir do advento da internet, já na última década do século XX. Mencione-se também, que todo esse processo inclui a segmentação de atividades dentro de um mesmo empreendimento, podendo separar geograficamente planejamento, gestão, execução, controle e criação, como se fora um novo e ampliado *modelo taylorista* em escala

mundial. Alteram-se aí, mais uma vez, as formas em que a internacionalização se apresenta e, conseqüentemente, também as características da dependência entre os países. Mencione-se ademais, que a transnacionalização ocorre sem prejuízo da proteção das inovações tecnológicas mais importantes e do conhecimento novo de modo geral, que ininterruptamente são gerados nos segmentos *de ponta* ou estratégicos. Ao contrário, esta proteção vem se intensificando, como veremos adiante.

Assim, a internacionalização do capital se intensifica, agora ao mesmo tempo fracionando e integrando as diversas partes constitutivas do que virá a compor uma cadeia produtiva transnacionalizada, em que as distintas economias nacionais se entrelaçam cada vez mais, até chegar a aparecer como um conjunto mundializado. Enfatize-se aqui o fato de que tais processos compartimentados são, entretanto, articulados e controlados de forma extremamente centralizada, e acontecem de maneira desigual e incompleta entre os capitais e os países participantes, com fortes componentes de subordinação entre estes. Destaque-se também o impacto desse movimento na dimensão, mas também na composição das trocas internacionais, com aumento significativo no peso dos fluxos relativos às denominadas transações intercompanhias (ou intra), seja no que diz respeito às exportações e importações de bens e serviços (incluída uma miríade de insumos e componentes de toda ordem), seja nas correntes de empréstimos e financiamentos e outras transações de natureza especificamente financeira.

A partir da década de 1970, as dificuldades enfrentadas para a continuidade do processo de acumulação e as mudanças no cenário político internacional, secundadas pelo avanço tecnológico alcançado até então, abriram caminho para processos de desregulamentação e *liberalização*. Ganha corpo então o que ficou conhecido como neoliberalismo.²⁶ Inicialmente tais processos, que ocorreram com mais força a partir de 1979, se manifestaram principalmente nas economias dos próprios países imperialistas, sob a liderança dos Estados Unidos, com a participação entusiasmada da Inglaterra – isso se desconsiderarmos os experimentos realizados no Chile, ainda na década de 1970, no período da ditadura militar, e cujas conseqüências de mais longo prazo se expressaram em cenário recente, ao mesmo tempo desolador e com

²⁶ A expressão *neoliberalismo* carece de maior precisão teórica e tem sido utilizada para caracterizar fenômenos nem sempre diretamente articulados entre si. Neste trabalho, o uso do termo se reporta fundamentalmente ao processo de desregulamentação da economia mundial ocorrido a partir da crise de acumulação que começa a se configurar na década de 1970. E, particularmente no caso brasileiro, ao aprofundamento da internacionalização via políticas de privatização de empresas estatais; à redução seletiva dos gastos públicos – a *responsabilidade fiscal* –, e às políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, com intensa precarização dos contratos aí estabelecidos.

ingredientes convulsivos, vivenciado por esse país. A seguir, medidas no mesmo sentido foram adotadas por vários outros países situados no espectro daqueles considerados desenvolvidos. Ainda que a liberalização/desregulamentação tenha ocorrido em níveis muito desiguais em termos de abrangência e intensidade, apresentando grande variação entre as distintas formações sociais, o quadro foi suficientemente generalizado para demarcar uma tendência. E configurou-se como que uma radicalização muito empobrecida do que foi o liberalismo clássico, já num contexto em que o capitalismo monopolista estava mais do que plenamente instaurado.

Nesse ambiente, ganhou força o discurso que enfatiza a necessidade de adesão a essas práticas por parte dos países dependentes. O denominado Consenso de Washington, de 1989, sintetizou uma série de propostas que buscavam adaptar o que estava sendo implementado em países de capitalismo desenvolvido às condições dos países dependentes. Ao serem levadas à prática atuaram no sentido de aprofundar a subordinação desses países aos interesses do imperialismo. Aqui, os países latino-americanos constituíram um laboratório preferencial.

Foi a partir desse *consenso*, que mais explicitamente e de forma coordenada, a pressão sobre os países dependentes no sentido da adoção das ditas *políticas neoliberais* se intensificou, galgando o *status* de recomendações de políticas públicas, enquanto partes da própria política oficial de instituições supranacionais, cuja atuação será comentada adiante - neste caso especialmente do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde então, a implementação de tais medidas é sempre apresentada como o único caminho possível para o que seria a retomada do crescimento econômico sustentado, ao qual, fica subentendido, tudo mais deveria submeter-se. De toda forma, esse crescimento não se concretizou, ao menos enquanto tendência mais generalizada e de prazo mais largo. Ao mesmo tempo em que isso acontece, o imperialismo passa a atuar de forma cada vez mais restritiva no que diz respeito ao acesso à economia do conhecimento, ficando, mais uma vez, transparente que as *políticas neoliberais* têm faces e receituários distintos quando se trata de sua aplicação.

A liberalização defendida na circulação dos fluxos de capitais torna-se seletiva quando se trata da circulação de mercadorias em geral e, nem de longe, se aplica à movimentação da força de trabalho. Ao contrário. As dificuldades impostas aos processos migratórios tendem a se acentuar e a força de trabalho dos migrantes, que de um modo geral já ocupavam os postos menos valorizados, é empurrada com mais ímpeto para a utilização terceirizada, frequentemente à margem do marco legal e, portanto, sob condições de grande insegurança e vulnerabilidade, encurtando caminho para processos de superexploração.

E no que se refere ao conjunto do mercado de trabalho, o próprio marco legal é alterado sempre no sentido da fragilização da proteção ao trabalhador. A defesa da liberalização e da desregulamentação foca fundamentalmente na *flexibilização* dos direitos trabalhistas e

previdenciários anteriormente conquistados, possibilitando a ampliação da margem de excedente apropriada pelos capitalistas e precarizando as condições de trabalho e remuneração. Assim, no que diz respeito à força de trabalho, a liberalização restringe-se a um processo de desregulamentação que facilita a perda de direitos conquistados e precariza os vínculos empregatícios. Trata-se claramente de mudança que aponta para uma regressão no que diz respeito à tendência de melhoria das condições de vida dos trabalhadores de uma geração para a seguinte. Essa regressão se torna ainda mais acentuada quando se trata da redução das desigualdades de renda.

E é igualmente nesse contexto, que se instaura um movimento no qual a internacionalização do capital representativo dos investimentos na produção passa a ocorrer progressivamente não apenas de forma paralela, mas também profundamente conectada à daqueles voltados para os ganhos financeiros, perfeitamente integrados, portanto, ao avanço do processo de financeirização da economia mundial.

É verdade que comércio internacional de mercadorias, fluxos internacionais de empréstimos e financiamentos, exportação de capitais para investimentos produtivos em distintos países, além de fluxos internacionais de natureza financeira voltados para aplicação em *portfólios*, já caminhavam imbricados de longa data. Mas o modo e a amplitude com que estes últimos passaram a se movimentar experimentaram uma metamorfose com o advento da denominada financeirização, quando formas fictícias e absolutamente especulativas de valorização do capital assumiram um maior protagonismo e uma nova velocidade.

2.5 CAPITAL MUNDIAL E IMATERIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Nas décadas finais do século XX, prolongando-se pelas primeiras do século XXI, as novas características que foram se estabelecendo na economia mundial levaram a sucessivas crises e a um longo período de instabilidade cujo final ainda não é claramente visualizável. Numa aparente contradição, isso ocorre em um ambiente em que as inovações tecnológicas avançavam (e avançam) num ritmo alucinante.

As mutações assumidas pela produção capitalista na virada do século (e do milênio) sucederam em várias direções, mas, destacadamente, no sentido da imaterialização da produção. Nesse campo, mais que em qualquer outro, o uso de tecnologias digitais, que se renovam de forma acelerada, ocupa lugar central.

Referimo-nos aqui, essencialmente, ao crescimento da produção imaterial, ou de intangíveis, mas também aos seus vínculos com a absorção de inovações tecnológicas advindas

da utilização massiva de procedimentos informatizados, que, de alguma forma e ao mesmo tempo, compõem e viabilizam as próprias mudanças nos processos produtivos.

Ainda que possa parecer supérfluo, registre-se que essa tendência à imaterialização da produção vai muito além daquela que já vinha se manifestando nos países de capitalismo desenvolvido, de aumento do peso relativo do nominado *setor terciário* em contraposição à queda de participação da indústria e, mais ainda, da agropecuária, no total da produção ou da geração de empregos. Este fenômeno (*terciarização*) – eventualmente associado a variadas formas de desindustrialização - segue acontecendo. Mas a própria heterogeneidade do *terciário* - que a depender da classificação adotada, pode incluir desde ramos tradicionais e mesmo arcaicos dos ditos serviços, até segmentos novos ou de ponta - coloca a necessidade de um esclarecimento: a imaterialização, nos termos aqui referenciados, é norteadada pelos segmentos que surgem a partir do novo paradigma tecnológico, com destaque para os intangíveis associados à produção de natureza cultural ou informacional e relacionados à economia do conhecimento de modo geral. Estes, cujo processo de diversificação ocorre de forma muito rápida, cumprem papel central no atual cenário em que se dá o processo de reprodução do capital internacionalizado.

Ressaltemos que a construção recente de um enorme potencial em termos de viabilidade técnica, embora contando com financiamento público em parte expressiva de sua geração, sobretudo no que se refere à pesquisa básica, acontece num ambiente de apropriação privada dos resultados alcançados. Isso ocorre com adoção, e no rastro, de medidas altamente protetivas, notadamente a partir de mudanças muito significativas na legislação americana²⁷ quanto a esse aspecto. E nessas circunstâncias, a imaterialização da produção se entrelaça com a recriação modificada de ativos, também intangíveis, como marcas, patentes e outros.

Em função dos seus rebatimentos em muitos aspectos das atuais formas de sociabilidade, cabe destacar um dos elementos vinculados ao novo paradigma tecnológico, e que a partir principalmente das primeiras décadas do século XXI, assumiu rapidamente grande proeminência: os novos sistemas de produção, captação, circulação e apropriação de dados e informações e, sobretudo, as novas possibilidades de processamento dessa massa de

²⁷ OLIVEIRA, Elizabeth Germano. *A economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro*. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – UFBA, Salvador, BA, 2017.

informações - que parece tender ao infinito - através do uso de algoritmos. E sublinhar, mais uma vez, que tudo isso evoluiu assumindo mecanismos inéditos de mercantilização.

E há que considerar a enorme potencialidade das inovações já consagradas e das que certamente estão por vir, em áreas como a robótica, biotecnologia, nanotecnologia e outras, além da especificidade dos produtos que se caracterizam por um custo de reprodução nulo ou tendente a isso. É a observação desse conjunto que permite a compreensão do sentido da sequência das mudanças em curso.

Ao buscar os fundamentos das inovações que desembocaram no novo paradigma tecnológico é ainda à economia de guerra que teríamos que nos reportar. As duas guerras mundiais, mas, sobretudo a segunda, ao lado de enorme destruição, deixaram um saldo de desenvolvimento técnico fundamental enquanto parte do avanço das forças produtivas que viria na sequência. Ao centrar originalmente na busca da aceleração das inovações no campo dos armamentos, incluiu ramos importantes para seu uso, especialmente comunicações e transportes.

Foi a partir daí que ocorreu a conformação de um segmento produtivo (destrutivo) que ficou conhecido como *complexo industrial-militar*²⁸ alimentado, no decorrer, mas também no pós-guerra, por uma escalada armamentista jamais experimentada anteriormente, e que se manteve, ainda que com menor centralidade, quando esse período foi ultrapassado. Esses complexos - sobretudo, mas não só, o americano - seguiram em plena atividade, produzindo para suprir necessidades próprias, de eventuais aliados ou clientes, permanecendo na condição de importante e lucrativo setor da economia. Ressalve-se, que a produção de ponta para uso bélico, tende a ser reservada para os países que desenvolveram e detêm a respectiva tecnologia. Concretamente, parte dos resultados das disputas nas áreas de inovação e desenvolvimento tecnológico, induzidas pelo belicismo e pela disputa de poder em nível mundial, voltou-se, posteriormente, também para outros fins. A relevância econômica dessa disputa, também esteve no centro de outra competição tecnológica, marcadamente entre a então União Soviética e os Estados Unidos: a denominada corrida espacial, componente importante da Guerra Fria.

Nesse contexto é que a guerra impulsionou avanços muito significativos, por exemplo, nos segmentos de radares e motores a jato, enquanto a computação ensaiava os seus primeiros

²⁸ Mais recentemente, essa designação evoluiu, sendo utilizada com frequência cada vez maior a expressão *complexo acadêmico-industrial-militar*.

passos, que viriam posteriormente desembocar na já referida economia digital e na criação, do hoje onipresente, mundo virtual.

Assim, progressos técnicos de base propiciaram o ponto de partida para a alavancagem de poderosas transformações nas formas de produzir. Ao ganhar velocidade, abriram espaço para mudanças radicais não só na esfera da produção, mas também na articulação entre as distintas esferas da economia e, portanto, no conjunto do processo de reprodução do capital alterando profundamente os padrões convencionais. A construção de um mundo virtual, no qual produtos são gerados, circulam e são consumidos, constitui uma face inteiramente nova desse processo. E as mudanças não ficaram circunscritas às condições sociais de produção e distribuição. Invadiram os espaços de todas as relações sociais, modificando as formas em que estas se organizam. Evidente que a convivência humana sempre sofreu alterações ao longo do tempo. Mas o que se encontra em curso é uma mudança, baseada em inovações tecnológicas, que além de muito profundas, acontecem com tal celeridade que dificultam a sua absorção, até mesmo em termos de uso, desequilibrando as próprias condições de comunhão no período de vida de gerações contemporâneas.

A geração de produtos novos, vinculados à aceleração do progresso técnico com essas características, levou a que também a internacionalização do capital assumisse uma nova dimensão. Trata-se do estabelecimento de um espaço diferenciado, proporcionando formas inéditas de valorização do valor, com impacto potencial transformador sobre o conjunto da atividade produtiva. Trata-se também de um tipo de produção que, em segmentos específicos, pode anular ou minimizar problemas decorrentes do tempo e da distância e a própria necessidade de transporte e armazenamento, pelo menos nos termos considerados até então. Isso não é pouco.

Mencione-se que, nesse aspecto, o processo de internacionalização, em seu formato mais recente, tende a forçar o consumo de pacotes tecnológicos padronizados, enquanto insumos para produtos de modo geral, mas particularmente no que se refere à geração de produção imaterial nas mais diversas áreas.

A internacionalização voltada para produção e consumo na forma de *prato feito* advindo do exterior constitui apenas mais um fator a dificultar a construção de processos de desenvolvimento mais autônomos, e a reproduzir os termos da dependência. No caso da educação, por exemplo, a internacionalização ocorre não só através da montagem ou (frequentemente) aquisição de estabelecimentos já existentes, mas também via disponibilização de pacotes de ensino/aprendizagem a serem consumidos em grande medida de forma acrítica. De passagem vão sendo destruídos aspectos da cultura e dos valores locais, portanto da identidade historicamente construída, ao tempo em que outras concepções e crenças vão sendo

postas para que sejam rapidamente assimiladas – configurando-se um processo de transposição de natureza ideológica sem qualquer mediação.

Mas, ao mesmo tempo em que essas transformações acontecem, se intensifica também a tendência do capital internacionalizado a penetrar em áreas produtivas de não mercadorias ou originalmente laterais ao grande capital monopolista. O fenômeno ocorre - com características distintas – inclusive em formações sociais em que o desenvolvimento capitalista se dá de forma subordinada. Esta tendência ao rompimento dos limites da produção mercantil, presente desde a formação do modo capitalista de produção, vai se acentuando em todo seu processo evolutivo à medida que se torna mais premente a busca por novos espaços de valorização.

E, mais uma vez, o avanço tecnológico na área das comunicações, que possibilita o acesso (seletivo e desigual) à informação em tempo real, é vital para dois movimentos interligados ainda que de diferente natureza, ambos muito relevantes enquanto componentes da forma atual de reprodução do capital: de um lado a integração dos processos produtivos e da circulação de mercadorias em nível mundial; de outro, a transmutação dos fluxos financeiros, que comentaremos no tópico a seguir e que está umbilicalmente associada, e em parte se sustenta, nas mudanças ocorridas nos próprios processos produtivos.

Em síntese, sobressaem no enquadramento sob o qual se estabelece mais fortemente a tendência à imaterialização da produção três processos interrelacionados que se associam, atuando uns sobre os outros e estimulando-se reciprocamente:

- i. Introdução de mudanças muito importantes na esfera da produção que se mundializa, num contexto de inovações tecnológicas que acontecem em velocidade inédita, conduzem à diversificação dos valores de uso produzidos, e retroalimentam alterações na forma em que a produção acontece; nas condições em que o resultado dessa produção penetra e se movimenta na esfera da circulação e mesmo nas formas de consumo.
- ii. Reforço da tendência, inerente à própria acumulação do capital de expandir-se, avançando sobre regiões e segmentos cuja produção ainda não ocorre, ou ocorre só parcialmente, na forma estrita de mercadoria.
- iii. Por fim, superdimensionamento do capital financeiro que se movimenta no espaço mundial e crescimento do peso do rentismo, relativamente aos ganhos decorrentes da criação de riqueza real.

Destacamos que tudo isso vai impactar de forma direta e muito significativa o mercado de trabalho e o próprio processo de exploração da força de trabalho, mas não no sentido simplista e muito difundido de que o trabalho humano está sendo substituído pelo *trabalho* da

máquina. Aqui consideramos que a ideia dessa substituição assume implicitamente a desumanização do trabalho.

De todo modo, os efeitos de todas essas mutações na forma em que se dá a exploração da força de trabalho são de várias ordens. Esses efeitos são comentados em diversos momentos deste trabalho.

2.6 A FINANCEIRIZAÇÃO

Concomitante à desaceleração do crescimento da economia mundial em finais da década de 1960, mas de forma mais consistente a partir dos anos 1970, começam a ser registradas transformações importantes no que diz respeito às características de pelo menos parte do capital financeiro. Dentre estas transformações está o fato de que vão paulatinamente ganhando importância e escala os capitais mais voláteis, de natureza especulativa, que alimentam um processo de valorização em grande parte fictícia.

Afirma-se a proeminência dos grandes fundos de pensão, cujas funções originais – fundamentalmente a garantia de rendimentos regulares aos trabalhadores contribuintes, a partir da aposentadoria – se deslocam para segundo plano. Também os denominados fundos mútuos, desempenham papel progressivamente mais importante, arrecadando volumes muito significativos de recursos que passam a girar fundamentalmente no interior da esfera financeira. No mesmo movimento, os mercados de ações atingem nova dimensão e as transações de natureza cambial ampliam persistentemente as operações de arbitragem. Os próprios mercados de *commodities* passam a funcionar num formato em que os rendimentos financeiros adquirem certa autonomia e a correspondência com os fatos concretos que comandavam a precificação nesses mercados já não é tão preponderante. Além do mais, vai sendo tecida, tornando-se progressivamente mais densa, uma teia de interligação entre os distintos mercados financeiros.

No mesmo contexto, também conquistam grande importância outras instituições e instrumentos financeiros, bancários e, sobretudo não bancários, capazes de atrair parte significativa da riqueza gerada e, a seguir, fazê-la multiplicar-se nominalmente. Com o desenrolar do processo, as cadeias de derivativos financeiros se alongam e se articulam, conformando pacotes negociáveis que podem perder quase inteiramente sua conexão original com a riqueza concreta que, em princípio, justificara a sua gênese.

Salientamos desde logo, o domínio do grande capital financeiro internacionalizado sobre os mercados financeiros dos distintos países e sua forte influência nas decisões relativas às políticas monetárias, e fiscais, de forma ainda mais acentuada no caso dos países dependentes.

Em síntese, o capital financeiro - enquanto fusão do capital bancário com o capital industrial do qual tratavam Lenin e Hilferding no início do século XX - agora atua num formato em que as *finanças*, sem romper (na verdade aprofundando) seus vínculos com o capital industrial, passam por uma transmutação, adquirindo nova complexidade em sua natureza e em sua forma de funcionamento. Isso não impede a elevação do seu nível de autonomia no sentido de maior liberdade de ação por parte daqueles que comandam seus movimentos. E mencione-se já aqui, que um dos aspectos do fenômeno que está sendo descrito, em geral denominado financeirização, virá a ser o redimensionamento do peso relativo da parcela do excedente (e da poupança de modo geral) que se encaminha a investimentos produtivos, relativamente àquela direcionada para aplicações especificamente financeiras em favor destas últimas. É o rentismo que se renova e se restabelece fortemente, num processo de hipertrofia das finanças na economia mundial.

As raízes de todo esse processo estão fincadas no esgotamento do padrão de acumulação formatado no pós-guerra, que em boa parte se apoiava na 2ª Revolução Industrial e cuja face monetária se escorava na conversibilidade do dólar que acabou se constituindo numa espécie de reserva de valor em nível mundial. O próprio formato dos acordos construídos ao final da guerra, particularmente em Bretton Woods, aliado à ocorrência de eventos específicos, conduziu à saída de dólares dos Estados Unidos em grande escala. Alargados, seja num primeiro momento, por investimentos voltados para a reconstrução de países europeus devastados pela guerra, seja pela manutenção das atividades belicistas dos Estados Unidos, estes fluxos de moeda se concentraram na Europa, em especial na praça de Londres.²⁹ Desde então, de há muito, a grande potência industrial do século XIX - a Inglaterra - já havia perdido a sua representatividade nessa dimensão e caminhava no sentido de especializar-se na produção de serviços com ênfase naqueles de índole financeira.

A partir daí, esse inchaço de liquidez passa a se retroalimentar via movimentos de autovalorização, em grande parte no interior da própria esfera financeira, conformando a economia dos eurodólares, depois petrodólares. Esta última denominação decorre do fato de que o fenômeno em questão foi fortemente potencializado pela brusca elevação dos preços do petróleo a partir de 1973.

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 238-239.

Mencione-se que este último elemento é por vezes considerado como o fator que desencadeou uma sucessão de dificuldades para a continuidade do processo de acumulação em escala mundial. Mas a denominada crise do petróleo – que causou impacto sobre as condições de geração de inúmeros produtos, e constituiu o marco de encerramento de um longo período em que o baixo custo da energia constituiu componente importante do crescimento - ocorreu já num contexto de esgotamento das demais circunstâncias que haviam propiciado esse crescimento. Estas mesmas circunstâncias, ao favorecerem a expansão e acumulação de capital, também alimentaram a emergência de contradições que precipitaram a ruptura unilateral da conversibilidade do dólar pelos Estados Unidos em 1971, influenciando a própria e já referida elevação dos preços do petróleo. Em suma, o que estamos buscando ressaltar é a diferença entre fatores imediatos que conduzem à instalação de uma crise e contradições desenvolvidas no interior do próprio processo de acumulação do capital que conferem ao capitalismo sua condição cíclica e que definem, portanto, a essência das suas crises.

De todo modo, as dificuldades enfrentadas para sustentar uma expansão mais generalizada da economia mundial a partir da década de 1970 seguiram, por sua vez, impulsionando o processo de ampliação absoluta e relativa do capital financeiro, superdimensionando o rentismo e acirrando os fatores de instabilidade. Aí começaram a se materializar, de forma paulatina, elementos que iriam deixar marcas nas várias dimensões dos processos econômicos e retroalimentar a emergência dos fenômenos financeiros.

Os fluxos que compõem os movimentos internacionais de capital constituem parte muito significativa do conjunto de fundamentos que conduzem e integram o processo de financeirização. E um de seus campos preferenciais de expansão virá a ser a compra de títulos públicos em geral, com conseqüências particularmente lesivas quando estes fluxos se dirigem aos mercados financeiros dos países dependentes. Nestes países, cujos mercados acionários, embora experimentando relativa ascensão e assumindo diversas nuances, são mais frágeis e limitados, é ainda mais acentuada a relevância relativa daqueles capitais que se destinam precipuamente a aplicações em títulos do Tesouro, passando, a partir daí, a alimentar-se de rendimentos decorrentes da dívida pública. E destaque-se o que virá, por múltiplos motivos, ser muito discutido por aqueles que com distintas concepções, se dedicam à análise do tema: o reflexo do endividamento no equilíbrio das contas governamentais decorrente da progressiva securitização dessa dívida.

Especialmente esta característica implica em mudanças e acirramento na competição pelos fundos públicos de modo geral e, conseqüentemente, em realinhamento das disputas no interior do bloco no poder, com impacto na atuação dos Estados nacionais. E, nessa mudança, configura-se uma tendência ao fortalecimento da presença dos grandes grupos financeiros, locais e/ou internacionais, junto ao aparato estatal na disputa pela hegemonia.

Aí, as pressões pela adoção de políticas neoliberais de contração dos gastos públicos, tanto no que diz respeito a investimentos quanto a despesas correntes, se fazem sentir com muita força. Cresce o nível dos gastos com as rubricas relacionadas à dívida pública e, portanto, o comprometimento das receitas com esses gastos em detrimento de tudo o mais.

Nesse processo, sob a alegação da necessidade de praticar-se a *responsabilidade fiscal*, ou a *austeridade fiscal*, acaba-se também, numa aparente contradição, por reduzir a receita pública através de medidas de cunho contracionista. Tornam-se ainda mais estreitas as condições de adoção de políticas públicas de modo geral, incluindo aquelas de cunho social, mas também as voltadas para investimentos em infraestrutura econômica, por exemplo. Contudo, a contradição é apenas aparente. A lógica mais geral do movimento inclui a construção do dito *Estado mínimo*. Nesse sentido, além da privatização das entidades de natureza estatal que, apesar de suas peculiaridades, já operam na órbita mercantil, busca-se a redução das atividades do Estado enquanto produtor de serviços públicos. Em áreas como educação, saúde segurança e muitas outras, vai-se abrindo espaço para a mercantilização de tudo aquilo que até então fora produzido diretamente pelo Estado no formato de não mercadoria.

Chesnais, um dos autores pioneiros no estudo da financeirização, assumindo como ponto inicial de análise a década de 1980, - quando o autor considera situar-se a emergência de um *novo regime de acumulação* – afirma que é da esfera financeira que se deveria partir para compreender o movimento do capital em seu conjunto e as *tendências* da economia mundial nessa fase de desenvolvimento do capitalismo. Na realidade, o autor explicitamente modifica sua postura analítica anterior, quando trabalhava com a hipótese de que a *mundialização* do capital *constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo*. Então, centrava sua análise na organização e operações das multinacionais ainda que já aí destacasse o fato de que a *mundialização* fosse mais impulsionada na esfera financeira que em qualquer outra. Ao revisar essa postura, afirma que, a partir da adoção das políticas de liberalização e desregulamentação, as tendências da acumulação de capital em nível mundial teriam passado a ser *comandadas (...)* pelas operações e opções de um capital financeiro mais concentrado e centralizado que em nenhum outro período precedente do capitalismo.³⁰

³⁰ CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custo e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 7.

A esfera financeira teria passado a representar *a ponta de lança do movimento de mundialização da economia*, por envolver os montantes mais elevados de capital, com a maior mobilidade, e por sua liberdade de iniciativa, relativamente aos Estados nacionais. Chesnais privilegia, portanto, a observação do capital financeiro e de sua dinâmica para a compreensão das novas formas assumidas pelo capital e pelo capitalismo em nível mundial e, conseqüentemente, do seu movimento no sentido da internacionalização. De todo modo, mesmo tomando o capital financeiro como foco principal de análise, estabelece um conjunto de relações entre o que seria a *mundialização financeira* e o que considera as novas características da acumulação de capital,³¹ dentre os quais a distribuição da renda gerada mundialmente entre os países e no interior de cada um deles. Explora aí o que denomina novo regime salarial,- o que interessa de perto aos objetivos deste trabalho.

Em texto escrito em 1998, levanta a hipótese de que a crise da Coreia, de 1997, constituiria a etapa inicial da *primeira crise propriamente mundial desde os anos 30*.³² Ou seja, aí se teria iniciado a primeira crise do capitalismo financeirizado a atingir nível mundial. Consideramos que na verdade, esta foi um elo maior de uma crise em cadeia que começou com os ataques especulativos às moedas de um número significativo de países asiáticos, associados ao movimento de valorização do dólar. De todo modo, como observa o próprio Chesnais, estas crises cambiais, que provocaram fortes desequilíbrios nos sistemas financeiros de diversos países, afetando inclusive Hong Kong - então ainda fora do domínio chinês - não se restringiram a esta região. Espalharam-se posteriormente em direção à América Latina, onde atingiram o México e o Brasil.

No caso do Brasil, no período mais agudo e tumultuado da crise, para além da sucessiva e quase folclórica troca de nomes na presidência do Banco Central,³³ foi queimado, no curto período de uma semana, cerca de um sexto do estoque de divisas do país, cuja situação ameaçou atingir um limite crítico. Além disso, a crônica vulnerabilidade externa se agravou com o surgimento de *deficits* na Balança Comercial. Afinal, em janeiro de 1999, o real foi

³¹ *Ibid*, p.11

³² *Ibid*, p. 8-9

³³ Na verdade, o que soou absurdo em termos de mudanças de comando naquele momento, veio a ser, de longe, superado pelo troca-troca de cadeiras protagonizado pelo governo Jair Bolsonaro em várias áreas da administração pública, sendo a mais notória a situação do Ministério da Saúde, que após várias substituições, foi dirigido por um ministro militar, não médico, totalmente despreparado para o cargo, em pleno curso de uma pandemia que ceifou a vida de mais de seiscentos mil brasileiros.

desvalorizado e introduzida a flexibilidade cambial. A assombração do déficit na Balança Comercial foi contornada, mas, em contrapartida, manifestou-se um desaquecimento da atividade econômica. O que queremos ressaltar é que Chesnais centra sua análise no que seria um *regime de acumulação dominado pelas finanças e comandado por poderosos interesses econômicos do tipo rentista*,³⁴ e na vulnerabilidade financeira sistêmica que tal regime carregaria. É de considerar-se também que já na década de 1990 este autor visualiza a tendência à eclosão de uma crise mundial, com origem nas finanças, que afinal veio a se configurar em 2008.

Embora as primeiras crises pós financeirização tenham se originado notadamente a partir dos mercados cambiais, a interconexão do conjunto dos mercados financeiros e sua mundialização já sinalizavam – como bem o percebeu Chesnais - no sentido da emergência de complicações mais generalizadas. De todo modo, a potencialização de riscos e a permanente instabilidade, inerentes a um tipo de acumulação em que as finanças assumem uma proeminência tão acentuada, deixam sempre latentes as probabilidades do germinar de crises, cujo momento de eclosão se define basicamente a partir de movimentos de natureza especulativa.

Ataques dessa natureza a moedas mais vulneráveis provocaram, na década de 1990, uma série de crises em cadeia, conferindo grande notoriedade aos mercados de câmbio. Mas, logo a seguir, ficou muito nítido que a questão estava longe de se limitar a estes mercados e envolvia um espectro muito maior de operações alavancadas que haviam se instalado no conjunto dos mercados financeiros e, por essa via, contaminado toda a economia mundial. O estouro, em 2000, da bolha formada pela valorização exponencial do índice da *National Association of Securities Dealers Automated Quotation* (NASDAQ), representativo do preço das ações de empresas de comércio eletrônico e intensivas em tecnologia, conhecidas como empresas *ponto com*, foi outra sinalização.

Todas estas crises, que de início se apresentaram de maneira mais ou menos localizada, culminaram na crise global de 2008, quando foi atingido o âmago do sistema financeiro mundial e cujos rebatimentos ultrapassaram em muito a esfera financeira. Concretamente, no caso de 2008, a criação de *pacotes* conformando produtos financeiros que envolviam riscos cada vez mais elevados, associada à especulação imobiliária, continha todos os ingredientes para a

³⁴ CHESNAIS, *op. cit.*, p. 9.

formação de bolhas, que não apenas apresentavam perigo de explodir, mas cuja explosão era apenas uma questão de tempo. Então, o que apareceu inicialmente como uma crise no mercado imobiliário americano alastrou-se como crise financeira de proporções globais, atingindo rapidamente a esfera produtiva. É como se o componente financeiro, que acompanhou a mundialização do conjunto dos processos econômicos, carregasse consigo tal carga de potencialização da instabilidade, que colocava no cenário quase que a ameaça permanente de colapso.

De toda forma, a expansão e o redimensionamento qualitativo e quantitativo do capital que se valoriza no interior da esfera financeira, por sua própria volatilidade, contribuíram para destravar amarras próprias do regime de acumulação anterior e, nesse sentido, das próprias condições econômicas, sociais e políticas que então vigiam. A financeirização, portanto, atuou impulsionando os processos de desregulamentação e liberalização, também funcionais ao conjunto do novo regime de acumulação que se foi estabelecendo e ao próprio processo de internacionalização do capital em sua configuração mais recente, na qual o papel das finanças assume forte proeminência.

2.7 INTERNACIONALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA

As variadas relações de mercado que se estabelecem entre os países parecem conter, em sua própria essência, elementos de assimetria, logo, potenciais conflitos. Ainda que, de alguma forma, pudéssemos teoricamente conceber que vínculos de natureza econômica possam se revelar *benéficos* para todas as partes envolvidas - como preconizava Ricardo no caso das relações comerciais - a balança dos *benefícios* inclui impactos e contradições de ordem variada. E, na maior parte das circunstâncias, pende para o lado mais forte. Assim que, desde a formação do modo de produção capitalista e no decorrer de sua evolução, a expansão do mercado mundial e todo o processo de internacionalização fortaleceram aqueles países em estágio mais avançado de desenvolvimento capitalista, detentores de capitais mais concentrados e centralizados e cuja valorização se dá via forças produtivas mais avançadas. Em todo caso, rupturas que alterem tendências dessa natureza são raras, ainda que não impossíveis.

Na raiz do fenômeno econômico mais geral dominação-subordinação entre formações sociais, encontra-se a tentativa de apropriação de recursos ou do excedente gerado além-fronteiras. Em passado mais remoto, isso aconteceu através da pilhagem de riquezas e/ou da prática da escravização no mundo antigo. Aconteceu ainda, em formas de produzir que precederam o modo de produção capitalista, mas que já haviam desenvolvido atividades comerciais em certa escala, via relações de troca. E tudo isso se misturou no antigo sistema

colonial.³⁵ Neste último caso, a prática do saque de metais preciosos conviveu com a implantação de sistemas de produção de mercadorias destinadas ao mercado mundial, através do uso da força de trabalho de pessoas escravizadas e convertidas, elas próprias, em mercadorias com circulação internacional.

A consolidação do modo de produção especificamente capitalista pressupõe que o excedente gerado assuma preponderantemente a forma de mais-valor. A reprodução da sociedade capitalista implica na busca incessante pela acumulação do capital através da valorização do valor e da apropriação do mais-valor gerado. Esse é o móvel que levou às primeiras formas de internacionalização via ampliação do mercado mundial e desenvolvimento do embrião do que viria a se configurar como exportação de capitais em larga escala. O advento da Grande Indústria e a progressiva concentração e centralização do capital implicaram, como já visto, em alterações no processo de internacionalização. Implicaram também em mudanças nas formas do exercício do domínio e, portanto no formato de sua contraface, a subordinação, que assume o caráter de dependência.³⁶

Enquanto a valorização do valor transita para formas internacionalizadas, a apropriação do mais-valor, através da troca desigual nas relações comerciais e da transferência via pagamento de juros ou remessa de lucros, vai, paulatinamente, assumindo formas mais sofisticadas. Na sequência, as economias nacionais se tornam mais e mais entrelaçadas e a mundialização do capital se estabelece.

Concretamente, as condições de desenvolvimento de formações sociais singulares implicam na coexistência, em cada conjuntura específica, de diferentes níveis de produtividade do trabalho, diversificados graus de exploração da força de trabalho e condições diferenciadas de organização e capacidade de resistência dos trabalhadores. Foi focando na integração desigual e incompleta, própria de todas as expressões da internacionalização do capital, que se desenvolveram as distintas vertentes da teoria da dependência dentre as quais, a marxista.

³⁵ Aqui estamos considerando *antigo sistema colonial* aquele que se sustentou na exploração de colônias americanas por países europeus como caracterizado por Fernando Novais em *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*.

³⁶ O conceito de dependência utilizado neste trabalho acompanha, no fundamental, aquele desenvolvido na obra de Marini, especialmente em *Dialética da dependência*: "(...) dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência." MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1990. p. 4.

Destaque-se que um dos aspectos marcantes da teoria da dependência é que ela inverte o eixo de análise. No que diz respeito à internacionalização, ao invés do foco no capital que se expande e se internacionaliza, parte das condições de desenvolvimento capitalista nos países dependentes, receptores dos impactos e do próprio capital em processo de internacionalização. E busca explicar porque nestes países – consideradas relações internacionais assimétricas - a reprodução do capital, a apropriação do mais-valor e particularmente as condições de exploração da força de trabalho assumem características distintas daquelas próprias dos países exportadores de capital.

Ao serem incluídos, de forma significativa, na exportação de capitais, aqueles destinados à produção industrial em países dependentes, materializa-se a propensão intrínseca ao capital de expandir-se atravessando fronteiras, mas de forma mais concreta, configuram-se condições em que a valorização do valor tende a ocorrer a partir de taxas mais elevadas de exploração da força de trabalho, frequentemente sob a forma de superexploração. Ademais, devemos considerar que o movimento de internacionalização do capital industrial em direção aos países dependentes ocorre de forma bastante seletiva, não abarcando nem todos os países dependentes, nem todos os segmentos industriais.

Os estabelecimentos fabris implantados nesses países a partir da internacionalização da produção, em sua grande maioria, e desde a origem, se caracterizaram por utilizar tecnologias já consideradas tradicionais na época de sua instalação. Ainda assim, na maioria dos casos, constituíram-se num avanço no sentido da modernização, comparativamente às condições prevalentes, nas manufaturas locais, baseadas em capital nacional.³⁷ Mas, evidentemente, não resultaram de um processo endógeno de desenvolvimento das forças produtivas.

Tudo isso sinaliza outra mudança qualitativa no modo de expansão do capital e do próprio processo de internacionalização, que até então ocorria de forma a desencorajar a emergência de empreendimentos industriais fora dos países-núcleo do desenvolvimento do capitalismo. Os países dependentes por um lado foram estimulados a tornarem-se progressivamente usuários e compradores, e a seguir produtores, de bens com conteúdo tecnológico em processo de difusão. Por outro, passaram a enfrentar obstáculos cada vez mais fortes à produção de tecnologia, com

³⁷ No caso do Brasil, iniciativas levadas a cabo com forte participação direta do Estado brasileiro já haviam avançado, a partir da década de 1930, na montagem do que se convencionou denominar indústria de base. Esses passos iniciais foram importantes, quando o processo de substituição de importações ganhou maior fôlego, na década de 1950, na direção de bens de consumo final, particularmente no que diz respeito à instalação da indústria automobilística.

raras exceções, em nichos muito específicos. É parte da política imperialista de desenvolvimento retardatário e incompleto das forças produtivas, que sempre esteve presente nesses países e que persiste ainda hoje, apesar de assumir outras características.

Quando se dirige aos países dependentes, inicialmente e na maioria dos casos, o capital produtivo que se internacionaliza apodera-se dos mercados desses países, participando do já mencionado modelo de substituição de importações. Consolidado o processo, pode, em alguns países, direcionar parte dessa produção ao mercado mundial. Isso aconteceu, ainda que de forma limitada, no caso brasileiro, principalmente a partir da década de 1980. Nessa mesma década, em algumas regiões, ocorreram circunstâncias em que as unidades produtivas já se instalaram no formato de plataformas de exportação. Mas, em maior ou menor grau, ambas as configurações implicaram em alterações na divisão internacional do trabalho, iniciando-se aí um processo de modificações significativas no comércio internacional.

Estes movimentos transcorreram num contexto inicial de reconfiguração das relações de subordinação. São representativos de um novo tipo de domínio, que na esfera política se expressaram na aceleração da tendência à independência formal do que ainda restava das antigas colônias. A redivisão do mundo em áreas de influência, na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, já havia lançado as bases para a independência política formal de uma porção significativa das áreas coloniais. Mas, esta tendência, que comportando contradições já se expressava naquele momento, só viria a completar-se após a 2ª Guerra Mundial ao tempo em que se dava a internacionalização do capital produtivo, e abrangeria uma série de variações decorrentes de especificidades regionais. Variações que dizem respeito inclusive ao grau de autonomia relativa de fato conquistada pelos novos, mas também pelos países dependentes mais antigos, cuja independência formal já estava consolidada.³⁸

Hobsbawm chama atenção para a circunstância de que o país que mais resistiu na manutenção de um colonialismo arcaico - sobretudo em suas colônias africanas, que só conquistaram a independência na década de 1970 - foi Portugal.³⁹ Esta resistência procederia da fragilidade do desenvolvimento capitalista nesse país, que para preservar o que restava de

³⁸ No caso da América Latina, a independência formal da quase totalidade dos países se deu ainda na primeira metade do século XIX. Contribuiu para tanto, o fato de terem sido colonizados pela Espanha e por Portugal, países com fortes vínculos de subordinação no que tange ao desenvolvimento do capitalismo em seu próprio território. Aqui, a ruptura com a condição de colônia representou, de certa forma, a passagem para uma linha mais direta de dependência, inicialmente com a Inglaterra e, a seguir, com os Estados Unidos.

³⁹ HOBBSAWM, 1995, p. 218.

suas colônias, precisava manter os pés fincados no passado. Os países de capitalismo mais desenvolvido, sedes dos grandes monopólios e agentes principais do processo de internacionalização, dispunham de formas de dominação que tornavam supérflua a ocupação direta. Nestes, a transferência de valor pode se basear na própria reprodução das condições econômicas em que se dá a relação de dependência. Aí, mais uma vez, se expressa a predominância da coerção econômica, peculiar ao modo de produção capitalista, também nas relações de subordinação entre países.

O novo status alcançado pelas antigas colônias seja no decorrer da 2ª Guerra, seja no período imediatamente subsequente, foi, em alguns casos, acompanhado pelo redesenho do mapa de vários países, protagonizado, em grande parte das circunstâncias, pelos interesses das nações mais poderosas no cenário mundial que saíram militarmente vitoriosas do conflito. As novas demarcações constituíram também uma reiteração, numa conjuntura distinta, do que já acontecera durante e ao final da 1ª Guerra.

Assumindo, ainda com Hobsbawm, que as duas Guerras Mundiais representaram conflitos interimperialistas, era de esperar-se que, no seu desfecho, os vitoriosos repartissem o butim. Mas, a artificialidade de muitas das novas fronteiras acabou por deixar sequelas que, com variada intensidade, resultaram em hostilidades, algumas não totalmente sanadas até os dias que correm. Considere-se também, que a crise de 1929, ao atingir com força os países dependentes, constituiu-se num nítido sinal, mesmo para as elites econômicas desses países, - então fundamentalmente produtores de matérias primas -, da possibilidade de eventuais divergências entre seus próprios interesses e os dos países imperialistas. A queda mais acentuada de preços dos produtos primários frente aos dos industrializados no mercado mundial, no decorrer da crise, evidenciou essa questão.

Destaque-se ainda, que nas circunstâncias do desenrolar e do imediato pós-2ª Guerra, já se tornara incontestado o papel mundialmente hegemônico dos Estados Unidos, não só na esfera econômica, mas também na política e na militar. Sob essa hegemonia, foram firmados acordos e ocorreu a criação, próximo ao final da guerra, de várias instituições supranacionais de natureza permanente, que deveriam dirimir conflitos e uniformizar procedimentos em diversas esferas, em nível internacional.⁴⁰ Dentre suas competências, estavam as de elaboração de diretrizes para

⁴⁰ Ademais, destacamos aspectos ideológicos importantes da construção dessa hegemonia, especialmente no campo da cultura e das artes. Nesse sentido, podem ser considerados vários programas de difusão de aspectos da cultura e do modo de vida americano. Particularmente no que diz respeito às artes, mencionamos, por emblemático, o papel desempenhado pela cinematografia americana.

procedimentos em campos como saúde e educação, mas também quanto à exploração da força de trabalho e, em alguma medida, a regulamentação dos fluxos comerciais, monetários e financeiros internacionais.

Tais instituições foram moldadas e atuaram, sobretudo, de forma funcional à manutenção do *status quo* internacional que se firmou em decorrência do resultado da conflagração. Contribuíram para a estabilidade e legitimidade dos acordos firmados, provendo certo nível de previsibilidade à relação entre as moedas e, dentro de uma margem bastante ampla, ao *modus operandi* do conjunto do sistema capitalista. Compuseram também, uma tentativa de conferir pretensa isenção e neutralidade a decisões com potencial para afetar interesses de mais de um país, particularmente diante de enfrentamentos que se acirrassem de modo mais evidente.

Durante certo tempo, especialmente em algumas conjunturas, alcançaram proeminência e desempenharam papel importante, sendo mantidas ainda hoje, com graus variados de relevância e visibilidade. Mas à medida que foram se alterando as circunstâncias do pós-guerra, diversas decisões, especialmente por parte dos Estados Unidos, viriam a desconhecer ou dispensar seus julgamentos e deliberações. Em conjuntura recente, este país chegou a iniciar processo formal de retirada da Organização Mundial da Saúde (OMS), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), num momento de grave crise sanitária mundial. E não é coincidência o fato de que o enfraquecimento de algumas delas tenha ocorrido de forma paralela ao movimento de desregulamentação da economia mundial, a partir das últimas décadas do século XX.

Sem discorrer sobre as atividades de cada uma dessas organizações, vale fazer menção àquelas com atuação mais diretamente ligada à temática geral deste trabalho. Na esfera do comércio internacional, por exemplo, as diferenças de interesses entre países, e decorrentes insatisfações, deveriam ser encaminhadas e solucionadas através do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), posteriormente institucionalizado na Organização Mundial do Comércio (OMC). E quando eventuais conflitos chegassem a colocar o uso da força como alternativa real da agenda, a ONU,⁴¹ constituiria o caminho, através do qual, decisões coletivas e comprometimento do conjunto dos partícipes deveriam ser buscados.

⁴¹ Quando do término da 1ª Guerra Mundial foi criada a Liga das Nações que deveria contribuir para a manutenção da paz mundial. Esta instituição não cumpriu tal objetivo, em parte porque o Tratado de Versalhes que, dentre outras medidas a originou, configurou-se como problemático, desde sempre.

Mencione-se ainda, o papel longo desempenhado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na configuração da dependência via ingerência, sobretudo, em questões relacionadas às políticas monetária e fiscal de países induzidos a um lesivo processo de endividamento. O alto nível de comprometimento dos recursos públicos com o pagamento dessas dívidas não reduziu as exigências e pressões dos credores. Estas foram, em algumas conjunturas, levadas até o limite da inviabilização de cumprimento das cláusulas contratuais, implicando no *default* por parte de algumas nações. A atuação do FMI nas negociações priorizou sempre o pagamento da dívida e, sobretudo, dos respectivos encargos. Por fim, uma referência ao Banco Mundial que, ao direcionar linhas de crédito aos países dependentes, coloca uma série de condicionantes, que estreitam a margem de autonomia dos Estados nacionais.

De toda forma, as aludidas instituições permanecem vivas e, ainda hoje, ocasionalmente ganham relevo, particularmente quando as circunstâncias favorecem decisões políticas conjuntas e envolvimento de vários países na implementação dessas decisões. E, em muitos sentidos, seguem cumprindo papel de mediação e chancelando os termos em que se materializam as relações de dependência.

Continuam também atuantes, enquanto instâncias formuladoras de normas em várias áreas, como aconteceu em relação às diretrizes internacionais de prevenção e cuidados com a saúde, em presença do surto pandêmico da Covid-19, e na coleta de dados e construção de indicadores padronizados, também em diversas áreas.

E, de passagem, uma referência à necessidade de inovar-se de forma mais ampla no que diz respeito aos sistemas internacionais de levantamento de dados e informações macroeconômicas que, principalmente formatados na realidade do pós-2ª Guerra, deixam de captar fenômenos mais recentes que, de alguma forma, apresentam importante transversalidade. E já que o tema foi mencionado, é sempre bom lembrar a intrínseca incomensurabilidade de muitos processos sociais e, portanto, a importância de considerar os resultados dos esforços de quantificação e modelagem o que estes realmente são: representações simplificadas da realidade. Mas sempre limitados e parciais. Ainda que frequentemente mistificados e mitificados como se suficientes em si, para conferir colorido científico a sínteses quantitativas de uma realidade complexa e não inteiramente captada. Ademais, qualquer processo de quantificação passa longe da neutralidade. Traz sempre, em sua formulação, determinada visão de mundo e as marcas de concepções teóricas particulares.

E enfatize-se a questão, adiantada por Lênin, e resgatada por Hobsbawm de que, quando da consolidação do capital monopolista, já não existiriam áreas a serem *descobertas* e, portanto, qualquer novo espaço de dominação implicaria, em rearranjos que propiciassem o deslocamento de um domínio estabelecido anteriormente. Como já aludido, na visão deste

último autor, os maiores conflitos militares do século XX teriam deixado para trás as motivações de conquista de novos territórios e se transformado em guerras de disputas interimperialistas. Nas duas Guerras Mundiais, se defrontaram países do núcleo de desenvolvimento do capitalismo. Mas, sem que isso signifique a inexistência de tensões e conflitos, depois de 1945, as grandes potências capitalistas não voltaram a se enfrentar diretamente e nem foram travadas guerras no interior de seus territórios. Tampouco a União Soviética, que se constituía, em outros moldes, numa grande potência mundial, participou de enfrentamento direto contra qualquer país dentre aqueles considerados desenvolvidos no bloco capitalista.

Quanto ao antagonismo entre o campo capitalista e os países que, de alguma forma, se organizaram em regimes econômicos distintos e se enquadraram no entorno da União Soviética, a Guerra Fria foi a realidade vigente até o ocaso e derrocada do bloco. A queda do muro de Berlim, em 1989, constituiu o *gran finale* simbólico de uma época. Desfazem-se então, os sinais da possibilidade de hegemonia compartilhada, que chegou a ser vislumbrada por alguns, nas décadas de generalizada expansão econômica e relativa estabilidade política, quando sobressaíram as elevadas taxas de crescimento das economias alemã e japonesa. Contudo, mesmo nesse período, a supremacia americana nunca esteve ameaçada, sobretudo se considerarmos além da dimensão da sua economia, o respaldo da sua força militar. Estes elementos acabavam por articular-se num poder político, na verdade, sem concorrentes.

Ainda que a União Europeia, desde o processo de sua formação, tenha fortalecido o continente, a heterogeneidade de sua composição e o peso da liderança, sobretudo da Alemanha, e, em alguma medida, da França, nas decisões mais importantes, alimentam insatisfações de várias ordens. Além disso, a integração sempre parcial, e a seguir a expectativa de saída da Inglaterra do bloco, constituem problemas relevantes para a inicialmente anunciada progressão no sentido da uniformidade e coesão do conjunto. Por outro lado, com a dissolução da União Soviética, os países que a compuseram, ou foram anexados à Rússia, ou passaram por um processo de diáspora sendo que muitos problemas seguem latentes. E todos eles, Rússia incluída, atravessaram períodos de crise de intensidade variada. Evidentemente a Rússia, por muitos motivos, continua sendo um país muito importante no cenário mundial, mas sem o mesmo brilho do passado.

Na nova constelação de poder em nível mundial, desponta a China, que através de um crescimento econômico acelerado a partir das últimas décadas do século XX, alcançou a condição de detentora do segundo maior PIB do mundo, e do primeiro e segundo lugares, respectivamente, nas exportações e importações mundiais. E esse crescimento não se traduz apenas em volume do que é produzido e comercializado. Carrega também um progressivo e rápido conteúdo de inovação tecnológica, modificando radicalmente, em poucas décadas, tanto

a composição do seu produto quanto de suas exportações. Sua ascensão internacional, o intenso e sustentado desenvolvimento tecnológico e a organização singular de seu sistema econômico, com a presença de forte controle social, constituem a mudança mais importante na composição de forças no cenário mundial da atualidade.

Em muitos sentidos, a emergência econômica e política da China adiciona maior complexidade ao quadro internacional. Considerando que o crescimento da economia chinesa teve como um de seus componentes a própria expansão internacional do capital originário dos Estados Unidos, entrelaçando as duas economias, pode-se deduzir que esta característica, por si só, introduz novos ingredientes na lógica tradicional da divisão do mundo entre países imperialistas e países dependentes. O protagonismo no espaço de poder econômico e político mundial, ocupado desde o desenvolvimento do capitalismo pela Europa e adentrado, a seguir, pelos Estados Unidos, agora inclui o Oriente.

Aliada a essas questões, a nova dimensão da instabilidade que se estabeleceu na economia mundial a partir da transnacionalização dos processos produtivos, em sua fase mais recente acompanhada pelo processo de financeirização, atinge com muita força os países dependentes. No caso destes países, a subordinação se acentua e, portanto, as possibilidades de controle e resistência se estreitam.

Aprofundando essa tendência, emerge um novo tipo de protecionismo, adotado pelos países detentores de maior capacidade de produção de conhecimento, concretizada de forma mercantil e monopolizada. Contraditório com o discurso de desregulamentação dos mercados, mas não com a prática de adoção desigual das medidas de liberalização. De todo modo, a magnitude da questão do conhecimento, e particularmente daquele voltado para o avanço tecnológico, se acentua mais do que nunca, vindo a constituir um dos pilares da conformação de um ambiente no qual desponta a instauração de um *novo tipo de dependência*.⁴²

Assim é que, os sinais mais recentes de um novo momento da internacionalização do capital, também foram, mais uma vez, acompanhados por mudanças nas formas das relações de dominação entre o núcleo central de desenvolvimento do capitalismo e as economias subordinadas ou entre os países imperialistas e os países dependentes.

⁴² OLIVEIRA, E., *op. cit.*

2.8 INTERNACIONALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA

A violência, de diferentes tipos, sempre esteve presente em processos de subordinação entre nações. A internacionalização do capital, mesmo quando revestida de todos os mecanismos próprios da “civilização” e praticada sob regras contratuais juridicamente referendadas, carrega o componente da desigualdade no sentido da dependência. E assim, implica a presença de tensão e algum nível de violência, ainda que esta possa se manter de forma potencial.

O desenvolvimento tecnológico a partir da indústria de armamentos no decorrer da 2ª Guerra desembocou numa situação em que a possibilidade do extermínio total constitui um dado. O domínio de armas atômicas pelos Estados Unidos e a experiência do seu uso contra cidades japonesas, seguida pelo desenvolvimento progressivo da tecnologia nuclear por vários países, de alguma forma modificaram a postura do mundo em relação à guerra. Vários conflitos armados ocorreram a partir de então. Mas, como já mencionado, em nenhum deles se registrou a presença direta de duas potências nucleares em lados contrários.

No que diz respeito às armas atômicas, a política sempre foi de manutenção, em essência, do *status* alcançado previamente ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP, de 1968. Ainda que em vários momentos tenha sido discutida a adoção de medidas para a limitação dos arsenais das grandes potências nucleares, sua efetivação foi muito limitada. Na realidade, o próprio nome do Tratado explicita o objetivo de não proliferação, ou seja, impedir a entrada de novos membros no grupo de detentores desse tipo de armamento. De toda forma, apesar das pressões, alguns países optaram por não firmar o acordo e desenvolveram a tecnologia necessária para a produção dessas armas. Alguns de forma mais aberta, outros sem assumir oficialmente. Ao lado disso, os países signatários do TNP, emitiram, em 2010, documento, dito consensual, interditando qualquer plano de desenvolvimento de armas de destruição em massa no Oriente Médio. Registre-se que Israel nunca assumiu, mas tampouco nega, sua capacitação nessa tecnologia e disponibilidade desses armamentos.⁴³

Ao se deslocar para os países dependentes, os conflitos pós 2ª Guerra envolveram quase sempre confrontos entre forças extremamente desiguais em termos de capacidade de destruição

⁴³ Em 2017, sob os auspícios da ONU, surgiu um novo tratado, desta vez de Proibição de Armas Nucleares, que foi aprovado sem, contudo, contar com o apoio, muito menos a adesão, das principais potências nucleares.

de vidas ou patrimônio material. O exemplo mais emblemático é a guerra do Vietnã, que iniciada pelos franceses e assumida pelos norte-americanos, se prolongou por dez anos, ceifou muitas vidas de jovens norte-americanos e dizimou um número espantoso de vietnamitas, e também de cambojanos e laocianos. Artefatos atômicos não foram acionados, mas fez-se uso de um aterrorizante arsenal de armas químicas que atingiram de forma indiscriminada o conjunto da população. Contudo, a desproporção do poderio militar não garantiu a vitória aos Estados Unidos.

Vários outros conflitos armados aconteceram de forma relativamente localizada. Interesses econômicos de grandes grupos monopolistas internacionais conduziram a diversificadas feições de subordinação de nações, via indução e/ou apoio a golpes de Estado, derrubada de governos locais e colocação à frente do poder político de países dependentes de lideranças submissas a esses interesses. Em alguns casos, isso ocorreu via golpes civis, utilizando-se o Parlamento e/ou o Judiciário e em outros usando a violência literal das armas através das forças armadas locais, de grupos paramilitares também locais ou, num mix desses formatos. Em casos mais extremos, a intervenção internacional direta não foi descartada.

Em diversas situações, foi (é) notório o apoio de potências imperialistas à formação de grupos armados, fora do controle dos governos locais, identificados com variadas correntes e matizes ideológicos, explorando divergências já existentes na sociedade. De toda forma, o que queremos ressaltar é que a violência tem sido um componente (importante) do imperialismo e da internacionalização do capital que não pode ser ignorado. Países detentores de recursos estratégicos ou que, de alguma forma, sejam relevantes enquanto rotas para a movimentação desses recursos, têm se constituído em campo privilegiado para o exercício da violência. Esta é a face mais crua de processos frequentemente apresentados como símbolos da modernidade no sentido de que consubstanciariam um mundo globalizado, vivenciando o uso de tecnologias de produção e distribuição muito avançadas.

Vale ainda mencionar, que o progresso da tecnologia de guerra, além de ter atingido a capacidade de destruição total, evoluiu no sentido da mordazmente denominada *guerra limpa* ou *guerra inteligente*, através do uso de equipamentos de ataque manipulados à distância. Ou seja, uma maior capacidade de agressão com um menor nível de perdas. Mata-se mais e morre-se menos.

Destacamos até aqui a violência armada, mas compõe também o cenário, a violência através da aplicação de sanções, visando a asfixia econômica e a quebra do ânimo da população, a exemplo do que já aconteceu, dentre outros países, com o Irã, e, para citar um caso mais próximo, com a Venezuela. Nessa configuração, o bloqueio a Cuba, por suas peculiaridades, que incluem o nível de resistência do seu povo, é seguramente o mais prolongado. As

justificativas mais utilizadas são as de que se trata de governos ditatoriais - o que é verdade em alguns casos – ou que estimulam o terrorismo, ou que estão desenvolvendo armamentos *não permitidos*. Mas isso não impede que países imperialistas mantenham estreitas relações econômicas e políticas com vários países cujos governos são igualmente ou mais opressores, quando isso favorece seus interesses. E que detenham arsenais das mesmas armas cujo acesso negam aos demais.

Outro mecanismo poderoso de controle que vem se desenvolvendo e sendo cada vez mais utilizado é o domínio sobre a posse e disseminação de dados e informações de natureza variada - há inclusive denúncias de acesso a bancos de dados de empresas estatais e das administrações públicas -, quando não a sua manipulação e fraude. O espectro dessas informações vai desde aquelas que são captadas via satélite sobre os recursos naturais existentes nos diversos países, até dados pessoais sobre características e comportamentos da população, apropriados de formas as mais diversas, sendo trabalhados e mercantilizados para uso de interesse empresarial, mas também para fins políticos. Para proporcionar ganhos e poder, enfim.

Por outro lado, mencione-se também a emergência, notadamente a partir das últimas décadas do século XX e prosseguindo, de forma ainda mais sofisticada já no terceiro milênio, de movimentos insurgentes - que aparecem e se desenvolvem de diversas formas - praticando um tipo de terrorismo que quebra as regras assentadas em termos de práticas bélicas internacionais. O forte componente religioso, que permeia a ideologia desses grupos, é elemento importante no nível de adesão necessário à participação em missões que, além de tirar aleatoriamente a vida de grande número de pessoas são, muitas vezes, de caráter suicida. A partir de grupos vinculados a Estados ou não, e com variado nível de organização, esses movimentos já protagonizaram ações espetaculares buscando causar, além de prejuízos materiais, a morte indiscriminada, em locais de grande concentração de pessoas. Tais eventos contestatórios consubstanciam uma forma diferente e, em muitos casos, difusa, do exercício da violência, que se afasta da convencional, e procura gerar naqueles considerados adversários, um clima de medo e insegurança. Nesse gênero, o ataque mais significativo e requintado foi certamente o de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, no coração de Nova York, que chocou o mundo não só pela dimensão do número de mortes, mas, sobretudo pela ousadia dos seus perpetradores.

2.9 INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E ESTADOS NACIONAIS

O capital que se internacionaliza não o faz abstratamente. Tem origem e se movimenta a partir de formações sociais concretas, ainda que, em seu estágio mais recente, esses movimentos

possam até mesmo não ser nitidamente perceptíveis aos sentidos. É sob esse entendimento, que expressões como ‘o capital não tem fronteiras’ ou ‘o capital não tem pátria’ guardam uma imensa relatividade. A internacionalização, em sua expressão atual, tem a ver com processos de expansão e busca de valorização que de fato borram ou ignoram fronteiras, mas o espaço mundial embora possa aparecer descolado ou acima das formações nacionais, na realidade articula sociedades, economias e forças políticas concretas e seus respectivos recursos e processos históricos.

Assim como, evidentemente, o mercado mundial não é, e nunca foi, constituído apenas pela soma das transações internacionais dos distintos países, da mesma forma, a economia mundial e mundializada não é composta pela agregação das diversas economias nacionais. São instâncias qualitativamente dessemelhantes, não só no sentido de que mercado mundial e a economia mundializada interconectam o desenvolvimento capitalista nas diversas formações sociais, mas também no de que compõem esferas com lógicas próprias de funcionamento. Mas ambos só deixam de constituir uma abstração quando analisados considerando-se as forças econômicas, mas também sócio-políticas que partem de formações sociais concretas e conferem materialidade à esfera mundial, mesmo quando a internacionalização abrange todo o ciclo de valorização do valor, passando por cima das fronteiras nacionais.

Nesse processo, a base representada pelos Estados nacionais sempre se constituiu em apoio e ponto de partida para o avanço da internacionalização, da qual o capital em nenhum momento prescindiu. A essencialidade dos Estados nacionais persistiu quando a internacionalização alcançou todas as esferas de reprodução do capital e, mais recentemente, quando movimentos internos ao ambiente das finanças se mundializaram, impulsionando a dinâmica de desregulamentação e liberalização e, ao mesmo tempo, sendo por elas impulsionados. Persistiu ainda, quando a valorização do valor se deslocou para o espaço mundial, e a realidade virtual se expandiu, perpassando todo o processo de reprodução do capital. E mais: além da participação dos Estados nacionais do país de origem do capital que se internacionaliza, este precisa contar também com os Estados das formações sociais receptoras ou que participam do processo de forma subordinada. E, especialmente estes últimos, acabam passando por transformações importantes induzidas pelo movimento de internacionalização de suas economias.

No caso dos países dependentes, esse movimento tende a retroalimentar a dependência acabando por fragilizar ainda mais suas economias agravando sua vulnerabilidade estrutural, inclusive pela própria tendência à participação cada vez maior nessa estrutura, do capital internacionalizado. Direta ou indiretamente, mas de forma progressiva, grupos representativos

do capital internacionalizado penetram na composição do bloco no poder⁴⁴ no interior do aparato estatal, passando a participar de decisões, por exemplo, no que diz respeito ao orçamento público e, portanto, à formulação e adoção de políticas públicas pelos Estados nacionais destes países.

No capítulo II deste trabalho são desenvolvidas algumas questões de natureza teórica sobre o Estado capitalista. Partindo aqui da consideração de que este possui características gerais que, em síntese, o definem como tal, há que acrescentar que, por outro lado, apresenta multiplicidade de formas nas condições concretas de cada formação social em que se materializa, além de também comportar transformações na medida em que o próprio capitalismo se desenvolve. Assim, no que se refere especificamente aos Estados nacionais dos países dependentes, estes e, conseqüentemente, suas formas de atuação também se modificam na esteira das alterações das características da dependência.

No capitalismo atual, há que destacar a participação ativa das finanças, locais e/ou internacionalizadas, nesse bloco. Frente ao que estamos chamando internacionalização dos Estados nacionais, na qual tem participação especial o capital financeiro e suas diversificadas faces, a própria autonomia relativa⁴⁵ desses Estados se reduz, atingindo o grau de soberania dos países dependentes.

Assim, ainda que haja muita discussão em torno do tema, consideramos aqui que o advento da valorização do valor no espaço mundial acontece num arcabouço em que, embora o âmbito da reprodução do capital seja mundializado, as instâncias nacionais e seus poderes

⁴⁴ De modo geral a expressão bloco no poder é utilizada neste trabalho na acepção de Poulantzas, ou seja, enquanto uma unidade contraditória em que distintas frações da classe dominante se movimentam submetidas, em última instância, aos interesses da fração hegemônica.

⁴⁵ Em várias passagens de sua obra Marx faz referência à questão da autonomia relativa dos Estados nacionais no capitalismo a partir da forma em que se dá a articulação entre a instância econômica e a instância política nesse modo de produção. Assim que, ao apresentar-se como representante do conjunto da sociedade o Estado capitalista isola a instância política das relações sociais de produção e, dessa forma, o Estado da sociedade civil.

Engels explicita seu pensamento afirmando que o Estado (...) *es la confesión de que esa sociedad se ha enredado en una irremediable contradicción consigo misma y está dividida por antagonismos irreconciliables, que es impotente para conjurar. Pero a fin de que estos antagonismos, estas clases con intereses económicos en pugna, no se devoren a sí mismas y no consuman a la sociedad en una lucha estéril, se hace necesario un poder situado aparentemente por encima de la sociedad y llamado a amortiguar el choque, a mantener-lo en los límites del "orden". Y ese poder, nacido de la sociedad, pero que se pone por encima de ella y se divorcia de ella, más y más, es el Estado.* ENGELS, Friederich. *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. p.606.

persistem e determinam níveis de dependência e subordinação entre os países, possivelmente mais potentes do que em qualquer outro período histórico.

A tendência à articulação e integração econômica em termos mundiais caminha imbricada com a disputa por poder político, sendo frequentemente utilizada nesse universo a coerção decorrente da força econômica, mas também da força política e, em casos mais extremos, aquela que deriva mais diretamente do poderio militar. Com isso não se quer dizer que as esferas da economia e da política estejam sempre sobrepostas. Disputas e conflitos, armados ou não, em muitos contextos, decorrem de questões que têm raízes em circunstâncias históricas e culturais que podem originalmente guardar relativa independência de razões de natureza econômica. Mas podem também ser manipuladas em função de interesses externos a essas circunstâncias. E é sempre útil reafirmar que mudanças significativas nos padrões de reprodução do capital comportam, e na maioria dos casos requerem, alterações em outras esferas que não aquelas de natureza essencialmente econômica.

Mas as mudanças mais recentes nas formas de produção - sobretudo no que diz respeito à produção imaterial que ocorre no mundo virtual - e nas formas em que o capital se internacionaliza, certamente colocam a necessidade de novas reflexões sobre inúmeras questões que abarcam formas insólitas de reprodução do capital e de valorização do valor. Isso tem repercussão também sobre as convencionadas fronteiras nacionais e as características do real poder dos Estados nacionais na contemporaneidade e no futuro próximo, quando problemas inéditos seguem surgindo e se multiplicando dia após dia. De toda forma, poder econômico e poder político, apesar de constituírem diferentes esferas, manifestam estas diferenças no interior de uma unidade⁴⁶ expressa pelas relações que conformam o capital.

E mesmo a produção mundializada que por um lado busca escapar dos processos de institucionalização representados pelo poder dos Estados nacionais, por outro se apoia nesses mesmos Estados para desenvolver tanto a base técnica material quanto o poder político que viabilizam e protegem a própria mundialização. Desse modo, a coerção econômica encoberta, própria das relações capitalistas de produção, em grande parte segue se apoiando na coerção explícita, ainda que latente, dos Estados nacionais internacionalizados.

⁴⁶ OSORIO, Jaime. *Reproducción del capital, Estado e sistema mundial*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1917. p. 10.

2.10 PERSPECTIVAS

As manifestações concretas da tendência à internacionalização do capital comportam, além de períodos em que essa tendência se expressa com diferentes graus de intensidade, eventuais reflexos, particularmente em conjunturas de desaceleração generalizada da economia mundial. Tais reflexos abrangem alguns aspectos da internacionalização e tendem a ser conjunturais, não afetando o cerne da tendência de mais longo prazo, mas podem introduzir alterações e novas características. É de notar-se, por exemplo, o encolhimento das transações internacionais e a redução de ritmo do processo de internacionalização nos episódios de crises econômicas mais severas. Os dados relativos aos impactos da crise de 1929 sobre o conjunto das transações internacionais são reveladores. E é certo que historicamente o fenômeno ocorreu de forma também muito relevante, quando dificuldades mais generalizadas foram enfrentadas pela acumulação do capital, acirrando com maior força as disputas interimperialistas e desembocando em conflitos armados de grandes proporções. Essa tendência cíclica, que se exterioriza em conjunturas específicas, está ligada ao fato de que a internacionalização conquanto carregue elementos transformadores específicos, constitui-se num componente afeito ao próprio processo de expansão do capital.

Portanto, ainda que variações e especificidades devam ser consideradas, em momentos de dificuldades nos quais fatores associados a uma elevação do risco assumem maior relevância, os capitais se retraem e se contraem em busca de espaços reputados mais seguros, tendendo a refugiar-se particularmente em suas origens, mesmo que isso implique em perdas no que se refere à lucratividade. Tal movimento acontece de forma ainda mais rápida no que diz respeito ao capital financeiro, sobretudo naqueles segmentos cujas características de volatilidade são mais acentuadas – o dito *foot loose*.

No período mais recente, a crise de 2008, cuja recuperação não se completou inteiramente, mais uma vez levou a uma desaceleração no processo de internacionalização, com as peculiaridades decorrentes das próprias mudanças experimentadas pelo capitalismo. Aí, a integração do capital em nível internacional já se configurara de forma muito mais completa e mais complexa e o processo de financeirização se acentuara. Além disso, o nível de desenvolvimento tecnológico já alcançado, ao tempo em que facilita a integração, também contribui para a propagação muito mais rápida dos problemas. E a inusitada crise, que eclodiu em 2020, associada ao surto de uma doença até então desconhecida – a Covid 19 - para o combate da qual nem a ciência nem as estruturas de atendimento à saúde da população estavam preparadas, mais uma vez acionou bruscamente os freios do crescimento da economia mundial e do processo de internacionalização.

Embora tal crise tenha sido derivada de impulso inicial externo ao movimento mais estrito da economia, seus impactos se fizeram sentir imediata e generalizadamente no plano econômico. Certamente as condições gerais prevalentes em cada formação social, exerceram forte influência, restringindo ou ampliando as perspectivas posteriores de recuperação. Além disso, a forma como se estruturavam particularmente a produção dos serviços de saúde, e de uma série de insumos e produtos inerentes a esses serviços, fizeram com que o enfrentamento do problema e de suas consequências ocorresse de forma mais ou menos eficaz. Nesse particular, a pandemia exibiu em sua inteireza a importância dos serviços públicos e universais de saúde. E, evidentemente, as opções de política adotadas tanto atuaram no sentido de agravar quanto no de atenuar as dimensões do declínio econômico, cujo elemento detonador já carregava a complexidade inerente ao fato de tratar-se de algo desconhecido, portanto pendente de experimentos e com fortíssima carga de incertezas.

Em síntese, um fator inesperado atingiu fortemente o conjunto da economia mundial, mas a estrutura desse conjunto já era, previamente, muito heterogênea, assim como eram díspares os mecanismos de defesa das distintas classes sociais no interior de cada país, particularmente naqueles com desigualdade social é mais acentuada. E, portanto, as limitações enfrentadas e as possibilidades disponíveis se apresentaram de forma distinta. Assim, tanto os efeitos imediatos como os de prazo mais dilatado atingiram de forma desigual, países e classes sociais. E, enquanto perdurou a indisponibilidade de prevenção via vacinas eficazes, ou a comprovação da possibilidade de cura efetiva a partir de medicamentos que reduzissem drasticamente a prevalência de óbitos, a economia mundial internacionalizada enfrentou severas dificuldades. Ocorreu uma brusca redução nos movimentos reais de uma economia baseada em ampla integração produtiva, com extensa circulação de mercadorias de toda ordem, além de forte contração dos níveis de deslocamento de pessoas vigorantes no período pré-pandemia.

Os próprios resultados das pesquisas visando a descoberta e produção de fármacos preventivos ou curativos constituíram outro imbróglio no que diz respeito ao seu acesso pelo conjunto da população mundial. É verdade que de pronto se delineou um movimento para que descobertas nesse sentido fossem consideradas um patrimônio que beneficiasse a todos. Cientistas se manifestaram pelo compartilhamento das descobertas e pela colaboração internacional, enfatizando a cooperação em detrimento da competição. Mas os fortes interesses de grupos monopolistas ligados à mercantilização da saúde, tanto na produção e distribuição de fármacos, quanto na prestação de serviços de atendimento propriamente ditos, dificilmente mudarão o comportamento prevalente no sentido de justificar a imposição de mecanismos como patentes e outros, obstaculizando um provimento mais equitativo.

De toda forma, as características específicas da doença, seu risco muito acentuado de contágio e rápida disseminação, a necessidade de longos períodos de internação em casos mais

graves, além da elevada letalidade para alguns grupos populacionais, aliados ao desconhecimento inicial sobre suas peculiaridades e, portanto, formas de tratamento, requeriam a adoção de políticas de isolamento social. Estas, se por um lado, representaram o modo disponível de controle do ritmo de propagação da enfermidade, reduzindo o número de casos simultâneos e permitindo o atendimento mais efetivo às pessoas acometidas, contribuíram para travar o movimento habitual da economia.

E, frente às características particulares desta crise, sobressaíram pelo menos quatro movimentos: i. um processo de reconcentração do capital, a despeito da presença em determinadas linhas dos discursos teóricos e políticos da supervalorização das ditas empresas *criativas* de menor porte; ii. uma tendência ao reforço do protecionismo, especialmente em segmentos estratégicos e cuja vulnerabilidade foi demonstrada pela pandemia; iii. alterações, ao menos no curto prazo, em algumas políticas públicas, que a depender da correlação de forças no interior de cada formação social, poderão resultar em desaceleração das ditas políticas pró-Estado mínimo e no fortalecimento de políticas sociais, quanto mais não seja, daquelas de natureza compensatória; iv. Tendência a mudanças, em direção ainda incerta, no que diz respeito à produção de serviços de atenção à saúde e aos insumos necessários a essa produção.

Com relação ao tema mais específico deste capítulo – a internacionalização do capital –, no curto prazo os impactos da doença e das medidas adotadas para contê-la foram visíveis. E, ainda que recorrêssemos à máxima de que o tempo é o senhor da razão, de imediato se pode afirmar que também no médio prazo deverão ocorrer alterações em alguns aspectos da internacionalização. De toda sorte, cada conjuntura particular comporta alternativas e abriga determinada correlação de forças que, ao fim e ao cabo, determinará os caminhos escolhidos.

Assinale-se ainda, que apesar do refluxo da internacionalização em decorrência da crise gerada a partir de um problema sanitário e de saúde pública, não se vislumbra impactos consideráveis com relação à tendência da atual trajetória da exploração da força de trabalho abordada mais diretamente nos Capítulos III e IV desta Tese. Ao contrário, a aceleração da adesão a processos de automação e de adoção do trabalho remoto, que por força das circunstâncias foram testados em larga escala, tendem a ser reforçados no pós-crise, estimulando ainda mais a flexibilização e precarização dos formatos de contratação de trabalhadores.

Avaliações e prognósticos sobre acontecimentos do momento estão sempre sob a ameaça da distorção de perspectiva, que constitui um risco próprio da análise conjuntural. E pode conferir a alguns fatos uma grandiosidade que a história não necessariamente reconhecerá. Mas, no caso específico, tanto é possível afirmar que deverá fortalecer tendências já configuradas, como que pode também desencadear o contraditório presente nessas tendências. O certo é que

a gravidade da situação foi suficiente, para imprimir no tempo, marcas que ultrapassarão as impressões imediatas das atuais gerações.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO BURGUÊS

É comum encontrar, em trabalhos sobre o Estado, menções ao fato de que a Marx não foi possível completar *O Capital* desenvolvendo a análise das classes sociais e das superestruturas políticas e ideológicas como havia planejado. A essa impossibilidade se deveria a inexistência, em sua obra, de uma apresentação mais sistematizada sobre a questão do Estado capitalista, encontrando-se as referências - em todo caso abundantes - dispersas em uma série de escritos, inclusive em sua obra máxima.

Alguns autores afirmam, ademais, que Lênin nada mais fez que uma reafirmação elaborada das concepções de Engels e Marx, defendendo sua validade para a época do imperialismo. Nesse sentido, Ralph Miliband, enfatizando o que, no seu entender, seria a prolongada incapacidade de renovação apresentada pela teoria marxista do Estado, acrescenta que a única grande contribuição posterior, seria devida a Antonio Gramsci.⁴⁷ Em realidade, Gramsci reconhecidamente parte de Lênin, - e, por suposto, de Marx - quando elabora seus aportes fundamentais. Ressalve-se que a questão da hegemonia ocupa no conjunto da obra de Gramsci uma centralidade e uma proeminência que constituem parte importante do ineditismo do seu pensamento. Mas, o próprio Gramsci reconhece a presença nos textos de Lênin, mesmo quando este autor coloca ênfase maior na dimensão coercitiva da ação do Estado, de referências substanciais não apenas à questão cultural, mas à própria noção de hegemonia.⁴⁸ Estas observações acerca das raízes do pensamento gramsciano buscam apenas assinalar convergência de perspectivas sem, contudo, deixar de ressaltar a evidente originalidade de suas formulações no que se refere a distintas questões.

Não constitui objetivo deste trabalho discutir as razões do relativamente pequeno avanço da teoria do Estado, ou das teorias do Estado, por um espaço tão estendido de tempo, durante o qual mudanças importantes ocorreram nas formas de produção e distribuição, e não apenas no que diz respeito aos óbvios avanços tecnológicos. Tampouco se aprofundará a discussão do porquê da renovação mais recente do interesse e da retomada de estudos sobre o tema. Por fim, ressalte-se que

⁴⁷ MILIBAND, Ralph. *El Estado en la sociedad capitalista*. 9. ed. México: Siglo XXI, 1978. p. 8. Considerando que a maior parte da obra de Gramsci foi escrita entre os últimos anos da década de 1910 e 1937, ano do seu falecimento, e que o texto referenciado foi editado pela primeira vez em 1969, depreende-se os marcos temporais dos quais trata Miliband.

⁴⁸ GRAMSCI, Antônio. *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. México: Juan Pablo, 1975. Tomo 3.

inexiste a aspiração de discorrer sobre a contribuição aportada pelas distintas correntes no âmbito da teoria marxista do Estado.⁴⁹

Porém, acreditamos necessário desenvolver algumas considerações, a partir de autores selecionados, e que nos parecem as mais relevantes para o embasamento teórico metodológico que orienta o desenvolvimento do tema específico aqui abordado. E, mesmo levando em conta que as mudanças verificadas nas características dos Estados nacionais constituem rebatimentos de um conjunto de novos elementos incorporados no curso do processo histórico da evolução do capitalismo, a maior parte dessas considerações trata das alterações decorrentes do avanço da internacionalização do capital. E, particularmente, daquelas que se expressam com mais força nos Estados nacionais das economias dependentes.

Feitas estas observações iniciais, ressalte-se que, pelo menos desde as três últimas décadas do século XX, é visível a intensificação na produção de estudos sobre o tema.⁵⁰ E, a nosso ver, o próprio aprofundamento da internacionalização do capital, e particularmente a transnacionalização dos processos produtivos, concorreram para reacender o debate. É como se os movimentos do capital, ao ingressarem mais fortemente na fase de internacionalização da produção, conduzissem a alterações na composição de poder no interior do aparato estatal e acabassem também por impulsionar intentos de elaborações teóricas mais sistemáticas, contemplando as tendências emergentes. Nesse sentido, a partir da década de 1980, o surgimento de condições reais, econômicas e políticas, para a instauração concreta de práticas mais amplas de desregulamentação, também teve papel importante, impulsionando leituras e releituras sobre a natureza e a atuação do Estado capitalista.

Essa intensificação se verifica não só nos limites da economia marxista. Compreende um conjunto de interpretações sob as mais diversas perspectivas. Mas, considerando o campo dito heterodoxo - para colocar a questão de maneira bastante ampla -, nesse período foi divulgada uma quantidade expressiva de trabalhos e se estabeleceu um debate contemplando questões como classe

⁴⁹ Em sua *Nota Introductoria sobre la problemática del Estado capitalista* in *El Estado y el capitalismo contemporáneo*, H.R. Sonntag e H. Valecillos fazem uma reflexão sobre as duas primeiras questões apresentando elementos explicativos tanto para o relativo adormecimento da teoria do Estado quanto para a retomada do desenvolvimento de estudos sobre o tema. No mesmo livro, David A. Gold, Clarence Y.H. Lo y Erick Olin Wright tratam dos *Recientes desarrollos en la teoría marxista del Estado capitalista*. Em *Materialismo histórico, formação social e Estado*, Carlos A. Afonso desenvolve alguns pontos de vista sobre o que o autor considera dificuldades teóricas para a construção de uma teoria geral do Estado capitalista sob a perspectiva do materialismo histórico. Ralph Miliband, em *El Estado en la sociedad capitalista*, faz uma crítica pormenorizada da concepção burguesa democrática pluralista da sociedade e do Estado.

⁵⁰ Em verdade, alguns trabalhos importantes começam a ser desenvolvidos já na década de 1960 a exemplo de parte da obra de Nicos Poulantzas.

dominante, bloco no poder e Estado; limites das políticas estatais frente às contradições do sistema capitalista e à produção mundializada; a internacionalização do capital, as burguesias nacionais e o Estado; consciência, ideologia e Estado, dentre outros temas, abordados em variados níveis de abstração e profundidade.

A própria teoria econômica hegemônica, que em suas diversas vertentes, sempre conferiu papel central às *forças de mercado*, tratou de recolocar algumas questões sobre o que seriam (ou deveriam ser, na sua perspectiva), as funções dos Estados nacionais no capitalismo contemporâneo, suas ações e limites, bem como sobre as relações entre os diversos Estados nacionais.⁵¹ Mas, de modo geral, parte expressiva dessas discussões tenderam, num certo sentido, a se inclinar na direção de um retorno modernizado ao pensamento prevalente no *período pré Keynes*, em cuja obra se destaca uma abordagem particular da questão do Estado, tanto no campo teórico quanto na proposição de ações, comparativamente aos desenvolvimentos anteriores e posteriores da economia burguesa.

Existem, é certo, exceções. Mas, de modo geral, aqueles autores cujo cerne do pensamento mantém alinhamento com os elementos centrais da teoria econômica hegemônica, ao tratarem a questão do Estado dificilmente escapam da armadilha da sua exterioridade no que se refere aos processos econômicos. E, de toda forma, aqueles que apresentaram uma interpretação diferenciada sobre a questão, tenderam a se aproximar do grupo difuso e variegado dos ditos heterodoxos.

A difusão, no período, de um conjunto de idéias e proposições que compuseram, à guisa de justificativa teórica, o que ficou conhecido como *neoliberalismo*, reconfiguraram as teses dominantes no pós-guerra, especialmente quanto à presença do Estado na economia. Essas ideias, embora frequentemente rendam homenagem e declarem inspiração em autores da denominada escola austríaca, nem sempre são inteiramente fiéis aos seus pressupostos e proposições, ainda que tenham contribuído para a disseminação da leitura e do debate sobre o pensamento dos principais fundadores e seguidores desta escola. Em verdade, a mencionada reconfiguração se deu com muito mais ímpeto na análise empírica e no discurso e na prática política, que na teoria propriamente dita. As elaborações teóricas do pensamento econômico hegemônico, para além do aprofundamento da matematização da análise econômica, seguem na trilha habitual, quase que ignorando a presença do Estado no que diz

⁵¹ Nesse último aspecto, apesar de não tratar diretamente do tema, alguns estudos no âmbito da Comissão Trilateral, por exemplo, de alguma forma já referem, desde a década de 1970, à necessidade de um redelineamento, sob a ótica do capital, das relações entre os Estados nação. *La Comisión Trilateral y la Coordinación de políticas del mundo capitalista*. CUADERNOS TRIMESTRALES. México: Estados Unidos Perspectiva Latinoamericana, v. , n. 2-3, maio 1978. 498 p.

respeito aos processos econômicos, ou tratando a questão como acessória, ou mesmo considerando a *intervenção* do Estado como introdutora de distorções no que seria o livre jogo das forças de mercado.

Observe-se, que o discurso e a prática *neoliberais* não se ajustam inteiramente em várias situações. A própria adoção de políticas com essa perspectiva difere substancialmente, em vários aspectos, quando se trata de aplicá-las em países imperialistas ou dependentes. Não obstante, no que interessa mais de perto aos objetivos desta tese – dentre tais políticas, aquelas que atingem mais diretamente a força de trabalho -, em ambas as situações, ainda que com fortes nuances, caminharam e caminham no sentido de precarizar as condições em que ocorrem a exploração e a reprodução da força de trabalho.

Com relação à proliferação de trabalhos na área de estudos que ficou conhecida como *Políticas Públicas*, considerando o objeto desta pesquisa, optamos por desenvolver um tópico específico sobre o tema, ao final deste Capítulo.

Em síntese, aqui consideramos que a progressiva internacionalização do capital, com forte participação do capital financeiro por um lado, e ascensão das políticas de desregulamentação por outro, são fenômenos interligados e se relacionam com mudanças importantes na atuação dos Estados nacionais. E, a partir daí, contribuíram para formatar um contexto que estimulou uma série de discussões sobre o papel do Estado nas economias capitalistas. Registre-se, que nesse debate, sobretudo quando questões de natureza política emergem com mais força, frequentemente aparece uma falsa dicotomia e mesmo um estranho e suposto antagonismo entre Estado nacional e o que seria a *iniciativa privada*. Nessa linha, - por incompreensão da natureza do Estado capitalista, ou pelo próprio embate, no plano concreto, quanto à sua utilização em benefício de interesses imediatos de grupos específicos -, multiplicam-se análises que, em verdade, constituem justificativas de políticas ou pretensas generalizações que não avançam na consideração das contradições entre as forças que se expressam na instância estatal.

3.1 A GÊNESE DO CAPITALISMO E O PODER DO ESTADO

Tendo em vista o que já foi assinalado em termos mais gerais e introdutoriamente, a partir daqui serão apresentadas algumas considerações mais específicas acerca dos pressupostos teóricos que constituem a base deste trabalho no que diz respeito ao Estado no capitalismo. Iniciamos com a seguinte consideração: mesmo aceitando que a temática do Estado tenha sido tratada por Marx de forma pouco sistematizada, dispersa, ocasional, ou implícita, sem embargo, há que reafirmar que está presente em sua obra, uma concepção do Estado capitalista, sua formação, caráter e atuação enquanto uma formulação geral e, em alguns aspectos, enunciados, e até estudos histórico-concretos, bastante

desenvolvidos.⁵² Este é, sem dúvida, o caso do papel desempenhado pelo Estado com relação à exploração e reprodução da força de trabalho. E, tendo em vista a perspectiva teórica aqui adotada, estas formulações se constituem em elementos básicos para o desenvolvimento deste estudo. E é daí que partiremos.

No processo de formação do modo de produção capitalista, a burguesia em ascensão penetra no aparato estatal preexistente e o modifica para, inicialmente, acelerar a acumulação originária, ponto de partida prévio e indispensável à escala mínima de produção própria da natureza do modo de produção especificamente capitalista. Aí o Estado atua para facilitar os movimentos necessários à ruptura com as relações e as formas de produção pré-capitalistas.

Tratava-se, naquele momento inicial, de empreender as necessárias transformações, inclusive em termos do exercício do poder político, enquanto parte da transição para o modo de produção especificamente capitalista. A partir daí, impôs-se a formatação de um novo tipo de Estado, adequado às novas relações sociais de produção que se iam estabelecendo e capaz de acelerar as transformações em curso. Nesse contexto se incluía a construção de um aparato jurídico condizente e qualificado para referendar a nova forma de propriedade e distribuição dos meios de produção e de apropriação do excedente.

É assim que se passa do Estado absolutista, correspondente ao capital comercial, ao que viria a configurar o Estado livre-cambista, ao tempo em que se estabelece e consolida a Grande Indústria nos países que, naquele então, constituíam o centro do desenvolvimento do capitalismo.⁵³ E, já aqui, sublinhe-se a compreensão do Estado, mesmo em suas linhas mais gerais, enquanto um ente histórico que corresponde a determinadas condições materiais. E ainda que suas formas concretas sejam múltiplas, o Estado burguês constitui parte intrínseca e indispensável do que constitui a totalidade do modo de produção capitalista.

É particularmente elucidativo que em várias passagens da análise de Marx com respeito à acumulação originária, ou seja, à gênese mesma do modo de produção capitalista, já seja destacada a atuação do Estado. Sobre esse momento, o autor ressalta o exercício do poder do Estado no sentido de concentrar e transferir renda e patrimônio de modo geral, o que abrange a coerção com uso da

⁵² Um exemplo eloquente desses estudos em formações sociais historicamente delimitadas é *O dezoito brumário de Luís Bonaparte* texto no qual Marx apresenta e analisa fatos da história da França entre 1848 a 1851.

⁵³ SONNTAG, Heinz R. ; VALECILLOS, Héctor. *Nota introductoria sobre la problemática teórica del Estado capitalista* In: SONNTAG, Heinz R. ; VALECILLOS, Héctor. *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI Editores, 1977b. p. 9-10.

violência, propiciando a acumulação de riqueza necessária à transição para o capitalismo.⁵⁴ Isso ocorreu tanto através da política colonial quanto via medidas que facilitavam a transferência de riqueza no interior da Europa para as mãos da burguesia, paralelamente ao desapossamento dos meios de produção de vasta parcela da população, que passou a enfrentar a impossibilidade de acesso à produção da própria subsistência. Atuou, portanto, na constituição das duas classes que viriam a se defrontar e a se confrontar no mercado e na produção capitalista.

Assim, no processo de afirmação do capitalismo como modo de produção dominante, foi através do poder coercitivo do Estado que ocorreu a imposição de toda uma legislação que favorecia a criação de uma massa de trabalhadores livres, apartados das condições que lhes permitia prover a própria subsistência. Ao mesmo tempo, o Estado atuou firmemente para forçar a submissão à disciplina capitalista no processo de trabalho, destruindo hábitos arraigados e próprios de formas pré-capitalistas de produção. Na sequência, quando o capitalismo já estabelecera seu domínio e espicado pelas primeiras lutas travadas pelos trabalhadores o Estado atuou também para coibir as formas mais selvagens de exploração.

Todo esse processo, entretanto, não ocorre de forma linear no tempo e o seu desenvolvimento está sempre sujeito a contramarchas e submetido à correlação de forças presente em cada conjuntura particular. E, especialmente quando se dá o acirramento das contradições, o Estado detém papel fundamental enquanto representante do capital em geral e avalista do funcionamento do conjunto do sistema.

Em suma, no decorrer da transição para o capitalismo, o Estado, também em processo de transformação, adotou políticas que contribuíram para a ruptura com o antigo regime: favorecimento à acumulação de riqueza em mãos de uma classe – a burguesia - e criação de condições para a mercantilização da força de trabalho via desapossamento, portanto para o surgimento de outra classe – o proletariado. Ou seja, atuou no sentido de desarticular as relações de produção correspondentes

⁵⁴ *Estos métodos [da acumulação originária] (...) se fundan en parte sobre la violencia más brutal. Pero todos ellos recurren al poder del estado, a la violencia organizada e concentrada de la sociedad, para fomentar como en un invernadero el proceso de transformación del modo de producción feudal en modo de producción capitalista y para abreviar las transiciones.* MARX, *op. cit.*, Tomo 1, p. 940.

(...) Hay una diferencia gigantesca entre el hecho de que el capital nacional se convierta en industrial de un modo lento y paulatino y el hecho de que esta transformación se acelere en el tiempo mediante los impuestos con que los aranceles protectores se encargan de gravar fundamentalmente a los terratenientes, a los medianos y pequeños campesinos y a los artesanos, mediante la expropiación acelerada de los productores independientes, mediante la acumulación y concentración de capitales violentamente acelerados, en una palabra, acelerando por todos los medios la implantación de las condiciones del régimen capitalista de producción. MARX, *op. cit.*, Tomo 3, p. 727-728.

ao antigo regime, minando suas bases de sustentação, ao tempo em que contribuía para a instituição de novas relações de produção e conseqüentemente novas formas de apropriação do excedente.

Aqui, cabe ainda enfatizar que o capitalismo, seu Estado e sua democracia tiveram como nascedouro um processo violento de acumulação primitiva, no qual um dos pilares foi uma economia colonial, que além de muito frequentemente baseada no trabalho escravo, dizimou populações nativas, corrompeu as bases de sociedades pré-existentes e expropriou riquezas, destacadamente riquezas minerais, dos espaços coloniais.

Ainda em relação à transição para o modo de produção capitalista, destaque-se, que há passagens em *O Capital*, nas quais Marx analisa mudanças especificamente nas políticas do Estado com relação à força de trabalho – tema que nos interessa particularmente – que demonstram a incorporação de ações tendentes a beneficiar, por caminhos distintos, a acumulação de capital. Nesse sentido, aponta circunstâncias em que é possível observar a integração, no âmbito dessas políticas, de medidas que, no nível da aparência, poderiam sugerir alterações profundas na natureza do próprio Estado, mas que, em verdade, indicam nada mais que a afirmação do capital e do Estado capitalista. Verifica, por exemplo, que a política estatal, na fase de formação do capitalismo, impunha o prolongamento da jornada de trabalho e, na fase subsequente, passa a atuar no sentido de limitar essa jornada.⁵⁵

Ou seja, no decorrer do processo de transição, quando ainda não estava plenamente consolidada a formação do proletariado, quando ainda não se havia afirmado a disciplina do trabalho assalariado, o Estado precisou atuar coativamente não só impondo normas que penalizavam o não trabalho, mas também outras, que permitiam prolongar, ao máximo possível, a jornada de trabalho. No momento,

⁵⁵ *Mientras que la moderna legislación fabril abrevia coactivamente la jornada laboral, aquellas leyes [leis trabalhistas inglesas promulgadas desde o século XIV, avançando além de meados do século XVIII] procuraban prolongarla coactivamente. Ciertamente es que las pretensiones del capital en su estado embrionario – cuando apenas está llegando a ser, cuando, por ende, su derecho a absorber determinada cantidad de plusbajo no se afianza sólo mediante la fuerza de las condiciones económicas, sino también por medio de la colaboración del estado – parecen modestísimas si se las compara con las concesiones que, refunfuñando y con reluctancia, se ve obligado a hacer en su edad adulta. MARX, op. cit., Tomo 1, p. 326-327.*

Dichas leyes [leis fabris inglesas do século XIX] refrenan el acuciante deseo que el capital experimenta de desangrar sin tasa ni medida la fuerza de trabajo, y lo hacen mediante la limitación coactiva de la jornada laboral por parte del estado, y precisamente por parte de un estado al que dominan el capitalista y el terrateniente. Prescindiendo de un movimiento obrero que día a día se vuelve más amenazante y poderoso, la limitación de la jornada laboral fue dictada por la misma necesidad que obliga a arrojar guano en los campos ingleses. La misma rapacidad ciega que en un caso agota la tierra, en el otro había hecho presa las raíces de la fuerza vital de la nación. Las epidemias periódicas fueron aquí tan elocuentes como lo es en Alemania y Francia la estatura decreciente de los soldados. Ibid., p. 287.

porém, em que as regras do capital já se encontravam plenamente estabelecidas, em que já se afirmara a lei do valor, o Estado passou a operar em sentido aparentemente oposto. Ainda seguindo Marx, haveria que considerar que o capital individual, em sua busca incessante por uma maior apropriação de mais valor, não tem em conta as condições de saúde, educação, moradia, riscos decorrentes do processo de trabalho e demais circunstâncias de existência do trabalhador, incluindo a duração de sua vida, salvo quando a sociedade o obriga a tomá-las em consideração.⁵⁶

E, já aí, manifestava-se um traço que voltará a aflorar em várias outras circunstâncias: aparentes contradições da atuação do Estado, em realidade, por um lado, constituem expressões concretas de sua autonomia relativa enquanto instância que assegura a reprodução das relações vigentes. Por outro, retratam as condições e níveis em que ocorre a luta de classes em conjunturas históricas específicas. Mas, decorrem também de mudanças nas próprias características do processo de acumulação de capital e da mutação da perspectiva dos interesses do capital social em seu conjunto ou das suas frações hegemônicas. Assim que, nos movimentos que acontecem no âmbito ou através do Estado estão presentes as condições específicas de cada conjuntura. E ainda que esses movimentos pressuponham continuidade no contexto da evolução do capitalismo, essa continuidade tanto se volta para o passado, para o que foi e ainda é, quanto para o futuro, para o que será e já, embrionariamente, é. Mas, nessa segunda ponta a continuidade não é certa. Quanto mais se projeta o futuro, mais se colocam alternativas possíveis, inclusive aquelas que podem significar rupturas, descontinuidades, portanto.

3.2 O ESTADO BURGUÊS

Aqui é assumida a premissa de que o Estado capitalista tem como fim último assegurar a reprodução da relação social que se expressa no capital, representando ele próprio a principal expressão política dessa relação.⁵⁷ Este constitui, em um nível mais abstrato, o núcleo da natureza do Estado capitalista. O que vige sempre, em qualquer período histórico e em qualquer formação social concreta em que o modo de produção capitalista seja dominante. As características específicas de

⁵⁶ *Ibid.*, p. 325.

⁵⁷ John Holloway em seu trabalho *The State and everyday struggle* faz uma sugestiva explanação em que apresenta o Estado como um momento ou um aspecto do processo capitalista global de reprodução e de luta de classes. Trabalhos posteriores de Holloway são bastante controversos, sobretudo no que diz respeito à proposição da tomada do poder via postura de negação cotidiana à sociedade capitalista.

cada momento da evolução do capitalismo e de cada formação social particular não podem ser ignoradas, mas situam-se em outro nível de análise no qual a estrutura do Estado, suas ações e seu grau de autonomia relativa precisam ser apresentados com um grau de concreção muito maior.

Nesse segundo nível, o capitalismo e o Estado capitalista - conquanto guardem sempre as características básicas que afirmam o primeiro enquanto modo de produção específico e o segundo enquanto instância necessária e correspondente a esse modo de produção -, se exteriorizam de forma peculiar e modificada no tempo e no espaço.

Marx já assinalava a diversidade de formas assumidas pelo Estado burguês em formações histórico-sociais concretas, mantendo, sem embargo, características essenciais comuns.⁵⁸ Ao considerar como fator determinante da natureza do Estado capitalista, a relação de produção específica do capital, deixa clara a distinção entre os atributos gerais e fundamentais que revestem o Estado capitalista como algo genérico e abstrato e as configurações que o mesmo Estado assume em formações sociais concretas e conjunturas históricas específicas.⁵⁹ E, levando em conta que existiram entidades estatais ou Estados, no sentido de um sistema de poder político estruturado, com anterioridade ao capitalismo, acrescenta-se que, em sua análise, qualquer outro tipo de Estado está também, necessariamente, vinculado a relações sociais de produção particulares.

Lenin reitera esse ponto e retomando os escritos de Engels e Marx trabalha no sentido de ordená-los e enriquecê-los através de sua interpretação e reelaboração. E faz isso em função de seu tempo histórico e dos problemas políticos concretos que enfrentava. Primeiro resgata Engels, para

⁵⁸ *La 'sociedad actual' es la sociedad capitalista, que existe en todos los países civilizados, más o menos libre de aditamentos medievales, más o menos modificada por las particularidades del desarrollo histórico de cada país, más o menos desarrollada. Por el contrario, el 'Estado actual' cambia con las fronteras de cada país. En el imperio prusiano alemán es otro que en Suiza, en Inglaterra otro que en los Estados Unidos. El 'Estado actual' es, por tanto, una ficción.*

(...) *Sin embargo, los distintos Estados de los distintos países civilizados, pese a la abigarrada diversidad de sus formas, tienen de común el que todos ellos se asientan sobre las bases de la moderna sociedad burguesa, aunque ésta se halle en unos sitios más desarrollada que en otros, en el sentido capitalista. Tienen también, por tanto, ciertos caracteres esenciales comunes.* MARX, Karl. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou: Editorial Progreso, 1975a. p. 342.

⁵⁹ *La relación direct existente entre los propietarios de las condiciones de producción y los productores directos – relación cuya forma corresponde siempre de un modo natural a una determinada fase de desarrollo del tipo de trabajo y, por tanto, a su capacidad productiva social – es la que nos revela el secreto más recóndito, la base oculta de toda la construcción social y también, por consiguiente, de la forma política de la relación de soberanía y dependencia, en una palabra, de cada forma específica de Estado. Lo cual no impide que la misma base económica – la misma, en cuanto a sus condiciones fundamentales – pueda mostrar en su modo de manifestarse infinitas variaciones y gradaciones debidas a distintas e innumerables circunstancias empíricas, condiciones naturales, factores étnicos, influencias históricas que actúan desde el exterior, etc., variaciones y gradaciones que solo pueden comprenderse mediante el análisis de estas circunstancias empíricamente dadas.* MARX, *op. cit.*, Tomo 3, p. 733.

caracterizar o Estado como um produto das *irreconciliáveis* contradições de classe.⁶⁰ Prossegue retomando Marx para afirmar o Estado como um órgão de dominação de classe.⁶¹ Por fim caracteriza o Estado como um ente *acima* da sociedade. A partir dessas três considerações, Lênin, ainda retomando Marx e Engels, particularmente a análise de ambos sobre a Comuna de Paris,⁶² deduz a necessidade da destruição do aparato de poder burguês para a transição para um novo tipo de sociedade.⁶³ Ou seja, coloca ênfase no fato de que não é possível uma ruptura com o capital, mantendo os pressupostos, a estrutura e as instituições próprias do Estado capitalista.

Além disso, as concepções teóricas presentes no conjunto da obra de Lênin destacam-se por tratar tanto da dimensão mais estritamente econômica, quanto da política e da ideológica, influenciando vários autores que lhe seguiram.

Vale ainda ressaltar, que Lênin considera como as duas instituições básicas do Estado burguês a burocracia e o exército permanentes,⁶⁴ e chama seguidamente a atenção para a distinção entre o Estado e as formas de dominação às quais tal Estado está subjacente. Outro ponto importante recuperado e reelaborado por Lenin é a concepção de que as características concretas do Estado capitalista não seriam, de modo algum, indiferentes à luta dos trabalhadores, existindo aquelas que

⁶⁰ “*El Estado es producto y manifestación del carácter irreconciliable de las contradicciones de clase. El Estado surge en el sitio, en el momento y en el grado en que las contradicciones de clase no pueden, objetivamente, conciliarse. Y vice-versa: la existencia del Estado demuestra que las contradicciones de clase son irreconciliables*”. LENIN, V. I. *El Estado y la revolución*. Moscou: Editorial Progreso, 1974a. p. 275. No trecho em referência, Lenin toma como base o trabalho de Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

⁶¹ “(...) *el Estado es un órgano de dominación de clase, un órgano de opresión de una clase por otra, es la creación del ‘orden’ que legaliza y afianza esta opresión, amortiguando los choques entre las clases*”. *Ibid.*, p. 276.

⁶² “*La Comuna ha demostrado, sobre todo (...) que ‘la clase obrera no puede simplemente tomar posesión de la máquina estatal existente y ponerla en marcha para sus propios fines’*”. Marx y Engels, Prefacio a la edición del ‘Manifiesto’ de 1872; citado por *Ibid.*, p. 299.

⁶³ “(...) *si el Estado es un producto del carácter irreconciliable de las contradicciones de clase, si es una fuerza que está por encima de la sociedad y que ‘se divorcia más y más de la sociedad’, resulta claro que la liberación de la clase oprimida es imposible, no sólo sin una revolución violenta, sino también sin la destrucción del aparato del poder estatal que ha sido creado por la clase dominante y en el que toma cuerpo aquél ‘divorcio*”. *Ibid.*, p. 276. Aqui, mais uma vez, Lenin se reporta a Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

⁶⁴ *El poder estatal centralizado, característico de la sociedad burguesa, surgió en la época de la caída del absolutismo. Dos son las instituciones más típicas de esta máquina estatal: la burocracia y el ejército permanente. En las obras de Marx y Engels se habla reiteradas veces de los miles de hilos que vinculan a estas instituciones precisamente con la burguesía*. *Ibid.*, p. 293.

propiciariam condições mais favoráveis – aqui, uma vez mais, Lênin parte de supostos assentados por Engels.⁶⁵

Com base no que foi apresentado até aqui, e nos desdobramentos históricos posteriores, consideramos neste trabalho que a vigência da democracia burguesa não constitui condição *sine qua* para a existência do Estado burguês. Este pode, em algumas circunstâncias, dela prescindir e afirmar-se enquanto uma organização autoritária, sobretudo, mas não só, no caso dos países dependentes. De todo modo, nos países de capitalismo mais desenvolvido, até então, é a democracia burguesa que tem prevalecido por períodos mais largos de tempo. E esta, conquanto não expresse uma garantia, certamente abre maior espaço para conquistas, sobretudo conquistas econômicas, por parte dos trabalhadores. Possivelmente a experiência mais acabada de um capitalismo menos desigual e mais inclusivo tenha sido a social democracia com seu estado do bem estar social, cuja implementação ocorreu nas condições especiais do pós-2ª Guerra Mundial, e que, nas décadas mais recentes, passou por um processo de desmantelamento em vários dos países em que chegou a ser implantado, sendo fortemente ameaçado em outros. Acrescente-se, que nas condições de vigência da democracia burguesa, a necessidade do consentimento coletivo ganha força, relativamente à coerção.

Em contraposição, Estados autoritários e repressivos associados ao modo de produção capitalista, ao negar direitos básicos nas condições de negociação de modo geral, e de contratação da força de trabalho em particular, tendem a dificultar a conquista de novos direitos por parte dos trabalhadores, quando não favorecem a perda daqueles anteriormente conquistados. Em tais circunstâncias, ainda que não desapareça completamente a necessidade de o Estado ser visto como força imparcial, esta aparência de imparcialidade se expressa em outro formato no qual o exercício do poder se revela densamente concentrado e o ente estatal totalitário aparece enquanto um conjunto de forças pretensamente ativas e representativas⁶⁶ do conjunto da sociedade, tendendo, frequentemente a se apresentar aglutinadas em torno de um partido único ou quase.

A permanente recriação da sobre população relativa, própria do desenvolvimento do capitalismo e da forma em que este produz e incorpora tecnologia, constitui um fenômeno diretamente

⁶⁵ *Si Engels dice que bajo la República democrática el Estado sigue siendo, 'lo mismo' que bajo la monarquía, 'una máquina para la opresión de una clase por otra', esto no significa, en modo alguno, que la forma de opresión sea indiferente para el proletariado, como 'enseñan' algunos anarquistas. Una forma de lucha de clases y de opresión de clase más amplia, más libre, más abierta facilita en proporciones gigantescas la misión del proletariado en la lucha por la destrucción de las clases en general. Ibid., p. 332-333.*

⁶⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel: notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno*. México: Juan Pablo, 1975a. Tomo 1, p. 44.

ligado à necessidade de mediação de conflitos por parte do Estado. Esta mediação ocorre, por um lado via legislação que regulamenta a exploração da força de trabalho e aparatos que fiscalizam o cumprimento dessa legislação. Por outro, através de políticas relativas às condições de reprodução da força de trabalho, podendo o Estado assumir parte do custo dessa reprodução e/ou redistribuir parcela do montante do valor socialmente gerado canalizando-o, sob diversas formas, para determinados grupos sociais.

Nesse sentido, a mencionada mediação do Estado ocorre num cenário de permanente disputa no qual paira sempre a ameaça da eclosão de conjunturas que eventualmente impliquem em ascensão política de grupos mais direta e fortemente sensíveis a pressões por condições de exploração mais duras. E algumas dessas conjunturas podem desembocar em situações em que se estabelecem conexões entre políticas regressivas e formas autoritárias de Estado, com conseqüente alargamento de sua atuação repressiva.

De toda forma, o Estado constitui espaço fundamental no que diz respeito à luta de classes, mas também na disputa entre as distintas frações da burguesia pela repartição do mais valor.⁶⁷ É certo que a fração ou as frações hegemônicas no interior do bloco no poder precisam considerar os interesses dos grupos sobre os quais sua hegemonia é exercida. Acordos e compromissos se estabelecem – e são desfeitos – ininterruptamente, sem que, evidentemente, a fração hegemônica renuncie ao que lhe é essencial para a manutenção da própria hegemonia.

De tal modo, no que se refere ao Estado capitalista, a perspectiva mais geral desta pesquisa se apoia na noção de que este expressa e reforça relações concretas entre classes sociais, representando a síntese das contradições do sistema em um duplo sentido: por um lado, e em virtude do próprio caráter de classe que lhe é inerente, sua ação evidencia sempre o nível de enfrentamento entre as classes antagônicas. Por outro, revela também o nível de disputa entre as frações de classe que direta ou indiretamente se expressam no âmbito estatal. Mas, por agudas que sejam as contradições circunstancialmente existentes entre tais frações, isso não elimina o fato de que o Estado representa os interesses mais gerais do conjunto da classe dominante.⁶⁸ Aqueles que mantêm a sua coesão para

⁶⁷ “*El obrero emplea más de la mitad de su jornada laboral para la producción de un plusvalor que diversas personas distribuyen entre sí con distintos pretextos*”. MARX, *op.cit.*, Tomo 1, p. 265.

⁶⁸ “*El gobierno del Estado moderno no es más que una junta que administra los negocios comunes de toda la clase burguesa*”. MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *El manifiesto comunista*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. p. 34-35.

além de diferenças próprias do lugar que estas frações ocupam nos processos de valorização e repartição do valor.

E, é nesse contexto, que se dá a atuação do Estado, exercitando a sua autonomia relativa para garantir a reprodução em escala ampliada da relação capitalista de produção. Isso acontece ainda que para tanto seja necessário, em certos momentos, adotar políticas que vão de encontro a algumas frações burguesas, ou até mesmo contribuam para eliminá-las. Além do mais, em circunstâncias particulares, e enquanto *ente acima da sociedade*, o Estado pode ser condicionado a adotar medidas que concorram para a formação de condições mais favoráveis à reprodução da classe trabalhadora. Mas, nessas circunstâncias, o faz tratando de manter o movimento dos trabalhadores o mais circunscrito possível ao espaço *econômico-corporativo*.⁶⁹ Isso não necessariamente impede o avanço da luta de classes no sentido de conquistas políticas históricas, ainda que absorvíveis nos marcos da democracia burguesa, como o sufrágio universal, por exemplo.

Com relação à forma como as distintas frações da burguesia expressam e defendem seus interesses no âmbito estatal, parece haver uma tendência a que algumas delas atuem de forma mais indireta, embora não menos efetiva, enquanto outras se apresentam diretamente por intermédio de alguns de seus membros. Nesse sentido, passagens dos apontamentos de Gramsci⁷⁰ sugerem que a grande burguesia industrial não se organizaria permanentemente num partido próprio utilizando alternativamente distintas possibilidades para se fazer representar. Entretanto, ainda na visão deste autor, o capital agrário sim, se faria representar diretamente mediante um partido próprio.

Evidente que Gramsci está analisando o contexto da representação da burguesia italiana na primeira metade do século XX. Mas essa formatação parece se aproximar da composição do poder formal no Brasil - ainda que não necessariamente através de partidos tão definidos. Mesmo considerando que os limites entre os interesses de frações do capital podem ser pouco nítidos e frequentemente se deslocam, a representação política que defende aqueles próprios das frações mais *modernas* do capital raramente se dá através da participação direta na estrutura formal de poder, ficando esta a cargo de *intelectuais orgânicos* e de uma ampla rede de aliados permanentes ou circunstanciais.

⁶⁹ GRAMSCI, *op. cit.*, p. 54. A expressão *econômico-corporativo* é utilizada por Gramsci ao caracterizar o *sindicalismo teórico* como aquele incapaz de elevar a luta para o nível da conquista do que o autor denomina *hegemonia ético-política*.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 51.

Simplificadamente, no caso brasileiro, neste último formato se exteriorizariam os interesses do grande capital industrial e do capital financeiro, inclusive da sua parcela internacionalizada. Aí também se enquadrariam os novos segmentos da produção imaterial. Quanto às frações mais tradicionais e mais *conservadoras*, essa representação é, frequentemente, mais direta - até porque seus interesses tendem a ser mais permanentes e menos heterogêneos -, mas tais grupos também precisam contar com rede própria e diversificada de apoiadores. Sob essa configuração pode-se identificar a presença dos *ruralistas* ou do agronegócio e, em alguns casos, do grande comércio exportador de produtos com menor intensidade tecnológica, secundados pelas ditas bancadas morais, religiosas e da violência. De toda forma, os interesses das diversas frações burguesas - ainda que específicos -, não são exatamente conflitantes na maior parte das situações, havendo mais motivos para a convergência do que para o dissenso.

Para a compreensão das alianças entre frações de classe, mas também da atuação do Estado, considerada a sua autonomia relativa, é fundamental a distinção entre o que é ocasional, que se desfaz com a mudança da conjuntura e o que é relativamente mais duradouro e atravessa, portanto, distintas conjunturas, configurando tendências de longo prazo. Este constitui, por certo, um dos maiores desafios para a análise do tempo presente: compreender os acontecimentos no momento do seu transcurso, captando o que é circunstancial e o que sobressairá como fato histórico importante. Tal desafio se torna ainda maior pelo envolvimento pessoal do analista no processo, portanto influenciado e condicionado por suas circunstâncias materiais de existência.

Como visto em outros tópicos deste trabalho, desde a origem do modo de produção capitalista apresentou-se como fundamental o papel desempenhado pelo Estado no controle da mercadoria força de trabalho, através, concretamente, de suas ações voltadas para a maneira como ocorrem os processos de exploração e reprodução dessa mercadoria especial. A forma como se consubstancia a exploração no modo de produção capitalista foi definida por Marx como aquela em que se tornam desnecessários os métodos de coação extraeconômica. A dominação se efetivaria através da igualdade formal. Trabalhador e capitalista seriam, nesse sentido, pessoas juridicamente iguais. São, ambos, proprietários de mercadorias e livremente as intercambiam. É essa igualdade puramente formal, que de fato expressa uma relação de exploração e uma *contradição irreconciliável de classes*, e torna imprescindível uma instância de dominação que se situe acima da *sociedade* e que, atuando como guardião da reprodução do capital em geral, esteja - também formalmente - separada da classe dominante. Assim é que, como parte necessária do processo de reprodução do capital, a reprodução da força de trabalho como mercadoria, passa pela mediatização do Estado.

Do que foi dito até aqui, decorre, a consideração de que o Estado burguês atua no sentido da perpetuação da separação entre os trabalhadores e os meios de produção, preservando os interesses coletivos da classe proprietária. Utiliza para tanto instrumentos de natureza material (estrutura), ao tempo em que contribui para forjar um conjunto de elementos imateriais, necessários à adesão à visão

de mundo e demais atributos ideológicos apropriados à manutenção das condições que sustentam e reforçam a reprodução ampliada do capital (superestrutura).

Em síntese, estas considerações pretenderam delimitar o suporte teórico que será utilizado para os propósitos deste trabalho no que diz respeito à concepção do Estado capitalista. Em termos mais concretos, a convicção é de que para o entendimento da configuração assumida pelo Estado brasileiro na atualidade há, sem dúvida, que partir do entendimento de que o Estado burguês, mantendo suas características fundamentais que o fazem corresponder a um modo de produção específico, é um ente mutante em suas formas. Então, para além de seu caráter geral de órgão de dominação de classe, faz-se necessário estudá-lo em seu tempo e lugar. Na atualidade e, no caso específico deste trabalho, cujo foco se situa particularmente em um dos aspectos da ação do Estado brasileiro, há que caracterizá-lo, considerando as transformações nele forjadas pela trajetória histórica do modo de produção capitalista na qual está inserido o aprofundamento do processo de internacionalização do capital.

3.3 INSTÂNCIAS DE PODER E FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO

Na obra de Marx, particularmente ao tratar do desenvolvimento da legislação voltada para a regulamentação da exploração da força de trabalho, transparece a relevância por ele conferida à atuação das distintas instâncias classicamente representativas do poder do Estado, normalmente presentes na democracia burguesa. Nesse sentido, é ressaltada a importância do papel tradicionalmente desempenhado pelas áreas legislativa e jurisdicional⁷¹ enquanto partes integrantes desse poder, ao lado do que configura a esfera - quiçá mais visível - expressa no poder executivo. E tanto a permanente construção da legalidade quanto a sua aceitação pelo conjunto da sociedade, para que seja aplicada sem questionamentos mais difundidos, são tão mais importantes, quanto mais sólida e efetiva seja a democracia burguesa.

Assim, uma vez estabelecidas como premissas metodológicas o caráter classista do Estado capitalista e a sua autonomia relativa, é possível, ainda num nível muito geral, explorar sucintamente as suas principais formas de atuação. Ainda que não se constitua no único ator no exercício do poder em todas as suas facetas, o Estado, em sentido mais estrito,⁷² é protagonista indispensável nesse

⁷¹ MARX, *op. cit.*, Tomo 1, p. 927.

⁷² Gramsci é, dentre os autores aqui referenciados, aquele que mais explicitamente expande o conceito de Estado ao trabalhar a questão da hegemonia. Para Gramsci “ (...) Estado es todo el complejo de actividades prácticas y teóricas

campo, concentrando e sintetizando autoridade para atuar em nome da coletividade. Nessa condição, ocupa lugar central a participação e o apoio direto ou indireto, dos Estados nacionais, de forma diversificada e variada intensidade, à *acumulação do capital*. Mas, além disso, atua na construção e preservação, também de diversas formas, de um ambiente que propicie *legitimidade* a esse processo e, por fim e em última instância, mantém, e mobiliza, quando necessário, instrumentos de *repressão* para coibir movimentos que, de alguma maneira, questionem mais fortemente a ordem estabelecida.

Estas formas de atuação, se por um lado, constituem a própria expressão do poder do Estado, por outro o endossam e reforçam, mantendo-o enquanto instituição necessária à garantia da reprodução do sistema e, conseqüentemente, da dominação burguesa. E conquanto as duas últimas não possam, em si, ser consideradas inovações próprias do Estado capitalista, já que estiveram, sob diversas configurações e com maior ou menor relevância, presentes em modos de produção anteriores, se renovam no capitalismo, assumindo conformações correspondentes às necessidades do capital. Ou seja, seu conteúdo se transforma à medida que se vinculam às exigências objetivas de reprodução de determinada relação social, neste caso, a relação do capital.

De toda forma, os mecanismos clássicos de atuação do Estado mudam de forma com o desenvolvimento do capitalismo, e ora parecem tender a ampliar-se manifestando um maior protagonismo, ora aparentam caminhar para um segundo plano, sem que, necessariamente, esses movimentos se explicitem na mesma medida, em todos os campos. Os âmbitos de atuação do Estado estão inevitavelmente inter-relacionados, não tendo existência independente na realidade. Apenas a título de exemplo, que poderia ser multiplicado *ad infinitum*, diretrizes voltadas para o processo educacional podem claramente vincular-se a objetivos relacionados, a um só tempo, à acumulação e à legitimação. Por outro lado, em algumas situações, podem aflorar contradições entre as distintas esferas de atuação. Por exemplo, é possível que a necessidade de legitimação entre em choque, em determinadas circunstâncias, com a de acumulação e/ou a de repressão. Entretanto, isso é próprio do caráter contraditório do capitalismo e do seu Estado, e conseqüência das permanentes pressões e tensões às quais este último está submetido por parte das distintas classes e frações de classe.

Assim, a separação formal dos tipos de atuação estatal aqui considerada é utilizada apenas para fins de uma melhor organização expositiva do que constitui, em realidade, - usando a expressão de

con las cuales la clase dirigente no solo justifica y mantiene su dominio, sino también logra obtener el consenso activo de los gobernados...” GRAMSCI, *op. cit.*, p. 107-108.

Gramsci - uma *totalidade orgânica*. E é através dessa totalidade, que se concretiza a garantia da reprodução ampliada do capital.⁷³

Utilizando, o referencial teórico exposto, este trabalho busca captar a presença, as formas de atuação e a influência das distintas classes e frações de classe junto ao aparato estatal, num contexto de progressiva internacionalização, particularmente na definição de políticas com impacto na exploração e na reprodução da força de trabalho.

3.4 ESTADO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O primeiro aspecto, a atuação do Estado especificamente no sentido de estimular e apoiar o processo de acumulação de capital, se expressa, principalmente, na sua maior ou menor presença na economia, seja de forma direta ou indiretamente. Analiticamente, contudo, é preciso observar, em especial, a forma como essa presença se manifesta em situações concretas.

No âmbito mais estrito do processo de acumulação, o Estado cumpre o papel de garantir, das mais variadas maneiras, as condições gerais para a reprodução e a expansão do capital. Seja porque o próprio movimento do sistema é incapaz de assegurar privadamente a totalidade dessas condições; seja como meio de reduzir para o capitalista os custos de produção e distribuição; seja ainda porque, em determinadas circunstâncias, a luta de classes e as disputas de interesses entre segmentos distintos do capital podem colocar em risco a expansão do conjunto, particularmente em prazo mais dilatado.

Aí se manifesta o poder do Estado, mediante a sua capacidade de concentrar recursos para acelerar a acumulação de capital, diluindo riscos e redistribuindo custos e eventuais prejuízos pelo conjunto da sociedade. As formas em que desempenha esse papel são diversificadas. Atua diretamente, por exemplo, através da constituição de empresas estatais particularmente em áreas consideradas fundamentais para a manutenção e expansão do conjunto do sistema, ou, de forma indireta, através de instrumentos como políticas tributárias, via imposição de impostos ou concessão de subsídios ou do financiamento de algumas atividades. Aqui cabe destaque à atuação do Estado – sobretudo nos países mais desenvolvidos e frequentemente em sintonia com grandes conglomerados privados –, em segmentos considerados estratégicos, a exemplo do estímulo ao desenvolvimento

⁷³ *Ibid.*, p. 29 - 59.

científico e tecnológico, das políticas protecionistas em relação aos fluxos internacionais de comércio ou financeiros, etc.

Assim, interage com o mercado, ao assumir diretamente a produção, em segmentos da estrutura produtiva que envolvem maior risco e/ou exigem investimentos de maior porte e mais longo prazo de maturação, ou que apresentem baixo nível de lucratividade, ou nos quais a produção de mercadorias, por alguma razão, ainda encontra dificuldades de penetração. No que se refere mais de perto aos objetivos deste trabalho, cabe mencionar que, em muitas situações, o Estado responsabiliza-se diretamente por parte dos custos de reprodução da força de trabalho.

Além do mais, por sua própria dimensão enquanto produtor necessário de valores de uso específicos e/ou dos denominados *bens públicos* e *serviços públicos*, o Estado configura-se como ator direto muito significativo no interior do mercado, através das compras governamentais. Mas não só.

Diferentemente do que busca fazer crer o pensamento econômico hegemônico, o Estado é partícipe indispensável da criação e recriação das condições de mercado e do próprio mercado, regulamentando o seu funcionamento por meio da imposição de regras e normas, e da fixação ou controle de preços, inclusive da força de trabalho e da moeda.

Enfim, a atuação do Estado propicia aquelas condições gerais para a reprodução do capital não asseguradas pelas ditas *leis do mercado*. Aqui estamos considerando particularmente o aspecto mais estritamente econômico da reprodução do capital, mas é evidente que ao tratar do Estado, estamos tratando necessariamente da questão do poder, portanto estarão sempre presentes rebatimentos de natureza política, ideológica e, amiúde, militar.

Um dos aspectos centrais do apoio do Estado ao processo de acumulação analisados por Marx diz respeito à sua participação favorecendo a concentração e a centralização do capital e, conseqüentemente, a tendência à formação e expansão dos monopólios.⁷⁴ Isso ocorreu na própria origem do capitalismo e, na sequência, na construção das condições para a passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista e, nesse movimento, à internacionalização. Mas esse tipo

⁷⁴ La *suma mínima de valor* de la que debe disponer el poseedor individual de dinero o de mercancías para metamorfosearse en capitalista, varía con las diversas etapas de desarrollo de la producción capitalista y, en una etapa de desarrollo dada, difiere entre las diversas esferas de producción, según sus condiciones técnicas específicas. Ciertas esferas de la producción requieren ya en los comienzos de la producción capitalista un *mínimo de capital* que aún no se encuentra en manos de un sólo individuo. Esto ocasiona, en parte, que se concedan subsidios estatales a dichos particulares, como en Francia en tiempos de Colbert y como en más de un Estado alemán hasta nuestros días, y en parte la formación de sociedades que gozan del monopolio legal para la explotación de ciertos ramos industriales y comerciales, precursoras de las modernas sociedades por acciones. MARX, *op. cit.*, Tomo 1, p. 375.

de atuação foi se renovando constantemente, até atingir os novos formatos próprios da economia mundializada.

De qualquer forma, em todos esses contextos, o apoio estatal ao processo de acumulação se exprime no nível de participação do Estado na economia. Nesse aspecto, a tão frequente quanto falsa contraposição Estado-*iniciativa privada*, encobre, na realidade, um entrelaçamento crescente Estado-capital, ainda que a presença do Estado possa se apresentar, em algumas conjunturas, menos visível a olho nu. Tal contraposição aparece, reiteradamente, em análises sobre situações concretas e, no período mais recente, em grande parte dos casos, tem constituído parte das justificativas para a adoção de políticas de cunho *neoliberal*. A verdade, entretanto, é que, na prática, estas políticas convivem pacificamente com o mencionado entrelaçamento. Este, na atualidade, se manifesta com muita força, por exemplo, e como já mencionado, na atuação do Estado via transferência de recursos visando o desenvolvimento tecnológico e a produção de conhecimento científico de fronteira, fundamentalmente no caso dos países mais desenvolvidos. Nessas situações, o Estado costuma assumir parcela significativa dos custos e riscos próprios da pesquisa básica, enquanto os resultados desse tipo de pesquisa e daquelas que daí derivam, tendem a ser, em grande parte, apropriados privadamente. É o caso do denominado complexo acadêmico-industrial-militar.

Em suma, se há no modo de produção capitalista, descontinuidade entre Estado e mercado, trata-se de algo relativo, representando instâncias que se excluem e se incluem, ainda que evidentemente distintas. E é nesse sentido, que o Estado é, a um só tempo, *exterior* ao processo concreto de produção e circulação de mercadorias e *integrante* desse processo.

3.5 ESTADO E LEGITIMAÇÃO

A legitimação diz respeito à necessidade de aceitação coletiva do *status quo*, mantendo a ideologia da classe dominante como a ideologia dominante. Ao transformar a força de trabalho em mercadoria, o modo de produção capitalista revolucionou todas as formas anteriores de apropriação do excedente, trazendo para primeiro plano a coerção econômica. Mas, ainda que o proprietário de força de trabalho se encontre economicamente coagido a colocá-la a serviço do capital – e esta é condição essencial das relações de produção no capitalismo – outras questões se apresentam. Uma vez transfigurado o trabalhador em *cidadão*, participante de uma relação de compra e venda no mercado, na qual é proprietário de uma mercadoria *voluntariamente* posta à venda, faz-se necessário tornar invisível a brutal desigualdade implícita nessa operação. Ela deve parecer normal, natural. Necessita ser aceita e parecer legítima. Na esfera econômica, esta é, em condições habituais, a principal questão subjacente à política estatal no que diz respeito à legitimação, que envolve concretamente ações em áreas muito diversificadas.

Embora ações do Estado voltadas para o crescimento econômico e a criação de emprego, por exemplo, possam ser enquadradas como provedoras de legitimidade, isso é mais claramente observável naquelas que envolvem áreas como comunicação massiva, educação e cultura, saúde, serviços sociais, programas de transferência de renda, consumo, etc. Nesse campo, ações de natureza mais difusa, podem, por um lado, responder ao desenvolvimento da luta de classes e atender a demandas por melhores condições de vida do conjunto ou de parte da população, desde que não sejam contraditórias, ou, pelo menos não sejam impeditivas, aos interesses do capital. Mas, por outro lado, também dizem respeito à já mencionada necessidade de manter a ideologia da classe dominante como a ideologia dominante. Ou seja, promover a aceitação do sistema pela totalidade das classes sociais e dificultar o desenvolvimento de uma ideologia revolucionária que busque não apenas um capitalismo menos desigual, mas a própria ruptura com as leis gerais de reprodução do sistema.

Sem perder de vista áreas através das quais o Estado tradicionalmente buscou legitimidade, como a educação, por exemplo, destacamos aqui, três movimentos, que, além de se nos afigurarem importantes, parecem assumir progressivamente maior proeminência no caso brasileiro. Em primeiro lugar, o papel desempenhado pela comunicação, especialmente pelo uso da mídia – incluindo, no período mais recente, a mídia digital. Esta última soma-se à mídia tradicional (jornais, revistas, televisão...) adquirindo uma importância e um espaço particulares em função do crescente poder de influência no campo político-ideológico que acompanha a expansão e diversificação dos meios de comunicação.⁷⁵

Assim, além da comunicação oficial veiculada pelos diversos canais disponíveis, diretamente voltada para a divulgação das ações e políticas estatais e representativa da mutante composição de forças que se expressam no seu âmbito, o Estado atua sobre o (e por outro lado sofre pressões do) conjunto da mídia. Em verdade, a grande mídia tradicional, ainda que abrigue colunas de opinião, sempre tentou aparecer como *informativa*, no sentido de apresentar fatos e acontecimentos de forma pretensamente imparcial. Mas, evidentemente, a própria escolha do que noticiar ou não, e sobre que

⁷⁵ Essa é uma questão tratada por Gramsci em suas reflexões sobre os partidos políticos. Indaga Gramsci: *Es necesaria la acción política (en sentido estricto) para que se pueda hablar de «partido político»?* O próprio Gramsci responde: *“En el mundo moderno se puede observar que en muchos países los partidos orgánicos y fundamentales, por necesidades de lucha o por otras razones, se han dividido en fracciones, cada una de las cuales asume el nombre de «partido» y aún de partido independiente. Debido a ello, con mucha frecuencia el Estado Mayor intelectual del partido orgánico no pertenece a ninguna de tales fracciones pero actúa como si fuese una fuerza dirigente por completo independiente, superior a los partidos y a veces considerada así por el público. Esta función se puede estudiar con mayor precisión si se parte del punto de vista de que un periódico (o un grupo de periódicos), una revista (o un grupo de revistas), son también «partidos» o «fracciones de partidos» o «función de determinado partido».* GRAMSCI, *op. cit.*, p. 44-45.

fatos ou em que ângulos colocar ênfase, também compõem uma retórica alinhada com interesses de classe ou de frações de classe. A realidade é que a denominada grande mídia, aqui e alhures, sempre teve partido e, no caso brasileiro, claramente desempenhou papel muito relevante, inclusive em momentos de ruptura da *ordem institucional*.

Já a mídia digital, em suas diversas ramificações, incluindo aquelas que expõem seus laços com a mídia tradicional pode, mais que nenhuma outra, falar ao mesmo tempo ao conjunto da sociedade e dirigir-se também diretamente a segmentos sociais específicos, e mesmo a indivíduos em particular. Estes, de certa forma, se sentem como - e em muitos casos se convertem em - participantes da construção de discursos que se vão propagando através de cadeias de compartilhamento, por exemplo. Assim, as ditas *redes sociais*, além de propiciarem comunicação rápida, ou mesmo instantânea entre indivíduos e/ou grupos específicos de indivíduos, prestam-se também à difusão em cadeia de textos, áudios, vídeos, e *links* de acesso a uma gama muito diversificada de informações (ou desinformações) que servem a propósitos variados. Estas novas mídias, que se estruturam e reestruturam com muita agilidade, e cuja regulamentação e controle apresentam uma série de dificuldades, têm enorme capilaridade e capacidade de formar grupos aderentes a determinadas vertentes ideológicas. E parte delas, ao atuar buscando a difusão e afirmação de posições políticas específicas, se arrisca não só na distorção de fatos, mas avança inclusive na criação virtual de uma realidade paralela, através do que ficou conhecido pela expressão *fake news*.

Em segundo lugar, e neste caso analisando particularmente o caso brasileiro - contudo considerando que este guarda sintonia com movimentos existentes em outras formações sociais -, sobressai a emergência, no contexto atual, de sinais de ruptura com a tendência à laicidade do Estado. Religiões e suas igrejas, especialmente aquelas situadas no espectro mais conservador, vêm reconquistando espaço, enquanto elemento importante para a legitimação do sistema vigente e especialmente das formas que vêm assumindo tanto o modelo de acumulação quanto a sua expressão política. Parte desses movimentos religiosos já atua no Brasil há bastante tempo, mas é visível o crescimento do número de adeptos a partir de um trabalho persistente de proselitismo. Embora outras religiões participem dessa dinâmica, em parte muito significativa dos casos trata-se de Igrejas de matriz evangélica, com forte participação daquelas vertentes caracterizadas pelo fundamentalismo.

Nesse contexto, as atividades empreendidas por esses grupos religiosos apresentam objetivos bem definidos no sentido de ganhar representação política formal penetrando no aparato estatal, inicialmente através da representação legislativa, mas já se entranhando também no executivo e no judiciário. Buscam conquistar e influenciar recortes sociais específicos, com especial atenção para a juventude, mas avançam também em tentativas de intromissão até mesmo em comunidades indígenas, como se fora uma nova catequese, igualmente destruidora de crenças e valores tradicionais. Além disso, algumas dessas ramificações revelam-se hostis na convivência com outros credos, sobretudo aqueles de matriz africana. São nítidos os vínculos políticos desses grupos, não só com o que há de

mais retrógrado em termos de costumes, mas também, no plano material, com forças econômicas as mais predadoras do capital local e com o próprio imperialismo.

O discurso se apresenta como uma radicalização da pauta moral conservadora e inclui a discriminação de grupos sociais específicos, assumindo, em muitos casos, bandeiras machistas e homofóbicas. Costumeiramente mostra-se avesso à consideração de valores consagrados pela ciência, e, explícita ou implicitamente, tende a aderir a posições contrárias àquelas alinhadas com uma divisão mais igualitária da riqueza e até mesmo à convivência democrática. Ao colocar o foco nesse tipo de viés, o discurso extremado frequentemente ganha maior evidência no debate político, contribuindo para ocultar ou conduzir para segundo plano, em termos de visibilidade, agendas econômicas regressivas.

O campo para o sucesso da empreitada parece fértil. Trata-se de uma sociedade extremamente desigual, esgarçada, e com um nível de pobreza alarmante. Muitas de suas cidades cresceram sem que fossem estabelecidas condições de integração e construção de laços mais sólidos e acolhedores no que diz respeito a grupos populacionais em grande parte compostos a partir de fluxos relativamente recentes de migrantes originários do interior do país. É fundamentalmente nesse ambiente urbano, caracterizado pela dispersão social, que florescem tais movimentos religiosos, particularmente as igrejas pentecostais e neopentecostais. Para além do uso político dos *fiéis*, parte dessas igrejas e de seus *donos* não tem escrúpulos em buscar enriquecimento via comercialização da espiritualidade alheia. Mas acabam por conferir a parcela dessas camadas difusas da sociedade um sentimento de inclusão e pertencimento, fundamentado no que seria uma crença comum, sensação reforçada por ações concretas de ajuda individual em situações de dificuldade, quando podem assumir, a seu modo, funções que, em princípio, seriam próprias do Estado. Nestas circunstâncias, as opções políticas se transformam em uma questão de fé. E articulando a ameaça à laicidade do Estado com o uso da mídia, tratado anteriormente, é nítida a cada vez maior utilização dos antigos e novos meios de comunicação por parte das Igrejas.

Em terceiro lugar, destacamos um aspecto que, em algumas de suas formas, vem ganhando importância: o campo concreto dos gastos do Estado, no que se refere às ditas políticas sociais. Consideramos aqui, dentre estas políticas, especialmente aquelas de transferência de renda, destinadas a compensar a desigualdade no seu polo mais extremo.

No período recente, e no contexto das características assumidas pelo capitalismo mundializado, essa desigualdade parece tender à amplificação. Num plano mais geral, estudos vêm demonstrando que o crescimento e a diversificação da produção capitalista não têm levado à redução da

desigualdade na sua distribuição.⁷⁶ Tanto no que se refere às diferenças de renda entre os países quanto no que diz respeito àquelas vigentes entre as classes sociais no interior de cada um deles, não são detectados sinais de tendência à repartição menos desigual da riqueza, mesmo no caso das nações mais desenvolvidas.

Pelo contrário. Fatores concretos vêm impelindo a intensificação recente da tendência ao alargamento da parte da população dependente de políticas sociais. Dentre estes, destacadamente, o desmantelamento de direitos conquistados pelos trabalhadores, através da eufemisticamente denominada flexibilização das relações trabalhistas, que facilita a dispensa e, de modo geral, precariza as condições de contratação da força de trabalho, reduzindo o seu custo para o capitalista. O avanço destas políticas - ainda que em ritmo e formato desiguais -, sobre formações sociais com características muito distintas, conduziu ao alargamento do contingente populacional expulso das relações formais de trabalho e com escassas perspectivas de reabsorção.

Como o próprio funcionamento do sistema recria sistematicamente esse grupo, tais políticas tendem a se eternizar, ou pelo menos a ser recriadas em outros moldes. A porta de saída de tal grupo pode até, eventualmente, ser transposta por alguns indivíduos, mas não pela categoria social. Os mais pobres, aqueles que o *mercado* não absorve ou absorve de forma parcial e precária, enfim, a força de trabalho sem valor de uso para o capital vai sendo reproduzida sem condições de provimento de sua subsistência caso não conte com o amparo de alguma política de proteção social.

Na forma capitalista de produzir, o próprio desenvolvimento tecnológico é apropriado pelo capital no sentido de alargar as possibilidades de acumulação, não importando as consequências, inclusive aquelas que alimentam as contradições do sistema. Assim, no cenário mais geral, tende a crescer a proporção daquela parte do exército industrial de reserva que pode permanecer em condições de desemprego, mesmo em conjunturas de ascenso da produção. Evidente que nos países dependentes a situação é bem mais grave, mas nos próprios países imperialistas, particularmente naqueles receptores de maior número de migrantes, subsiste um grupo de trabalhadores com menor perspectiva de empregabilidade, ou mesmo desprovido de qualquer chance de empregabilidade, que permanece à margem do mercado de trabalho.

Na conjuntura recente, o problema foi agravado pela crise sanitária que atingiu de forma generalizada a *normalidade* das condições de vida da população mundial. Num ambiente de incerteza

⁷⁶ Do conjunto da literatura disponível destaca-se o trabalho *O capital no século XXI* de Thomas Piketty, especialmente pela abrangência temporal e espacial contemplada pelo estudo.

quanto aos desdobramentos futuros, a crise, apresentou picos intermitentes de maior gravidade. A perspectiva mais promissora de controle da infecção sistêmica provocada pelo Covid 19 demonstrou ser a imunização em larga escala através da vacinação massiva. Mas, apesar da rapidez em que foram desenvolvidos vários tipos de vacina, sua distribuição enfrentou diversos obstáculos. À dificuldade inerente à empreitada de vacinar, num curto espaço de tempo, o conjunto da população mundial, somaram-se questões de natureza política e econômica.

A fabricação das vacinas e principalmente dos seus insumos básicos concentra-se num número restrito de países, sendo dominada por um clube seletivo de conglomerados da indústria farmacêutica. Logo, configurou-se uma distribuição pouco equitativa, em que os países mais ricos absorveram a maior parte. A morosidade inicial da vacinação, alimentada pela inércia de alguns governos e a resistência de certos grupos sociais na adesão ao processo de vacinação, potencializou o risco de mutação do vírus o que, no limite, em alguns países comprometeu os próprios resultados do esforço empreendido.

O alto nível de contágio, e decorrente adoção de políticas de isolamento físico e restrições à mobilidade das pessoas implicaram em consequências de natureza variada. No decorrer da pandemia, era grande a incerteza quanto à duração do problema, complicando as tentativas de estimar as consequências de modo geral, incluindo os impactos imediatos e de prazo mais dilatado sobre a totalidade das condições econômicas. Ainda que de forma desigual, sequelas, comprometimento de expectativas e aceleração de algumas tendências se revelaram muito significativas. Dentre elas o alargamento de políticas emergenciais e compensatórias.

No caso do Brasil, a situação foi agravada pela postura omissa, e perversamente negacionista das autoridades em princípio responsáveis pelo enfrentamento do problema, o que transformou o país num dos piores casos de disseminação descontrolada da doença.⁷⁷ E pretensas controvérsias científicas ou atitudes de negação da ciência, podem estar perpassadas por interesses econômicos de alta monta. Nesse ambiente, costumeiramente se movem personagens de maior ou menor estatura, associados a grupos de *lobby* envolvidos com negócios milionários. Além do mais, numa conjuntura

⁷⁷ O terceiro Ministro da Saúde no decorrer da pandemia (que também foi defenestrado) chegou a justificar não haver adquirido determinada marca de vacina, porque se tratava de produto caro. O argumento mais óbvio em contraposição à fala do Ministro seria o de que internações hospitalares são muitíssimo mais caras que qualquer vacina cara. Mas se poderia também parafrasear Leonel Brizola em debate com Fernando Henrique Cardoso quando ambos eram candidatos à Presidência da República. Ao argumento de Fernando Henrique de que as escolas públicas de tempo integral criadas por Brizola, quando governador do Rio de Janeiro, eram caras, Brizola rebateu: “Cara é a ignorância. Esta é muito cara.”. Então, Ministro, cara é a ignorância. E, ademais, cara seria a morte se houvesse alguma decência na precificação da vida humana.

crítica, conviveu-se com a manutenção de políticas de *ajuste* (seletivo) das contas públicas, as quais até mesmo o FMI, já começa a discutir. Sucederam-se cortes assustadores de despesas em áreas cruciais para o desenvolvimento do país, inclusive, no próprio âmbito da saúde.

Os mecanismos de transferência de renda aqui tratados coexistem, não sem contradições, com o desmonte da produção de serviços públicos, em áreas como educação, saúde e segurança. Isso ocorre, à medida que essa produção vai sendo mercantilizada, na esteira da progressiva penetração do capital em âmbitos anteriormente atendidos via produção de não mercadorias, na esfera da geração de serviços públicos, mas também na da produção familiar. Em verdade isso demonstra que segue vigente a tendência do capitalismo, apontada por Marx, de transformar toda a produção direcionada ao consumo não só em produção de mercadorias, mas em produção capitalista de mercadorias.⁷⁸

De toda forma, a pandemia, mais grave durante cerca de dois anos, também pôs a nu as consequências dessa mercantilização, ao menos no que se refere à produção de serviços de atendimento à saúde pública. Isso se traduziu em situações de muita dificuldade para o enfrentamento de problemas sanitários em países que já não possuíam, ou desmantelaram, via políticas *neoliberais*, a rede pública de proteção à saúde. A mercantilização do atendimento à saúde através dos planos privados, que, em sua maioria, nada mais são que um braço do capital financeirizado da área de seguros, articulado com outros segmentos ligados à saúde, por definição, deixa à margem exatamente a parcela mais vulnerável da população. Assim, a estrutura de geração mundial de produtos farmacêuticos, majoritariamente internacionalizada e protegida por patentes, também contribui para mais dificuldades.

No caso brasileiro, não fora a providencial existência da estrutura de atendimento universal do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo uma extensa rede vacinal, a situação, já em si dramática, teria sido ainda mais complicada. Independente da crise recente, aqui parte importante do problema reside na ausência de estímulos à realização de pesquisas e à produção no país de insumos básicos e estratégicos em geral, incluindo a área de fármacos. Disso decorre uma extrema dependência da importação de produtos farmacêuticos e equipamentos hospitalares, tornando o país muito vulnerável frente a situações atípicas no mercado mundial.

Mas, em suma, a expansão dos *gastos sociais*, também associados à mitificação do consumo, ao contribuir para a manutenção de condições mínimas de subsistência, acaba por constituir base objetiva para a legitimação do sistema e de seu Estado. Mesmo num quadro de aumento das

⁷⁸ MARX, *op. cit.*, Tomo 1, p. 42-43.

desigualdades, e falta de perspectiva de maior mobilidade social no curto e mesmo no médio prazo, o simples acionamento de mecanismos, ainda que muito limitados, de transferência de renda, se traduz num fator de legitimação. Embora se trate de conferir acesso a um patamar mínimo de consumo, em muitos casos insuficiente para a *normal* reprodução da força de trabalho. Ou seja, um nível de transferência de renda que permite quase que estritamente a subsistência física, mas do qual emana, ainda que isso possa ser instável, certo grau de aderência ao sistema vigente.

Algumas dessas políticas, à medida que se instalaram e se consolidaram a desregulamentação e a *flexibilização* dos processos econômicos - e particularmente a precarização das relações de trabalho -, caminham também na direção do transitório, tendendo à legitimação de Governos mais do que do próprio Estado. Se estabelece então certa ambiguidade, confundindo-se Estados nacionais com eventuais governos, ou mesmo com lideranças ocasionais. Estas últimas, representando ou servindo a interesses de frações importantes do bloco no poder, podem, em algumas circunstâncias, apoderar-se dos sistemas de decisão do Estado por períodos cuja duração pode ser prolongada. E aí já estamos entrando no campo político e na tendência à formação de Estados autoritários, em que a democracia burguesa perde força.

Este tópico voltará a ser abordado ao analisarmos o caso concreto do Estado brasileiro em conjunturas específicas. Mas, nesse sentido e de passagem, vale lembrar - ainda que lugar e tempo histórico, logo as circunstâncias, sejam outros -, uma passagem do pensamento de Gramsci que trata da adesão massiva de parcelas da população a determinado ideário. Considera este autor a existência de dois tipos de partido: o primeiro seria constituído por uma elite culta com a função de dirigir partidos afins; o segundo, o partido de massa, cujo papel político seria o de uma fidelidade de tipo militar a um centro político *visível ou invisível*. Com respeito ao segundo tipo, afirma Gramsci (e a coincidência da expressão *mesiánicos mitos* vem bem a propósito):

*“La masa es simplemente de «maniobra» e se la mantiene «ocupada» con prédicas morales, con estímulos sentimentales, con mesiánicos mitos de espera de épocas fabulosas, en las cuales todas las contradicciones y miserias presentes serán automáticamente resueltas y curadas.”*⁷⁹

Concluimos com a reafirmação de que as ações que visam a legitimação configuram-se no sentido de promover a aceitação do sistema pela totalidade das classes sociais e impedir que prospere o desenvolvimento de uma ideologia revolucionária. O Estado como tal se legitima designando-se como o representante imparcial do conjunto da sociedade. Aí cumprem papel fundamental as

⁷⁹ GRAMSCI, *op. cit.*, p. 45-46.

instituições da democracia e da justiça burguesas, através das quais as diferenças entre as classes sociais são borradas, criando-se uma aparência de igualdade em que todos desfrutariam dos mesmos direitos. A construção de um arcabouço de normas e regulamentações, cuja transgressão implica na possibilidade de sanções, além dos componentes persuasivos da superestrutura política e ideológica acabam de compor o quadro.

3.6 ESTADO E FORÇA

Quanto ao exercício da repressão, esta deveria, aparentemente, apresentar uma tendência declinante em um modo de produção em que a coerção extra-econômica é, em condições normais, posta de lado, ou ao menos se manifesta de forma mais velada. Sem embargo, segue materialmente presente a parafernália de aparatos repressivos disponíveis pelo Estado. Estes, que se corporificam por meio de organismos tais como a polícia, as forças armadas, as prisões etc., constituem-se na garantia última e necessária de que o capital seguirá se reproduzindo e a ordem prevalecerá. Ainda que, parte de tais aparatos possa ter, por períodos relativamente extensos, função apenas potencial, sua presença latente sinaliza uma possibilidade de uso real. E, de fato, seu acionamento selvagem, com conteúdo tecnológico cada vez mais sofisticado, é posto em marcha, sempre que preciso, tanto para garantir o controle dos movimentos sociais em geral e dos movimentos dos trabalhadores em particular, quanto para reprimir diretamente estes movimentos, caso sua intensificação ameace criar embaraços mais sérios ao processo de acumulação. Mencione-se ainda, a assimetria no uso da força, que se intensifica no caso de grupos sociais específicos, os quais, por diversos motivos, não se enquadram no que seriam os modelos sociais prevalecentes.

Em momentos de acirramento da luta de classes, quando a insatisfação com as condições de reprodução do sistema vem à tona com mais força e os antagonismos e contradições se tornam mais visíveis, emerge também, de forma mais exacerbada, o poder de coerção do Estado. Particularmente em conjunturas de crise de hegemonia, quando frequentemente Estados e governos se defrontam com problemas relativos à sua legitimação, a disposição para o uso da repressão se faz sentir com mais intensidade e maior é o risco de a democracia burguesa ser substituída por Estados autoritários com uso mais ostensivo da violência.

Mas, ainda que as ações truculentas possam perdurar por períodos relativamente longos, não é da natureza do capitalismo funcionar sempre pela força no sentido mais estrito. Esta alternativa, ainda que não seja estranha ao desenvolvimento deste modo de produção, - muitíssimo ao contrário -, uma vez consolidada a democracia burguesa, tende a ser reservada para momentos mais ou menos excepcionais. Logo, tudo isso é acompanhado por permanente embate político e ideológico, visando a aceitação (legitimação) das regras do capital, incluídas as do capital internacionalizado.

A importância da presença de aparatos repressivos também é evidente no que diz respeito às relações internacionais e à dominação econômico-política entre as nações e seus respectivos Estados. Ou seja, à configuração e/ou reconfiguração do imperialismo e da sua contraface – a dependência. À medida que o processo de internacionalização avança e adquire novos contornos, a coerção praticada pelos Estados nacionais, tanto aquela para uso interno, quanto a que ultrapassa fronteiras, vai também experimentando mutações. Mas persiste o intervencionismo direto ou indireto dos Estados nacionais das potências imperialistas, sempre que necessário à garantia da reprodução do capital originário de suas respectivas nações seja na forma de ações repressivas ou via controle ideológico.

São múltiplos os episódios em que são acionados, extra-territorialmente, mecanismos estatais de apoio à acumulação dos capitais internacionalizados. E, em repetidos casos, esses mecanismos têm ido além das pressões econômicas e políticas, assumindo exercer a repressão estrita e empreendendo ações armadas quando se apresentam conjunturas mais críticas de enfrentamento com forças locais. Isso pode ocorrer através de intervenção direta; utilizando os Estados nacionais dos próprios países dependentes ou através de instituições de natureza supranacional.

Mencione-se que tais intervenções, quando ocorrem diretamente e em moldes tradicionais, apesar de resultarem em muita destruição de vidas e/ou de patrimônio, nem sempre conduzem à vitória dos invasores ou à consecução dos seus objetivos. E as baixas registradas nas forças intervencionistas têm impulsionado tendências de uso de tropas mercenárias. Mas têm, sobretudo, como registrado no Capítulo I, estimulado o uso de tecnologias sempre mais avançadas, explorando as possibilidades dos novos tipos de armamentos, especialmente aqueles que dispensam a presença física de tropas nas áreas em que ocorrem os conflitos.

Ainda no que se refere às inovações tecnológicas, para além das inovações em si, destaque-se a forma em que estas são apropriadas e utilizadas pelo capital, viabilizando a adoção de novos tipos de controle. O desenvolvimento tecnológico amplia as possibilidades de captação, processamento e disseminação de dados e informações, passando a abarcar praticamente todas as dimensões da vida da população, mesmo aquelas que, em tese, configurariam a vida privada. Ao ser confiscado pelo capital, o que representava uma viabilidade técnica passa a servir à constituição de segmentos da produção e circulação de mercadorias, perpassando transversalmente tanto o sistema produtivo quanto os canais de distribuição. A alimentação do processo de apropriação de insumos gratuitos, ou quase, ocorre das mais diversas formas. A febre de cadastros e aplicativos exigidos para que a população execute ações de natureza estritamente rotineira compõe apenas parte do processo.

O imenso estoque de dados e informações pessoais transmutados em mercadoria pode ser (e é) utilizado pelo capital como apoio direto a várias facetas do processo de acumulação, destacando-se o direcionamento da publicidade. Mas, de modo similar, podem servir a outros objetivos, incluindo a manipulação política e a atuação repressiva por parte de Estados nacionais. E sua utilização também

enquanto insumo para a *inteligência* voltada para o controle e eventual coerção é algo perfeitamente esperável tanto no âmbito doméstico quanto em novas modalidades de espionagem internacional. Isso, igualmente, alarga sobremaneira a possibilidade de ações de vigilância dirigidas a segmentos populacionais específicos. Em verdade, o controle sobre a vida dos trabalhadores sempre foi almejado pelo capital.⁸⁰ E, de forma direta ou indireta, o Estado, invariavelmente, contribuiu para a efetivação desse controle.

Quiçá a análise da atuação repressiva do Estado seja o aspecto mais elaborado pelos clássicos do marxismo, especialmente por Lênin, ao fundamentar as teses da necessidade de destruição do Estado burguês.⁸¹ Sabidamente, Lênin, ao desenvolver conceitualmente tanto a caracterização do imperialismo quanto as condições necessárias à transição para o socialismo, vai além, e evolui em formulações sobre a natureza do Estado capitalista, privilegiando analiticamente a sua função repressora. Entretanto, suas contribuições com respeito ao Estado-força, - caracterizado pelo autor fundamentalmente como instância de dominação e opressão de uma classe por outra -, são complementadas por seus desenvolvimentos também sobre questões pertinentes ao plano cultural e à luta pela hegemonia.

É especialmente nesse último sentido que Gramsci mais avança teoricamente, ao tratar o Estado enquanto um conjunto complexo de instituições e atividades através das quais a classe dominante permanentemente reconstrói o seu domínio e consegue obter a prevalência, de consensos sociais. Na concepção gramsciana de Estado, este é, sempre muito explicitamente, tratado como uma totalidade abrangendo momentos distintos de um mesmo fenômeno, no qual conviveriam, enquanto unidade complexa e contraditória, *dominação e hegemonia*. Expressaria, pois, o fato de que a supremacia de uma classe sobre outra se manifesta em planos que se exteriorizam diferentemente como *domínio* e como *direção* ou como *domínio e consenso*. Por conseguinte, no conjunto de sua obra é nítida a ênfase na consideração de que ações relacionadas ao uso real ou potencial da violência não seriam suficientes para explicar as razões pelas quais classes e frações de classe fazem predominar seus interesses.

⁸⁰ Documentadamente, o taylorismo já incluía preceitos de ordem moral nos seus *Princípios*. E Henry Ford, criador do que viria a configurar o fordismo, também praticava a vigilância sobre os trabalhadores de suas empresas.

⁸¹ Em *Poder político e classes sociais* Poulantzas desenvolve importante fundamentação teórica nesse sentido. Posteriormente o mesmo autor *flexibilizou* essa posição se aproximando das teses que visualizavam a possibilidade de um *caminho democrático* para o socialismo.

3.7 ESTADO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Os processos de monopolização e de internacionalização das economias capitalistas, que culminaram com a valorização do valor em escala mundial, ao mesmo tempo em que foram e são impulsionados pelos Estados nacionais, provocaram alterações e redefinições nas formas em que se apresenta a composição de interesses entre as classes sociais e, conseqüentemente, na sua representação no interior do aparato estatal. Implicaram, portanto, em rebatimentos sobre as ações e as próprias características dos Estados nacionais das formações sociais concretas em que estes processos se desenvolveram. A concentração e a centralização do capital requerem Estados também centralizadores, no sentido de que as frações das classes dominantes representativas do capital mais fortemente monopolista tendem a exercer a hegemonia no âmbito estatal. E o capital internacionalizado é, em essência, uma das expressões dos processos de concentração e centralização.

Concretamente, desde o seu início, o processo de internacionalização contou com a participação ativa dos Estados nacionais. Da expansão via redimensionamento do mercado mundial, passando pela exportação de capitais e pelos vários momentos da internacionalização da produção, os Estados nacionais apoiaram, das mais diversas formas, o conjunto do processo. Isso ocorreu no que concerne aos Estados dos países imperialistas, exportadores de produtos industrializados e/ou de capital, mas também no caso dos Estados daqueles países que, nesse movimento, exerceram historicamente, no fundamental, além da função de fornecedores de matérias primas, a de receptores de produtos industrializados e/ou do capital em processo de internacionalização. Evidente que as formas de internacionalização mais recentes introduziram profundas alterações na divisão internacional do trabalho, incorporando muito maior complexidade ao quadro tradicional descrito. Mas, de todo modo, o caminho percorrido pelo capitalismo em direção ao capital mundializado, ao combinar fragmentação com entrelaçamento dos processos produtivos, manteve dois traços fundamentais no movimento de valorização do valor: a centralização das decisões mais importantes e a proteção do domínio das inovações tecnológicas de ponta. Ou seja, persiste e até mesmo se intensifica a concentração do poder em nível mundial.

É verdade que a fase contemporânea da internacionalização vem criando uma cadeia de interesses no campo mundial, que pode tecer um véu sobre as reais ligações do capital internacionalizado com as instâncias estatais dos seus países de origem. Isso pode até conferir uma aparente independência ou autonomia a esses capitais. Mas esta independência se revela sempre mais relativa, à medida que a análise vai se tornando mais acurada. Na realidade, os vínculos do grande capital internacionalizado com seus respectivos Estados nacionais, seguem extremamente fortes. E é ainda especialmente nesta instância que continuam a se manifestar as contradições entre as classes e frações de classe e, portanto, as pugnas entre interesses antagônicos ou eventualmente conflitantes, inclusive aqueles relativos à apropriação dos recursos centralizados na esfera estatal.

Os Estados nacionais seguem apoiando de várias maneiras a expansão internacional e as diversas formas de internacionalização no que se refere aos capitais dos seus respectivos países, através de ações e pressões de natureza econômica e/ou política, e, em casos mais extremos, como já mencionado, daquelas de natureza militar. E para citar apenas um exemplo atual e representativo desses vínculos, mencione-se o envolvimento do Estado norte-americano na disputa com a China pela liderança na fronteira tecnológica mundial. De momento, talvez o caso mais visível e rumoroso seja o que gira em torno da competição pelo domínio de mercados no que diz respeito à tecnologia 5G.

E, voltando a Gramsci, na sua perspectiva não apenas o estrito aparato estatal participaria do processo que referenda a existência de determinadas relações sociais. Na visão deste autor, estrutura e burocracia estatais convivem com organizações de outra natureza, com as quais se relacionam, e eventualmente se complementam ou se confrontam. Tais interações são trabalhadas por Gramsci quando estabelece a diferença conceitual entre Estado propriamente dito e sociedade civil, conferindo a esta distinção não apenas uma importância teórica, mas também um significado prático na construção do que constituiria uma *vontade coletiva*. No conceito gramsciano de hegemonia importam aspectos culturais historicamente construídos incluindo as crenças populares, que teriam, a seu ver, a validade de forças materiais.

Transpondo essa argumentação para o processo geral de internacionalização do capital, pode-se considerar que, nesse sentido, o espaço ocupado por instituições privadas não empresariais com atuação internacionalizada pode deter papel importante. Aí caberiam atividades desenvolvidas por entidades diversas, a exemplo de algumas das ditas Organizações não governamentais (ONGs). Tais instituições podem atuar como apoio ideológico à expansão do capital internacionalizado, sendo, algumas delas, financiadas pelas próprias empresas transnacionais. Mas outras, desvelando a natureza do Estado capitalista e de suas contradições, captam recursos de Estados dos países onde atuam ou de residentes desses países de modo geral. Como tratado em tópico anterior, podem exercer papel similar, ainda que com características muito específicas, certas instituições de caráter religioso. Neste último caso, certamente a experiência vem de muito longe e a tradição detém enorme peso.

Aqui, vale ainda voltar a ressaltar, dentre as características recentes da internacionalização do capital, a sua absorção do processo de hipertrofia das finanças e da prevalência de sua lógica, traço que perpassa toda a forma contemporânea de desenvolvimento do capitalismo. A denominada financeirização constitui, na atualidade, um dos principais fundamentos da economia mundial, o que posiciona em primeiro plano a questão da valorização fictícia do capital. E isso se manifesta também na posição que os interesses das finanças internacionais passam a ocupar no interior do bloco no poder nos mais diversos países. Em decorrência, novos problemas vão se colocando e questões já existentes se reapresentam atuando sobre características e ações dos Estados nacionais. Um dos aspectos da relevância do capital financeiro a ser destacado é o de que estes capitais carregam dentre seus componentes uma volatilidade significativamente mais acentuada do que aquela própria das

demais formas assumidas pelo capital. E esta é uma marca que, ao intensificar o nível de incerteza vigente no funcionamento do sistema, tem um impacto significativo sobre as condições de atuação dos Estados nacionais.

Em relação a essa questão, cabe ter em conta o esgotamento tanto do modelo de acumulação que garantira as altas taxas de crescimento da economia mundial no pós-guerra, quanto as condições políticas que estimularam o avanço de tal modelo. E considere-se nesse cenário, o rompimento, a partir da década de 1970, com parte do que fora pactuado ao final da 2ª Guerra Mundial na Conferência de Bretton Woods sobre as finanças internacionais, particularmente no que se refere à paridade entre as moedas e à conversibilidade dólar-ouro. As consequências desses eventos vão, paulatinamente, ganhando maior impulso com o advento e a generalização da agenda de desregulamentação.

No plano concreto da ação do Estado na implementação de tal agenda, sobressaem, além da desregulamentação dos fluxos financeiros, as políticas de ajuste fiscal. Estas últimas, frequentemente envoltas na atraente roupagem da muito difundida expressão *políticas de responsabilidade fiscal*, englobam formas diversas de restrição aos gastos públicos. Atrelado às radicais transformações na estrutura produtiva e nos processos de trabalho e apoiado nas também radicais inovações tecnológicas, o pensamento que foi difundido como *ideário neoliberal* passou a justificar todo um formato de políticas públicas que colocam em segundo plano as lições keynesianas de enfrentamento das crises nos marcos do sistema capitalista. Em alguns aspectos, as ações implementadas caminham no sentido oposto ao destas proposições.

De todo modo, é importante ressaltar que as alterações induzidas pela internacionalização, em características importantes dos Estados nacionais, mantêm incólume a sua atuação enquanto instância fundamental de reforço e ampliação das relações sociais vigentes e das práticas de dominação inerentes a estas relações. Recordemos que é a necessária autonomia relativa dos Estados para atuar em prol da reprodução da sociedade capitalista em sua totalidade, que permite resguardar, em cada momento histórico, os interesses das frações hegemônicas do capital, exercendo, ao mesmo tempo, a mediação das contradições interburguesas. Ao fim e ao cabo, é essa mesma autonomia relativa que possibilita evitar que as pugnas entre frações da burguesia alimentem o fortalecimento do pólo antagônico. Isso não significa que, contraditoriamente, em determinadas circunstâncias, a ação do Estado não possa acabar por constituir-se também em mecanismo de aprofundamento tanto das contraposições de interesses entre distintas frações burguesas quanto do antagonismo intrínseco às relações capital-trabalho.

3.8 ESTADOS NACIONAIS E DEPENDÊNCIA

Com relação às características dos Estados nacionais nos países dependentes, - e aqui nos aproximamos do objeto concreto desta tese fazendo um recorte espacial mais restrito ao caso dos países latino-americanos e em especial ao do Brasil – há que ter em conta, que nesses países, o capitalismo se desenvolve segundo regras distintas daquelas vigorantes naqueles de capitalismo avançado. E porque as duas formas estão estritamente entrelaçadas, seu entendimento só é possível considerando a perspectiva da acumulação de capital em nível mundial, na qual a inserção dos países dependentes se dá de forma subordinada, ou seja, com grau muito mais limitado de autonomia. Em consonância com as observações anteriores, o papel desempenhado pelo Estado nessas formações sociais detém uma singular importância, ademais de características muito específicas, o que implica, tanto em termos teóricos quanto no campo da análise empírica, problemas distintos. Isso ocorre em função do lugar que estes países ocupam na divisão internacional do trabalho; do fato de que sua industrialização (incompleta) acontece já na fase imperialista do capitalismo e, em grande medida, naquela em que os processos produtivos se estão internacionalizando; das condições específicas em que se desenvolve internamente a luta de classes e, por fim, da totalidade do seu legado histórico e da gênese mesma dos Estados latino-americanos.

Assim que, embora o processo de internacionalização esteja, desde sempre, estreitamente associado à atuação dos Estados nacionais e integre as modificações do capitalismo onde quer que a valorização do capital ocorra, se manifesta de forma distinta nas diversas formações sociais, atingindo diferentemente os Estados nacionais e sua atuação, quando se trata de países de capitalismo avançado ou de capitalismo dependente. Tais diferenças se expressam em vários aspectos, e podem se externar na maior intensidade ou radicalidade de alguns fenômenos, mas também na própria essência da manifestação.

Os Estados dos países cujos capitais iniciaram e lideraram o processo de internacionalização atuaram no sentido de impulsionar esse movimento. Cumpriram, pois, o papel de fortalecer e apoiar a expansão e a reprodução internacionalizada dos capitais originários dos seus respectivos países. Os Estados dos países que participaram do processo de forma subalterna, suplementar e num certo sentido reflexa, se moveram por caminhos variados. As distintas trajetórias percorridas foram evidentemente condicionadas pelas circunstâncias particulares do seu desenvolvimento. Isso inclui a composição e organização dos respectivos sistemas produtivos, mas também a posição ocupada por cada um desses países quanto à maior ou menor representatividade em termos da estratégia de expansão do grande capital internacionalizado no cenário mundial.

Assim, se posicionaram ora buscando preservar algum nível de autonomia, frente ao avanço da internacionalização, ora colaborando com o imperialismo e a desnacionalização da economia interna.

Mas, apesar da eventual presença de componentes nacionalistas em políticas voltadas para o crescimento econômico, na maioria dos casos tem prevalecido a tendência à cooperação dos Estados para o fortalecimento de uma articulação subordinada dos capitais locais em relação ao capital internacionalizado. De todo modo, as características internas e as condições da conjuntura internacional condicionaram e condicionam, por um lado, o nível de pressão enfrentado e, por outro, a capacidade de resistência das forças locais frente à desnacionalização de suas economias.

Há que atentar especialmente para alguns aspectos do processo histórico da internacionalização do capital que desaguaram na sua forma de manifestação atual, para compreender seus impactos nos Estados nacionais dos países dependentes. No âmago da questão, encontram-se as repercussões nesses países do formato de geração de valor que vai se afirmando no âmbito mundial. Nas novas configurações, mesmo o denominado capital produtivo aplicado nas tradicionais fábricas, cujo comportamento tende a uma maior fixação ou aderência em termos geográficos, ao assumir formas de funcionamento mais e mais compartimentadas e, ao mesmo tempo entrelaçadas, ganha também maior mobilidade. Os exemplos de migração da produção se multiplicam e passam a ocorrer com maior velocidade. O próprio desenvolvimento tecnológico, ainda que não seja determinante, favorece essa mobilidade. As grandes corporações, ao fragmentarem espacialmente seus processos produtivos não o fazem apenas considerando e explorando as possibilidades de utilização de força de trabalho mais barata. Isso indubitavelmente ocorre, sobretudo naqueles ramos ou naqueles segmentos mais intensivos em força de trabalho. Mas o fenômeno contempla também a exploração de vantagens locais as mais diversas. E utiliza, em larga escala, a robotização e os procedimentos automatizados de modo geral, o que só amplia as possibilidades de migração.

Alguns dos atributos da economia mundializada e financeirizada, como a maior volatilidade dos processos econômicos, por exemplo, se expressam com mais intensidade nas economias dependentes. A progressiva internacionalização dessas economias e o conseqüente distanciamento dos centros de poder local quanto a decisões acerca dos movimentos do capital internacionalizado, reduzem ainda mais a autonomia dos Estados nacionais (também internacionalizados) alargando a incerteza e comprometendo a capacidade de opções mais soberanas. Ou seja, características mais gerais do desenvolvimento do capitalismo são modificadas e amplificadas ao atingir países dependentes.

Tal fenômeno tem, certamente, ainda maior preponderância na cada vez mais vasta faixa que compõe a economia digital propriamente dita, cuja delimitação de fronteiras ocorre numa outra dimensão. E, obviamente, também se amplia no caso do capital que busca valorização no interior da esfera financeira, que tem na volatilidade um componente intrínseco à sua própria natureza. E, de passagem, vale mencionar a estruturação - fundindo de certa forma esses dois universos - do campo altamente desregulamentado e especulativo dos *criptoativos*, que vem se expandindo em várias direções e cujas tendências de longo prazo ainda são obscuras.

Para os objetivos deste trabalho, a questão da volatilidade é um aspecto a ser especialmente considerado, pelas suas repercussões na atuação dos Estados nacionais dos países dependentes, boa parte dos quais passou por um processo de internacionalização no sentido exposto anteriormente. De alguma forma, a percepção e a atuação do capital internacionalizado tendem a situar-se num plano de mais curto prazo e de maior mutabilidade, mesmo no caso dos ditos capitais produtivos, como já comentado. Por essa via, se alimenta o comprometimento das políticas públicas de modo geral, afetando particularmente aquelas que têm o crescimento econômico como foco, mas também as de natureza social, na medida em que não se afinem com os interesses do capital internacional, agora mais intensiva e diretamente participante da disputa pelos fundos públicos.

Parte muito importante das receitas públicas tem sido canalizada para a alimentação do setor financeiro. Em decorrência, políticas contracíclicas, e de indução do crescimento econômico ficam dificultadas. E vêm sendo substituídas por outras, boa parte de caráter contracionista, tudo em nome do equilíbrio do orçamento público e da *responsabilidadade fiscal*, assim como da estabilidade dos preços, elementos que podem ser fundamentais para a rentabilidade dos ativos financeiros. No centro da questão encontra-se a preservação dos rendimentos financeiros provenientes da dívida pública,⁸² cuja importância tende a ser ainda maior no caso dos países dependentes.

Sabidamente questões como pobreza e desigualdade atingem proporcionalmente - mas também em termos absolutos – uma proporção mais relevante da população nos países dependentes. E ademais da extensão quantitativa, há que observar diferenças expressivas nos próprios níveis de pobreza e precariedade das condições de vida. Isso também tende a sobrelevar a pressão por políticas sociais.

Considerando, dentre tais políticas, aquelas que implicam diretamente em transferência de renda sob a mediação do Estado, nas condições prevaletentes nesses países, estas tendem a garantir a seus beneficiários apenas o *mínimo* necessário à sobrevivência sem eliminar sequer a situação da dita *insegurança alimentar*. No Brasil, onde o nível de desigualdade é um dos maiores do mundo, e a dimensão do número de famílias atingidas pela pobreza extrema é dramática, tais programas nem

⁸² Em verdade, tratando-se de capitalismo a história da dívida pública remonta ao processo de acumulação primitiva. Abordando o tema, assevera Marx: *La deuda pública se convierte en una de las palancas más efectivas de la acumulación originaria. Como con un toque de varita mágica, infunde virtud generadora al dinero improductivo y lo transforma en capital, sin que para ello el mismo tenga que exponerse necesariamente a las molestias y riesgos inseparables de la inversión industrial e incluso de la usuraria. En realidad, los acreedores del estado no dan nada, pues la suma prestada se convierte en títulos de deuda, fácilmente transferibles, que en sus manos continúan funcionando como se fueran la misma suma de dinero en efectivo.* MARX, *op.cit.*, Tomo 1, p. 944.

chegam perto de assegurar o acesso real a direitos fundamentais relativos a condições de vida digna, formalmente garantidos pela Constituição do país.

Não obstante, a própria dimensão da população atingida leva a que, ainda que individualmente não sejam capazes de retirar as pessoas do estado de estrita subsistência, acabem por apresentar impactos sobre alguns segmentos da economia. Ao transferir renda para as camadas mais pobres da população, esses recursos são, praticamente em sua totalidade, direcionados para o consumo, constituindo, por essa via, um estímulo direto à produção e à comercialização de mercadorias que compõem a cesta de reprodução dos trabalhadores.

Parte importante dos Estados nacionais dos países dependentes se estabeleceu via transição de espaços coloniais para a constituição de países politicamente autônomos em termos formais. Nesse processo, em que a intensidade dos conflitos e o nível de ruptura de laços foram muito variados, apresentou-se, em muitos casos, a tendência de adaptação, para as novas nações, de formatos de poder próprios das antigas metrópoles. Mas a instituição desses Estados ocorreu sobre uma base de poder econômico e político local, na maioria dos casos proveniente da propriedade extensiva da terra e/ou da exploração predatória de jazidas minerais, com baixo (ainda que crescente) nível de urbanização. Foram, pois, fundados sobre uma estrutura de classes sociais em que uma enorme desigualdade tendia a se auto reproduzir nos mesmos termos, inclusive no caso dos maiores e/ou detentores de recursos naturais mais importantes dentre estes países.

Nesse contexto, se apresentava a contingência de estimular algum nível de modernização da estrutura produtiva local e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, atender aos interesses de uma elite majoritariamente conservadora, retrógrada e parasitária. No caso do Brasil, as marcas históricas de uma economia articulada ao mercado mundial e ao mesmo tempo baseada no trabalho de pessoas escravizadas são evidentes ainda hoje e se expressam em várias das características da profunda desigualdade presente na sociedade brasileira.

A distância temporal é considerável, logo, as circunstâncias do cenário econômico e do sistema de poder em nível mundial são outras, e as proporções devidas devem ser resguardadas. Mas a progressiva internacionalização dessas economias, ainda que em outra perspectiva, atua também no sentido de acentuar os contornos de natureza importada dos Estados nacionais, em detrimento daqueles advindos das alianças e contraposições entre forças locais. Isso, por um lado, e em algumas circunstâncias, contribui para romper o estancamento e o tradicionalismo próprios de segmentos dessas sociedades e de seus Estados, conferindo certa *modernidade* e *profissionalismo* inclusive a parte da *máquina pública*. Mas, por outro, desloca, ou reforça, o seu desenvolvimento na direção das relações internacionais, em que a dependência ou a subordinação se fazem presentes. Em síntese, mudanças significativas no que se refere à internacionalização, enquanto vetor da expansão da estrutura econômica interna, se expressam também nas formas políticas adotadas e no espectro de

forças que se movimentam no espaço estatal. É nesse sentido que este trabalho busca investigar as relações da internacionalização do capital com as políticas voltadas para a força de trabalho.

De toda forma, se tudo isso reduz a previsibilidade acerca do comportamento das economias nacionais em geral, se agudiza no que diz respeito às economias dependentes, cujos processos produtivos internos ocorrem cada vez mais sob a égide do capital internacionalizado e distante dos centros dos quais emanam as principais decisões empresariais. Aí, a baixa previsibilidade assume contornos em que a incerteza é ainda mais radical.

Em verdade, à medida que o capitalismo evoluiu para formas em que a internacionalização da produção passou a ocupar lugar central e a participação do capital financeiro no processo geral de internacionalização ganhou maior dimensão, tendendo a configurações cada vez mais imbricadas entre os dois tipos de capital, a presença da representação do capital internacionalizado no bloco no poder dos países dependentes, foi se tornando mais direta. E é aí que, particularmente no caso dos países mencionados, os Estados, adquiriram características do que estamos chamando Estados nacionais internacionalizados.

Nesse contexto, os interesses dos *capitais nacionais* já não se distinguem de forma clara, daqueles concernentes aos capitais externos, em vários aspectos, manifestando-se o fenômeno de forma mais ou menos intensa a depender do país em consideração. Isso não implica, necessariamente, a inexistência de contradições entre ambos ou entre suas frações, as quais podem aflorar com mais força em conjunturas específicas. Mas, de modo geral, ainda que comportando variações, pode ser detectada uma tendência ao fortalecimento de uma trajetória de articulação subordinada e progressiva, seja dos capitais locais, seja dos Estados nacionais. E ressalte-se aqui, a especial importância das diferenças entre sistemas produtivos cujo controle se baseia na propriedade local dos meios de produção e aqueles em que essa propriedade se encontra extensivamente sob controle externo. Diferenças que não são triviais e das quais costumam decorrer consequências muito significativas na configuração da dependência, tanto de natureza econômica quanto sócio-política.

No plano econômico, estas consequências se materializam, na conexão entre os padrões de acumulação assumidos nas trajetórias de desenvolvimento das economias dependentes e no lugar ocupado por esses países na divisão internacional do trabalho. E, evidentemente, nas formas em que é apropriado internacionalmente o valor gerado no interior dessas economias. No plano político, podem se expressar no tipo de representação e organização das distintas forças sociais, seja na esfera dos Estados nacionais, seja no campo das instâncias e movimentos que florescem no âmbito da

sociedade civil.⁸³ Então, ao fazer referência a uma tendência à articulação subordinada entre países e Estados nacionais, a consideração é de que essa tendência sofre influências que não decorrem apenas de questões de natureza econômica. Aí atuam determinações múltiplas e ressalve-se que algumas dessas determinações podem conter também elementos desencadeadores de contra tendências, abrindo caminho para trajetórias ou resultantes alternativas.

Na fase mais recente do capitalismo mundializado, a tradicional dependência das finanças internacionais diretamente via empréstimos, por exemplo, perde importância relativa, comparativamente a outros formatos assumidos pelo capital financeiro. Este, como já mencionado, se torna ainda mais volátil, passando a movimentar-se de forma cada vez mais rápida, ao tempo em que estreita e estabelece diferentes tipos de vínculo com o capital produtivo. A dependência na atualidade experimenta, então, um processo de transfiguração. À histórica transferência de valor via mecanismos comerciais, incluindo a troca desigual ou de valores não equivalentes e aos fluxos de remessa de lucros e pagamento de juros decorrentes de investimentos diretos e empréstimos e financiamentos externos, se associam outros meios, que ganham grande relevância a partir da ascensão do capital mundializado e financeirizado. E nesse processo alguns elementos do fenômeno da dependência podem se tornar menos nítidos. Dentre estes, a título de exemplo, os contornos que delimitam dívida externa e dívida interna são, de certa forma, camuflados, particularmente no que diz respeito à dívida pública.

Ao lado da progressiva internacionalização das economias dos países dependentes, instala-se a tendência a uma penetração progressivamente mais direta da representação do capital internacionalizado no seu aparato estatal, enquanto unidade das distintas esferas de poder. Essa tendência se expressa seja no conjunto das ações protagonizadas pelo executivo; seja na recomposição, via a esfera essencialmente política do legislativo, das regras estabelecidas, para atender aos interesses do capital internacionalizado; seja na aplicação e *interpretação* da legalidade por parte do judiciário. E é importante ressaltar, que embora em alguns momentos possa ser detectado certo descolamento entre as posturas assumidas pelos corpos representativos das mencionadas esferas de poder, estas integram expressões distintas de um todo, que cedo ou tarde, necessariamente, irá se recompor.

⁸³ *La política es acción permanente y da nacimiento a organizaciones permanentes en cuanto se identifica con la economía. Pero esta última se distingue también de la política y por ello se puede hablar separadamente de economía e de política y se puede hablar de pasión política como de un impulso inmediato a la acción que nace en el terreno «permanente y orgánico» de la vida económica, pero lo supera...* GRAMSCI, *op. cit.*, Tomo 1, p. 36.

De todo modo, as forças que conjunturalmente assumem a posição de ser Governo tendem a representar mais diretamente interesses específicos de frações do capital secundados pelos grupos sociais capturados como base de apoio. Inclina-se então a movimentar-se através de políticas e proposições de mais curto prazo, decorrentes de cenários que se apresentam no momento. Nesse sentido, suas formulações programáticas não necessariamente virão a assumir o *status* de políticas de Estado. Entretanto, podem ter reflexos importantes em desdobramentos de prazo mais dilatado. Em algumas conjunturas, Governos podem se desviar, ou ir de encontro às linhas mais gerais dos acordos de classe, incluindo eventualmente, até mesmo aqueles consagrados na Constituição do país. Mas dificilmente se afastarão do roteiro básico traçado pelas frações hegemônicas do capital.

Outro aspecto a ser considerado é que a burocracia estatal de caráter mais permanente que os Governos, tende a se identificar, enquanto grupo social, com objetivos de mais longo prazo, representativos da forma mais geral assumida pelo Estado correspondente às características de cada formação social. Tal particularidade está presente mais nitidamente em partes do judiciário e do poder executivo. Contudo, isso não impede que, em várias circunstâncias, a mesma burocracia seja utilizada para conferir uma justificativa *técnica* a decisões de caráter estritamente político e respalde medidas de Governos de plantão. Ressalve-se que estas considerações se dirigem, sobretudo, à burocracia civil.

A burocracia militar, especialmente as Forças Armadas, instância por excelência representativa da força estatal de última instância nos termos da democracia burguesa, em tese seria responsável pela guarda da soberania nacional e da ordem constitucional. Em situações de *normalidade*, a atuação dessas forças pode se aproximar do exercício desse papel. Entretanto, particularmente em conjunturas de crise de hegemonia, são numerosos os exemplos históricos em que o poder armado participou diretamente da ruptura da *ordem democrática*, assumindo sem rodeios o exercício governamental, frequentemente através de formas estatais de natureza ditatorial. Isto, evidentemente, inclui o rompimento do compromisso com o principal conjunto de regras escritas que referenciam as relações presentes nessas formações sociais específicas, ou seja, a desconsideração explícita dos regramentos constitucionais até então em vigência.

Assim é que, ao analisar a forma específica que assume o Estado em uma formação social particular e como se manifesta a sua atuação em um aspecto determinado, no caso sua política relativa à força de trabalho, é fundamental partir da maneira como essa formação social se insere no sistema capitalista mundial, de elementos históricos dessa formação social e das condições em que se desenvolve internamente a luta de classes. Em outras palavras: para estudar o Estado nacional brasileiro é vital compreendê-lo como um Estado correspondente a uma formação social que joga um papel subordinado no contexto do capital mundial internacionalizado.

Nessa perspectiva, é que foram destacados aqui alguns pontos que, a nosso ver, expressam as tendências mais recentes das formas em que a internacionalização do capital atinge as economias dependentes e seus Estados nacionais, particularmente as latino-americanas e o Brasil.

3.9 A QUESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este último tópico foi incluído tendo em vista o objetivo desta tese e considerando a profusão de trabalhos elaborados sobre a área de estudos que ganhou a denominação de *Políticas Públicas*. Parte preponderante da literatura sobre esta temática considera que as Políticas Públicas se relacionam a Governos. Assim rezam as definições de autores consagrados na área.⁸⁴ Estas seriam, pois, medidas dentro de determinada linha, que caracterizariam um programa ou conjunto de programas articulados por Governos e dos quais se espera determinados efeitos, considerando o desenrolar dos processos econômicos, sociais e políticos em curso, em realidades e conjunturas específicas.⁸⁵ Além disso, vários autores reconhecem, e até salientam, o fato de que, em muitos casos, *instituições de natureza privada*, representativas de segmentos sociais ou de *grupos de interesse*, participariam dos processos decisórios e, em algumas situações, da própria execução das *políticas públicas*, como que num tipo peculiar de terceirização. Aí se enquadraria a atuação de instituições como igrejas, entidades patronais, sindicatos, e organizações não governamentais, dentre outras. A mesma literatura também menciona a frequência com que nesse ambiente é utilizado o apoio da *mídia*. Assim, é bastante difundida a ideia, seja nos desenvolvimentos teóricos seja nos estudos de natureza empírica, de que a participação de *atores públicos e privados* seria própria desse tipo de ação.

Concretamente, a participação de instituições privadas ocorre de forma tal, que recursos públicos são utilizados para financiar entidades privadas na execução de ações de cuja definição elas próprias tenham sido indutoras, partícipes, podendo mesmo virem a ser beneficiárias. Na linguagem usual em trabalhos sobre Políticas Públicas, em geral considera-se que seus processos compreendem um suceder de etapas abarcando – aqui de forma simplificada –, *definição da agenda, formulação da política, implementação e avaliação*. A partir desses elementos é possível constatar certa perda de

⁸⁴ Celina Souza em seu trabalho *Políticas públicas: uma revisão da literatura* apresenta um apanhado dessas definições.

⁸⁵ Ainda que essa concepção seja predominante, existem trabalhos divergentes dessa interpretação. Heloisa Hofling, por exemplo, em *Estado e políticas (públicas) sociais* introduz na discussão a questão Estado-Governo para abordar as políticas públicas de caráter social embora, de certa forma, ao definir Estado e Governo acabe deixando obscura a questão das relações sociais, a nosso ver centrais.

nitidez entre o público e o privado que se manifesta na forma e intensidade em que os distintos *atores* participam dessas etapas. Cabe registrar que, principalmente no caso de países dependentes, as políticas públicas podem estar ligadas a recomendações ou imposições de instituições de natureza supranacional que, através de financiamentos ou de outros mecanismos, detêm e exercem forte poder de pressão no delineamento, implementação e acompanhamento dessas políticas.

Sem a pretensão de detalhar as distintas vertentes teóricas que compõem o campo das Políticas Públicas, cabe registrar, que existe vasta literatura sobre o tema, discutindo tanto questões de método,⁸⁶ quanto proposições concretas. É possível identificar variantes nas concepções formuladas, algumas delas essencialmente marcadas pelo *institucionalismo* e outras com maior nível de aderência ao *desenvolvimentismo*, por exemplo. Entretanto, as teorizações no campo acadêmico que têm como objeto as Políticas Públicas, de forma mais ou menos explícita, tratam de conferir destaque ao fato de que estas estão ligadas a Governos.

Mesmo considerando que parte importante das políticas públicas tenha de fato esta característica, é preciso levar em conta que as trajetórias históricas dos distintos países incorporam questões de natureza conjuntural, ao lado de outras cujo grau de permanência é muito mais acentuado. Existe uma base historicamente construída, estável e duradoura, ainda que não eterna, da qual são partes constitutivas classes sociais e suas respectivas frações, as quais se relacionam, e se enfrentam. E é sobre esta base que ocorrem as flutuações conjunturais. É também nesse campo que se situam os limites das possibilidades de formulação de políticas públicas por parte dos Governos, uma vez que aqui não se trata de mudanças disruptivas ou revolucionárias.

Parcela considerável do debate sobre estas políticas gira em torno da disjuntiva entre a adoção daquelas de natureza *universal* e as voltadas para grupos sociais específicos, mas também para regiões e/ou segmentos particulares da economia e/ou da sociedade, comumente denominadas políticas *focalizadas*. A esse debate estão subjacentes concepções teóricas e posições ideológicas divergentes sobre a natureza e a atuação do Estado, que se refletem nas formulações e na implementação de políticas públicas de modo geral.

Considerando aqui principalmente o subconjunto denominado políticas sociais, aquelas de caráter universal tendem a se traduzir em direitos que dizem respeito à totalidade da população. Seriam, portanto, políticas cuja prática se direcionaria à garantia desses direitos e, nesse sentido, de

⁸⁶ No Capítulo 1 do seu trabalho *Política social: fundamentos e história*, Elaine Bering e Ivanete Boschetti fazem uma discussão sobre a questão do método.

natureza mais estrutural. No caso das políticas focalizadas, a questão tende a se deslocar para os gastos e sua eficiência, selecionando-se que grupos sociais devem ser beneficiados e quais os benefícios a serem concedidos. Trata-se então não exatamente de um *direito*, mas de uma *concessão compensatória*, mais facilmente afetada por variações na conjuntura e, normalmente, direcionada às camadas mais pobres da população: os excluídos.

Os argumentos que buscam justificar a opção por políticas focalizadas através de restrições de natureza orçamentária ajustam-se perfeitamente ao discurso *neoliberal* de *equilíbrio* entre receitas e despesas públicas ou à *responsabilidade fiscal*. Nessa visão, o dimensionamento desses gastos deveria estar sujeito a critérios de *eficiência* e *equilíbrio* das finanças públicas. Mas, ainda que essas políticas possam permitir um mínimo de atendimento às necessidades básicas de seus beneficiários, e até, a depender da sua extensão, constituir um elemento de eventual vitalização do consumo, trata-se, particularmente no caso brasileiro, de algo de baixo custo, extremamente barato em termos de gastos públicos. Porém, enquanto política social, sempre instável e insuficiente. E a propalada restrição de recursos, mesmo quando real, não passa pelo crivo de uma análise que leve em consideração o conjunto das despesas públicas e, na atualidade, sobretudo aquelas de natureza financeira.

A origem da formalização das Políticas Públicas como campo específico de conhecimento ocorreu fundamentalmente nos Estados Unidos já a partir da década de 1930. Aí se inicia a elaboração de trabalhos que se tornaram clássicos na área, aqueles que estabeleceram as primeiras tipologias de classificação, formularam os primeiros modelos e foram os mais difundidos. Concebidos por autores americanos – parte deles ainda hoje sem tradução para o português –, a realidade desse país é, na maioria das vezes, a referência concreta que fundamenta tais estudos. Evidente que daí não se pode inferir, de imediato, que modelos ou metodologias construídos sobre essa referência, uma vez aceitos seus paradigmas, não possam ser aplicados visando o entendimento de outras realidades. Entretanto, essa transposição dificilmente poderia ocorrer de forma direta e, no mínimo, alguns pressupostos e hipóteses deveriam ser reelaborados.

Tendo seu berço nos Estados Unidos, a área de estudos denominada Políticas Públicas, de certa forma, se contrapõe à tradição europeia que concentra suas análises no Estado, construindo, a partir daí, eventuais avaliações sobre a atuação de Governos.⁸⁷ Essa ruptura constitui um ponto importante, uma vez que acaba por incluir, em muitos casos, a dispensa de uma concepção clara de Estado e de

⁸⁷ SOUZA, 2006, *op. cit.*, p. 2-3.

Estado capitalista, o que pode ser, e com frequência é, fonte de uma série de problemas de natureza teórica e para a própria análise empírica.

Vale dizer que se pode encontrar na literatura sobre Políticas Públicas, sobretudo nos aportes que buscam a abordagem dita sistêmica, a introdução de questões como relações de poder; ênfase na complexidade dos processos decisórios; considerações sobre a questão da mídia; confrontação entre situações de estabilidade/instabilidade ou entre mudanças incrementais/mudanças radicais. Estão presentes ainda ponderações sobre o fato de que o sistema político tende a descartar o enfrentamento de problemas que possam ameaçar os interesses dominantes, ou seja, em alguns desses trabalhos discute-se todo um conjunto de elementos que introduzem maior densidade ao tema. Mas, mesmo nesses casos, vários acabam escapando na tendência à simplificação esquemática. E, em diversas vertentes, conceitos como *racionalidade*, *eficiência* e inclusive *neutralidade* de alguns *agentes*, ainda que relativizados, terminam por ocupar lugar central na argumentação.

De todo modo, vários trabalhos sobre Políticas Públicas apresentam contribuições instigantes como, apenas a título de exemplificação, o clássico *Four systems of policy, politics and choice*, de Lowy.⁸⁸ Dentre outras questões, o autor explora a diferenciação entre o plano das idéias e do conhecimento científico (mais abstrato) e o plano da formulação e aplicação de políticas públicas (mais concreto). Além disso, é também relevante a discussão desse autor sobre o Governo, descaracterizando sua identidade apenas com o poder executivo e derivando daí considerações sobre a proeminência, ora maior ora menor, do Congresso enquanto esfera de poder na sociedade americana. Nesse sentido observa a dualidade *contraposição e convivência* entre o poder do presidente e o do Congresso.

Entretanto, julgamos necessário reafirmar o pressuposto de que uma concepção clara sobre a natureza do Estado capitalista é essencial para o entendimento do que se pode nominar Políticas Públicas. Considerando que o foco central deste trabalho se projeta sobre as políticas do Estado brasileiro com relação à força de trabalho, é importante ter clareza sobre as diferenças entre políticas adstritas a programas de Governo e aquelas que são representativas de interesses mais gerais das distintas classes e frações de classe. Ou seja, aquelas que asseguram a continuidade do que Gramsci conceitua como bloco histórico, de natureza intrinsecamente mais abrangente. Ainda que políticas públicas de modo geral possam sofrer alterações relevantes a partir de mudanças no arranjo ou combinação circunstancial das forças políticas que assumem o poder governamental, estas alterações

⁸⁸ LOWY, Theodore J. Four systems of policy, politics and choice. *Public Administration Review*, v. 32, n.4, jul.-ago. 1972.

estão, em última instância, intimamente ligadas à composição e às recomposições que se expressam na forma em que a hegemonia é exercida. Ligadas, portanto, a um processo de disputa que vai além do ponto de partida constituído pelas forças mais estritamente econômicas.

Em suma, os fundamentos do Estado numa formação social específica não impõem um caminho único às políticas formuladas e adotadas por Governos, mas condicionam, em grande parte, os seus limites. Sejam quais forem as circunstâncias, estas acontecem sob o enquadramento da natureza do Estado capitalista e da composição e movimentos das classes sociais no espaço estatal, em formações sociais e momentos históricos particulares. Assim, constituem instrumentos de ação que decorrem de e se ajustam a configurações históricas dos Estados nacionais, ainda que essa passagem não ocorra de forma direta, linear e isenta de contradições.

Admitindo que parte importante das Políticas Públicas expresse os movimentos de Governos, há que considerar que tais Governos atuam sob as condições estruturais e superestruturais que circunscrevem os Estados nacionais no modo de produção capitalista. E os Estados forjados por essas condições, a um só tempo, podem atuar para mantê-las ou para modificá-las, mas sempre no sentido de garantir a dominação do capital.

Os Governos, pois, desde a definição do sentido das políticas públicas a adotar, passando pela formulação dessas políticas e por sua implementação e avaliação, têm a sua esfera de atuação delimitada pela natureza do Estado que eles circunstancialmente representam. E os Estados nacionais, por sua vez, têm a sua autonomia relativizada por um lado, pelas necessidades objetivas do processo interno de acumulação de capital e pela luta de classes e, por outro, pela forma como os países se inserem no contexto econômico-político internacional.

Dessa forma, é de todo necessário o desenvolvimento de esforços para captar, no processo analítico, as formas de atuação das distintas frações burguesas e na definição de políticas públicas, para além de sua representação política em cada conjuntura de Governo. É a compreensão da natureza do Estado capitalista e dos fundamentos deste Estado em realidades e conjunturas concretas que vai permitir trabalhar com os limites das políticas públicas frente às contradições do sistema capitalista.

CAPÍTULO IV

EXPLORAÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO –ELEMENTOS CONCEITUAIS

Neste capítulo são apresentados os elementos teóricos que fundamentam esta pesquisa no que diz respeito à exploração e reprodução da força de trabalho. Previamente se explicita a compreensão aqui adotada sobre a força de trabalho e sua mercantilização, abordando questões como cooperação, divisão do trabalho, propriedade privada e a natureza do trabalho produtivo no modo de produção capitalista. A seguir são explorados alguns pontos relacionados ao espaço em que se dá o processo de compra e venda dessa *mercadoria especial*: o mercado de trabalho. Numa aproximação ao tema central da pesquisa, o texto adentra na esfera da produção para tratar da exploração da força de trabalho contemplando as mudanças históricas nas formas de organização do processo de trabalho e de apropriação do excedente. Na sequência, são apresentadas questões relacionadas à reprodução da força de trabalho. O capítulo finaliza com referências à estreita conexão entre o Estado nacional no capitalismo e os objetos apresentados nos tópicos anteriores. Na exposição, particularmente em alguns itens, parte-se de categorias de análise mais gerais para, a seguir, apresentar aquelas cuja construção tem como objetivo específico desvendar as bases e o funcionamento do sistema capitalista, a ele restringindo-se.

4.1 A FORÇA DE TRABALHO E SEU PORTADOR

Tomando mais uma vez assertivas de Marx como base, a força de trabalho em si é aqui compreendida como o conjunto das faculdades físicas e mentais que o ser humano pode mobilizar para, conscientemente, produzir valores de uso.⁸⁹ Diferente dos outros animais (...) [o] *homem faz de sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente.*⁹⁰ Trata-se, pois, em primeira instância, de algo inerente à condição humana. E em seu esforço pela sobrevivência, buscando suprir suas necessidades

⁸⁹ MARX, 1978, *op. cit.*, p. 203.

⁹⁰ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 84.

essenciais, o homem aciona o potencial de sua força de trabalho e vai se apropriando da natureza. Mas, ainda que inicialmente o uso da força de trabalho se manifeste como movimento voltado para a subsistência física, as formas como evoluirão este uso e as relações sociais estabelecidas neste processo irão variar substancialmente no tempo frente às diversas circunstâncias históricas, assumindo também características distintas ao serem analisadas concretamente em diferentes formações sociais. Adicionalmente, não só a utilização do potencial produtivo da força de trabalho apresenta variações no tempo e no espaço. A própria capacidade humana de geração de utilidades se modifica e se eleva com o avanço das forças produtivas.

E este movimento no sentido de prover condições para a reprodução da vida imediata, conquanto não constitua a única expressão da atividade humana, é elemento fundamental para o estabelecimento e consolidação das relações sociais, especialmente das relações sociais de produção. Neste contexto, ocorrem a formação e organização de grupos cuja célula primeira e ponto inicial é a comunidade familiar. A partir da família e dos laços de consanguinidade, tais grupos vão se expandindo e novos elos vão sendo criados, incluindo aqueles que se fundamentam na solidariedade, mas também os que instituem relações de poder e de subordinação e cujas primeiras manifestações podem se explicitar no interior da própria família. É assim que o uso da força de trabalho constitui, como já mencionado, alicerce essencial à formação das estruturas sociais. Mas ambos vão adquirindo diferentes contornos à medida que os agrupamentos humanos evoluem e as forças produtivas se desenvolvem.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o trabalho constitui elemento fundamental e universal da socialização humana, a força de trabalho é posta em movimento e o trabalho é exercido enquanto componentes de estruturas sociais historicamente construídas. Neste sentido é que o potencial da força de trabalho de produzir utilidades foi se afastando paulatinamente da condição de prerrogativa do ser humano, para vir a constituir-se em prerrogativa do ser social.

Em síntese: enquanto o exercício do trabalho é elemento fundamental ao processo de socialização, a um só tempo as relações sociais definem a essência da utilização da força de trabalho ao passo que as condições materiais, que se expressam especialmente nas forças produtivas, explicam, em grande parte, os limites dessa utilização.

Paulatina e simultaneamente ao estabelecimento das relações sociais vão se organizando estruturas de poder estritamente vinculadas àquelas que configuram os diferentes modos de produzir. Aqui se trata, pois, particularmente, das relações sociais de produção que vão sendo construídas e das estruturas concretas que dão suporte a estas relações. Mas, ainda que componham o conjunto de elementos que dão sustentação às relações de produção e às formas como se organiza o processo de trabalho, as mencionadas estruturas de poder não se restringem,

nem necessariamente se subordinam de forma direta e linear, à esfera especificamente econômica, abarcando também uma gama de aspectos próprios da política. Além disso, elementos de natureza ideológica e cultural também compõem e legitimam as estruturas de poder e as próprias relações de produção, emergindo enquanto partes da instância superestrutural que concretamente se manifesta na forma de um aparato jurídico, mas que comporta também formas mutáveis de expressão religiosa.

De todo modo, historicamente, o controle da organização e do processo de trabalho, enquanto expressão de poder de determinadas categorias sociais sobre outras, passou progressivamente a ser exercido por aqueles que foram se apropriando dos meios de produção. Originariamente, esta apropriação deixa margem para o acesso e mesmo a posse dos elementos materiais necessários à produção da própria subsistência por parte dos trabalhadores, ainda que a disponibilidade de alguns desses elementos, sobretudo os de uso comum, seja crescentemente controlada por aqueles que mantêm a propriedade e/ou o poder político, logo, o domínio sobre o território e os meios de produção. Neste movimento, os grupos sociais que de alguma forma detêm esse controle vão se afastando progressivamente do próprio processo de trabalho, até assumirem a condição de não trabalhadores ou de puros exploradores do trabalho de outrem. Houve, portanto, um caminho percorrido pelas sociedades no que diz respeito à apropriação da natureza e aos meios para a produção de sua subsistência e reprodução, que compreende situações de acesso, posse, propriedade e controle.

4.2 COOPERAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO

Seguindo o curso das observações anteriores, é fundamental ressaltar a questão da *cooperação*. Ou seja, se faz necessário considerar a adição à força de trabalho individual a força de trabalho coletiva, aquela que decorre da condição de vários trabalhadores operando de forma planejada no mesmo processo de produção ou em processos de produção conexos,⁹¹ o que eleva o potencial produtivo para além do total que seria possível atingir com a soma de trabalhadores agindo isoladamente. Atua nesse sentido, a circunstância de que a busca pela socialização é intrínseca ao ser humano, especialmente no que diz respeito ao uso de sua força de trabalho, o

⁹¹ MARX, 1978, *op. cit.*, p. 395.

que forjou, ao longo do desenvolvimento dos modos de produzir, e enquanto componente crucial da sociabilidade humana, diversos formatos de cooperação.

É possível então afirmar que, desde que se tornaram corriqueiras a ajuda mútua e a atividade conjunta, ou seja, as primeiras e incipientes formas de cooperação simples, estavam lançados os rudimentos para o que viria a ser revolucionado pelo capital para constituir o trabalhador coletivo. E a cooperação, que em sua origem expressava uma relação direta entre aqueles que punham em movimento a própria força de trabalho, passará, progressivamente a ser mediada pela máquina. A partir daí, irá operar sob novos fundamentos e em novas condições objetivas, não só no que se refere aos meios de produção utilizados, mas também em termos do processo de trabalho e das relações de produção. Mas, de toda forma, ressalte-se que foi ainda no âmbito do trabalho manual ou artesanal que, em boa parte graças à cooperação, os agrupamentos sociais foram progredindo em habilidades no sentido de executar operações mais complexas e formular e atingir objetivos mais avançados via elevação do potencial produtivo do trabalho.

Assinale-se já aqui, que no modo de produção capitalista, em virtude da transformação da força de trabalho em mercadoria, o atributo humano de produzir em cooperação mais do que a soma do que seria o resultado de trabalhos realizados isoladamente é confiscado e passa a constituir atributo do capital. Isso ocorre uma vez que tal atributo só se manifesta no decorrer do processo de trabalho. E aí, o direito ao uso da força de trabalho já foi alienado e deixou de pertencer aos trabalhadores.⁹² Consequentemente, estes são pagos pelo valor de sua força de trabalho individual, mas não pela força produtiva resultante da cooperação sistemática, a qual é apropriada pelo capital, inclusive à margem de qualquer negociação estabelecida no mercado de trabalho e, portanto, sem precificação e sem custo algum.

E então, outro ponto com o qual a cooperação se encontra necessariamente imbricada, deve ser explicitado: a *divisão do trabalho*. As primeiras e rudimentares manifestações desta divisão também já aparecem originariamente no interior do próprio grupo familiar, estando presentes em todas as formas de produzir, inclusive nas variadas configurações do comunismo primitivo. Inicialmente baseadas na diversidade das condições físicas frente ao processo de apropriação da natureza, decorrentes, sobretudo, do sexo e da idade, paulatinamente a divisão do trabalho vai assumindo outras conotações. Historicamente, o avanço das forças produtivas,

⁹² *Ibid.*, p. 405.

a apropriação privada dos meios de produção e a segmentação da sociedade em classes vão imprimindo suas marcas na divisão do trabalho. Em especial, o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, e o aparecimento das primeiras máquinas relativizam a importância da força física. Em certas circunstâncias, atributos como a menor estatura, e a complexão mais delgada podem mesmo conduzir, em alguns segmentos produtivos e em algumas funções, à preferência e utilização massiva, e em muitos casos indiscriminada e predatória, da força de trabalho feminina e infantil. Evidentemente, condições sociais que conduziram à formação de estruturas de poder e dominação e, nesse contexto, ao custo historicamente rebaixado desse tipo de força de trabalho, exercem papel fundamental nesta preferência.

Mas foi a partir da manufatura que a cooperação passou a se apresentar como parte intrínseca da divisão do trabalho. E, ainda que neste estágio a base técnica do processo de produção tenha permanecido de índole artesanal, a decomposição de funções vem imprimir maior força produtiva ao conjunto do sistema, fazendo progredir o potencial de uso da força de trabalho.⁹³ Aqui, características próprias do sistema manufatureiro como o gradual agrupamento dos trabalhadores em um mesmo espaço para a produção em escala crescente sob comando unificado, além do consumo em comum dos meios de produção, favoreceram o florescimento de mecanismos diversos de cooperação e foram engendrando as condições para tipos de trabalho (e de cooperação) mais desenvolvidos. É neste contexto que ocorrem a emergência e o aprimoramento de elementos técnicos e científicos que contribuem para alterar a organização e o processo de trabalho os quais virão a ser apropriados e amplificados pela Grande Indústria. E é assim, que a manufatura forja, via divisão do trabalho, as primeiras condições para a consolidação do trabalhador parcial, mas também combinado, coletivo.

Assim como a produção de mercadorias não é condição suficiente para a existência do capitalismo, tampouco a divisão social do trabalho o é para a produção de mercadorias. Mas

⁹³ Ao analisar o processo de especialização na passagem do artesanato para a manufatura Marx faz menção a interrupções no processo de trabalho existentes quando um mesmo trabalhador realiza várias operações gerando o que identifica como *poros* na jornada de trabalho. Com o advento da especialização, as interrupções tenderiam a se reduzir, eliminando parte desses *poros*. *Ibid.*, p. 414. No final do século XIX Frederick W. Taylor, identificando-se com os interesses do capital, concebe o que chamou de aplicação de métodos científicos ao processo de trabalho que tentava sobretudo otimizar a relação tempo-movimento. No âmago do que ficou conhecido como taylorismo está exatamente a tentativa de eliminação do tempo morto do processo de produção. Taylor, *Princípios de Administração Científica*. Ao absorver parte importante das proposições de Taylor, o fordismo caminha na mesma direção acrescentando inovações tecnológicas possibilitadas pela difusão do uso da eletricidade como força motriz e tendo como componente mais representativo a produção em fluxo contínuo com o uso da esteira rolante.

ambos constituem-se em condição necessária. Ou seja, não existe produção de mercadoria sem divisão do trabalho, assim como o capitalismo só se afirma e se auto reproduz enquanto tal, ao generalizar-se o processo de mercantilização, atingindo a própria força de trabalho.⁹⁴

Entretanto, é com a generalização do uso da máquina que o processo de trabalho adquire de forma acabada caráter eminentemente social e ascende cada vez mais a importância do trabalho coletivo. Isso está estreitamente vinculado ao fato de que é a partir da transição da manufatura para a Grande Indústria que o revolucionamento dos meios de trabalho passa a ocupar lugar central. Nesta transição as mudanças no que diz respeito à força motriz e à transfiguração dos instrumentos de trabalho em máquinas capazes de manipular ferramentas com rapidez, potência e precisão elevam enormemente a produtividade do trabalho. Mas também modificam a essência da sua organização, com profundos reflexos sobre a cooperação, a divisão do trabalho e, portanto, sobre o trabalho coletivo. E a fábrica reconfigurada através do sistema de máquinas constitui a expressão maior da Grande Indústria. Ao menos a sua expressão mais imediatamente perceptível.

É quando a cooperação, que na manufatura estava baseada na separação dos processos particulares de trabalho, cede lugar àquela que se fundamenta na continuidade desses momentos particulares.⁹⁵ Então, a divisão do trabalho cujos alicerces se assentavam na especialização dos trabalhadores é deslocada pela tendência à equiparação de funções e a hierarquia, herdada em parte significativa do artesanato, se move no sentido do nivelamento, via simplificação das tarefas executadas. Neste momento - através da força produtiva social do trabalho advinda da cooperação em grande escala, própria do modo de produção especificamente capitalista - o trabalhador passa, nas palavras de Marx, a desenvolver sua capacidade de trabalho *enquanto parte de um gênero*.⁹⁶ E, nestas circunstâncias, a cooperação assume o caráter de uma necessidade técnica advinda da natureza do meio de trabalho⁹⁷ característico da Grande Indústria: a máquina.

A divisão do trabalho e a cooperação passam então a ser mediadas por equipamentos cuja força motriz essencial independe do homem, ou de qualquer animal para seu funcionamento e, a partir dos quais, é estabelecido o movimento do processo de trabalho em sua inteireza e,

⁹⁴ MARX, 1978, *op. cit.*, p. 52

⁹⁵ *Ibid.*, p. 463.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 400.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 470.

portanto, o seu ritmo, sincronia e intensidade. Muitas das limitações naturais impostas pelo corpo humano ao manejo de ferramentas são rompidas quando este manejo passa a ser exercido pela máquina, projetada para utilizar e comandar um número cada vez maior de ferramentas com uniformidade e de maneira contínua, tendendo ao automatismo. Ao romper os limites do corpo humano, todavia, a máquina passa a impor ao trabalhador um ritmo e uma intensidade que lhe são próprios, restando em grande parte ignoradas as limitações inerentes ao ser humano e, conseqüentemente, os reflexos que tal imposição pode acarretar para a saúde física e mental dos trabalhadores. O estabelecimento da Grande Indústria traz, portanto, como decorrências, não só a execução de um trabalho simples, repetitivo e desprovido de criatividade, mas trata de adequar a força de trabalho a aparatos, forçando os limites físicos e mentais dos trabalhadores, processo que evolui paulatinamente para alcançar seu ápice no fordismo, se nos ativermos aos termos da 2ª Revolução Industrial. Atua, pois, - exacerbando uma tendência que começara a manifestar-se na manufatura - no sentido de fortalecer e enriquecer o trabalhador coletivo enquanto mutila e empobrece o trabalhador no que diz respeito às suas forças produtivas individuais⁹⁸ transformando-o – na conhecida expressão cunhada por Marx e Engels - num *apêndice da máquina*.⁹⁹

Note-se que esta questão de alguma forma já era visualizada por autores que precederam Marx e cujos escritos constituíram-se em base para seus estudos mais antigos sobre o uso da força de trabalho. É o caso de Wilhelm Schulz, citado por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, quando faz referência ao fato de que ao trabalhar com máquinas, o trabalhador corre o risco de trabalhar como máquina. O mesmo Schulz chama a atenção para outro ponto que será tratado adiante neste trabalho: afirma, também em trecho extraído de citação de Marx, que *um povo não pode ser servo do corpo* havendo que seja deixado tempo livre para *criar espiritualmente e fruir espiritualmente*. E agrega que (...) [a] *introdução das máquinas poupadoras de trabalho* não estaria levando à *fruição*, mas sim ao desemprego.¹⁰⁰

⁹⁸ *Ibid.*, p. 440.

⁹⁹ MARX e ENGELS, *op. cit.*, p. 38.

¹⁰⁰ SCHULZ, Wilhelm, citado por MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 31-32.

4.3 TECNOLOGIA E TRABALHO

A ruptura que propicia o surgimento e sedimentação do modo de produção especificamente capitalista traz em sua essência a aceleração progressiva das mudanças nos paradigmas tecnológicos enquanto componente do avanço das forças produtivas. Isso implica em transformações conjuntas no processo de trabalho em si, no material objeto do trabalho, na força motriz e nos instrumentos de trabalho. E, a partir daí, estes últimos se posicionam - e assim se mantêm - como elementos centrais para a evolução dos processos de cooperação e de divisão do trabalho. E quanto mais radicais as mudanças tecnológicas, também mais importantes tenderão a ser as suas repercussões sobre os referidos processos. Nesse contexto, e de forma mais concreta, é que se vão formatando novos padrões de reprodução e de acumulação do capital os quais virão a ser modificados adiante, impulsionados, dentre outros elementos, pela ocorrência de inovações posteriores e respectiva incorporação pelo sistema produtivo. Assim foi, por exemplo, quando, atingidos os limites do aumento da produtividade do trabalho baseada no automatismo mecânico e, posteriormente no eletro-mecânico, o desenvolvimento tecnológico avançou no sentido da automação eletrônica, que impulsionou a superação parcial das formas de organização do processo de trabalho próprias do taylorismo-fordismo.

Esta superação não implica que tais formas tenham sido eliminadas do cenário produtivo. Mantiveram-se e articularam-se com os novos métodos organizacionais, resumidos no toyotismo que, originariamente desenvolvido no contexto particular do processo de acumulação da economia japonesa, espalharam-se pelo mundo de forma desigual e modificada, num amplo movimento de reestruturação produtiva a partir da conjuntura de crise da economia mundial da década de 1970. Adequando-se ao ambiente das novas tecnologias que sustentam a possibilidade de adoção de elementos como a produção *just in time*, impactaram a organização do processo de trabalho, mas também, de forma mais abrangente, as próprias condições gerais de exploração da força de trabalho. Ao se difundirem de forma desigual nas distintas formações sociais afetaram a divisão internacional do trabalho imprimindo novas marcas nas manifestações concretas do imperialismo e, portanto, da dependência. Para os objetivos deste trabalho destacam-se dentre os componentes mais relevantes do toyotismo as novas formas de contratação e remuneração flexível e, sobretudo a difusão, em escala crescente, da terceirização,

elemento importante da chamada produção *difusa* e o uso intensivo das também novas tecnologias próprias da produção *fluida*.¹⁰¹

Assim, o aprofundamento da automação em bases eletrônicas implicou, mais uma vez, em mudança radical no processo de trabalho, deslocando, ainda que parcialmente, a intervenção repetitiva dos trabalhadores. Ganha importância a tendência ao trabalho de controle dos fluxos de produção automatizados, num ambiente em que a dinâmica da organização do processo produtivo encontra-se crescentemente modificada pelo avanço da engenharia de *softwares* de integração. Em muitos casos, o processo de trabalho prescindirá da reunião dos trabalhadores num espaço único, elemento que fora tão importante no desenvolvimento inicial e na consolidação da Grande Indústria. E, na sequência, como resultante principalmente da difusão, expansão e generalização do uso de processos informatizados e, sobretudo da internet, abrem-se possibilidades inéditas no que diz respeito à divisão do trabalho e à cooperação.

As mudanças mais recentes, que de início estiveram fundamentalmente centradas nas comunicações e na geração e difusão de dados e informações, invadem e modificam todos os segmentos dos processos produtivos, desembocando na conformação da atualmente denominada economia digital ou, em outra perspectiva, na economia de plataforma. A possibilidade de conexão das cadeias produtivas tanto vertical quanto horizontalmente viabiliza a formação de amplas redes de valorização do capital, com informações circulando em tempo real sem prejuízo para que o acompanhamento, o controle e as decisões mais importantes aconteçam de forma centralizada.

A cooperação entre os trabalhadores mais do que nunca é mediada pela máquina, mas aqui a automação mediante instruções padronizadas e o uso de informações captadas e acumuladas em larga escala em meio eletrônico, assume papel cada vez mais proeminente. A dependência do trabalhador com relação aos elementos materiais, mas, sobretudo a elementos imateriais que conduzem o processo de trabalho, chega ao paroxismo, podendo ser representada no que assumiu a aparência de um ente etéreo o qual é generalizadamente denominado *sistema*.

No limite, o surgimento da denominada indústria 4.0, ou da 5.0 associadas dentre outros elementos à computação em nuvem, ao desenvolvimento da robótica, à impressão 3D, à internet das coisas e à dita *inteligência artificial*, ou à sinergia robôs e humanos abre possibilidades que

¹⁰¹ ALVES, Giovanni. *Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. Org & Demo*, v. 1, n.1, p.10, 2000. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/455>. Acesso em: 04 jan. 2023.

há muito pouco tempo pareceriam inacreditáveis. Em verdade, de certa forma, algumas delas ainda parecem - mas apenas parecem - situar-se no campo da ficção científica. Estas mudanças, ao alterarem profundamente os formatos de organização dos processos de trabalho e, portanto o próprio uso da força de trabalho, tanto recolocam questões inerentes a este uso no modo de produção capitalista, quanto fazem surgir novos elementos e novas questões. O processo de trabalho passa por um novo tipo de compartimentação através do qual se cria uma espécie de *caixa preta* cuja compreensão é muito limitada para a grande maioria daqueles que com ela lidam diuturnamente. E apontam para um cenário no qual é possível vislumbrar a geração de formas modificadas de alienação e estranhamento, decorrentes dos limites da mente humana para o domínio de uma gama tão extensa e variada de informações como as que são processadas atualmente de forma automatizada com espetacular rapidez.

No âmbito destas transformações vão inclusive sendo paulatinamente transferidas para o *sistema*, ou para os *sistemas*, via criação de algoritmos, flexibilidade para alguns tipos de reprogramação e mesmo autonomia para tomar *decisões*, quando opções padronizadas de conduta se apresentam. Progressivamente, acrescenta-se às funções da máquina a capacidade de manejar instruções, dando lugar à substituição de trabalhadores por máquinas no desempenho de atribuições e execução de tarefas para as quais a participação direta da habilidade, versatilidade e, sobretudo, do raciocínio humano apresentavam-se até então como imprescindíveis. Traçando um paralelo, é como se mudanças como aquelas que marcaram o início do capitalismo estivessem voltando a acontecer numa outra dimensão.

Naquele momento, a adoção de inovações tecnológicas por um lado transformou as tarefas realizadas pelos trabalhadores em operações extremamente repetitivas. Por outro, levou máquinas a substituir o corpo humano no manejo dos instrumentos de trabalho imprimindo, para as referências da época, tal rapidez ao processo de produção que foram forçados os limites da capacidade física e mental dos trabalhadores que precisavam adaptar-se ao ritmo sustentado pela máquina. Agora, as diversas rotinas praticadas podem tornar-se alheias à compreensão e mesmo ao interesse dos trabalhadores, cuja capacidade mental deixa de ser acionada no sentido de acompanhar de forma ativa os procedimentos realizados eletronicamente. Procedimentos estes, ironicamente idealizados e postos em andamento pela própria mente humana. Nos setores em que estas inovações encontram-se plenamente instaladas, excetuando-se um contingente relativamente pequeno altamente qualificado e especializado – aqueles que criam e põem em funcionamento os ditos algoritmos - os trabalhadores, em boa parte, observam sinalizações emitidas pelas máquinas dando conta do andamento da produção e eventualmente solicitando intervenção externa ao sistema. Restringem-se, pois a realizar as ações que (ainda) não tenham sido automatizadas ou passado a ser realizadas por robôs. E é aí que pode se expressar o mencionado novo tipo de alienação/estranhamento.

Estes fenômenos ocorrem de forma diferenciada no caso dos países dependentes, cujos investimentos em desenvolvimento científico e tecnológico e na produção de conhecimento em geral são relativamente muito mais restritos, apresentando-se claramente uma tendência ao alargamento da distância destes países em relação às atuais fronteiras da ciência e da tecnologia. Os países dependentes acabam por absorver, ainda que na maioria dos casos na qualidade de usuários, parte dessas novas tecnologias e aí, a propensão global de compartimentação do processo de trabalho é amplificada, afetando a maior parte dos trabalhadores destes países que tendem de forma ainda mais acentuada à condição de trabalhadores parciais simples e à atrofia de seu potencial criativo. Saliente-se que isso acontece num contexto mundial de mercantilização da informação e do conhecimento, com altíssimo nível de proteção a esse tipo de mercadoria, o que torna cada vez mais estreitas as possibilidades de acesso dos países dependentes à inovação tecnológica e, sobretudo, a qualquer perspectiva de geração de conhecimento novo. A febre de registro de patentes é apenas um dos sintomas desse fenômeno. O que não impede, ao contrário facilita, a transnacionalização da produção.

Mas, de modo geral, ao recorrente empobrecimento do potencial criativo da grande maioria dos trabalhadores considerados individualmente, à sua *recoisificação* portanto, parece corresponder a atribuição de características próprias do ser humano a entes por este criados, aos quais, através de uma espécie de mimetismo, é imputada uma *pseudo-humanização*, se considerarmos o tratamento que lhes é conferido. É o caso do já referido *sistema*, mas também, e de uma outra perspectiva, avançando nas esferas comerciais e financeiras, do *mercado* e de outros mais. A estes entes ora são atribuídos humores, sentimentos e discernimento, ora superpoderes, no sentido de subjugar a formatação de todo o processo de produção e circulação de mercadorias, incluído aí o processo de trabalho. Neste contexto, são definidos roteiros e procedimentos que, contraditoriamente, parecem flexibilizar a condução do processo de trabalho pela máquina ao tempo em que dificultam ou mesmo impedem, que sejam experimentados e implementados caminhos alternativos pelos trabalhadores, sob a consideração, por exemplo, de que *o sistema não permite*. Numa outra esfera, proposições de política econômica são descartadas, também por exemplo, sob a alegação de que *o mercado não vai aceitar* numa referência dirigida especialmente ao mercado financeiro. Mas, em essência, esta *humanização* nada mais é que um espesso véu a encobrir interesses de classe e relações sociais de dominação (estes sim, verdadeiramente humanos).

São assim introduzidos, em vários sentidos, elementos que acabam por conferir aos processos sociais de produção, mas também de circulação, componentes de rigidez que lhes são alheios, mesmo nos marcos da produção capitalista. Em verdade, na aparência, esta rigidez apresenta-se como contraditória frente à dita automação flexível, ou ao propalado trabalho flexível. Mas, na substância, os procedimentos de automação eletrônica adotados nos processos

produtivos de modo geral, ao transferirem para a máquina, integralmente ou quase, sequências inteiras de operações, inevitavelmente se deparam com a realidade de que equipamentos, por mais modernos e sofisticados que sejam, estão limitados a seguir roteiros e opções pré-estabelecidas. Ao criar barreiras à interação humana ou mesmo dispensar essa interação, a qual tende a ser cada vez mais mediada pela máquina, algo está sendo perdido em termos da riqueza inerente aos processos de cooperação. Em resumo: a tecnologia tem alcançado grande sucesso na robotização do ser humano, mas no que diz respeito à *inteligência artificial* esta esbarra na impossibilidade de reflexão e criatividade por parte da máquina por mais que a linguagem corrente sobre o tema faça referência à replicação da inteligência humana pelas máquinas.

Evidentemente aqui não se ignora os componentes revolucionários de muitos avanços tecnológicos mais recentes, como é o caso, dentre muitos outros e apenas a título de exemplo, da aplicação de procedimentos robotizados na área da medicina que combinam alto nível de precisão com redução ao mínimo de teor invasivo. Trata-se apenas de deixar claras as diferenças entre rapidez, precisão e outras características próprias dos equipamentos modernos - e que são efetivamente extraordinárias - e a capacidade de reflexão, análise, criação e decisão, inatas ao ser humano e que podem ser desenvolvidas no sentido de ultrapassar a lógica formal em cujo ambiente a linguagem das máquinas está aprisionada. Designações como *inteligência artificial* não contribuem para esta clareza.

No mesmo processo, alterações são também incorporadas pela esfera da circulação. A absorção, de forma generalizada, dessas novas tecnologias pelos sistemas de comunicações e pelos meios de transporte, renova similarmente as possibilidades e os formatos não só da produção, mas também da circulação de mercadorias sejam estas materiais ou imateriais. Ressalte-se que as mudanças atingem fluxos de mercadorias as mais diversas, abrangendo bens e serviços tradicionais, mas também uma vasta gama de dados e informações mercantilizados e cujo sistema de coleta em muitos casos, e de forma crescente, foge inteiramente ao convencional. No limite, vão sendo utilizados, como se sabe, procedimentos de geração de bases de dados, cujas formas de captação, além de não contarem com a aquiescência consciente da fonte, em muitos casos não contam sequer com a sua percepção. Mencione-se também que neste processo está incluída a circulação do conhecimento, como já referido, igualmente mercantilizado, mas cuja difusão é cada vez mais controlada, considerando-se sua posição sempre mais estratégica no processo de acumulação de capital. As mudanças afetam em profundidade as correntes tradicionais de comércio, e a prestação internacionalizada de serviços tanto em nível interno como mundial, assim como os fluxos de informações e de transmissão de conhecimento, trazendo importantes consequências não só para a forma assumida pela divisão do trabalho e pela cooperação entre os trabalhadores, mas avançando no sentido de importantes mudanças na divisão internacional do trabalho.

4.4 PROPRIEDADE PRIVADA E PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Tendo em vista o objeto de análise deste trabalho, é importante considerar também nestas reflexões, a questão da propriedade privada e, particularmente, a configuração com que esta se apresenta no modo de produção capitalista. Diferentemente dos outros animais que produzem apenas para suprir suas carências imediatas, o homem produz para além da carência física e livremente pode ultrapassá-la mediante seu trabalho. A fixação do homem em territórios delimitados facilitou o desenvolvimento de práticas mais avançadas de produção da subsistência e o conseqüente surgimento de algum nível de excedente. E a perspectiva da produção regular de excedente alargou em muito a possibilidade do advento e ampliação de grupos com novo papel social, sem ligação direta com a produção da subsistência.

Ainda que teoricamente o avanço da produtividade abra espaço para as sociedades evoluírem em múltiplas direções, historicamente a trajetória percorrida conduziu ao estabelecimento da propriedade privada e, através dela, à construção, pelas classes proprietárias, de mecanismos para viver do trabalho alheio. Nestas condições, floresceram tipos de sociedade cuja divisão em classes avançou de forma a que o antagonismo passasse a ser presença obrigatória,¹⁰² ainda que suas manifestações possam ser mais ou menos explícitas de acordo com circunstâncias conjunturais que resultem ou não em acirramento das contradições e em maior ou menor protagonismo das disputas.

Este afastamento de parte da população das atividades diretamente ligadas à reprodução imediata da vida se torna real desde a decadência das variadas configurações assumidas pelo comunismo primitivo. A partir de então, tal elemento esteve presente em todos os modos de produção que historicamente antecederam o capitalismo, os quais já comportaram a divisão da sociedade em grupos de trabalhadores e não trabalhadores e promoveram alguma forma de apropriação por parte dos não trabalhadores do excedente produzido. No cerne da questão, como já mencionado, está o aumento da produtividade do trabalho inicialmente para além da fronteira da subsistência individual e da preservação da espécie em sentido estrito, mas, no

¹⁰² “*Todas las formas más elevadas de producción que vinieron después (da propriedade comunal primitiva) condujeron a la división de la población en clases y, por tanto, al antagonismo entre las clases dominantes y las clases oprimidas.*” ENGELS, Frederich. *El papel del trabajo en la transformación del mono en hombre*. Moscou: Editorial Progreso, 1975b. p. 381.

decorrer da evolução dos modos de produção e, particularmente no caso do capitalismo, para além dos níveis de subsistência social e historicamente determinados da classe trabalhadora.

No capitalismo, a divisão fundamental e mais evidente se dá entre a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados. A primeira se configura e se estabelece exatamente pela propriedade privada dos meios de produção social. Com esta se confronta a classe dos trabalhadores, constituída por aqueles despossados das condições mínimas para suprir autonomamente a própria subsistência, obrigados, portanto, a vender sua força de trabalho, única propriedade da qual dispõem. E esta circunstância conduz, essencialmente, à *propriedade privada dos produtos do trabalho alheio*.¹⁰³ Trata-se então de um modo de produção em que a propriedade privada, ao separar o trabalhador dos meios de produção e do resultado do seu trabalho, essencialmente interconecta todo um formato de produção e apropriação. Ressalte-se aqui, o fato de que nem a produção de excedente, nem as *lutas de classe* em si são características distintivas e específicas do capitalismo. As particularidades aparecem exatamente no tipo de relação de produção que se estabelece e na decorrente forma de geração e apropriação do excedente. Nestas particularidades é que podem ser encontradas as contradições próprias deste sistema e, portanto, onde pode ser apreendida a dinâmica dos fenômenos que o singularizam incluída aí a compulsão econômica à venda da força de trabalho. Na síntese cunhada por Marx, (...) *somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador*.¹⁰⁴

É partindo deste ponto, quando o trabalho e o trabalhador se subordinam ao capital, que Marx - inspirado por Hegel, ainda que o contradizendo - tece suas reflexões e conceitua e discorre sobre questões como trabalho, alienação, estranhamento e respectivos desdobramentos. Considerando a atividade vital do homem como consciente, objeto da vontade humana e, portanto, livre, Marx afirma que a propriedade privada é produto e resultado do trabalho estranhado. Inverte assim a noção de que a propriedade privada é fundamento do trabalho estranhado para situá-la como consequência do mesmo. Mas retoma a relação para afirmar a ação recíproca que viria à tona no *ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada*. [A propriedade privada] (...) *que é por um lado, o produto do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a*

¹⁰³ MARX, 2004, *op. cit.*, p. 39.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 82.

*realização dessa exteriorização.*¹⁰⁵ Ao produzir mercadorias sob a égide do capital alienando o uso de sua força de trabalho, o trabalhador está capturado pela necessidade de reprodução de sua própria força de trabalho enquanto mercadoria. O produto do seu trabalho mais do que nunca lhe é estranho, assim como o próprio ato de produzir.

A evolução histórica do capitalismo, contudo, - mantendo a configuração básica que o delimita enquanto um modo de produção específico no qual o excedente é essencialmente produzido e apropriado sob a forma de mais valor - contempla uma série de mudanças na maneira em que se apresenta a propriedade dos meios de produção. Mas nestas mudanças, a começar pela difusão das sociedades anônimas quando adquire relevância - mais uma vez nas palavras de Marx - o *capitalista combinado*,¹⁰⁶ a fragmentação e a pulverização desta propriedade não significaram o surgimento de qualquer tendência à desconcentração do controle sobre a geração e apropriação do mais valor. A divisão das ações em tipologias com poder de ingerência variado, além de mecanismos como o voto por procuração, permitiram manter as decisões concentradas em poucos acionistas não necessariamente detentores de proporção majoritária das ações.

Na atualidade, em algumas frações do capital e de sua valorização, parte importante dos meios de produção chega a ser propriedade dos próprios trabalhadores, mas isto ocorre de modo que a centralização do controle seja plenamente preservada ou mesmo acentuada. Os aspectos cruciais do comando e da articulação das diversas fases do processo produtivo - e, portanto, da valorização do valor - permanecem sempre, em substância, sob o domínio do capital e dos capitalistas, ainda que estes não sejam estritamente proprietários da totalidade dos meios de produção.

Observe-se já aqui, que no período mais recente, estas últimas transformações estão em pleno curso tendo adquirido um ritmo extremamente rápido. Em alguns segmentos, como já aludido, sobretudo da produção de serviços, parte importante dos meios de produção vêm, com frequência, deixando de ser *propriedade* do capitalista. Este aspecto, na dimensão atualmente assumida, está longe de ser trivial e guarda estreita relação com as inovações tecnológicas mais recentes. Nestes casos, a exploração da força de trabalho ocorre sem que sejam fornecidos aos trabalhadores componentes significativos do conjunto de elementos necessários ao processo

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 82-90.

¹⁰⁶ *Id.*, 1977, p. 406.

produtivo. O suprimento destes (e respectivos custos) acaba por resultar em responsabilidade dos próprios trabalhadores. A relação social capital-trabalho pode ocorrer de forma velada sob a aparência de uma *prestação de serviços* para cuja realização o prestador precisa utilizar elementos cruciais (um *software*, por exemplo) de propriedade do capitalista e que são por este estritamente controlados. O trabalhador, em muitos casos, passa a ser formalmente identificado pela denominação de *cliente* (aquele que utiliza os mencionados elementos cruciais) e a relação capital-trabalho assume a máscara de uma suposta parceria. Mas todo o processo de trabalho se articula e se submete às determinações de uma rede vinculada a plataformas digitais que estabelece suas condições de trabalho, da qual ele depende e para a qual é transferida, com respaldo contratual, parte substantiva do valor gerado via utilização da sua força de trabalho.

O avanço das forças produtivas, enquanto parte e propulsor das novas configurações assumidas pela propriedade dos meios de produção e pela organização da produção e do processo de trabalho, atua sem que a condição de controle e comando destes processos sociais por parte dos capitalistas sofra alteração em sua essência. No que diz respeito especificamente à questão do trabalho e do trabalhador, este controle permaneceu real em toda a evolução do modo de produção capitalista. Assim foi desde que o capitalista interpôs tipos especiais de trabalhadores como seus supervisores e representantes nas relações diretas com os demais assalariados, passo crucial e indispensável à consolidação da Grande Indústria e ao desenvolvimento do *regime fabril pleno*.¹⁰⁷ Assim é, ainda hoje, apesar das mudanças pelas quais passou o capitalismo em todas as suas dimensões.

É importante ressaltar, que estes desenvolvimentos criam novos cenários e perspectivas não só para a forma de articulação entre os trabalhadores, incluindo também possibilidades de mudanças formais nas próprias relações capital-trabalho. Mas, mesmo quando ganham dimensão muito significativa as situações de contrato indireto ou de inexistência de contrato explícito da força de trabalho, como será visto adiante, estas se apresentam como novos arranjos que não alteram em seus fundamentos o mencionado controle.

As mudanças significaram apenas, que o detentor ou os detentores do capital que num primeiro momento já se liberara do trabalho manual, posteriormente se libera também das atividades de controle e supervisão diretos do trabalho alheio. E, a seguir, além da possibilidade de fracionar a propriedade dos meios de produção pode, em alguns segmentos e sob certas

¹⁰⁷ Ibid., p. 517.

condições, até mesmo abrir mão de parcela da sua posse e/ou propriedade formal, repassando-a eventualmente aos próprios trabalhadores e, neste movimento, reduzir os seus custos. Mencione-se ainda, que inovações tecnológicas, particularmente nas áreas de comunicações e transportes, viabilizaram também a subdivisão espacial do processo produtivo, inclusive internacionalmente. Tudo isso sem que as decisões estratégicas que envolvem a organicidade do corpo produtivo total passem a ser menos centralizadas e concentradas em poucas mãos e mentes.

Na realidade ocorre justamente o contrário. Na configuração com que o capitalismo se apresenta na atualidade, seja através da propriedade do conjunto dos meios de produção seja mediante o controle sobre o seu funcionamento, são utilizados mecanismos diversos, os quais levam a concentração e centralização das decisões e do domínio do processo de produção a alcançarem dimensões ainda mais importantes. Assinale-se que este processo é muitas vezes corroborado por um arcabouço jurídico e acontece num contexto de aprofundamento da internacionalização do capital.

Em alguns casos, a utilização direta de força de trabalho pela empresa que detém o controle da rede tende a ser marginal. E se configuram situações em que a aparência das relações de produção se afasta, em termos formais, dos contratos de trabalho clássicos, ou seja, daqueles cuja dimensão da jornada é previamente estipulada e os pagamentos pelo uso da força de trabalho assumem claramente a forma de salários também pré fixados. Mas, na essência, persistem a subsunção real do trabalho sob o capital e a extração do excedente se apresenta na forma de mais valor o qual, ainda que sejam buscadas formas de obscurecer o processo real, é apropriado pelo capitalista. Em síntese: mantém-se para o trabalhador a condição de vendedor de força de trabalho. E isso é verdadeiro seja no caso do trabalhador produtivo, seja no caso daqueles que desempenham tarefas de natureza improdutiva.

Ressalve-se, entretanto, que, mesmo em condições nas quais vigoram os tradicionais contratos de trabalho, permanecem e são cada vez mais utilizadas as tentativas de mascarar o antagonismo próprio das relações de produção capitalistas buscando-se, também aí, construir a aparência de uma parceria na qual patrões e *colaboradores* compartilhariam os mesmos objetivos. Nesses casos, apesar de todas as mudanças na forma sob a qual se apresentam, não se pode dizer que isso seja recente na prática empresarial e muito menos na literatura econômica convencional onde pode aparecer de maneira mais ou menos explícita. Apenas a título de exemplo, desde o final do século XIX toda argumentação utilizada por Taylor para justificar a adoção dos seus *princípios de administração científica* enfatiza a existência de benefícios para

os *empregados*, os *empregadores* e para o *público em geral* o que em tese deveria conduzir à união de todos na busca dessas vantagens generalizadas.¹⁰⁸

Hoje, tais procedimentos podem ser facilmente identificados através da linguagem correntemente utilizada tanto no interior das empresas quanto nas relações destas com outras instituições, onde, por exemplo, a palavra *nós* é frequentemente empregada pelos próprios trabalhadores para fazer referência à empresa na qual atuam. Esse tipo de linguagem na verdade expressa a internalização por parte dos trabalhadores de uma identificação com a empresa e essa internalização os leva a se dedicar ao máximo, visando o cumprimento das metas estabelecidas para grupos específicos, uma vez que todos seriam responsáveis pelo desempenho coletivo. Nestas situações, trabalhadores de igual hierarquia podem converter-se em fiscais ou supervisores dos demais, assumindo desta forma funções para as quais não são pagos, interiorizando o compartilhamento dos objetivos definidos pela direção da empresa, ou seja, os objetivos da valorização do capital. O enaltecimento de comportamentos tais como *vestir a camisa* da empresa busca borrar o antagonismo de classe e fortalecer a ideologia da classe dominante via cooptação de segmentos da classe trabalhadora.

Além disso, a economia digital permite que parte do trabalho anteriormente realizado por trabalhadores contratados (na área de atendimento ao público, por exemplo) torne-se dispensável, uma vez que parcela importante destas tarefas deixa de existir ou é automatizada, enquanto outras são reconfiguradas e repassadas aos próprios consumidores/usuários. Via sistemas de auto-atendimento estes últimos acabam por se encarregar de procedimentos como acessar informações em meio eletrônico, além de efetuar, também de forma automatizada, operações relativas à aquisição de produtos os mais diversos, transferência de recursos, pagamentos, acesso a resultados de exames médicos etc. Similarmente, tornou-se comum ser solicitada a participação dos consumidores em processos supostamente de avaliação do atendimento o que, em muitos casos, pode significar o repasse para o comprador, da tarefa de supervisão dos trabalhadores, que estão sujeitos a sanções, caso as avaliações situem-se aquém dos parâmetros fixados pela empresa.

Tais procedimentos são particularmente detectáveis em alguns segmentos da produção de serviços e nas esferas do comércio e das finanças, mas atingem também outros setores. A título de exemplo, com o advento do *e-commerce* ou das vendas *online* ampla gama de trabalhadores

¹⁰⁸ TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990.

na área de vendas diretas ao consumidor torna-se tendencialmente descartável. Operações de compra e venda passam a prescindir do contato pessoal vendedor-comprador, sendo mediadas pela máquina e impulsionadas por estratégias publicitárias e de *marketing* também reconfiguradas para atender às novas condições. E, na mesma direção, mesmo quando existe a possibilidade de acionar presencialmente o trabalhador da área de vendas, como é o caso das compras em grandes magazines ou lojas de departamentos, apresenta-se a alternativa de que o pagamento pela eventual compra seja realizado dispensando-se a tradicional figura do *caixa* anteriormente corporificada num trabalhador. Agora, cada vez com maior frequência, o pagamento *em dinheiro* é substituído pelas diversas modalidades de pagamento *em cartão*, e a tendência é de que o comprador dirija-se a uma máquina para efetuar o dito pagamento. Ou que o próprio *cartão* seja dispensado e o comprador use uma máquina de sua propriedade (o telefone celular) para fazê-lo. Esta última é uma extensão um pouco mais recente de práticas já consolidadas em outras áreas.

Nos próprios sistemas de *call-center*, o atendente vem sendo progressivamente substituído pelo uso de mensagens gravadas que vão abrindo opções padronizadas dificultando ao máximo o acesso ao atendimento personalizado que inclui a interação entre quem necessita alguma informação ou quer registrar algum descontentamento e um representante da empresa.

Como subproduto desta integração do consumidor, além da redução dos custos ocorre um gigantesco processo de coleta de informações comercializáveis que cada vez mais passam a constituir parcela relevante do *negócio* (quando não se convertem na parte mais importante). No mínimo, operações que significavam custos para a empresa deixam de sê-lo ou se transformam em fontes de receita e/ou insumos para estratégias de *marketing*.

Ademais, a expansão da produção de intangíveis, não só conduz à ampliação da participação dos trabalhadores improdutivos no conjunto da população trabalhadora como também, sobretudo em segmentos de ponta como o da produção e especialmente da reprodução do conhecimento, altera profundamente os mecanismos de uso da força de trabalho. Estas alterações implicam em drástica redução da própria necessidade de uso de força de trabalho, uma vez que muitos destes produtos conquanto assumam a forma mercadoria, podem ser reproduzidos *ad infinitum*, sem custo para o capitalista e em ambiente em que a incorporação de trabalho vivo pode tender a zero. A extrema relevância desse fenômeno decorre, por um lado

da importância intrínseca do advento de algo inédito no processo de produção de mercadorias, por outro, do lugar estratégico ocupado por tais produtos no conjunto da produção mundial.¹⁰⁹

4.5 TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO

Considerando que o foco maior de interesse desta pesquisa se projeta na força de trabalho como esta se apresenta no modo de produção capitalista, é importante considerar ainda a questão do trabalho produtivo e, conseqüentemente, daquele capaz de exercê-lo, o trabalhador produtivo. Seguindo com Marx, aqui se considera trabalho produtivo no capitalismo aquele que é produtivo para o capital: o trabalho que ao produzir mercadorias, sejam estas materiais ou imateriais, *produce plusvalor para el capitalista o que sirve para la autovalorización del capital*.¹¹⁰ Não se confunde, pois, com o trabalho socialmente útil e necessário realizado na esfera da circulação vez que, ainda que esta integre o processo de reprodução do capital não contribui para a valorização do valor. Na mesma linha, trabalhador produtivo será aquele que vende por um tempo determinado sua força de trabalho, que é forçado a abdicar da autonomia sobre sua ação produtiva, colocando-a sob o controle e a serviço do capital para a geração de mais valor. O produto do seu trabalho, anteriormente individual ou sob regime de cooperação simples, é agora transmutado em produto coletivo, para a consecução do qual o antigo trabalhador individual contribui enquanto um órgão do trabalhador coletivo. É neste sentido que se designa como trabalhador produtivo aquele que, ativando sua força de trabalho, produz mercadorias e gera excedente sob a forma de mais valor. Aquele que, portanto, serve à autovalorização do capital.

O progresso tecnológico permite que algumas atividades de natureza improdutivo (como a supervisão, por exemplo) que proliferaram nas primeiras fases do capitalismo, desapareçam ou percam peso enquanto função específica, passando a ser desenvolvidas, pelo menos parcialmente, em formato totalmente distinto. Mas ao lado deste fenômeno, segue a multiplicação de outras funções e atividades, igualmente de natureza improdutivo, como a propaganda e a publicidade, também por exemplo, que passam a constituir departamentos

¹⁰⁹ OLIVEIRA, E. *op. cit.*

¹¹⁰ MARX, 1978 *op. cit.*, p. 616.

inteiros das empresas ou, como configuração alternativa, são constituídas empresas voltadas para este fim particular.

Estas tarefas e atividades podem estar imbricadas em setores tipicamente produtores de mais valor ou presentes em segmentos específicos que se constituem e se estruturam para precipuamente absorver parcela do mais valor gerado por outros segmentos. Mas é sempre bom lembrar que o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua tendência à concentração e à centralização do capital têm conduzido progressivamente a intercessões entre interesses e controle das diversas frações do capital. Na verdade vai se conformando, de um modo geral, como que um amálgama, quanto à propriedade do capital entre suas diferentes frações inclusive entre aquelas que a tradição marxista em geral considera setores produtivos e aquelas tratadas como segmentos improdutivos. Esse amálgama, entretanto, não anula a existência de movimentos em sentido contrário de fracionamento de atividades que se expressam dentre outros formatos no já comentado processo de terceirização.

Além disso, atividades por natureza improdutivas, dentre as quais as mais proeminentes na atualidade são aquelas que compõem a área das finanças, se transformam e ganham nova dimensão. É a partir principalmente do final do século XIX quando emerge com mais força o capital financeiro que este segmento passa por vários momentos de mutação assumindo uma relevância cada vez maior. Expande-se progressivamente por um lado enquanto instância de atração de valor gerado na esfera produtiva e por outro enquanto espaço de valorização fictícia do capital. Como o tema é tratado em outro capítulo deste trabalho, aqui nos limitamos a mencionar a hipertrofia deste segmento no período mais recente, caracterizado no fenômeno da financeirização e cujos rebatimentos atingem o conjunto da reprodução do capital e, portanto, as características assumidas pela exploração da força de trabalho.

4.6 O MERCADO DE TRABALHO

Ainda que a mercadoria objeto do ato de compra e venda seja a força de trabalho, a terminologia adotada pelo próprio Marx, e que permanece usual para designar o *locus* social em que ocorre esse tipo peculiar de troca é mercado de trabalho, considerado parte específica e singular do mercado em geral. A singularidade deste mercado específico decorre da própria peculiaridade da mercadoria nele transacionada: o seu consumo proporciona não apenas a transferência de valor para uma nova mercadoria, mas também a criação de um novo valor antes inexistente. Além disso, o que está de fato sendo vendido é o direito ao uso da força de trabalho, uma vez que esta é indissociável do próprio trabalhador. A mercadoria força de trabalho que deixa de ser vendida num período determinado não realizará seu valor de uso neste período.

Tampouco poderá ser simplesmente armazenada ou estocada para venda em período subsequente. Mas, de alguma forma, ela terá que ser reproduzida, sem o que se degrada e fenece. Esta característica coloca o trabalhador numa condição de premência absoluta, comparativamente àquela que possa atingir qualquer outra classe de mercadoria. A premência tem aqui o duplo sentido de afetar a mercadoria a ser comercializada, mas por seu intermédio e diretamente, ao possuidor (portador) mesmo desta mercadoria, atingido em sua própria força vital.

Teoricamente, como no caso das demais mercadorias, o intercâmbio de valores iguais é o que deveria prevalecer em circunstâncias normais, apesar de que, na mesma operação, o trabalhador se situa no âmbito da circulação mercantil simples (M - D - M) enquanto o capitalista está posicionado no plano da circulação do capital (D - M - D'). Mas a divisão da sociedade em classes antagônicas conduz a uma disputa que faz com que, em realidade, estas *circunstâncias normais* não sejam mais do que um possível equilíbrio momentâneo em torno do qual se desenrola uma luta acirrada.¹¹¹ Assim, a força de trabalho pode ser intercambiada em condições em que seu preço – neste caso sua forma modificada, ou seja, o salário – se situe acima ou abaixo de seu valor. De todo modo, completado o ciclo, resulta que o trabalhador abriu mão de uma mercadoria, sua força de trabalho, para dispor de outra mercadoria (ou conjunto de mercadorias), seus meios de subsistência, os quais, uma vez consumidos, deverão deixá-lo em condições de retornar ao mercado e aí, à venda de sua força de trabalho.

Apesar de ser possível encontrar, ainda hoje, diversas variantes de pagamentos não monetários, a lógica do processo impele à universalização da troca por dinheiro, equivalente geral que permite ao proprietário da força de trabalho transfigurar-se em comprador e adquirir as múltiplas mercadorias necessárias à sua subsistência. Ressalve-se que a palavra dinheiro é aqui utilizada em sentido amplo, incluindo suas diversas representações como créditos bancários, por exemplo. De todo modo, os pagamentos tendem a ocorrer na forma de ativos líquidos e de aceitação geral, passíveis de ser rapidamente convertidos em meios de subsistência para o trabalhador. Já do ponto de vista do comprador de força de trabalho, o capitalista, o que lhe interessa é o valor de uso da mercadoria adquirida, o qual será realizado mediante seu consumo no decorrer do processo de produção, quando a força de trabalho em movimento transfere e cria valor.

¹¹¹ “[...] en su forma pura el proceso de circulación de las mercancías implica intercambio de equivalentes. En realidad, sin embargo, las cosas no ocurren de manera pura”. *Ibid.*, p. 195.

Constituindo parte do mercado em geral e sendo os preços aí praticados sujeitos às flutuações da oferta e da procura de forma similar ao que ocorre com os demais mercados, o mercado de trabalho é direta e fortemente influenciado pela dinâmica do processo de acumulação. Isso ocorre uma vez que as fases do ciclo industrial atuam sobre este mercado, ora expandindo ora contraindo a demanda, induzindo assim elevações ou reduções nos preços da força de trabalho. Assim é que, em momentos de crise, a redução da demanda por força de trabalho agudiza a tendência à criação de uma superpopulação relativa, ao passo que em fases de crescimento acentuado da produção o aumento da mesma demanda pode arrefecer os efeitos da citada tendência. Mas a própria dinâmica do processo de acumulação, ao elevar a força produtiva do trabalho via mudanças tecnológicas, também age diretamente sobre as condições de oferta no mercado de trabalho, criando e recriando o exército industrial de reserva, expandindo, conseqüentemente, a disponibilidade relativa da mercadoria aí transacionada.

Esta permanente criação de capacidade de trabalho ociosa, intrínseca ao processo de acumulação capitalista, pode se expressar em distintas formas de desemprego e subemprego e no rebaixamento das condições de contratação dos trabalhadores constituindo uma característica específica do mercado de trabalho. Aí atuam leis próprias do processo de acumulação do capital, quando este supera a simples ampliação em termos absolutos e passa a crescer alterando sua composição orgânica, ou seja, elevando relativamente a representatividade do capital constante em detrimento do capital variável. De todo modo, ressalte-se desde já, que se em circunstâncias de acumulação acelerada nada *a priori* garante condições favoráveis à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em períodos de estagnação ou de reduzidas taxas de crescimento, as possibilidades desta melhoria se tornam ainda mais estreitas.

Assim é que a busca permanente pelo desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a decorrente elevação da composição orgânica do capital, ao diminuir a demanda relativa por força de trabalho, geram um contingente de sobre população relativa que pressiona para baixo a remuneração dos trabalhadores empregados. Para que essa contração relativa da demanda não se apresente como contração absoluta, é preciso que a expansão do capital social total seja capaz de compensar a expulsão de força de trabalho resultante da mudança na sua composição. Ou seja, faz-se necessário que o formato assumido pela expansão comporte a assimilação de contratendências suficientemente fortes para preservar o aumento da produtividade e, simultaneamente, a absorção de força de trabalho. A distribuição setorial do capital total e o ritmo de crescimento dos distintos setores também influenciam a repercussão final no mercado de trabalho em termos da criação e reconstituição do exército industrial de reserva, uma vez que setores particulares apresentam composições orgânicas distintas. Vale ainda observar, que o capital variável em movimento pode crescer via fornecimento de uma maior quantidade de

trabalho por aqueles já ocupados - mediante aumento da jornada ou da intensidade do trabalho –, sem que isso signifique o aumento do número de trabalhadores empregados.

Foi a partir destes elementos que Marx classificou a superpopulação relativa em três categorias: superpopulação relativa *flutuante* – aquela que ora é atraída, ora repelida pelos segmentos modernos da economia, resultando em crescimento da população empregada num ritmo mais lento que o do aumento da produção. Superpopulação relativa *latente* – a população rural sobrando na medida em que o capital se apodera das atividades rurais e a demanda por força de trabalho se reduz, neste caso em termos absolutos, forçando para baixo os salários dos trabalhadores rurais e gerando, eventualmente, quando certas condições se estabelecem, processos migratórios no sentido campo-cidade. Ampliando a delimitação estabelecida por Marx para este grupo, poderíamos aí considerar também segmentos da população urbana ocupados em atividades tradicionais, quando estas atividades são penetradas pelo capital que as transforma, repelindo força de trabalho que se agrega ao exército industrial de reserva. Por fim, a superpopulação relativa *estagnada*, representada por trabalhadores com ocupações irregulares, subempregada e com condições de vida aquém do nível médio da classe trabalhadora.

Marx faz ainda referência ao que chamou *sedimento mais baixo da superpopulação relativa* constituído por aqueles que atingiram o *pauperismo*. A composição deste grupo passaria por pessoas aptas para o trabalho, mas inclui, na linguagem do autor, órfãos e filhos de indigentes, aqueles que ultrapassaram o tempo de vida útil de um trabalhador, e as vítimas incapacitadas do próprio processo de trabalho. Considera que este grupo constitui um *custo morto da produção capitalista* que (...) *o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média*. Ainda que as circunstâncias de exploração da força de trabalho venham se modificando em vários sentidos à medida que evolui o modo de produção capitalista, esta classificação, ao chamar atenção para a heterogeneidade da origem e da composição da superpopulação relativa, constitui elemento importante quando se analisa o exército industrial de reserva e o desemprego em formações sociais particulares.

Certamente as conjunturas históricas concretas definirão o grau de vulnerabilidade de grupos específicos de trabalhadores. Mas a ameaça de degradação das circunstâncias em que se dá o processo de compra e venda da força de trabalho paira sempre sobre o conjunto da classe trabalhadora uma vez que, como já dito, as condições propícias a esta degradação se reproduzem através dos próprios mecanismos do processo de acumulação, ou seja, redução gradativa do capital variável relativamente ao capital constante. Em síntese, os movimentos da oferta e da demanda no mercado de trabalho têm como referência básica o ciclo industrial, mas a forma que assume a fase expansiva do ciclo – expansão sob a mesma base tecnológica ou com preponderância do aumento da força produtiva do trabalho - tem implicações fundamentais para

este mercado. Na segunda alternativa, que é própria das forças que movem a acumulação do capital, parcela do capital variável é transmutada em constante e a tendência à criação de superpopulação relativa pode se fazer sentir com mais força, alterando as condições de oferta prevalecentes no mercado de trabalho.

À medida que avança o modo de produção capitalista, as mudanças tecnológicas que propiciam a transformação de estruturas produtivas e padrões de reprodução do capital, alterando de forma crucial o processo de trabalho, vão se tornando cada vez mais rápidas. Estas mudanças, que implicam em conhecimentos novos capazes de impulsionar a produção, atuam não só no sentido de amplificar a tendência a tornar supérflua parte significativa da força de trabalho. Trazem também em sua dinâmica um processo de desqualificação e requalificação seletiva, criando, além de contingentes de desempregados, os de subempregados e de não empregáveis. Mencione-se que os resultados da produção desse conhecimento novo em muitos casos levada a cabo com a participação direta dos Estados nacionais, que arcam com parte substantiva dos custos desses desenvolvimentos, vem sendo, cada vez mais, apropriada privadamente e cercada de forte sistema de proteção.

Além do mais, como mencionado anteriormente, no mercado de trabalho se defrontam não apenas possuidores de mercadorias distintas, mas também duas classes não meramente distintas, mas antagônicas, e, conseqüentemente, o funcionamento deste mercado também expressa o desenvolvimento da luta de classes. Desta característica, entretanto, não decorre que o mais valor, enquanto forma assumida pelo excedente no modo de produção capitalista, ou mesmo a intensificação de sua produção, esteja, necessariamente, em dissonância com a circunstância normal da compra da força de trabalho pelo seu legítimo valor, ou seja, pelo equivalente à quantidade de trabalho abstrato contida nos meios de subsistência habituais do trabalhador. Ao fim e ao cabo, o maior ou menor afastamento do preço da força de trabalho com relação ao seu valor vai depender fortemente não só das circunstâncias estritamente econômicas em cada conjuntura concreta, mas também das condições políticas e da correlação de forças socialmente construída.

Cumpra também mencionar, considerando o antagonismo que prevalece entre as partes em disputa no processo de negociação e determinação dos preços no mercado de trabalho, a questão da evidente assimetria entre o poder dos compradores e o dos vendedores de força de trabalho. E a propensão ao crescimento desta assimetria à medida que aumentam a concentração e centralização do capital. A reação dos trabalhadores para enfrentar esta situação desfavorável se manifestou historicamente através da organização do conjunto ou de frações da classe trabalhadora, mediante a formação de associações que evoluíram para a constituição dos sindicatos. Assim, no que diz respeito à luta econômica por melhores condições de remuneração pela venda da mercadoria da qual dispõem e frente à desproporcionalidade das condições

detidas pelas duas partes envolvidas na disputa, os trabalhadores têm, de modo geral, buscado a defesa de interesses comuns enquanto mecanismo mais eficiente para o fortalecimento de sua posição no conflito. Neste processo surgiram e ganharam relevância as denominadas negociações coletivas e os acordos coletivos, através dos quais se procura escapar de condições de venda da força de trabalho estipuladas individualmente, passando as regras a abranger, um conjunto específico de trabalhadores.

A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, embora inicialmente tenha integrado grandes contingentes de trabalhadores homogeneizando seus interesses e, de alguma forma, facilitado sua organização, por outro lado integrou o capital em grandes blocos. A internacionalização do capital ocorre e progride neste contexto e, a partir daí, a luta de classes acontece com os trabalhadores se defrontando com grandes e muito poderosas corporações internacionalizadas.

Este não é, entretanto, um processo linear. As estratégias utilizadas pelo capital para subdividir a classe trabalhadora, cedendo às pressões apenas onde e quando isto se apresenta como inevitável, tem sido um contraponto sempre presente. Neste sentido, o estímulo à competição entre os trabalhadores ou entre frações da classe trabalhadora é um instrumento intencionalmente utilizado visando superdimensionar ou mesmo criar conflitos de interesse entre os trabalhadores os quais, em muitos casos, podem se situar apenas no nível da aparência.

Registre-se que parte desta competição tem como esteio a própria divisão do trabalho, particularmente quando esta contribui para a dispersão e o isolamento do trabalhador. A fragmentação da classe trabalhadora, baseada seja em sua heterogeneidade real ou em diferenças apenas aparentes, dificulta o seu processo de organização e, conseqüentemente, a percepção e apropriação da sua realidade, contribuindo para a reprodução das condições sociais vigentes. O que constitui o pano de fundo desse processo de *aglutinação-fracionamento* é justamente o fato de que quanto mais subdividida esteja, mais difíceis se tornam conquistas reais para o conjunto da classe. Historicamente têm sido penalizados, sobretudo, os segmentos mais vulneráveis e com maior dificuldade de organização e nos quais os trabalhadores são mais facilmente substituíveis. Por outro lado, frações mais organizadas e com maior poder de pressão podem, circunstancialmente, obter ganhos vinculados a estas diferenças e subdivisões. E aqui a cooptação de eventuais lideranças da classe trabalhadora também pode cumprir papel relevante.

Vale observar que, se do lado dos trabalhadores verifica-se historicamente este processo de aglutinação-fracionamento, no que diz respeito ao capital a tendência à concentração e centralização favorece a convergência de interesses entre suas distintas frações. Assim é que se fundem e se aglutinam, crescentemente e em grande medida, esferas de valorização distintas,

minimizando por essa via conflitos entre o capital aplicado na indústria, na agricultura, na produção de serviços, no comércio ou nas finanças. Isso não significa, contudo, que a concorrência intercapitalista se arrefeça. Particularmente no plano internacional, a disputa pelo poder via corrida em busca da competitividade continua acirrada, envolvendo os grandes conglomerados monopólicos, e incluindo diretamente os Estados nacionais representantes dos diversos países imperialistas. Neste contexto, a atenção que é dada à questão militar vai além, muito além, dos já intrinsecamente fortes interesses da indústria armamentista.

De todo modo, o mercado de trabalho está longe de ser homogêneo, sendo composto por distintos segmentos com características específicas, incluindo maior ou menor capacidade de constrangimento. Além disso, as mudanças na composição orgânica do capital acontecem de forma particularizada nos diferentes setores de produção, tanto no que se refere à intensidade quanto ao espaço temporal. Atingem, portanto, diferenciadamente os diversos grupos de trabalhadores. Esta diferenciação diz respeito ao segmento produtivo, mas também ao perfil de formação do trabalhador, à sua origem, gênero, idade, etc. Outros elementos de natureza cultural, decorrentes da constituição histórica de formações sociais particulares, também se inscrevem no tipo de seletividade praticado no mercado de trabalho, agravando a vulnerabilidade de grupos específicos de trabalhadores.

Aqui é também importante mencionar, que no decorrer da consolidação do capitalismo enquanto modo de produção dominante, concomitantemente à criação do mercado de trabalho, vai sendo gestado igualmente um mercado interno ampliado e de conformação distinta, relativamente ao que existia anteriormente. Por modesto que fosse o consumo dos trabalhadores no período de constituição e consolidação do capitalismo,¹¹² a transformação da força de trabalho em mercadoria e a formação do mercado de trabalho provocaram um deslocamento significativo da demanda dos trabalhadores por meios de subsistência, até então suprida no âmbito da produção familiar de não mercadorias, para o mercado capitalista. Naquele momento, a nova classe vendedora de força de trabalho deveria mudar seus hábitos, costumes e cultura adaptando-os às exigências do capital e a elas submetendo-se.

Mas este é um processo de longo prazo, que não se encerra, já que é próprio da expansão do capital ir sempre penetrando em novas áreas, seja incorporando mais segmentos da produção dentro de uma mesma formação social, seja expandindo sua geografia na tentativa de abarcar a

¹¹² DOBB, Maurice. *A Evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

totalidade da economia mundial. Na realidade, a expansão do mercado interno via penetração do capital em áreas de prevalência da produção de não mercadorias ou a criação de novos segmentos produtivos dentro de uma formação social específica é tão fundamental para a expansão do capitalismo quanto a sua difusão no sentido de fazer avançar o curso da valorização do valor em nível internacional. De fato, trata-se de movimentos distintos de um mesmo processo. Entretanto, as formas como estes movimentos se concretizam variam enormemente imprimindo mudanças na divisão internacional do trabalho, portanto nas circunstâncias históricas de inserção das distintas formações sociais na economia mundial.

4.7 OS LIMITES DO MERCADO DE TRABALHO

É necessário ressaltar que, ao tomar o mercado de trabalho como foco de análise, há de considerar-se que, em muitos contextos, seus limites extrapolam o caso clássico do mercado formal, normatizado por um arcabouço jurídico. Expande-se num espectro muito mais amplo e com contornos difusos, usualmente denominado mercado informal. Neste, ainda que ocorra a compra e venda de força de trabalho, a legislação vigente é em grande parte ignorada, e os contratos estabelecidos carecem dos devidos registros, sendo mesmo inexistentes em parte expressiva das situações. Isso significa que os trabalhadores aí posicionados, encontram-se inseridos de forma incompleta na rede de proteção social estabelecida pelos direitos trabalhistas e previdenciários, podendo até situar-se inteiramente à margem destas redes. Mas não é só isso. Restringir o mercado de trabalho ao *locus* social de contratação de força de trabalho via assalariamento, seja formal ou informalmente, ainda implica em deixar de lado parcela importante de trabalhadores que, mesmo que não através do assalariamento, se articulam ao conjunto do sistema, sendo dele estritamente dependentes. É o caso de parcela significativa dos *autônomos* ou dos trabalhadores dedicados à produção familiar, mas também de ampla gama de participantes de formatos de organização de processos produtivos e relações de trabalho, novos ou revisitados, em que o assalariamento não ocorre de forma estrita, ou se dá de maneira indireta, velada, disfarçada ou atípica.

Algumas modalidades destes fenômenos são particularmente relevantes no caso dos países dependentes, mas outras têm emergido enquanto componentes do desenvolvimento recente do capitalismo, manifestando-se inclusive nos próprios países imperialistas.

Tudo isso tem levado pesquisadores, analistas e instituições produtoras de estatísticas sobre trabalho, à utilização de categorias mais amplas como as de trabalhador ocupado e mercado de trabalho em geral, na tentativa de fugir da visão estrita de trabalhador assalariado e mercado de trabalho assalariado enquanto aqueles adstritos à formalização legal vigente. Em

muitas circunstâncias, parcela deste segmento do mercado de trabalho funciona como colchão amortecedor de tensões em momentos de alargamento do exército industrial de reserva. Mas nem todos os trabalhadores informais ou com tipos de vínculo que fogem ao assalariamento tradicional podem ser caracterizados como parte do contingente que trabalha em atividades residuais, mal remuneradas ou que exercitam estratégias de sobrevivência. Fração significativa destes trabalhadores pode, inclusive, ser encontrada em segmentos modernos e mesmo naqueles considerados *de ponta*, e cujo trabalho e suas relações atingem certo nível de invisibilidade. Convivem, pois, neste segmento nebuloso o trabalho precarizado, e já bastante estudado, sobretudo em países dependentes, onde atinge dimensão muito relevante, e outros formatos de contratação de força de trabalho e de desenvolvimento concreto de processos de trabalho que só mais recentemente começam a ser desvelados.

À medida que evolui o modo de produção capitalista, elementos novos vão sendo incorporados às características da força de trabalho em variadas dimensões, inclusive naquela que diz respeito ao tipo e diversidade das habilidades requeridas, sendo que reflexos destas mudanças se estendem ao ambiente em que ocorre a sua comercialização e se estabelecem, portanto, várias das condições de contratação da força de trabalho. Entretanto, esta constante renovação deixa incólumes os fundamentos sobre os quais se apóia o que foi apresentado até aqui.

4.8 EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - DO MERCADO DE TRABALHO AO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

A partir do momento em que o homem dominou a natureza e criou instrumentos de trabalho que lhe permitiram produzir regularmente mais do que o exigido para suprir suas necessidades individuais, se concretizou a possibilidade de que algumas categorias da população pudessem viver do trabalho alheio. A capacidade do trabalhador de produzir além do correspondente a seus meios de subsistência socialmente delimitados constitui, portanto, um dos pressupostos para a extração e apropriação de qualquer tipo de excedente, inclusive, evidentemente, a forma inerente ao modo de produção capitalista: o mais valor.

Quando a força de trabalho assume a qualidade de mercadoria, se completam as premissas históricas para a existência do capitalismo. Na formulação marxiana, o excedente adquire generalizadamente o caráter de mais valor e sua extração e apropriação pela classe dos proprietários dos meios de produção passam a constituir a forma típica de exploração. Aí estão postos, do ponto de vista das relações de produção e da apropriação do excedente, os elementos que - juntamente com a acumulação prévia de riqueza e a base material dada pelo grau de

desenvolvimento das forças produtivas - compõem as condições precípuas para a existência do capitalismo em sua plenitude e sua afirmação enquanto modo de produção dominante.

De acordo com a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista, o processo de exploração da força de trabalho e a decorrente apropriação do excedente, tipicamente na forma de mais valor, requereriam inicialmente o encontro no mercado de dois possuidores de mercadorias: o trabalhador, proprietário da força de trabalho e desprovido dos meios necessários para utilizá-la para o provimento de sua subsistência, e o capitalista, detentor dos meios de produção adequados à mobilização desta força de trabalho.

No intercâmbio (suponhamos) de equivalentes que levam a cabo os *cidadãos* livres e formalmente iguais, os dois possuidores de mercadorias, o móvel fundamental de um deles é a utilização da mercadoria que adquire para além do ponto em que esta funciona como formadora de valor, quando valores já existentes ressurgem numa nova mercadoria. O objetivo é alcançar a etapa da valorização, momento a partir do qual um novo valor é gestado.¹¹³ Cumprida a parte da jornada de trabalho em que o uso do capital variável se traduz num equivalente aos meios de subsistência do trabalhador, o tempo de trabalho posterior constitui mais trabalho, trabalho não pago, correspondente à geração de um valor novo, mais valor. Ao ultrapassar, portanto, a fronteira do que Marx denominou tempo de *trabalho necessário*, no qual se *reproduz* o valor do capital variável empregado, passa-se ao tempo do mais trabalho e está alcançado o propósito maior do comprador de força de trabalho, a *valorização* do valor. Até aí está configurada a produção do mais valor absoluto: o prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites do tempo necessário à produção dos meios de subsistência do trabalhador o que pressupõe apenas a subsunção formal do trabalho ao capital, mas que também constitui a base para a produção do mais valor relativo.

Para a consecução deste último é preciso reduzir o valor da força de trabalho, portanto encolher o tempo necessário à produção do equivalente aos meios de subsistência do trabalhador. Isto é, torna-se imperativa a ampliação do tempo excedente ou do *mais trabalho* via métodos que permitam produzir o equivalente ao valor da força de trabalho num espaço de tempo menor. Trata-se então, fundamentalmente, de mudanças no processo técnico com impacto no desenvolvimento da força produtiva do trabalho e que conduziram no passado à

¹¹³ “(...) - la valorización del valor - es su fin subjetivo, y sólo en la medida en que la creciente apropiación de la riqueza abstracta es el único motivo impulsor de sus operaciones, funciona él como capitalista, o sea como capital personificado, dotado de conciencia y voluntad”. MARX, 1978, p. 186.

passagem da subsunção formal à subsunção real. É neste momento que o avanço das forças produtivas desempenha papel crucial. Já não é suficiente prolongar a jornada, é preciso que esta assuma uma nova configuração. Ressalve-se que um dos caminhos utilizados para tanto é o aumento da intensidade do trabalho. Mas, caso isso seja concretizado com a utilização da mesma tecnologia de produção e a mesma organização do processo produtivo, daí decorre necessariamente um maior desgaste da força de trabalho o que levaria ou a uma elevação do valor da sua reprodução ou a um processo de superexploração. E nestas circunstâncias, o aumento da intensidade do trabalho encontrará sempre um limite.

De toda forma, o intercâmbio original, suposto de equivalentes, consiste no ponto de partida de outro futuro intercâmbio (suponhamos mais uma vez) de equivalentes, de magnitude ampliada. Os dois intercâmbios são intermediados por um processo de produção no qual se espolia *mais trabalho* ao produtor direto que, objetivado, assume a forma de *mais valor*.¹¹⁴ Este processo de produção de uma nova mercadoria no qual se consome a mercadoria originalmente intercambiada – a força de trabalho – e, por seu intermédio, ou seja, via consumo produtivo, os demais meios de produção é, ao mesmo tempo, processo de produção de mercadoria e de mais valor.¹¹⁵ Aí está consubstanciada a exploração da força de trabalho na configuração própria do modo capitalista de produção. Enquanto consumo de força de trabalho, a produção capitalista se corporifica, pois, naquele que na esfera da circulação era o vendedor de força de trabalho, força vital a ser posta em atividade para a formação e criação de valor.¹¹⁶ Acrescente-se, que embora teoricamente seja possível imaginar que todo o mais valor apropriado seja utilizado em consumo pelos capitalistas, esta hipótese não corresponde à realidade e está distanciada da lógica do sistema. De acordo com esta lógica, faz-se necessário transformar continuamente parte do novo valor gerado em capital, para que seu processo de reprodução se dê de forma ampliada e a acumulação possa se configurar num *continuum* de ciclos sucessivos em busca permanente do acrescentamento do mais valor.

O grau em que se dá a exploração ou o nível em que se verifica a apropriação do mais valor pelo capitalista se expressa na taxa de mais valor, dada pela proporção entre o mais valor e o capital variável ou, de forma análoga, pelo mais trabalho manifesto na razão trabalho

¹¹⁴ “Así como para comprender el *valor en general* lo decisivo es concebirlo como mero *coágulo de tiempo de trabajo*, como nada más que trabajo objetivado, para comprender el *plusvalor* es necesario concebirlo como mero *coágulo de tiempo de plustrabajo*, como nada más que *plustrabajo objetivado*”. *Ibid.*, p. 261.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 213.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 215.

excedente-trabalho necessário. Assim, se reflete diretamente na magnitude absoluta ou na massa de mais valor gerado, em última instância interesse maior do capitalista, que fará tudo para ampliá-la ao máximo.¹¹⁷ É este impulso cego para levar ao limite o mais trabalho e, portanto, o mais valor, o que constitui um dos traços distintivos da exploração capitalista e de sua vocação intrínseca à expansão sem fronteiras.¹¹⁸ E a tendência da produção de mercadorias de não utilizar mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário (em verdade tentar diminuí-lo) para a geração de determinado produto vai deixando de ser algo impulsionado pela concorrência, portanto externo à esfera estrita da produção, para transformar-se em elemento inerente à própria técnica utilizada no processo produtivo e por ela imposto.¹¹⁹

Supondo o pagamento da força de trabalho de acordo com seu valor, duas seriam as formas de incrementar-se a taxa social de exploração no modo de produção capitalista: através do aumento do mais valor absoluto ou do mais valor relativo,¹²⁰ não estando excluída a possibilidade de combinação de ambas. Não obstante, na busca pelo incremento do mais valor a ser apropriado pode-se admitir o rompimento do pressuposto da troca de equivalentes e o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor o que conduziria ao campo da superexploração. Este formato, baseado no intercâmbio de não equivalentes, violando, portanto, a lei do valor, sempre foi largamente utilizado, sobrevivendo na atualidade, sobretudo, mas não exclusivamente, no caso dos países dependentes. Ocorre através de mecanismos variados, mediante os quais se eleva a quantidade de mais valor a ser apropriado, seja de forma absoluta ou relativa. Esta última situação, ou seja, quando o trabalhador recebe menos que o valor de sua

¹¹⁷ “[...] *el capital tiene un solo impulso vital, el impulso de valorizarse, de crear plusvalor, de absorber, con su parte constante, los medios de producción, la mayor masa posible de plustrabajo*”. *Ibid.*, p. 279.

¹¹⁸ El capital no ha inventado el plustrabajo. Dondequiera que una parte de la sociedad ejerce el monopolio de los medios de producción, el trabajador, libre o no, se ve obligado a añadir al tiempo de trabajo necesario para su propia subsistencia tiempo de trabajo excedentario y producir así los medios de subsistencia para el propietario de los medios de producción [...]. Es evidente, con todo, que cuando en una formación económico social no prepondera el *valor de cambio* sino el *valor de uso* del producto, el plustrabajo está limitado por un círculo de necesidades más estrecho o más amplio, pero no surge *del carácter mismo de la producción una necesidad ilimitada de plustrabajo*. *Ibid.*, p. 282-283.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 420-421.

¹²⁰ *Dados la fuerza productiva del trabajo y su grado normal de intensidad, sólo es posible aumentar la tasa de plusvalor por medio de la prolongación absoluta de la jornada laboral; por otra parte, dados los límites de la jornada laboral, solo es posible aumentar la tasa del plus valor por medio del cambio relativo de las magnitudes de sus componentes, el trabajo necesario y el plustrabajo, lo que a su vez, si el salario no ha de descender por debajo del valor de la fuerza de trabajo, presupone un cambio en la productividad o intensidad del trabajo*. *Ibid.*, p. 620.

força de trabalho, implica, objetivamente, na impossibilidade de sua manutenção em *estado normal de qualidade*, ou seja, em deterioração da mesma.¹²¹

Da parte do capitalista, sempre se desenvolverão esforços no sentido de aproveitar ao máximo o valor de uso da mercadoria força de trabalho, mercadoria por ele adquirida - o que pressupõe seu direito de consumi-la. Assim, aumentar a jornada de trabalho, a intensidade com que esta jornada é cumprida e amplificar a produtividade do trabalho serão invariavelmente seus objetivos sendo próprios da lógica do sistema.¹²² Por outro lado, da parte do trabalhador, a luta econômica será desenvolvida no sentido de uma jornada de trabalho normal,¹²³ com um grau de intensidade normal, e pela apropriação, ainda que parcial, dos benefícios decorrentes do aumento da produtividade, o que poderá se refletir em uma melhora de suas condições de vida.

¹²¹ Alguns autores se baseiam em certas passagens de Marx para afirmar que o preço da força de trabalho só cai abaixo de seu valor quando é inferior ao valor dos meios de subsistência fisiologicamente indispensáveis. A interpretação adotada neste trabalho, apoiada no argumento de que os meios de subsistência necessários são determinados historicamente (interferindo fatores físicos, culturais e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas) é de que todo pagamento que não atenda a essa determinação, ainda que supere o valor das mercadorias minimamente indispensáveis, se situa abaixo do valor da força de trabalho e implica em sua deterioração ou desenvolvimento deficiente. Las necesidades naturales mismas – como alimentación, vestido, calefacción, vivienda, etc., - difieren según las peculiaridades climáticas y las demás condiciones naturales de un país. Por lo demás, hasta *el volumen de las llamadas necesidades imprescindibles*, así como la índole de su satisfacción, es un *producto histórico* y depende por tanto en gran parte del nivel cultural de un país y, esencialmente, entre otras cosas, también de las condiciones bajo las cuales se ha formado la clase de los trabajadores libres, y por tanto de sus hábitos y aspiraciones vitales. *Ibid.*, p. 208.

[...] *El límite último o límite mínimo del valor de la fuerza laboral lo constituye el valor de la masa de mercancías sin cuyo aprovisionamiento diario, el portador de fuerza de trabajo, el hombre, no puede renovar su proceso vital; esto es, el valor de los medios de subsistencia físicamente indispensables. Si el precio de la fuerza de trabajo cae con respecto a ese mínimo, cae por debajo de su valor, pues en tal caso solo puede mantenerse y desarrollarse bajo una forma atrofiada. Pero el valor de toda mercancía está determinado por el tiempo de trabajo necesario para suministrarla en su estado normal de calidad. Ibid.*, p. 210.

¹²² Os dois últimos para o capitalista individual se expressarão, em um primeiro momento, como mais valor extraordinário.

¹²³ *El capitalista cuando procura prolongar lo más posible la jornada laboral y convertir, si puede, una jornada laboral en dos, reafirma su derecho en cuanto comprador. Por otra parte, la naturaleza específica de la mercancía vendida trae aparejada un límite al consumo que de la misma hace el comprador, y el obrero reafirma su derecho como vendedor cuando procura reducir la jornada laboral a determinada magnitud normal. Tiene lugar aquí, pues, una antinomia: derecho contra derecho signados ambos de manera uniforme por la ley del intercambio mercantil. Entre derechos iguales decide la fuerza. Y de esta suerte, en la historia de la producción capitalista la reglamentación de la jornada laboral se presenta como lucha en torno a los límites de dicha jornada, una lucha entre el capitalista colectivo, esto es, la clase de los capitalistas, y el obrero colectivo, o sea, la clase obrera. Ibid.*, p. 281-282.

Formas exacerbadas de exploração estiveram presentes desde o início do capitalismo e nunca deixaram de existir. Ressurgem sempre, com roupagens novas ou antigas, através, da superexploração. Esta, como já mencionado, pode se expressar de diversas maneiras seja via mais valor absoluto ou relativo. Logo, pode surgir imbricada em um aumento da jornada ou da intensidade do trabalho em níveis superiores ao socialmente convencional; verificar-se por meio de condições de trabalho insalubres em diversos graus ou da exposição dos trabalhadores a altos níveis de risco e, por fim, manifestar-se pela utilização precoce da força de trabalho ainda em formação. Em situações mais extremas ocorre mesmo o resgate de condições de exploração da força de trabalho análogas à escravidão quando esta exploração se aproxima da taxa de salário mencionada por Adam Smith como *compatível com a existência animal*. Todos estes mecanismos, ao traduzirem formas radicalizadas de exploração, com alto nível de desgaste da força de trabalho, podem, inclusive, chegar ao ponto do comprometimento da recomposição física da força de trabalho e do encurtamento tanto de sua capacidade de trabalho, portanto de sua vida útil para o capital, como de sua vida, no sentido estrito do termo. De todo modo, implicam sempre no rebaixamento do nível de vida da classe trabalhadora ou de frações desta classe, já que a superexploração significa, em síntese, o avanço do capital sobre o fundo de consumo dos trabalhadores.

No caso de todas as questões relacionadas, continuam frequentes as práticas abusivas e aparecem, ainda que com nuances, mesmo no caso de sociedades em que a legislação é mais severa quanto a estes aspectos e a fiscalização é mais eficiente.

4.9 FORMAS NOVAS OU REVISITADAS DE SUPEREXPLORAÇÃO

A superexploração está frequentemente associada a maneiras de contratação, que por um lado fragilizam, inibem ou mesmo impedem a resistência dos trabalhadores e por outro dificultam o controle do não cumprimento das obrigações legais por parte do empregador. As mencionadas a seguir vêm se disseminando em diversas formações sociais, inclusive no interior dos próprios países imperialistas, com diferentes nuances e gradações, mas revelando-se sempre estruturalmente funcionais ao estágio presente de desenvolvimento do capitalismo. Em primeiro lugar aparece um fenômeno que, apesar de não constituir inteiramente uma novidade, chama muito a atenção, pelo aumento de sua amplitude e seu aprofundamento: a denominada terceirização. Como sabido, esta se expressa como uma modalidade de contratação em que, sob a capa do fornecimento de produtos ou da prestação de serviços entre empresas, trata-se de encobrir os reais vínculos de emprego: trabalhadores, independentemente de laborarem no

mesmo espaço físico e exercerem funções iguais ou similares, têm vínculos empregatícios e níveis de remuneração distintos.

Na prática constitui um processo de intermediação de força de trabalho que faz ressurgir, em proporções muito significativas, a categoria dos trabalhadores cujas relações contratuais com o proprietário dos meios de produção são indiretas, ainda que a este estejam diretamente subordinados. Em diversas situações esta intermediação é efetuada por empresas que aparecem travestidas de *cooperativas*, com o objetivo de beneficiar-se de um regime fiscal e trabalhista menos oneroso. O processo de terceirização avança inclusive no espaço de produção de não mercadorias, incluindo as próprias instituições governamentais. Em muitos casos, os mesmos trabalhadores são contratados pelas diversas empresas que se vão revezando através de processos licitatórios periódicos para prestação de serviços de limpeza, e segurança, mas também processamento de dados e outros. A significativa permanência dos mesmos trabalhadores após a contratação de empresas diferentes constitui um dos indicadores que demonstram não se tratar verdadeiramente de contratos de prestação de serviços, mas simplesmente de intermediação de força de trabalho.

As evidências que emergem das pesquisas realizadas sobre o tema e das estatísticas disponíveis revelam que a crescente utilização do mecanismo da força de trabalho dita *terceirizada* conduz à maior insegurança do trabalhador no emprego, ao radicalizar a temporalidade dos contratos de trabalho e facilitar os processos de dispensa, tornando o vínculo trabalhista ainda mais fluido e transitório. Esta maior facilidade de rompimento do contrato de trabalho torna, evidentemente, os trabalhadores mais vulneráveis e favorece a sistemática recriação do exército industrial de reserva. Além disso, todas as indicações são no sentido de que contribui para o rebaixamento dos salários e a maior exposição dos trabalhadores a risco de acidentes.

Outra modalidade em franco processo de expansão é o que se poderia chamar de terceirização extremada, em que uma única pessoa presta serviços a uma única empresa de forma continuada, através das empresas de dono único, ele próprio também o único trabalhador. Este constitui um caso curioso de empresa que só existe para que seu *dono* exerça a intermediação de sua própria força de trabalho. É a denominada *pejotização*: um tipo de contratação, em que trabalhadores (*peças físicas*) disponibilizam sua força de trabalho de forma subordinada e não eventual através de *pessoa jurídica* constituída para esse fim. O *empresário* é o próprio trabalhador, existindo variantes em que a *pessoa jurídica* é composta por mais de um sócio trabalhador e ainda situações em que se estabelece um verdadeiro comércio de notas fiscais entre a *pessoa jurídica* e os trabalhadores, que literalmente compram essas notas e as apresentam à empresa contratante. O objetivo é sempre camuflar relações de emprego, conferindo aparência de um contrato lícito a algo que, via desrespeito aos direitos

trabalhistas, reduz custos para a empresa empregadora. Processo similar pode ocorrer através da utilização da força de trabalho dos *autônomos*, também por uma única empresa e de forma continuada.

Cabe também destacar mais um fenômeno muito presente na atualidade e que traz consequências semelhantes ainda que por caminhos distintos, qual seja o chamado trabalho à distância, em grande parte dos casos realizado no domicílio do trabalhador. No caso destas práticas, o mesmo desenvolvimento tecnológico que, a partir da afirmação do capitalismo, concentrou e centralizou o capital reunindo grandes contingentes de trabalhadores no espaço fabril vem, ao romper outros limites, propiciando condições para, num certo sentido, trazer de volta o trabalho domiciliar ainda que sob novas características.

Apesar de algumas aparentes vantagens que poderiam advir para o trabalhador neste formato do processo de trabalho, como a propalada liberdade para a definição do horário pelo próprio trabalhador, além da também muito citada economia do tempo de deslocamento, há que considerar uma série de implicações em termos da extensão e intensificação da jornada de trabalho. Acrescente-se o comprometimento do espaço doméstico e da vida privada pessoal e familiar, cuja fronteira com o mundo do trabalho perde nitidez, considerando que a grandeza da jornada deixa de ter qualquer referência e acaba por adquirir tal fluidez que o trabalhador passa ao estado de permanente disponibilidade, afetando todas as demais dimensões de sua vida. Esta imprecisão do tamanho da jornada evidentemente borra a existência de eventuais horas extras relativamente ao que representa a tempo médio socialmente delimitado, tendendo, na prática, a ampliar o mais valor apropriado.

Além disso, há que considerar a questão do isolamento que tende mais uma vez a dificultar a organização e a resistência dos trabalhadores e, conseqüentemente, os embates da luta de classes, ainda que isso possa ser relativizado pelas facilidades resultantes do avanço dos meios de comunicação. Certamente este formato, na grande maioria dos casos, reduz os custos referentes ao capital constante como espaço físico e equipamentos, dentre outros, economizando meios de produção para o capitalista os quais passam, integral ou parcialmente, a ser de responsabilidade do próprio trabalhador. Nesta modalidade, portanto, o trabalhador detém parcialmente a posse ou mesmo a propriedade dos meios de produção, mas não detém o controle do processo de trabalho e muito menos o domínio do conjunto do processo produtivo. Segue sendo um trabalhador parcial. Segue sendo um vendedor de força de trabalho seja qual for a modalidade de pagamento estipulada. O fato de que o capitalista abre mão do monopólio estrito de parte dos meios de produção só acontece porque isso favorece tanto a redução dos seus custos quanto o aumento do mais valor a ser apropriado, ao mesmo tempo em que em nada afeta o seu controle sobre o conjunto do processo produtivo.

Dentre as formas mais recentes adotadas para disfarçar a relação de compra e venda de força de trabalho destacamos uma que se encontra em franco processo de disseminação. Trata-se de um formato ligado à utilização dos novos desenvolvimentos tecnológicos na área de aplicativos, especialmente para a prestação de serviços. Através destes aplicativos, instalados em plataformas digitais, o trabalhador, que eventualmente também aqui precisa deter a propriedade ou a posse de parte dos meios de produção (equipamentos e/ou insumos), assume a aparência de *cliente* através do uso de um *software* de propriedade do capitalista o qual viabiliza a prestação de algum tipo de serviço. Este formato vem se disseminando rapidamente em várias áreas sendo bem conhecidos por mais antigos, aqueles que ligam trabalhadores, que em essência são motoristas de taxi, a usuários destes serviços. Mas formato similar se difundiu em várias direções não só no transporte de passageiros, mas também na entrega de mercadorias as mais diversas e em outros tipos de prestação de serviços.¹²⁴ Também aí, a despeito do trabalhador arcar com parcela, em alguns casos majoritária, dos custos relativos aos meios de produção, o controle da atividade produtiva permanece inteiramente sob o domínio do capital uma vez que este monopoliza elementos críticos para o processo de produção.

Em alguns destes casos (*Uber*) o uso dessa tecnologia se internacionaliza e os países usuários do serviço passam a enviar renda ao exterior para que seus cidadãos se locomovam de forma análoga àquela proporcionada pelos tradicionais taxis. Mencione-se também que muitas vezes a propriedade de parte essencial dos meios de produção sequer é detida pelo trabalhador, mas por terceiros – no caso do serviço de transporte de passageiros o carro, com frequência, pertence a locadoras de automóveis. Mas, de qualquer modo, o custo da locação recai sobre o trabalhador, reforçando a tendência à redução do que ele realmente recebe pelo uso da sua força de trabalho.

Estas são algumas de uma gama de modalidades idealizadas e praticadas para reduzir custos de produção encobrendo as verdadeiras relações de compra e venda da força de trabalho e/ou escapando de despesas decorrentes da legislação. De toda forma, seja via dispersão dos trabalhadores seja via interposição de intermediários entre o trabalhador e o real explorador da força de trabalho, a segmentação das formas de contratação atua sempre no sentido de quebrar os laços entre os trabalhadores, diluir sua percepção de interesses comuns e corromper a solidariedade de classe. Isto certamente implica em fragilizar a posição dos trabalhadores na

¹²⁴ Essa disseminação acabou levando a que fosse cunhada a expressão *uberização do trabalho* em referência à empresa pioneira nesse formato.

luta de classes e enfraquecer a sua capacidade de resistência. Ressalve-se que isso não muda em nada o sentido maior da concentração e da centralização do capital.

Cabe ainda considerar a questão do aprofundamento da divisão do trabalho que, advindo do desenvolvimento das forças produtivas é revolucionado em fins do século XVIII. A partir daí, e em todo o transcurso da evolução do modo de produção capitalista, esta divisão se intensifica, inicialmente baseada em acentuado processo de mecanização de funções, particularmente na indústria, mas alcançando também a agricultura e a própria prestação de serviços. Isso, por um lado tende a reduzir progressivamente e, em alguns casos, até mesmo eliminar a execução de tarefas extenuantes com alto grau de exigência de esforço físico e, por outro, a simplificar e compartimentar as diversas operações do processo de trabalho. Neste movimento, as novas tecnologias vão alterando a conformação da atividade produtiva nos vários setores e o conjunto do processo de trabalho como que se dissolve em partes constitutivas tornadas repetitivas e desprovidas de criatividade o que provoca desgaste físico e mental de outra natureza, mas não por isso, menos exaustivo. Mas simplificar e compartimentar é também, normalmente, o passo inicial da paulatina substituição da força de trabalho pela máquina.

Este movimento vai se aprofundando cada vez mais, conduzido por dois processos concomitantes e inter-relacionados. Por um lado o avanço da concentração e centralização do capital e por outro o desenvolvimento tecnológico. Da força motriz mecânica se passa à eletromecânica e à introdução em larga escala do *taylorismo* e do *fordismo*, cujas primeiras formulações e experiências concretas surgem entre o final do século XIX e o início do século XX. A aplicação dos princípios que embasam estes movimentos, sobretudo os do fordismo, consolida-se no pós 2ª Guerra Mundial quando a sobreposição da máquina no comando do processo de trabalho atinge seu ápice considerando-se os limites tecnológicos de então. As transformações afetam a força motriz, os instrumentos de trabalho e os próprios materiais ou o objeto do processo de trabalho, evidentemente com diferenças na intensidade a depender do ramo de produção.

Registramos mais uma vez que o principal fio condutor do que viria a configurar-se como *taylorismo*, ou seja, a eliminação do chamado tempo morto do processo de trabalho já havia sido visualizado por Marx ao analisar as alterações introduzidas na passagem do artesanato para a manufatura.¹²⁵ Marx identificou a existência de *poros* na jornada de trabalho decorrentes de

¹²⁵ MARX, 1978, p. 414; 418 e 420.

interrupções para as necessárias mudanças de lugar ou de instrumento de trabalho, visando a execução dos diversos processos parciais próprios do artesanato. A divisão do trabalho e especialização de tarefas incorporadas pela manufatura tenderiam então a reduzir ou mesmo eliminar parte importante destes *poros*. Evidente que a maior produtividade decorrente desta eliminação implica, o que também foi evidenciado por Marx, numa maior intensidade do trabalho e, portanto, em maior desgaste da força de trabalho inclusive pela característica repetitiva inerente a esse tipo de especialização.

Conquanto tenha sido implementado em condições históricas distintas e sobre bases tecnológicas mais avançadas, é exatamente a eliminação destes *poros* o objetivo perseguido pelo *taylorismo* através do que seria a combinação ideal entre *tempo* e *movimento*. Ou, na formulação do próprio Taylor via mudança da *administração empírica* para a *administração científica do trabalho*¹²⁶ que também retira do trabalhador funções relativas ao planejamento do seu trabalho. Embora Taylor afirme que sugestões dos trabalhadores deveriam ser avaliadas - sempre via *métodos científicos* - a própria lógica do modelo de padronização dos instrumentos, do material e dos movimentos bloqueia a ingerência dos trabalhadores na definição de como desenvolver as tarefas que lhes são apresentadas de forma pré definida em todos os detalhes.

Alterações decorrentes do esgotamento da matriz *taylorista/fordista* revertem o quadro em alguma medida e num certo sentido e propiciam o advento de um novo formato de organização do processo de trabalho, o *toyotismo*, o qual, ainda que com variações em estruturas produtivas distintas, foi componente importante da instauração de um novo padrão de reprodução do capital.

A propensão a revolucionar constantemente as formas de produzir e, portanto, o processo de trabalho é uma das faces do capitalismo a partir da Grande Indústria que o distinguem dos modos de produção anteriores.¹²⁷ Na atualidade, a natureza da questão persiste. Mudam evidentemente suas configurações. Ao lado da passagem à fase da microeletrônica, da robótica,

¹²⁶ TAYLOR, 1990.

¹²⁷ *La industria moderna nunca considera ni trata como definitiva la forma existente de un proceso de producción. Su base técnica, por consiguiente, es revolucionaria, mientras que todos los modos de producción anteriores eran esencialmente conservadores. La industria moderna, mediante la maquinaria, los procesos químicos y otros procedimientos, revoluciona constantemente, con el fundamento técnico de la producción, las funciones de los obreros y las combinaciones sociales del proceso laboral.* MARX, 1978, *op.cit.*, p. 592-593. Já no Manifesto do Partido Comunista Marx e Engels chamavam a atenção para a necessidade da burguesia de revolucionar continuamente os instrumentos de produção, as relações de produção e, logo, todas as relações sociais.

da biotecnologia e da nanotecnologia, convive-se com a realidade, as perspectivas e as possibilidades abertas pelo avanço dos meios de transporte e, sobretudo, pela revolução nos meios de comunicação propiciada pela informática e pela internet. O uso desta última, ao generalizar-se, acarreta profundas implicações sobre as formas de produzir e os processos de trabalho, portanto sobre as condições de exploração da força de trabalho. E sua difusão acaba por afetar todos os âmbitos da vida, logo o conjunto das relações sociais. Constituindo-se num pré-requisito do próprio toyotismo, os novos meios de comunicação, ao permitirem a flexibilização de uma infinidade de procedimentos, reforçaram e aprofundaram as ameaças às já limitadas condições de estabilidade e segurança dos contratos de trabalho.

Mas o avanço da informatização cria também a possibilidade de acúmulo e uso de informações de natureza diversa sobre o funcionamento das empresas e o comportamento das pessoas. Estas informações acumuladas e transformadas em mercadoria acabam por ser utilizadas para fins que podem se distanciar daqueles para os quais foram originariamente prestadas. A situação torna-se mais grave se considerarmos que, em muitos casos, são captadas sem o consentimento e mesmo sem o conhecimento daquelas entidades ou indivíduos aos quais se referem. De todo modo, a assimetria na sua posse abre um fosso de dimensões inéditas entre capital e trabalho, entre distintos segmentos do capital e inclusive entre países com diferentes inserções na divisão internacional do trabalho, com amplas consequências de natureza econômica, política e social. O controle do conhecimento científico aliado ao domínio de dados quantitativos e qualitativos acerca de pessoas, instituições e grupos sociais específicos constitui, nos dias atuais, fator importante para o grande capital internacionalizado.

O desenvolvimento tecnológico vai tornando desnecessárias funções até então dependentes do uso da força de trabalho humana, que passam a ser executadas, crescentemente, pelo automatismo da máquina. O capital, porém, segue convertendo em desperdício, ao tornar prescindível a força de trabalho em si, o potencial para um novo tipo de trabalho proporcionado pelo avanço das forças produtivas. Utilizando este avanço para o aprofundamento da exploração, retarda o desenvolvimento integral do homem, especialmente do trabalhador, - que em parte se torna ocioso e em parte enfrenta uma carga de trabalho excessiva. Mantém, portanto, a tendência a converter em relativamente supérfluo o uso da força de trabalho e a dilapidar parte significativa do potencial social de alternativas da força de trabalho de colocar-se em atividade.

Na fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo acentua-se também o fenômeno do crescimento absoluto e relativo da produção de serviços, sejam estes acoplados à produção material ou não. Este crescimento do setor terciário, ou a *terciarização* da economia, está, por sua natureza, relacionado a duas das especificidades do atual aumento da produção dos ditos

intangíveis ou imateriais com particular importância em termos de impactos sobre a exploração da força de trabalho:

1) de um lado, no caso de segmentos de ponta em que a inovação e o conhecimento novo são centrais (caso de produtos informacionais, por exemplo), esta cada vez maior intangibilidade da produção vem acompanhada por uma *invisibilidade* do trabalho ou mesmo pelo *não trabalho*. A transformação, em grande escala, da *informação* e do próprio *conhecimento* em mercadorias encontram-se no centro desse processo. Ainda que apresente características distintas, podemos englobar nesse grupo a mercantilização progressiva de patentes e marcas que pode vir associada ao processo de terceirização;

2) de outro lado, o atual padrão de acumulação financeirizado tem como um de seus pilares a hipertrofia do setor financeiro em nível mundial, com a convergência massiva para este setor de fluxos de natureza financeira que em parte significativa expressam a transferência de parcela gigantesca do excedente gerado passando aí o capital a valorizar-se de forma fictícia.

Ressalte-se que estes fenômenos alimentam de forma distinta, mas ambos, em níveis muito elevados, a prática do rentismo. Registre-se, ainda, que isso ocorre num contexto de mudanças importantes na divisão internacional do trabalho e, no que concerne à força de trabalho, estas características conduzem a alterações ainda pouco estudadas no âmbito do próprio trabalho produtivo, ao tempo em que o trabalho improdutivo se amplifica e ganha relevância.

4.10 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Ainda de acordo com Marx, a força de trabalho no modo de produção capitalista, conquanto constitua uma mercadoria com características *peculiares*, tem seu valor, como qualquer outra, determinado pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção ou reprodução. Isso significa que, em função do duplo caráter do trabalho, este valor se altera em consequência de variações na quantidade de trabalho concreto despendido, ou seja, pelo desenvolvimento do processo técnico material da produção. No caso desta mercadoria especial – a força de trabalho – isso é medido através do valor dos meios de subsistência necessários e historicamente determinados, para manter seu possuidor em condições normais de vida e saúde. Ao colocar sua força de trabalho em movimento, ao despendar energia, portanto, o trabalhador experimenta um desgaste físico e mental que necessita ser repostado e para prover esta reposição deve consumir meios de subsistência. O acesso a estes meios é, pois, condição necessária para conservar a sua mercadoria - a força de

trabalho -, preservando os requisitos básicos para voltar a ser vendida e utilizada normalmente e seu possuidor ou portador com capacidade para reproduzir-se como tal, ou seja: com *el nivel medio de capacidad, destreza y prontitud prevaleciente en el ramo en que se emplea*.¹²⁸ Para que isso aconteça o trabalhador recorre ao seu fundo de consumo, ou seja, ao equivalente recebido em razão da venda de sua força de trabalho.

Para além das necessidades estritamente físicas de conservação da força de trabalho (que também variam de acordo com as condições ambientais às quais o trabalhador está submetido) há que ter em conta a historicidade do conceito. Trata-se da reprodução da força de trabalho com as características em que esta é requerida, em um modo de produção específico, em um dado momento de sua evolução e em uma formação social particular, o que significa que estão incluídos elementos de natureza cultural, hábitos e aspirações aí sedimentados. Agregue-se que para ser possível ao trabalhador modificar a sua força de trabalho, no sentido de adquirir determinadas habilidades, se faz necessária certa formação a qual também exige uma soma variável de equivalentes em mercadorias. Dessa forma, o valor da força de trabalho incorpora o valor dos elementos necessários para a sua reprodução enquanto força de trabalho social média e, por conseguinte, sua variação acompanha a da magnitude do tempo de trabalho requerido para a produção dos seus meios de subsistência assim delimitados.

Pela condição de troca de equivalentes, a exploração deveria ocorrer de forma tal, que o excedente apropriado não viesse a constituir impedimento a que o salário pago fosse suficiente para a *normal* reprodução da força de trabalho em circunstâncias econômicas, sociais e culturais dadas. O trabalhador livre aliena sua mercadoria – a força de trabalho – via mecanismos contratuais e por um período determinado, no decorrer do qual o direito ao seu uso, ou ao seu consumo, é transferido ao comprador – o capitalista. Findo esse período, o trabalhador, que terá recebido o valor correspondente a seus meios de subsistência, pode adquiri-los para satisfação de seu *consumo individual*, mantendo-se deste modo em condições e apto para prosseguir com um novo ato de venda. Aqui cabe destacar a temporalidade da venda inicial: trata-se da alienação da força de trabalho por um período estipulado¹²⁹ e cujo preço deveria ser suficiente

¹²⁸ MARX, 1978, p. 237.

¹²⁹ (...) *Para que perdure esta relación es necesario que el poseedor de la fuerza de trabajo la venda siempre por un tiempo determinado [...] no renunciando, por tanto con su enajenación a su propiedad sobre ella. Ibid., p. 204.*

para a recomposição, a cada jornada, das suas *condições normais de vida e saúde*, ou seja, para que o trabalhador se reproduza enquanto tal.

Ademais da conservação de sua própria força de trabalho individual, o trabalhador deve deter condições para prover o mercado de trabalho de seus substitutos.¹³⁰ Então, precisa reproduzir-se não apenas enquanto indivíduo singular dotado de força de trabalho, mas também enquanto classe social. Trata-se de seres humanos cuja vida é naturalmente finita. Mas é também finita no tempo a sua capacidade de trabalho. Há, pois, que considerar o tempo de vida do homem e, fundamentalmente, o tempo de vida útil (para o capital) do trabalhador. Findo o segundo, cada trabalhador deve ser substituído por outro indivíduo com qualidades idênticas: um novo proprietário da mercadoria força de trabalho, desprovido das condições gerais que lhe permitiriam reproduzir-se de forma independente. Disso depende a manutenção das relações capitalistas de produção e de sua forma de extração e apropriação de excedente. Em síntese, o conjunto dos trabalhadores tem sempre que prover o sistema, através de suas forças vitais, de uma nova geração de trabalhadores que atenda às necessidades do processo de acumulação.¹³¹

A partir desta base, como visto, o próprio funcionamento do sistema é capaz de elevar a oferta de força de trabalho via alargamento do exército industrial de reserva, processo situado à margem do crescimento vegetativo da população. Além disso, em determinadas circunstâncias, o capital pode induzir, utilizando mecanismos diversos, a elevação da oferta de força de trabalho redistribuindo grupos populacionais através de processos migratórios, seja de natureza rural-urbana, seja a partir de deslocamentos populacionais entre regiões ou entre países. Em outras conjunturas, pode interessar ao capital barrar estes fluxos impedindo um crescimento excessivo do exército industrial de reserva e controlando problemas de natureza política e social decorrentes deste excesso.

Desde seu advento, o capital lançou mão da exploração do trabalho feminino e infantil enquanto força de trabalho mais vulnerável e, portanto, mais barata. No que diz respeito ao progressivo ingresso das mulheres no mercado de trabalho, isso representa, em parte muito significativa dos casos, a participação de um segundo membro da família repartindo a responsabilidade pelo provimento da reprodução do núcleo familiar o que acaba por rebaixar o

¹³⁰ *Ibid.*, p. 207-210 e 237.

¹³¹ “(...) *hay que incluir en el coste de producción de la fuerza de trabajo simple el coste de procreación que permite a la clase obrera estar en condiciones de multiplicarse e de reponer los obreros agotados por otros nuevos.*” MARX, Karl. *Trabajo asalariado y capital*. Moscou: Editorial Progreso, 1975b. p. 77.

valor da força de trabalho individual. Ressalve-se, contudo, as diferenças de preço ainda hoje praticadas no mercado entre as forças de trabalho do homem e da mulher. Considerada pelo próprio Marx, em várias passagens de sua obra, como força de trabalho suplementar, mesmo as críticas à forma de exploração do trabalho da mulher ocorreram inicialmente, de forma marcante, sob a luz de argumentos de ordem moral. De todo modo, a participação da mulher no mundo do trabalho, ainda que de maneira discriminada e, portanto, sujeita a um grau de exploração mais elevado, contribuiu para abrir perspectivas para o surgimento de um novo tipo ou de novos e superiores tipos de família, com relações de gênero mais igualitárias entre seus componentes. A maior autonomia econômica conquistada pela mulher via inserção mais ampla no mundo do trabalho é, seguramente, um fator que, apesar de todos os condicionantes mencionados anteriormente, atua no sentido da redução da desigualdade de gênero nas relações sociais.

Ressalve-se que o próprio capitalismo concorreu para mudanças, ainda que lentas, na estrutura dos núcleos familiares que tendem a adaptar-se à base econômica que lhes corresponde. De todo modo, particularmente em contextos sociais específicos, como no caso do Brasil, é ascendente o número de famílias cuja formação foge ao tradicional perfil patriarcal, sob o qual o capitalismo germinou e que permaneceu dominante mesmo após o florescimento da Grande Indústria. Em especial, vem ganhando representatividade o número de famílias em que uma mulher é o único membro adulto e também o único responsável pelo provimento da subsistência familiar, o que acarreta consequências importantes na reprodução da força de trabalho, considerando a prática de pagamento de salários inferiores quando se trata do trabalho feminino. Nesse caso, o nível de exploração mais acentuado do trabalho da mulher tem rebatimentos diretos na reprodução da força de trabalho, tendendo a afetar negativamente as novas gerações de trabalhadores.

Aqui é importante considerar, que dentre as peculiaridades ou singularidades da mercadoria força de trabalho, está o fato óbvio de que sua produção e reprodução ocorrem originalmente de forma externa aos processos de produção e circulação das mercadorias em geral, esferas nas quais penetra quando ao assumir-se como mercadoria, objeto de troca, pois, converte-se, a seguir, em objeto de consumo para a formação e criação de valor. Ou seja, a força de trabalho enquanto tal não é produzida na qualidade nem com o intuito de ser mercadoria, mas em mercadoria se transforma quando o seu portador se encontra na condição de incapacidade de sua reprodução sem que a aliene. O que se busca mais uma vez ressaltar é que a reprodução da força de trabalho com o caráter de mercadoria decorre de condições históricas específicas e, portanto, de circunstâncias inerentes a modos de produzir particulares.

A transformação da força de trabalho em mercadoria, valor de uso para o capital, significa que sua reprodução deve ocorrer nesses mesmos termos. Ou seja, ao capital diz respeito, só e

somente só, a reprodução da força de trabalho útil ao processo de acumulação. Nesse sentido interessa que o trabalhador esteja *sadio* para o trabalho e *educado* para o trabalho, ou seja, apto para suprir as necessidades do processo de acumulação. Mas não é possível esperar do capitalista individual iniciativas de adoção de medidas, mesmo nesse sentido, que não sejam em escala diminuta ou absolutamente específicas de acordo com os interesses singulares do seu empreendimento.

A ligação do comprador de força de trabalho com a sua reprodução acontece estritamente na medida do seu interesse no uso dessa mercadoria específica. As aptidões requeridas da força de trabalho variam historicamente e o sentido dessa variação acompanha de perto o desenvolvimento da tecnologia sendo ambos componentes do avanço das forças produtivas. É assim que, para além do consumo dos elementos minimamente indispensáveis à sobrevivência física, na reprodução da força de trabalho estão incluídos outros componentes social e historicamente determinados. Dentre estes sobressaem a *educação* para o trabalho que, do ponto de vista do capital, pode ser restrita à absorção de um conjunto de informações e de formação de habilidades e atitudes que permitam a adaptação do trabalhador a um ou a alguns segmentos do mundo do trabalho. O foco do comprador está, pois, sempre no treinamento, na técnica, atendo-se a formação geral apenas àqueles elementos mínimos que permitam ao proprietário da força de trabalho movimentar-se no ambiente social em que está inserido em conjunturas históricas particulares.

Ademais, interessa ao capital a formação de indivíduos disciplinados e tendentes a aceitar sem maiores questionamentos as condições sociais vigentes como aquelas mais adequadas ao bem estar geral. Além disso, particularmente em alguns setores produtivos, impõe-se a valorização ideológica do *mérito* desconsiderando a dessemelhança das condições individuais de partida em sociedades desiguais. E acrescente-se que, ao adotar procedimentos pontuais que venham a favorecer as condições de reprodução da força de trabalho, estas medidas são amplamente utilizadas para a projeção positiva da imagem da empresa.

Excetuando-se uma quantidade ínfima de trabalhadores dentre os quais aqueles dedicados à produção de inovações e conhecimento, de um modo geral, o que o capitalista busca no mercado de trabalho é o trabalhador cuja *educação* voltou-se, em grande medida, para o aprendizado da execução disciplinada de tarefas em detrimento de uma compreensão que estimule o questionamento do porque e para que estas tarefas devem ser executadas. Esse conjunto de informações visando a construção das aptidões necessárias é, de modo geral, transmitido através de diversas modalidades de cursos técnicos e profissionalizantes que em parte importante dos casos, voltam-se precipuamente para o repasse de conhecimentos necessários ao processo de trabalho. Fica em segundo plano a formação de indivíduos dotados de poder criativo e capacidade crítica, reforçando o alheamento do trabalhador em relação ao

seu trabalho. Trata-se do absoluto predomínio, como regra, da prática sobre a teoria, inclusive enquanto instrumento de controle ideológico. Anos de dedicação ao ensino superior deixaram clara a preocupação verbalizada por parte muito significativa dos estudantes com a necessidade de formação dirigida à inserção no mercado de trabalho. Esta preocupação é reveladora do quanto a lógica do sistema penetra ideologicamente na atitude mental daqueles que em suma se constituem, e assim se comportam, como objeto da estrutura educativa. Em verdade, o principal problema de tal preocupação é a frequência com que ela se apresenta de forma distorcida, confundindo educação, e mesmo formação, com treinamento para o trabalho.

Felizmente não existe a possibilidade de adestramento completo da mente humana e algo sempre escapa, mas a atuação das instâncias organizadas de defesa dos trabalhadores é aqui essencial. Para além desse ponto, o capitalista se interessa, evidentemente, pela valorização do seu capital através da produção dos diversos elementos que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores. Aí o processo de produção mercantil que busca valorização avança indiferente às características intrínsecas dos bens e serviços consumidos pelos trabalhadores, inclusive aqueles que dizem respeito à saúde e à educação, por exemplo.

De toda forma, o desenvolvimento da mecanização e posteriormente da automação da produção, ao minimizar o papel da condição física, contribuiu para a substituição do trabalho do adulto pelo juvenil e do homem pelo da mulher e, em muitos casos, o trabalho qualificado pelo não qualificado, mediante o rebaixamento do valor pago. Além disso, no período mais recente, a rapidez com que se modificam os processos produtivos automatizados causa, sobretudo em alguns segmentos e em algumas funções, o *envelhecimento* precoce dos trabalhadores no sentido de que as gerações mais *idosas* tendem a ser substituídas por trabalhadores mais jovens com maior facilidade de adaptação às novas tecnologias.

O problema apresenta ainda maior gravidade no caso do trabalho infantil e juvenil, também generalizadamente mais barato. Aí são ignoradas as consequências da incorporação precoce ao processo de trabalho de indivíduos ainda em fase de formação ou mesmo de crescimento, sendo óbvias as implicações no sentido de impedir ou dificultar seu amadurecimento sadio. Pela própria evidência do alto risco de uma reprodução atrofiada da força de trabalho decorrente desse tipo de superexploração, esta foi, desde muito cedo, objeto de luta dos trabalhadores sendo uma das primeiras questões a constituir alvo de regulamentação. Isso, no entanto, não impediu a sua persistência e ainda hoje, ocorre a utilização do trabalho infantil e especialmente juvenil, em parte dos casos disfarçado em processo de aprendizagem. Na prática, segue frequente a exposição aos riscos e à disciplina do trabalho e, conseqüentemente, ao perigo de comprometimento da saúde física e mental de organismos e estruturas psíquicas ainda em formação. Estas práticas, além de roubar tempo que poderia ser utilizado para processos formais de educação, acarretam também o cerceamento de

oportunidades de desenvolvimento de experiências mais livres, essenciais a todos, mas ainda mais fundamentais nesta fase da vida.

4.11 ESTADO E FORÇA DE TRABALHO

A forma como se consubstancia a exploração no modo de produção capitalista foi definida por Marx como aquela em que deixam de ser necessários métodos de coerção extraeconômica. A dominação se efetivaria através da igualdade formal. O trabalhador e o capitalista seriam, nesse sentido, pessoas juridicamente iguais. São ambos proprietários de mercadorias e livremente as intercambiam. É essa igualdade, puramente formal, que de fato expressa uma relação de exploração e uma *contradicción irreconciliable de clases*, que torna imprescindível uma instância de dominação que se situe *por encima de la sociedad* e que, atuando como guardião da reprodução do capital em geral, esteja – também formalmente – separada da classe dominante. Assim é que, como componente da reprodução do capital, a exploração da força de trabalho e sua reprodução enquanto mercadoria passam pela mediação do Estado.

Então, ao tratar de questões relativas aos processos de exploração e reprodução da força de trabalho, há que introduzir, de imediato, o papel desempenhado pelo Estado capitalista nesse âmbito. A presença do poder estatal se expressa tanto no que diz respeito ao funcionamento do mercado de trabalho quanto no sentido de mediar, mantendo ou repactuando a partir da correlação de forças vigente em cada conjuntura, as condições de exploração e reprodução da força de trabalho.

Formalmente separado das classes sociais, o Estado se diferencia e se autonomiza em termos relativos dos interesses imediatos de capitalistas individuais ou de frações do capital embora, em última instância, esteja a seu serviço. Mas, para agir no sentido da preservação e desenvolvimento do sistema no longo prazo, cabe ao Estado colocar limites à atuação do capital tanto no que diz respeito ao funcionamento do mercado de trabalho, como em relação à exploração e reprodução da força de trabalho, além de eventualmente assumir a disponibilização de componentes dos meios de subsistência dos trabalhadores. Nesta perspectiva, sua ação absorve também pressões advindas da classe trabalhadora cuja resistência se manifesta de várias maneiras e cujo acirramento pode, no limite, colocar em risco a estabilidade do funcionamento do sistema. Na realidade, não só a luta de classes, como também as tentativas de resolução dos conflitos econômicos e políticos, sobretudo pela repartição do

mais valor,¹³² entre as distintas frações da burguesia, têm na esfera do Estado e na formulação e utilização das políticas públicas uma de suas expressões fundamentais. É nesse âmbito que se expressa, nas distintas formações sociais e diferentes conjunturas a composição de forças do bloco no poder e o exercício da hegemonia por parte de frações que participam dessa composição.

Assim que, já no processo de afirmação do capitalismo como modo de produção dominante, foi através do poder coercitivo do Estado que ocorreu a imposição de toda uma legislação, que inicialmente favorecia o desapossamento de parcela significativa da população dos mecanismos que lhe viabilizavam prover suas próprias condições de subsistência. A ação do Estado foi então crucial tanto para a criação de condições para a transformação da força de trabalho em mercadoria, como para a concomitante formação do mercado de trabalho. Uma vez criados uma massa de trabalhadores livres para o assalariamento e o ambiente de sua comercialização – a mercadoria e seu mercado - o Estado também atuou firmemente para forçar a submissão à disciplina capitalista no processo de trabalho. Isso incluiu a destruição de hábitos arraigados e próprios de formas pré-capitalistas de produção como a irregularidade no tempo de utilização da força de trabalho e as conhecidas penalizações pelo não trabalho. No que se refere ao pagamento pelo uso da força de trabalho, os primeiros atos legais relativos à regulamentação dos salários tratavam não de resguardar um mínimo salarial, mas de estabelecer um salário máximo. Este tipo de medida, aliado aos processos inflacionários da época, conduziu a um sistemático e prolongado rebaixamento dos valores recebidos pelos trabalhadores e, conseqüentemente, de suas condições de vida. Integraram também a legislação do período várias leis contrárias à formação de organizações representativas dos trabalhadores.

Posteriormente, e frente à resistência e às primeiras lutas travadas pelos trabalhadores, o Estado passou a atuar através de disposições que tratavam de coibir as formas mais selvagens de exploração, inicialmente fixando a extensão da jornada de trabalho e regulamentando, como já mencionado, a exploração do trabalho feminino e infantil. Acompanhando a fixação da jornada de trabalho foram também estabelecidas algumas cláusulas sanitárias, ainda que muito insuficientes, com preceitos que visavam reduzir a incidência de doenças. Começam também a ser adotadas algumas medidas de proteção em razão do uso da maquinaria mais perigosa e ensaiados os primeiros passos no sentido do estabelecimento de um salário mínimo legal, ainda

¹³² “*El obrero emplea más de la mitad de su jornada laboral para la producción de un plus valor que diversas personas distribuyen entre sí con distintos pretextos.*” MARX, 1978, p. 265.

que de forma parcial. Particularmente no caso do trabalho infantil aparecem algumas imposições mais restritivas ao seu uso, inclusive exigências no sentido de aliar trabalho e frequência à escola, buscando reduzir os prejuízos decorrentes da inserção precoce no mercado de trabalho.¹³³

Registramos, mais uma vez, que no caso das mulheres, as restrições estabelecidas sobre o uso da sua força de trabalho contemplavam com frequência argumentos de natureza moral, presentes na própria crítica formulada por Marx. Ao lado da legislação, nos países onde o desenvolvimento capitalista se instalou originariamente, em especial na Inglaterra, foi montada, também no âmbito do Estado, uma estrutura de fiscalização e controle da aplicação das leis. Mas sua dimensão e poder efetivo sempre estiveram longe de ser satisfatórios para enfrentar a dimensão do problema, ensejando a utilização de todo tipo de burla. A situação, em grande parte, persiste nos dias atuais ainda que, evidentemente, com diferenças decorrentes das novas circunstâncias nas condições econômicas, sociais e políticas; do próprio desenvolvimento tecnológico e dos avanços históricos decorrentes da luta de classes.

Daí em diante, e em todo o processo de evolução do capitalismo, a legislação voltada para a regulamentação das condições de compra e venda da força de trabalho que define, em grande parte, os limites legais da sua contratação, exploração e dispensa constituiu terreno de acirrada disputa. Varia em conjunturas históricas distintas, comportando avanços e retrocessos de acordo com a correlação de forças vigente, o que afeta tanto os contornos da legislação propriamente dita, quanto a sua aplicação. No âmbito estatal, a ação no que se refere à comercialização e uso da força de trabalho se faz sentir, pois, principalmente: i) através da atividade legislativa ii) mediante o empenho ou inércia no sentido de garantir o cumprimento da lei e iii) na intensidade com que o uso da força se faz sentir para coibir os movimentos dos trabalhadores.

Este trabalho busca verificar, no caso do Brasil, a conexão entre o processo de internacionalização do capital, particularmente em momentos de sua intensificação, e as políticas implementadas pelo Estado buscando restringir eventuais ganhos já conquistados pelos trabalhadores. Voltamos a destacar que, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, num contexto de mudanças muito importantes nas formas de produzir às quais se vinculam a aplicação de medidas de caráter *neoliberal*, o capital vem ganhando força no que diz respeito à retirada de direitos anteriormente conquistados pelos trabalhadores - tanto em

¹³³ *Ibid.*, p. 924-926.

países imperialistas como em países dependentes. A aplicação do que ficou conhecido como *neoliberalismo* iniciou-se nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra respectivamente sob a batuta de Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Na América Latina o primeiro ensaio ocorreu no Chile sob a orientação de Milton Friedman durante a ditadura militar de Augusto Pinochet.

O fenômeno atingiu parte significativa da ampla rede de proteção social edificada, particularmente nos países europeus, no decorrer das condições particulares vigentes no pós 2ª Guerra Mundial. Contudo, o dismantelamento da rede de direitos adquiridos pelos trabalhadores estendeu-se por quase todo o mundo, sendo muito restritas as exceções a essa tendência. No último capítulo deste trabalho exploramos a forma em que isso se expressou no caso do Brasil. Mas registramos desde já que em algumas conjunturas podem ser estabelecidas conexões entre a superexploração, ou processos de exploração que degradam as condições de reprodução da classe trabalhadora, e formas autoritárias de Estado com conseqüente ampliação de sua função repressiva.

O padrão de acumulação estruturado no pós 2ª Guerra que sustentou um acentuado crescimento da economia mundial por mais de vinte anos, e que encontrou seus limites no final dos anos 1960, teve como uma de suas bases um processo acelerado de internacionalização das economias nacionais, e de centralização de poder político e militar em nível mundial sob a hegemonia do imperialismo norte-americano. Para isso foram utilizadas, sem cerimônia, as instituições supranacionais criadas no período final do conflito.

A partir daí, o capital voltou-se, mais que nunca, para saídas via valorização financeira tendo como componente um amplo processo de ampliação, desregulamentação e liberalização dos fluxos financeiros. A desregulamentação e a liberalização se estendeu aos fluxos comerciais de bens e serviços, mas isso aconteceu de forma extremamente assimétrica entre os países e mais uma vez são utilizados, além da força individual dos países imperialistas, as instâncias dos organismos supranacionais em benefício do capital dos países mais poderosos. Assinale-se também que, em vários segmentos produtivos, a transnacionalização da produção, viabilizada em grande parte pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e dos transportes, é outro elemento da internacionalização do capital que se apresenta como parte da tendência de estreitamento do grau de autonomia relativa dos países dependentes e dos seus Estados nacionais.

Dadas, portanto, determinadas tendências a partir das possibilidades abertas pelas condições materiais de produção, a ação do Estado de um lado acelera os processos de transformação e, de outro, intervém no sentido de manter o sistema em funcionamento através da mediação dos interesses antagônicos entre o capital e o trabalho e das eventuais contradições

entre frações da classe dominante. Ao agir fundamentalmente em favor das conveniências das frações hegemônicas dessa classe, cuida também de, sempre que possível, minimizar o acirramento de conflitos entre classes ou entre segmentos distintos de uma mesma classe. Esta presença do Estado segue marcante em todo o processo evolutivo do modo de produção capitalista até a atualidade, ainda que, como já assinalado, de forma modificada e aparecendo com maior ou menor intensidade em formações sociais e conjunturas distintas.

A exportação de capitais para explorar força de trabalho mais barata, em países onde a organização e resistência dos trabalhadores enfrentam maiores dificuldades, é parte importante do sistema de acumulação global. Registre-se ainda que dentre os casos mais visíveis e generalizados de abusos, sobressai a exploração da força de trabalho de migrantes, sobretudo dos ditos ilegais ou daqueles desprovidos da documentação estipulada para o exercício de funções laborativas. Em síntese, a atuação do Estado capitalista no sentido de estabelecer limites à exploração da força de trabalho responde a pressões diversas e não constitui absolutamente garantia de que formas exacerbadas de exploração venham a deixar de existir.

Quanto à reprodução da força de trabalho, a presença do Estado historicamente se fez sentir também no que diz respeito às condições de produção e comercialização de componentes da cesta de consumo dos trabalhadores. Para isso, têm sido utilizados mecanismos diversos, dentre os quais se destacam: o financiamento (em muitos casos subsidiado) da sua produção; o suprimento de infraestrutura para estocagem e comercialização; a adoção de políticas de preços mínimos e de controle/regulação de preços; as compras estatais e, de forma mais direta, a produção de alguns componentes da cesta de consumo dos trabalhadores. Assim, através de políticas públicas o Estado pode, de forma direta ou indiretamente, assumir o encargo relativo a parte do custo de reprodução da força de trabalho e o faz especialmente no que diz respeito à alimentação, à saúde e à educação.

No entanto, num movimento em sentido distinto, a produção dos meios de subsistência do trabalhador sob a forma de mercadoria acabada se alarga cada vez mais, como parte da penetração do capital em espaços da produção de não mercadorias. Esta expansão incessante do capital no sentido de colocar sob sua égide toda a produção social se renova permanentemente. No caso da agricultura e de alguns segmentos da pecuária, destruindo ou colocando sob seu absoluto controle a pequena produção familiar. No da produção de bens e serviços tradicionalmente realizada no âmbito das próprias residências, penetrando no seu processo produtivo e o reconfigurando. Mas também se apresenta, de maneira cada vez mais acentuada nas últimas décadas e como parte do processo de liberalização, a tendência ao avanço da valorização do capital em áreas em que o Estado atuava diretamente como saúde e educação e mesmo segurança.

Sob a égide do *neoliberalismo*, o Estado vem reduzindo sua participação na produção direta e ampliando sua condição de comprador de bens e serviços produzidos privadamente. Esta tendência se estende ao próprio processo de financiamento, no qual, em muitos casos, o Estado vem assumindo o papel de contratante ou indutor de contratos de crédito na rede privada de financiamento. Mas esse movimento não tem uma configuração linear e, permanentemente, o capital volta a recorrer ao Estado não só como financiador, mas também como provedor, em áreas em que as condições de valorização não sejam suficientemente atrativas. Em todo este processo, cuja evolução comporta tendências contraditórias, está sempre presente a disputa pelos recursos estatais passíveis de ser mobilizados para atender aos interesses dos diferentes grupos que participam desta disputa.

CAPÍTULO V

INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL, ESTADO E FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

Há uma multiplicidade de autores que, sob variados enfoques e partindo de distintas correntes teóricas e seus matizes, abordaram, em diferentes conjunturas, questões relativas à internacionalização da economia brasileira, às particularidades do Estado nacional no Brasil, bem como à forma em que aqui ocorrem a exploração e a reprodução da força de trabalho. A nossa proposição é trabalhar com a articulação entre esses três aspectos. A eleição daqueles autores cujas contribuições foram utilizadas com mais intensidade no desenvolvimento deste capítulo levou em conta, além do período histórico trabalhado, a diversidade em termos de matrizes teóricas com as quais revelam maior adesão. Não foi apresentada uma classificação desses autores de acordo com a sua filiação a esta ou aquela corrente do pensamento. Considerando, entretanto, a existência de muitas nuances apontamos em alguns casos as convergências (ou divergências) mais importantes em aspectos analíticos e eventuais posturas políticas e ideológicas sobre tópicos mais diretamente relacionadas ao nosso objeto de estudo.

De todo modo, o critério utilizado foi, por um lado, a representatividade desses autores dentro das diferentes vertentes, relevância de sua participação no debate travado nas variadas conjunturas e, por outro, aqueles cujos trabalhos mais se aproximam de nosso interesse de pesquisa no sentido de ajudarem a compreender o Estado brasileiro, sua trajetória e suas políticas com relação à força de trabalho num contexto de internacionalização do capital. Na análise de alguns períodos históricos buscamos explorar trabalhos desenvolvidos no próprio espaço de tempo em consideração, sobretudo no caso de autores que tiveram explícita participação nos fatos sob análise.

A partir da delimitação conceitual apresentada em capítulos anteriores sobre internacionalização do capital, Estado e exploração e reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista, ou seja, enquanto noções teóricas com grau de abstração relativamente elevado, a proposta deste capítulo é passar à verificação das especificidades brasileiras quanto a estes aspectos, frente aos movimentos mais amplos de reprodução do capital em nível mundial. São abordados particularmente os seguintes pontos: i) como o fenômeno da internacionalização ocorreu e segue ocorrendo concretamente no Brasil; ii) como o Estado nacional brasileiro foi a um só tempo sujeito e objeto do processo e iii) como a exploração e a reprodução da força de trabalho foram afetadas nesse contexto.

Ao passar do nível da interpretação teórica para a análise da realidade de um país historicamente inserido de forma subordinada no espaço mundial, tivemos sempre presente a

consideração de que parte substantiva do esforço de construção teórica sobre a dinâmica do modo de produção capitalista avançou com base e a partir da observação das formas concretas do evoluir desse modo de produção em países de capitalismo mais desenvolvido.¹³⁴ Isso não significa, evidentemente, que essas interpretações desconheçam a existência de um todo articulado mundialmente, de um constante movimento de composição e recomposição entre as partes componentes desse conjunto, e das especificidades das distintas formas em que o capitalismo se desenvolve.

Constituíram objetivos centrais evidenciar a articulação entre o processo de internacionalização do capital e, no âmbito do Estado nacional brasileiro, aquelas rupturas que, certamente sem transbordar os marcos mais gerais de um Estado obviamente capitalista, o redefiniram em termos mais ou menos profundos. Ou, em outras palavras, captar os momentos a partir dos quais contradições se acirraram e tendências se configuraram em fatos próprios de transformações qualitativas. E, a partir daí, explorar os impactos dessas mudanças sobre as condições de exploração e reprodução da força de trabalho.

Previamente, assinalamos que ainda que em algumas conjunturas Estado nacional e Governo em exercício pareçam se amalgamar trabalhamos aqui invariavelmente com a preocupação de distinguir as duas instâncias. Enfatizamos a noção de Estado nacional brasileiro enquanto espaço de expressão das distintas classes sociais e suas frações em termos de interesses, convergências e conflitos, ao passo que os Governos, nas distintas conjunturas, se apresentam como resultante política desses movimentos, com menor margem de autonomia e, nesse sentido, espaços de poder concreto caracterizados por correlações de forças mais acentuadamente transitórias.

De toda forma, o acirramento do nível de disputa pela hegemonia no interior do bloco no poder, em determinadas circunstâncias, pode imprimir mudanças importantes na instância estatal. No caso brasileiro, isso se expressou historicamente inclusive em alternância de períodos em que não só governos, mas o próprio Estado e suas instituições assumiram características marcadamente autoritárias, com abandono dos estatutos legais da democracia burguesa e outros em que vigoraram características mais democráticas, ainda que essa

¹³⁴ Há que fugir, pois, de leituras descontextualizadas e/ou literais de passagens de alguns textos, inclusive da obra de Marx sobre leis e tendências do modo de produção capitalista como, por exemplo: *El país industrialmente más desarrollado no hace sino mostrar al menos desarrollado la imagen de su propio futuro*. MARX, 1978, p.7.

democracia fosse claramente limitada e alcançasse, sobretudo, parcelas privilegiadas da população.

Se estivéssemos buscando as origens mais remotas da formação social brasileira, deveríamos considerar que a chegada e instalação dos europeus na América sabidamente constituíram eventos de importância significativa no processo de acumulação primitiva e, portanto, na própria constituição do modo de produção capitalista. No espaço colonial, além da expropriar riquezas e dizimar parte das populações pré-existentes, os europeus se radicaram e implantaram novas formas de sociabilidade. No caso brasileiro, isso incluiu a criação de estruturas para a geração de produtos até então inexistentes por estas bandas e destinados ao mercado mundial. E, - quiçá o mais importante em termos de consequências históricas para a configuração da atual formação social brasileira -, basearam as relações de produção da sociedade em formação, no trabalho de pessoas escravizadas.

Para não nos alongarmos nos começos desta história, assinalamos apenas a produção articulada com o comércio internacional de longa distância, o *status* de colônia de Portugal, e o instituto do trabalho escravo, majoritariamente de pessoas trazidas à força do continente africano. E, complementarmente, apontamos o fato de que a conquista da independência formal, no sentido da constituição de uma nação e de um Estado particulares, ocorreu, peculiarmente, com a participação do príncipe herdeiro do trono português que, em tese, aqui respondia pelos interesses da coroa que um dia haveria de ser sua. E que passou a ser o mandatário máximo do novo Império.

5.1 ANTECEDENTES

Constituída a nação, sem entrar por ora no desenrolar dos processos políticos, de certa forma se poderia considerar que o Estado brasileiro em sentido mais estrito, ou seja, enquanto instância que centraliza recursos e da qual emana o poder institucionalizado, teve, tradicionalmente, uma forte presença na esfera econômica, participando intensamente dos processos de reprodução e acumulação de capital. Do império à República, a partir de uma estrutura produtiva agrário-exportadora, ou seja, essencialmente voltada para o mercado mundial, são bem conhecidas, por exemplo, as manipulações de taxa de câmbio utilizadas à saciedade, desde o século XIX, como instrumento de política econômica. Cabe mencionar ainda, por emblemáticas, as políticas alfandegárias e fiscais, a sustentação do preço do café no mercado internacional e, diretamente na órbita produtiva, o controle, de parte importante do sistema de transporte ferroviário.

Especificamente com relação à força de trabalho, é bastante estudado, sob vários enfoques,¹³⁵ o financiamento pelo Estado brasileiro, em fins do século XIX e início do século XX da imigração estrangeira, notadamente italiana, para trabalhar nas plantações de café em São Paulo, na passagem do trabalho escravo para o assalariamento no campo, num contexto de redefinição das relações de produção de forma mais ampla no país. Chama, entretanto, atenção o fato de que se por um lado, o Estado atuou na formação de um mercado de trabalho assalariado via financiamento de processos migratórios, por outro, sua ação foi quase nula no que diz respeito à força de trabalho dos ex-escravos.¹³⁶

Não obstante, em que pesem a antiguidade e intensidade da atuação direta do Estado nos processos econômicos, esta certamente mudou de forma e conteúdo no decorrer do tempo, apresentando variações em distintos níveis. As mudanças ocorridas na economia mundial no transcurso dos anos 1930, na esteira da crise de 1929, se consolidaram com a 2ª Guerra Mundial, ao término da qual, se reafirmou vigorosamente a hegemonia norte-americana no espaço heterogêneo do que pode ser considerado o mundo ocidental, mas abarcando também outras regiões. No contexto brasileiro, essas mudanças se manifestaram na base econômica em fortalecimento do ainda incipiente processo de industrialização já existente e na recomposição das classes sociais e de suas frações. As alterações, ainda que parciais das formas de acumulação no Brasil se expressaram também no aparato do Estado. Assim, a *revolução de 1930* é geralmente considerada o marco inicial da ascensão da burguesia industrial na conquista de maior participação no poder político. Este marco é, a um só tempo, componente e decorrência de transformações estruturais na economia, mas também em outras esferas da formação social brasileira.

A partir daí, ocorreu uma intensificação da atuação do Estado posta em novos termos. Agora, esta atuação, no fundamental, assumiu o sentido de alavancar as condições de acumulação na indústria. Isso, entretanto, não significou que as velhas oligarquias agrárias tenham deixado de constituir frações de classe muito importantes, com forte presença e poder para resguardar seus interesses via esfera estatal. E, apesar da política imperialista de bloqueio

¹³⁵ Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*; também Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, dentre outros.

¹³⁶ A literatura sobre o tema faz referência à presença de conteúdo racista na política imigratória do Brasil sob o pressuposto da superioridade branca. Nesse sentido, os italianos além de brancos eram católicos, o que, de acordo com documentos da época, favoreceria a assimilação, diferentemente dos alemães, por exemplo, que tenderiam a se organizar em *ghetos*.

ao desenvolvimento industrial em países dependentes, as conjunturas de crise e de conflito global e consequentes dificuldades para o comércio mundial e para os fluxos internacionais de natureza financeira, estimularam a concretização de investimentos significativos em infraestrutura e em *setores básicos* para o florescimento da indústria no Brasil, com forte participação do Estado. Nesse contexto, os próprios países imperialistas acabaram por realizar alguns investimentos, primordialmente em infraestrutura urbana e, no decorrer da Guerra, em construções de apoio a atividades militares - a exemplo de aeroportos -, mas que também foram utilizadas para outros fins.

Aqui, é importante salientar que embora, enquanto economia dependente, a estrutura produtiva do Brasil seja, ainda hoje, extremamente vulnerável aos solavancos da economia mundial, há que considerar as especificidades dos movimentos e das determinações próprias da totalidade da sociedade brasileira, mormente à medida que ela foi se tornando mais complexa. Ainda que articuladas com e subordinadas à reprodução do capital em nível mundial, aqui as forças produtivas avançam de modo particular, e os ciclos econômicos foram paulatinamente assumindo uma cadência em que as questões internas ganharam importância. As classes sociais se enfrentam, se aliam e se manifestam segundo regras derivadas de sua formação histórica e as mudanças, inclusive no que diz respeito à estrutura do Estado e a composição das forças que lhe dão vida tendem a se apresentar de forma única.

Foi assim que, nas circunstâncias do período que estamos tratando, e frente às limitações do capital nacional, foram criadas as primeiras grandes empresas estatais no Brasil, dentre as quais a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e, dois anos depois, a Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Foi também criada a Companhia Vale do Rio Doce (1942), e instaladas a Fábrica Nacional de Motores (1940) e a Companhia Nacional de Álcalis (1943). Em outra dimensão, foram implementadas medidas, que certamente se associavam às mudanças em processo na estrutura produtiva e na recomposição de forças no interior do Estado. Destacamos a criação, já em 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio,¹³⁷ que exerceu importante papel no âmbito da regulamentação do uso da força de trabalho e a instituição, no âmbito desse Ministério, do Departamento Nacional do Trabalho, que deveria *promover*

¹³⁷ BRASIL. *Decreto n. 19.433, de 26 de nov. de 1930*. Cria a Secretaria de Estado denominada Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Com%C3%A9rcio%2C%20sem%20aumento%20de%20despesa>. Acesso em: 3 jan. 2023.

*medidas de previdência social e melhorar as condições gerais de trabalho.*¹³⁸ Com foco na formação e treinamento para o trabalho, salientamos a fundação, em 1942 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).¹³⁹

E como uma das mais importantes manifestações da nova composição de forças e, em decorrência, da nova atuação do Estado, procedeu-se à regulamentação de parte do mercado de trabalho, (basicamente do mercado de trabalho urbano), inicialmente através da instituição ou reformulação de leis trabalhistas que, até então, tinham, fundamentalmente, caráter repressivo. Dentre as inovações do período, destacamos as que nos parecem mais importantes: estabelecimento do salário mínimo; fixação da jornada de trabalho de oito horas; determinação de igualdade salarial sem distinção de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil; instituição do descanso semanal remunerado e das férias anuais remuneradas; proibição de trabalho noturno a menores de dezesseis anos; proibição de trabalho para menores de catorze anos; assistência médica ao trabalhador e à gestante; carteira de trabalho. Ao lado disso, foram definidas regras para a criação e funcionamento de sindicatos, federações e confederações.¹⁴⁰

Em 1943, em pleno período ditatorial do *Estado Novo*, instituído em novembro de 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas, essa legislação, originalmente fragmentada, foi reelaborada e unificada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),¹⁴¹ marco histórico mais relevante em termos de expressão legal da organização do mercado de trabalho e das condições de exploração da força de trabalho no Brasil. Ainda que a CLT originariamente constituísse parte de uma

¹³⁸ BRASIL. *Decreto n. 19.671 – A, de 04 de fev. de 1931*. Dispõe sobre a organização do Departamento Nacional do Comércio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19671A.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

¹³⁹ BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de jan. de 1942*. Cria o SENAI. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/norma/529136#:~:text=Cria%20o%20Servi%C3%A7o%20Nacional%20de%20Aprendizagem%20dos%20Industri%C3%A1rios%20\(SENAI\).&text=SERVI%C3%87O%20NACIONAL%20DE%20APRENDIZAGEM%20INDUSTRIAL%20\(SENAI\)%20%2C%20CRIA%C3%87%C3%83O%20.&text=CRIA%C3%87%C3%83O%20%2C%20FIXA%C3%87%C3%83O%20%2C%20COMPETENCIA%20%2C%20SERVI%C3%87O,DE%20APRENDIZAGEM%20INDUSTRIAL%20\(SENAI\)%20](https://legis.senado.leg.br/norma/529136#:~:text=Cria%20o%20Servi%C3%A7o%20Nacional%20de%20Aprendizagem%20dos%20Industri%C3%A1rios%20(SENAI).&text=SERVI%C3%87O%20NACIONAL%20DE%20APRENDIZAGEM%20INDUSTRIAL%20(SENAI)%20%2C%20CRIA%C3%87%C3%83O%20.&text=CRIA%C3%87%C3%83O%20%2C%20FIXA%C3%87%C3%83O%20%2C%20COMPETENCIA%20%2C%20SERVI%C3%87O,DE%20APRENDIZAGEM%20INDUSTRIAL%20(SENAI)%20). Acesso em: 04 jan. 2023.

¹⁴⁰ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 38.

¹⁴¹ BRASIL. *Decreto-Lei n. 5.452 de 1 de maio de 1943*. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Ser%C3%A1%20assegurado%20a%20todo%20empregado,%C3%A1%20grafa%20%C3%BAnico>. Acesso em: 04 jan. 2023.

política focalizada num segmento limitado da classe trabalhadora,¹⁴² tinha uma amplitude imensamente mais significativa do que tudo que já existira até então. Mas, além da exclusão de parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, o cumprimento das obrigações legais nem sempre foi estrito. Ao contrário, desde sempre foram (e são) utilizados os mais diversos artifícios para a sua burla por parte dos compradores de força de trabalho. E, com o passar do tempo, novas circunstâncias conduziram a alterações que embora tenham ampliado o conjunto dos trabalhadores contemplados pela CLT, no essencial enfraqueceram essa legislação.

Ademais, além da fraude pura e simples no que diz respeito à legislação, na atualidade o capital transfigurou categorias inteiras de trabalhadores em empresários de si próprios, em participantes de cooperativas fictícias, em subcontratados de cadeias inverossímeis de empresas terceirizadas ou, mais recentemente - utilizando espuriamente o avanço tecnológico -, em *trabalhadores de plataforma*. Em todos os casos, os vínculos de emprego são sistematicamente escamoteados, na busca por escapar aos custos decorrentes da formalização legal. E é necessário registrar ainda, o caso extremo da exploração de trabalhadores nas denominadas condições de trabalho análogas à escravidão, cuja história é muito antiga, mas persiste em pleno século XXI, com denúncias recorrentes, fartamente constatadas e documentadas.

Em suma, as relações entre vendedores e compradores de força de trabalho vêm se tornando ainda mais assimétricas, a partir das últimas décadas do século XX. A não empregabilidade atingiu um quantitativo crescente de trabalhadores, com impacto generalizado, porém desigual para grupos sociais específicos. Além da histórica discriminação por sexo, raça ou etnia e nacionalidade podem ser detectados indícios de que a permanência no mercado de trabalho formal vem se reduzindo. Ainda que isso varie acentuadamente a depender do segmento desse mercado, o jovem tende a ser absorvido mais tardiamente, e o *envelhecimento* do trabalhador ocorre cada vez mais precocemente. As contradições do capitalismo contemporâneo parecem conduzir ao encurtamento do tempo de vida do ser humano enquanto

¹⁴² De fato o texto original da CLT excluía de forma explícita, *salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário*: os empregados domésticos; os trabalhadores rurais e os servidores públicos. As *determinações em contrário* estenderam o direito ao salário mínimo, a férias anuais remuneradas e ao aviso prévio em caso de dispensa, aos trabalhadores rurais, mas não as demais garantias quando de rescisão a que não tivessem dado causa, nem o instituto da estabilidade, conferidos aos trabalhadores plenamente contemplados pela CLT, por exemplo. Os servidores públicos já eram amparados por legislação específica. Os empregados domésticos só passaram a ter garantidos os primeiros direitos a partir de 1973 (Lei n. 5.859 de 11 de dez. de 1972, regulamentada pelo decreto n. 71.885 de 09 de mar. 1973). A emenda constitucional 72 de 02 de abr. de 2013 que ficou conhecida como PEC das domésticas, alterou a Constituição para aproximar os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais.

vendedor de força de trabalho, levando cada vez mais frequentemente ao seu descarte precoce, sendo, em vários casos, lançado ao limbo da não empregabilidade antes mesmo de atingir os 50 anos.

Mas, voltando aos antecedentes históricos, concomitante a essa nova legislação, que de certa forma atendia reivindicações postas pelo movimento operário, o Estado brasileiro praticou uma política de controle da atividade e organização política dos trabalhadores, no intento de fazer frente e impor limites à intensificação da luta de classes. Desde 1931¹⁴³ já haviam sido claramente estabelecidos vínculos e obrigações dos sindicatos frente ao Estado, mais especificamente frente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A partir da CLT, este Ministério que já gozava de prerrogativas como as de ter um delegado nas assembleias gerais e de fiscalizar a situação financeira dos sindicatos, incorporou as funções de agente provedor da legalidade de sua existência e funcionamento, e de fiscalizador das eleições sindicais.

A CLT estabeleceu ainda, que os recursos para o funcionamento dos sindicatos adviriam do Imposto Sindical, devido por todo assalariado, sindicalizado ou não, e redistribuído ao conjunto dessas entidades pelo Estado. Os empregadores deveriam contribuir com uma parcela fixa, proporcional ao capital registrado. A Exposição de Motivos que encaminhou a proposta da CLT ao Presidente da República, ao tecer loas à ordem social então vigente no país, mencionava que desse ambiente, em que prevaleceria o espírito de equidade, decorria uma confraternização das classes na vida econômica. E, nas próprias palavras de Getúlio Vargas, tratava-se de fazer das organizações sindicais (...) *elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado*.¹⁴⁴

Assim, a controvertida política de Vargas teve, em dose considerável, também o sentido de controlar o movimento operário, atrelando o proletariado urbano ao Estado. Buscava, além da criação de um marco regulatório, desenvolver ações concretas conducentes à colaboração e conciliação de classes. Mas, ao lado da legislação trabalhista relativamente avançada, o Estado brasileiro patrocinou também violenta perseguição às frações mais organizadas e ativas da classe operária, particularmente ao Partido Comunista Brasileiro. As palavras de Vargas, mais

¹⁴³ BRASIL. Decreto n. 19.770, de 19 de mar. de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=29172#:~:text=Regula%20a%20sindicaliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20classes,1991%2C%20DOU%2013.05.1991>. Acesso em: 04 jan. 2023.

¹⁴⁴ VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política no Brasil*, documento citado por IANNI, 1977, *op. cit.*, p. 38.

uma vez, são claras: “*O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais*”.¹⁴⁵

De toda forma, como já assinalado, num contexto em que o mercado mundial se encontrava em situação excepcional, com refluxo do capital internacionalizado, ocorreu uma significativa expansão da indústria brasileira,¹⁴⁶ voltada no fundamental para a realização interna e baseada substancialmente em capital local, com forte estímulo e participação direta do Estado. Essa expansão, a partir de investimentos estatais nos designados setores básicos da economia, abriu caminho e impulsionou o investimento privado, este concentrado principalmente em ramos produtores dos ditos bens de consumo corrente. Assim, a forma como se iniciou a configuração do incompleto Setor I da economia brasileira, sob a égide do Estado, teve como fundamento, de um lado a mencionada conjuntura internacional e, de outro, a própria fragilidade do capital privado nacional, incapaz de assumir o financiamento de investimentos de maior porte e mais longo prazo de maturação.¹⁴⁷

A ascensão da burguesia industrial, como fração que buscava a hegemonia na disputa pelo poder no âmbito do Estado se fez sentir também como o início de um processo de centralização do aparato de poder político, que tentava deslocar, ainda que de forma limitada, as oligarquias regionais. Inclusive no discurso político, pouco a pouco, a defesa dos interesses regionais foi abrindo espaço para a retórica de salvaguarda dos interesses nacionais, no processo de criação de um mercado interno unificado que, em medida não desprezível, avançou sobre antigas estruturas econômicas regionais. De toda forma, a partir de 1930, o Estado, que representava até então, fundamentalmente, o compromisso oligárquico e expressava as disputas

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 35.

¹⁴⁶ De acordo com Francisco de Oliveira, entre 1933 e 1938 a indústria apresentou taxas anuais de crescimento em torno de 11%. OLIVEIRA, 1977c, *op. cit.*, p. 78.

¹⁴⁷ Aqui estamos usando a conhecida acepção marxiana que, em seus esquemas de reprodução, divide a economia em dois Departamentos: o Departamento I, que produz bens de produção para os capitalistas e o Departamento II que produz bens de consumo para capitalistas e trabalhadores. Considerando a diferenciação no consumo das duas classes sociais, Marx estabelece segmentos no interior do Departamento II onde ocorre a produção de *suntuários*, para consumo dos capitalistas e a produção destinada à reprodução dos trabalhadores. Michal Kalecki parte dos esquemas originais de Marx e introduz um terceiro Departamento voltado especificamente para o consumo dos capitalistas. Francisco de Oliveira, a cujos textos recorreremos em alguns momentos deste trabalho, utiliza basicamente o esquema de Kalecki adotando entretanto uma terminologia mais livre, identificando o Departamento III de Kalecki com a produção de *bens de consumo duráveis, grosso modo*. O Departamento I como *produtor de bens de capital* ou de *bens de produção*, incluindo os *bens intermediários* e o Departamento II como produtor de bens de consumo *não duráveis*.

regionais, tendeu a ser progressivamente hegemônico pela fração representativa (ou desprendida) principalmente de parte dos cafeicultores paulistas cujo capital transitava (tardiamente, mesmo sob comparação com países latino-americanos como a Argentina) para valorizar-se na indústria.

Estas foram as principais circunstâncias que conformaram a política do Estado com relação à força de trabalho naquele momento. Uma indústria que se expandia impulsionada pela ruptura decorrente das dificuldades com o comércio e demais fluxos internacionais; uma burguesia débil que tentava afirmar-se, enquanto fração da classe dominante com força para defender seus interesses no espaço estatal, enfrentando contradições com a estrutura de poder oligárquica, agrária e comercial. Por outro lado, um proletariado em processo de consolidação - com um significativo percentual de participação de estrangeiros e filhos de estrangeiros que exerciam forte influência nas organizações operárias -, e que, particularmente no período 1937-45, teve seus movimentos estritamente controlados. Além disso, dentre as características da expansão industrial do período, há que considerar a presença de um numeroso exército industrial de reserva. Nesse sentido é elucidativa a tendência nitidamente declinante da trajetória do salário mínimo real, por exemplo: Considerando o índice do salário mínimo real no período compreendido entre julho de 1940 - quando o salário mínimo passou a vigorar¹⁴⁸ - e outubro de 1945 - quando Getúlio Vargas foi deposto -, a perda do seu poder de compra ultrapassou os 30%.¹⁴⁹ Nesse intervalo de tempo, dentre os reajustes ocorridos, apenas um reconduziu temporariamente o salário mínimo ao seu patamar inicial, situação que durou apenas um mês.

Apesar da internacionalização dos processos produtivos no Brasil haver se caracterizado de forma mais efetiva a partir de meados da década de 1950, ela se anunciou com o término da Guerra. Aí emergiram as pugnas que acabaram com o *Estado Novo* de Vargas, que se firmara explorando as contradições interimperialistas e foi golpeado em 1945 com o aval dos Estados

¹⁴⁸ O salário mínimo foi instituído no Brasil pela Lei n° 185 de 14 de jan. de 1936, e regulamentado pelo Decreto-Lei n° 399 de 30 de abr. de 1938. Seu valor inicial foi fixado pelo Decreto-Lei n° 2.162 de 1 de maio de 1940, começando a vigorar em julho do mesmo ano. Em 1943, foi incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Inicialmente o salário mínimo apresentava valores regionalmente diferenciados, sendo nacionalmente unificado em maio de 1984. A Constituição Federal de 1988 manteve essa unificação.

Na América Latina o México foi o primeiro país a adotar uma política de fixação do salário mínimo, previsto já na Constituição de 1917.

¹⁴⁹ Cálculo a partir de dados do Ipeadata, IPEA.

Unidos.¹⁵⁰ O novo regime buscou legitimidade através de um processo de relativa abertura política que, em todo caso, teve alento bastante restrito, pois, já em 1947, foi anulado o registro do Partido Comunista Brasileiro - que havia logrado importante votação nas eleições de 1945 e 1947 -, e os movimentos populares foram violentamente reprimidos. De todo modo, a Constituição de 1946 explicitou e ampliou direitos da população como educação para todos; liberdade de imprensa e de opinião e acesso ao voto para os maiores de dezoito anos, excluindo, contudo, os analfabetos. Formalmente garantiu liberdade para funcionamento dos sindicatos, mas manteve mecanismos de controle, os quais foram amplificados no decorrer do governo do General Eurico Gaspar Dutra.

Aí, já se tornara visível o nacionalismo de ocasião do discurso de grande parte das elites brasileiras. Instaurou-se uma desastrosa política de abertura indiscriminada do comércio externo, e se o processo de internacionalização da produção não se concretizou com mais força nesse período, foi, em parte significativa, devido às condições internacionais. Imediatamente após o fim da Guerra, da qual, como já mencionado, os Estados Unidos emergiram com sua posição de potência capitalista hegemônica consolidada, teve lugar o período de investimentos massivos nas economias européias diretamente afetadas pelo conflito, e para aí se dirigiram, preferencialmente, os fluxos internacionais de capital. Ressalvamos, entretanto, desde já, a disposição de parte importante da burguesia nacional com relação ao capital internacionalizado. Esta pode ser ilustrada, por exemplo, pelo que consta dos estatutos da União Democrática Nacional (UDN),¹⁵¹ aprovados em agosto de 1945 que preconizava: “Recorrer ao capital estrangeiro necessário para os empreendimentos de reconstrução nacional e, principalmente para o aproveitamento de nossas reservas inexploradas, dando-se um tratamento equitativo e liberdade para a remessa de lucros”.¹⁵²

Com relação à política do Estado brasileiro mais diretamente relacionada à força de trabalho após a queda de Getúlio, um indicador significativo é a intensificação do declínio do salário mínimo real durante todo o período 1946-1950. Apesar do processo inflacionário ascendente, praticamente não ocorreram reajustes. Assim, em janeiro de 1951, ao encerrar-se o mandato de Dutra, o poder aquisitivo do salário mínimo representava cerca de 60% daquele

¹⁵⁰ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 15.

¹⁵¹ A UDN foi o partido que aglutinou as principais forças que destituíram Getúlio Vargas.

¹⁵² PEREIRA, Osny Duarte. *O que é constituição?* Citado por IANNI, 1977, p. 100.

que vigorava em janeiro de 1946¹⁵³ quando da sua posse. O fracasso econômico do governo Dutra acentuou a divisão no interior da classe dominante alimentando a luta de classes. Isso desembocou na retomada do discurso nacionalista e da política populista de Vargas, que fora afastado do poder como ditador e a ele retornou através do voto, apoiado pelas frações da burguesia local menos propensas a uma integração com o capital internacional (ou que tentavam negociar essa integração nas melhores condições possíveis, tendo como referência seus próprios interesses).

Entre 1951 e 1953, a política econômica seguiu, em linhas gerais, o mesmo sentido dos governos anteriores de Vargas. Assim, dentre as medidas mais importantes, foi estabelecido o monopólio estatal da prospecção e refino do petróleo com a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS - 1953); elaborado e encaminhado ao Congresso o projeto da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS - 1954); iniciadas negociações com a Alemanha para a compra de tecnologia nuclear¹⁵⁴ e ensaiado o controle sobre a remessa de lucros ao exterior. Adicionalmente, foi realizada uma reforma cambial da qual constituiu peça fundamental a Instrução 70 da então Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC),¹⁵⁵ que, dentre outras providências, instituiu taxas múltiplas de câmbio de acordo com o que seriam critérios de essencialidade das mercadorias importadas. Tais critérios, reforçados por outros instrumentos, ao penalizar a importação de *produtos não essenciais*, acabaram (ironicamente, se poderia dizer) na sequência, por favorecer a substituição de importações exatamente de bens suntuários e, conseqüentemente, os segmentos produtores de tais bens, contribuindo para moldar o perfil da industrialização que viria a seguir.

A criação da PETROBRAS, como empresa estatal detentora do monopólio da exploração, extração e refino do petróleo no Brasil, através da famosa Lei 2004¹⁵⁶ foi antecedida por exitosa

¹⁵³ Cálculo a partir de dados do Ipeadata, IPEA.

¹⁵⁴ Segundo BANDEIRA, 1978, *op. cit.*, p. 16, essas negociações teriam sido embargadas pelo governo americano.

¹⁵⁵ Instrução n. 70 SUMOC de 09 de out. de 1953.

¹⁵⁶ BRASIL. *Lei 2.004 de 03 de out. de 1953. Revogada pela Lei n. 9.478 de 06 de ago. de 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jan. 2023.

campanha de mobilização de amplos setores da população. Utilizando como bandeira a frase *O petróleo é nosso*, representou também um meio extremamente eficiente de legitimação do Estado brasileiro (e do Governo Vargas), levando ao ápice sua fetichização. Como outras estatais criadas no período, a PETROBRAS se inseria na lógica da reprodução do capital no interior da formação social brasileira. Em verdade, a questão se colocava nos seguintes termos: ou se criava o monopólio estatal ou não se criava nada. O capital nacional não tinha fôlego para assumir um empreendimento de tal porte e a política imperialista naquele momento consistia mais bem em obstaculizar o surgimento dessa atividade no Brasil. De toda sorte, os interesses estrangeiros preexistentes na distribuição dos produtos derivados do petróleo permaneceram intocados.

5.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Desde a configuração do capitalismo monopolista, com a expansão do mercado mundial e a emergência da internacionalização do capital, na passagem do século XIX para o século XX, o Brasil foi partícipe subordinado do processo, na qualidade de receptor de mercadorias e de fluxos desses capitais que se internacionalizavam. Mas, por um lado acompanhando a dinâmica mais geral da internacionalização e, por outro, condicionada pelos processos econômicos e sócio-políticos internos, a forma como o processo se manifestou no país enseja a caracterização de períodos em que a intensidade da internacionalização se acentuou visivelmente. É como se, num *continuum* ascendente, ocorressem momentos de maior ou menor impulso e profundidade do fenômeno. Como se intensidades descontínuas perpassassem uma linha contínua mais suave.

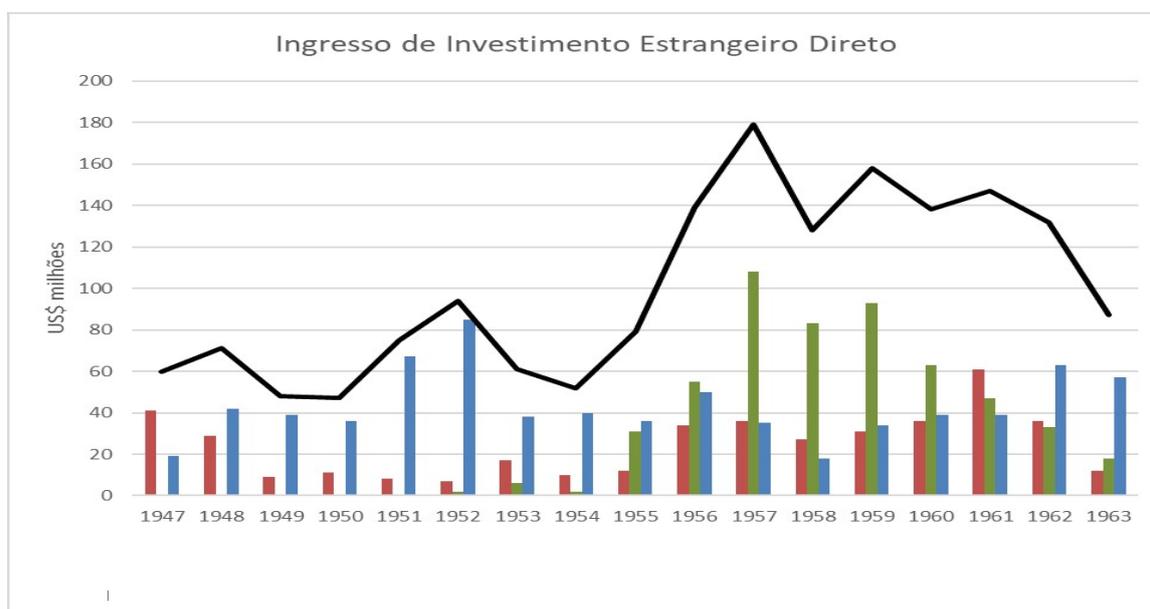
No plano mundial, ultrapassadas as dificuldades mais diretamente relacionadas à crise de 1929 e finalizada a 2ª Guerra, os fluxos internacionais, tanto na forma de mercadorias como na de capital dinheiro, que haviam sofrido uma considerável redução durante o conflito, foram retomados. E, passada a era do Plano Marshall, quando, como já referido, os fluxos de capitais se dirigiram sobretudo para a Europa, os monopólios internacionais se voltaram com mais força também para outras áreas.

Passou então a ocorrer, uma nova exportação de capitais para economias *dependentes*, já não apenas na forma de empréstimos; objetivando produzir mercadorias exportáveis ou na de investimentos em setores complementares a esse tipo de produção (comercialização, serviços bancários, infraestrutura, serviços urbanos de utilidade pública, etc.). Internalizava-se, também, para desenvolver processos produtivos de natureza industrial, visando, a exploração e controle dos próprios mercados locais. Desse modo, no movimento mais amplo de internacionalização

do capital, ganhou proeminência uma nova característica: a internacionalização dos processos produtivos industriais que, até então, no fundamental, se desenrolavam no interior das formações sociais das quais os respectivos capitais eram originários. E, num movimento de redefinição da divisão internacional do trabalho que se intensificará nas décadas seguintes, completou-se, em nível mundial, a internacionalização de todo o ciclo de rotação do capital.

No caso brasileiro, foi o auge do que na literatura e nos debates da época foi nomeado industrialização via substituição de importações. A partir daí, é possível demarcar alguns momentos específicos de aprofundamento do processo de internacionalização da economia brasileira, com acentuada penetração do capital internacionalizado na estrutura produtiva local. O primeiro deles ocorreu a partir de meados da década de 1950, no Governo Juscelino Kubitschek,¹⁵⁷ quando o ingresso desses capitais se materializou principalmente em investimentos em plantas industriais para atender ao mercado interno.

Figura 1 - Ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED)



¹⁵⁷ Juscelino Kubitschek de Oliveira, político mineiro, foi Presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Foi também Governador de Minas Gerais e Deputado Federal pela mesma unidade da federação. Após deixar a Presidência, ocupou o cargo de Senador pelo estado de Goiás. Sua eleição à Presidência chegou a ser questionada pela oposição sob a alegação de que Juscelino não havia obtido 50% dos votos. Um movimento militar liderado pelo General Henrique Teixeira Lott - que posteriormente viria a ser ele próprio candidato à Presidência da República sendo derrotado por Jânio Quadros - garantiu sua posse, em mais uma demonstração da onipresença dos militares na vida política do país.

Dados do Balanço de Pagamentos, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, revelam características importantes da evolução das relações econômicas internacionais do país nessa fase expansiva, indicando clara intensificação do processo de internacionalização. Dentre estes, o expressivo aumento na média anual de ingresso de investimentos externos diretos (IED) que mais do que dobrou na comparação entre o quinquênio do governo Kubitschek e a média dos cinco anos anteriores. O ingresso de capital ocorreu em moeda, mas sobretudo na forma de mercadoria via entrada de máquinas e equipamentos. A internacionalização intensiva, com algumas alterações como veremos adiante, se prolongou no decorrer do período ditatorial.

A agudização das contradições, em seu ápice, conduziu à morte de Vargas e, após breve período de transição, as frações burguesas mais vinculadas à política internacionalizante assumiram posição hegemônica, ganhando protagonismo no controle do poder político no interior do Estado. Assim, a segunda metade da década de 1950 se caracterizou como uma etapa de expansão capitalista no Brasil (a média das taxas anuais de crescimento do produto da indústria de transformação entre 1956 e 1961 foi superior a 10%),¹⁵⁸ reposta em novos termos. A atuação do Estado nesse período seguiu funcionando como uma peça dessa expansão, ampliando as bases da acumulação, notadamente do capital industrial. Isso se verificou tanto através dos investimentos em infraestrutura, da política cambial, quanto da adoção de medidas fiscais de estímulo à penetração do capital internacionalizado.

A partir daí, a presença do Estado brasileiro na economia, enquanto indutor ou facilitador do processo de acumulação, sistematizou-se progressivamente. As *declarações de política* transitaram para *programas e planos de desenvolvimento*. Ou seja, passou-se a atribuir explicitamente prioridades setoriais e regionais, definir metas e formular programas de incentivos, articulados com as prioridades e metas estabelecidas. O discurso predominante deslocou-se rapidamente do nacionalismo ao desenvolvimentismo, buscando manter a acentuada fetichização do Estado herdada da fase anterior, incluindo agora a mística do planejamento. Aqui, por óbvio, o desenvolvimento se identificava com industrialização voltada para a acumulação capitalista.

De alguma forma rompia-se (mas não tanto) com o discurso da *vocação agrícola* do Brasil. Concretamente, ainda que detenham características particulares e seus movimentos ocorram em ritmos distintos e não necessariamente se intensifiquem ou amorteçam nos mesmos

¹⁵⁸ Cálculo a partir de dados do IBGE. Sistema de Contas Nacionais

períodos, a indústria e as atividades ditas primárias constituíam no Brasil, duas faces do processo de acumulação capitalista, com vínculos históricos muito fortes. Basta citar a participação do capital acumulado na economia cafeeira no processo inicial de transição para uma estrutura produtiva que passou a ter na indústria seu principal eixo de acumulação. A internacionalização das atividades industriais de certa forma amorteceu esses vínculos. Pontuamos aqui que o recente processo de desindustrialização relativa (em alguns segmentos, absoluta) correu paralelo à reprimarização da pauta de exportações da economia brasileira. O *boom* da economia chinesa, a partir das últimas décadas do século XX, e seu impacto sobre as exportações brasileiras de *commodities* ensejou também a retomada repaginada da narrativa que enfatiza as vantagens detidas pelo país em termos de produtividade agropecuária. O problema obviamente não está constituído por essas vantagens, mas na concentração da estrutura produtiva em segmentos que não avançam para áreas com maior densidade tecnológica. Ao secundarizar o desenvolvimento tecnológico, ou dele abdicar, o caminho só pode desembocar no aprofundamento da dependência.

Assim, na década de 1950, se verificou uma *modernização* na forma de atuação do Estado brasileiro, perfeitamente afinada com a tendência mais geral manifestada no pós-guerra. Esse foi o período em que a presença mais ampla e direta do Estado na economia foi explicitamente absorvida pelas principais forças políticas e econômicas mundiais, e, inclusive, por parte do pensamento liberal. E, mais em uns países, menos em outros, políticas de corte keynesiano foram assumidas pelos governos. Contudo, no caso brasileiro, há que mencionar, que em parcela não desprezível da história do planejamento governamental, as estratégias de política econômica realmente adotadas se constituíram mais em medidas extra plano, que em componentes destes, cumprindo o planejamento estatal, também um papel ideológico e legitimador. E a formulação desses Planos, mais que se antecipar, ou mais que representar um nível mais acentuado da autonomia relativa do Estado nacional brasileiro, se adequou a tendências ou pressões já instauradas no embate de forças existente em seu interior.

De todo modo, cabe citar o Plano de Metas, expressão formal máxima da ação governamental da época que, não por acaso, se ajustava perfeitamente às tendências manifestas do processo de acumulação do capital, particularmente do ponto de vista da penetração do capital internacional no Brasil. No essencial, estimulou, de diversas maneiras, os investimentos externos, estabelecendo as bases para a internalização do capital monopolista internacional. Através desse Plano, o Estado brasileiro se lançou, explicitamente e de forma sistemática, à adoção de medidas de política econômica que incluíram a utilização do que seriam recursos públicos para o apoio a investimentos privados, especialmente àqueles do capital internacionalizado.

Dados sobre investimentos externos diretos no Brasil¹⁵⁹ revelam o avanço da participação daqueles direcionados à indústria de transformação, sob o abrigo da Instrução 113 da SUMOC¹⁶⁰ que atingiram 97% desses investimentos, sendo que 38% foram para o segmento Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, vindo em segundo lugar Fabricação de produtos químicos (12%). Esses dados revelam também a predominância do capital de origem norte-americana com 45% do total, seguido pela Alemanha (18%). Essa alteração no perfil do ingresso de capital externo, que ocorreu também em outros países latino americanos, afetou profundamente a base produtiva de alguns desses países. Implicou, dentre outras coisas, a importação de inovações em processos, máquinas e equipamentos que, ainda que não necessariamente representativos da tecnologia mais avançada da época, potencializaram a produtividade e a acumulação e aprofundaram e tornaram mais complexa a divisão social do trabalho no interior desses países.¹⁶¹ Resumidamente, representaram a face mais visível do avanço das forças produtivas na forma particular em que esse processo se deu na região. Implicou também, particularmente no caso brasileiro, em uma progressiva articulação subordinada da burguesia local em relação aos monopólios internacionais, e mesmo, a destruição de algumas de suas frações.

Aí se acelerou o processo de monopolização e concentração do capital no interior da economia brasileira, cuja industrialização se definira francamente em favor do grande capital internacional, que, progressivamente, passou a dominar os ramos mais dinâmicos. Nesse contexto, o Estado se apresentou por um lado como investidor, atuando diretamente na esfera da produção, basicamente na geração de alguns insumos básicos, e, por outro, forneceu subsídios, crédito, *economias externas* e todo um aparato de facilidades que vão se projetar, de forma renovada, nos incentivos fiscais que ganharam fôlego na segunda metade da década de 1960. Atuava, pois, ativamente, no sentido de criar as condições mais favoráveis à expansão do

¹⁵⁹ CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete P. de. *A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC*. 2009. As autoras analisaram dados extraídos de vários números de Boletins da SUMOC da época. Também NEWFORMER, R. S. ; MUELLER, W. F. *Multinacional corporations in Brazil and Mexico: structural sources of economic and non economic power*. Report to subcommittee on multinational corporations of the subcommittee on foreign relations. U. S. Government. Washington: Report to the Subcommittee on MNCs, Committee on Foreign Relations, USA Senate, 1976.

¹⁶⁰ A instrução n. 113 da SUMOC, de 17 de jan. de 1955, que permitiu importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial foi um dos instrumentos mais utilizados pelo capital internacional para penetração na estrutura produtiva da economia brasileira. *Ibid.*

¹⁶¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro*. Rio de Janeiro: Graal, 1977b, p. 117.

capital. Estava aí presente o compromisso de adotar políticas e medidas que eliminassem ou pelo menos reduzissem os famosos *gargalos* ou *pontos de estrangulamento* que dificultavam o processo de acumulação e que ainda hoje se fazem presentes nos debates sobre política econômica voltada para o crescimento no Brasil. E, de alguma forma, foram contemplados aqueles setores fundamentais, dentro da lógica de um determinado tipo de expansão econômica, extremamente concentrada e concentradora, em todos os sentidos. A implantação da indústria automobilística, que se constituiu, durante muito tempo, no *setor de ponta* da indústria nacional, moldando o perfil do sistema de transportes do país ainda hoje, se tornou quase um símbolo do êxito do Plano de Metas.

A atuação do Estado nesse período expansivo se deu basicamente no sentido de baratear para investidores privados os elementos constantes do capital em um momento em que sua composição orgânica se elevava. Isso pode ser detectado tanto pelos gastos do Estado em infraestrutura quanto pela já mencionada concessão de facilidades para a importação de máquinas e equipamentos, como também por seus investimentos na esfera produtiva para o suprimento de matérias primas mais baratas. Mas a *mão visível* do Estado atuou também via política de controle de preços de alguns produtos agrícolas e esteve direta ou indiretamente, relacionada com o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho. As empresas estatais, inclusive no setor de serviços, funcionavam também no sentido de garantir minimamente o poder de compra dos trabalhadores, através de preços subsidiados.¹⁶² Por outro lado, a política inflacionista, ainda que nesse caso não se possa dizer que de forma predeterminada, teve efeitos importantes na contenção dos salários reais.

O padrão de acumulação introduzido no país nesse período, baseado na internalização do capital internacionalizado, teve no segmento do Setor II voltado para a produção de *bens suntuários* seu eixo fundamental de expansão. Essa configuração decorreu fundamentalmente, de um lado, das condições internas de concentração de renda que favoreciam esse tipo de produção enquanto impunham limites estreitos à expansão dos demais segmentos do setor II. De outro, do interesse imperialista em preservar, em um contexto de redefinição da divisão internacional do trabalho, a expansão do setor I no interior das economias centrais.

A partir de então, ficou evidenciada a fragilidade do controle do capital nacional sobre o processo de industrialização no Brasil, que se expandiu quando a economia mundial atravessava

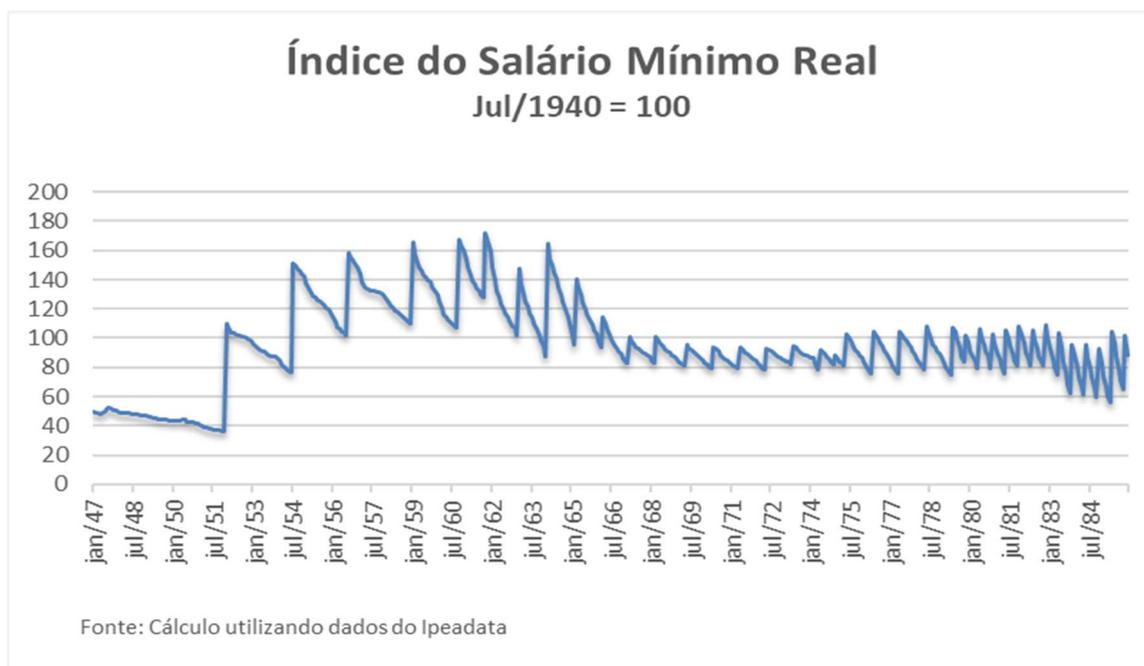
¹⁶² OLIVEIRA, Francisco de. *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950 – 1976)*. Rio de Janeiro: Graal, 1977c. p. 79

condições excepcionais. Foram também, já aí, comprovadas as dificuldades inerentes às teses amplamente difundidas e defendidas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que apresentavam a industrialização estimulada e direcionada pelo Estado como o caminho possível para um desenvolvimento capitalista mais autônomo nos países da região. Desde então, as mudanças das mesmas condições internacionais que possibilitaram certa expansão das burguesias ditas nacionais, deixaram nítidos os obstáculos existentes para levar adiante um projeto mais soberano de industrialização e crescimento econômico nos marcos do capitalismo, já naquele momento em franco e avançado processo de internacionalização.

Ao se alterar a composição da propriedade dos meios de produção, tendem a alterar-se características importantes dos próprios Estados nacionais. Ainda que a associação entre transformações na estrutura produtiva e/ou na propriedade dos meios de produção e mudanças na composição do poder político e no funcionamento do aparato estatal, não seja linear, esta associação existe e, seja de forma imediata seja com alguma defasagem, ela irá se manifestar. E, no caso em questão, uma das consequências do aprofundamento da internacionalização, particularmente no formato em que esta aconteceu no Brasil, se materializou também em novo arranjo na composição de forças atuantes no interior do Estado favorecendo a tendência à redução da autonomia relativa do Estado nacional brasileiro e o enfraquecimento da soberania nacional. A estrutura difusa do sistema político-partidário brasileiro de então, - da qual vários traços, ainda que modificados, persistem na atualidade -, colaborou para fortalecer essa tendência.

De toda sorte, nesse período inicial de internacionalização da produção no Brasil, os ritos principais da democracia burguesa foram preservados e a política do Estado com relação à força de trabalho não sofreu alterações ostensivas. A evolução do salário mínimo real, por exemplo, apesar de alguma flutuação no decorrer do período, no geral, não apresentou tendência a perda do poder de compra. A convicção de que a trágica morte de Getúlio Vargas, provocando forte comoção social, teria contribuído para arrefecer os conflitos, adiando a ruptura institucional, é bastante presente na literatura sobre a disputa política do período.

Figura 2 - Índice do Salário Mínimo Real



Especificamente em relação à força de trabalho, Francisco de Oliveira sustenta que houve uma “contenção relativa”. Segundo este autor, em 1951, ainda no período getulista, a produtividade do trabalho teria crescido a uma taxa superior à dos salários médios na indústria. Entre janeiro de 1952 e junho de 1954, a distribuição dos ganhos de produtividade possivelmente teria sido equitativa sendo que, ainda segundo o mesmo autor, o reajuste de julho de 1954 teria transferido a maior parte desses ganhos de produtividade aos trabalhadores. Mas, entre 1955 e 1962, - que engloba o período de intensa internacionalização do governo Kubitschek e os tumultuados anos iniciais da década de 1960 – o salário médio real da indústria teria crescido 12% frente a uma elevação de 72% da produtividade.¹⁶³

Apesar de não se terem verificado nesse período mudanças políticas radicais, é aí que se gesta a ruptura de 1964. Isso não significa que as transformações na base econômica ocorridas na segunda metade da década de 1950 necessariamente deveriam desaguar no golpe de 1964 ou no regime político que vigorou a partir daí. Assinalamos apenas, que alterações como as que

¹⁶³ *Ibid.*, p. 80.

havia se dado na estrutura da propriedade; no tipo e tamanho das unidades de produção; no processo de trabalho; a forte ampliação do proletariado e das camadas urbanas não operárias e outras mais apontavam para modificações no controle e na forma do exercício do poder político. Mas, evidentemente, a articulação entre economia e política supõe uma série de elementos que materializam um processo de mediação, em conjunturas e formações sociais específicas, que engloba distintas possibilidades de desfecho. E o que de fato aconteceu não estava inscrito *a priori*.

E foi assim, que à já tratada onda internacionalizante da década de 1950, seguida pelo arrefecimento do processo, no contexto de crise econômica e política do início dos anos 1960, sobreveio a ruptura concretizada pelo golpe civil-militar de 1964, a partir do qual o país retornou à tendência de internacionalização sem atropelos maiores. A conhecida e já confessada participação dos Estados Unidos no golpe certamente vai além das questões políticas e ideológicas que incluíam a ameaça do *perigo comunista* própria da retórica do período da Guerra Fria, mas que, no caso latino-americano, ganhou força com a Revolução cubana, em 1959, e o surgimento de movimentos de contestação em vários países da região.

Tal participação estava profundamente articulada aos interesses do imperialismo, ou seja, do grande capital internacionalizado, particularmente (mas não só) daquele originário dos Estados Unidos, numa área claramente delimitada e reconhecida internacionalmente como sob influência desse país. E no decorrer do longo e tenebroso espaço de tempo em que o Brasil esteve sob o jugo de uma ditadura militar, a política estatal foi claramente favorável à internalização do capital internacionalizado, eventualmente associado a investimentos do próprio Estado e ao capital local. Em vários casos, a internacionalização se configurou via o então denominado sistema *tripartite* numa associação direta entre o capital internacionalizado, o Estado e o capital privado nacional. Adiante, em muitos desses empreendimentos, a participação do capital privado nacional passou a ser meramente simbólica e a do Estado desapareceu em vários segmentos.

5.3 INTERNACIONALIZAÇÃO E REARTICULAÇÃO DE FORÇAS NO INTERIOR DO ESTADO

A eleição de Jânio Quadros¹⁶⁴ já expressava a dificuldade de, naquele momento, articular algum tipo de composição de forças para a construção de uma representação razoavelmente estável do bloco hegemônico. A subsequente renúncia de Jânio, além de tornar ainda mais nítida tal dificuldade, contribuiu para acirrar as divisões no interior da sociedade brasileira. Numa conjuntura de fortes divergências políticas, assumiu o então Vice-presidente João Goulart,¹⁶⁵ ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e, num certo sentido, seu herdeiro político. Mas isso só ocorreu após uma série de negociações que culminaram com o enfraquecimento do poder da Presidência da República através da adoção do regime parlamentarista que, entretanto, teve vida curta. Apesar de sua origem de classe e de ser ele próprio um grande proprietário de terras, Goulart, num período de forte tensão política, apoiou-se em forças mais à esquerda. Seu governo formulou o denominado Plano Trienal, que continha um conjunto de propostas com fortes componentes nacionalistas. Eram as *reformas de base*, dentre as quais a agrária; a educacional; a fiscal; a eleitoral; a urbana e a bancária, que enfrentaram forte resistência no Congresso e não chegaram a ser implementadas. Tudo isso num cenário de crise econômica com inflação elevada.

Em verdade, o governo Goulart, submetido a enormes pressões, optou por posições mais aderentes a uma estratégia de preservação da soberania nacional, com controle dos investimentos estrangeiros através da regulamentação da remessa de lucros ao exterior, além de uma presença direta mais forte do Estado na economia. Algumas das reformas mencionadas contrariavam interesses de várias frações da classe dominante local e do imperialismo, especialmente a regulamentação dos investimentos externos e a reforma agrária. Esta última, além de prever algumas condições para desapropriação de terras, propunha a ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores rurais. As proposições de política econômica do Governo João Goulart acabaram, assim, por desagradar tanto à burguesia industrial associada ao imperialismo e que estava envolvida com a internacionalização da

¹⁶⁴ Jânio da Silva Quadros foi eleito Presidente do Brasil em 03/10/1960 e tomou posse do cargo em 31/01/1961. Em 25/08/1961, pouco menos de sete meses após a posse, assinou o famoso bilhete-renúncia.

¹⁶⁵ João Belchior Marques Goulart já ocupara anteriormente o cargo de Vice-presidente da República no governo de Juscelino Kubitschek sendo mantido no mesmo cargo no pleito em que Jânio foi eleito Presidente. Naquela época os votos para Presidente e Vice-presidente da República eram atribuídos separadamente.

economia brasileira, quanto às oligarquias rurais que, em algum grau, mantinham laços com a burguesia industrial especialmente com as frações em que predominava o capital local. Nesse contexto, a luta de classes alcançou um novo patamar, o embate político tornou-se cada vez mais acirrado e os arranjos e rearranjos do bloco no poder no âmbito do Estado nacional brasileiro revelaram-se sempre mais provisórios.

A dificuldade de conciliação de interesses no interior da burguesia acabou por favorecer a ampliação de movimentos populares em vários níveis, registrando-se amplas mobilizações de massa, apesar do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da prática do *peleguismo*, oriunda do que na época era designado trabalhismo. Os trabalhadores avançaram em algumas conquistas, e ocorreram greves importantes, propiciando certo incremento nos salários reais de algumas categorias de trabalhadores, rapidamente corroídos pela inflação ascendente. De todo modo, apesar das oscilações, o salário mínimo real em março de 1964 era cerca de 20% superior relativamente àquele em vigor na posse de Goulart, em setembro de 1961.¹⁶⁶

Assim, o tipo de crescimento verificado na década de 1950 desembocou na crise dos anos iniciais da década de 1960, quando o processo de acumulação esgotara suas possibilidades de continuidade nos mesmos termos. Ou seja, a expansão dos anos 1950, baseada num rápido aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, tendo como eixo central a produção interna substitutiva de importações para atender o consumo de uma parcela relativamente limitada da população, levava a que se extremasse a necessidade de uma alta taxa de exploração. Isso se fazia necessário para compensar a lentidão da desvalorização da força de trabalho, conseqüente do pequeno dinamismo do segmento produtor dos principais itens componentes da sua reprodução. É de considerar-se adicionalmente o acentuado processo de urbanização em curso. Embora a agudização do processo inflacionário freasse aumentos significativos dos salários reais, o ascenso das lutas populares e a ampla mobilização de massas pressionavam no sentido de frequentes reajustes nos salários nominais.

Por outro lado, a lógica concentradora do capital começou a cobrar medidas para a saída da crise, que enfrentaram grande dificuldade para serem viabilizadas com a manutenção do pacto que sustentava o bloco então no poder. As oscilações da política econômica entre 1961 e 1964 refletiram o ambiente de sua formulação. Na medida em que se agravava a crise, se tornava mais difícil a um regime que tinha sua sustentação política baseada em um pacto de

¹⁶⁶ Cálculos a partir de dados do Ipeadata.

classes em acelerada decomposição, levar à prática qualquer conjunto de proposições que guardasse coerência ou tivesse alguma eficácia.

E então, após um período expansivo que diversificara a estrutura produtiva aprofundando fortemente a divisão do trabalho, a diferenciação social e, conseqüentemente, os interesses específicos das classes e frações de classe na sociedade brasileira, a configuração das forças que se manifestavam via Estado nacional e que ainda mantinha um discurso que buscava borrar, em nível político, as contradições econômicas, chegou à sua crise final. A luta de classes se radicalizou e os diversos grupos sociais se foram alinhando: à classe operária se somaram segmentos dos trabalhadores rurais e parte da pequena burguesia. E, as características explosivas que a situação foi assumindo e cuja progressão poderia levar a níveis de cada vez mais difícil controle, uniu as distintas frações da classe dominante. As contradições herdadas da fase de expansão anterior foram assim *resolvidas* em 1964, a favor do capital internacional e contra os trabalhadores.

Nessas circunstâncias as forças mais à direita do espectro político se fortaleceram e um regime autoritário apresentou-se como o meio mais eficiente. Daí em diante, a forte compressão política adotada, rompendo com o regime que, de alguma forma, vigorou a partir de 1946, permitiu a implementação de medidas que ensejaram a consecução de um novo período de expansão que, em suas linhas mais gerais, deu continuidade e intensificou o modelo de crescimento anterior, estendendo a sua duração por mais alguns anos.

As ações levadas a efeito pelo Estado imediatamente após o golpe de 1964 não deixaram espaço para dúvidas. A representação da fração hegemônica que tomara assento no poder o fizera não para proceder a mudanças expressivas no padrão de acumulação, mas para mantê-lo e aprofundá-lo. Para superar a crise sem negar esse padrão teriam que ser removidos os obstáculos ao processo de concentração-centralização. Nesse sentido, era imprescindível a intensificação da extração de mais valor. E, nas condições da economia brasileira e de sua inserção na economia mundial, essa intensificação tendeu a ocorrer, ao menos em parte, pela via do mais valor absoluto e mesmo, em alguns segmentos produtivos, da superexploração. Já foram comentadas as dificuldades subjacentes ao próprio padrão de acumulação no sentido de reduzir o valor da reprodução da força de trabalho considerando os problemas existentes para a expansão do segmento do Setor II produtor das mercadorias direcionadas à reprodução da força de trabalho.

Concretamente, a ruptura política ocorreu com a vitória das forças internacionalizantes, ainda que tenha sido necessário recorrer ao apoio dos grupos sociais mais conservadores e romper com a ordem institucional então vigente, apelando para tanto ao poder de última instância: a força armada. Nessa conjuntura, portanto, sobressaíram, na esfera política a

tendência ao autoritarismo, e na econômica, a propensão a uma elevada taxa de exploração. Poder-se-ia dizer que naquele momento ficou nítido o fato de que o primeiro facilitou e estimulou a segunda, sem que essa articulação constituísse, contudo, uma via de mão única.

Foi assim que, diante do nível ao qual chegara a luta de classes, num ambiente internacional em que vigorava a *guerra fria*, ganhou força a alternativa de um governo autoritário com a face repressiva do Estado assumindo proeminência. A inexistência de partidos e lideranças com alcance realmente nacional e capacidade para assumir e legitimar o regime completou o quadro que conduziu a uma ditadura militar, apoiada por forte tecnocracia, que permaneceu no poder por mais de longas e sinistras duas décadas.

Na aliança que então se estabeleceu, a busca por um mínimo de legitimidade utilizou o recorrente discurso recheado de falsos elementos morais de combate à corrupção e de preservação da família, com fortes componentes de cunho religioso, além do argumento de defesa da pátria contra o comunismo internacional e, ademais, ateu. Na vigência do modo de produção capitalista, Governos e Estados autoritários comumente assimilam, e em certo sentido representam, uma negação enviesada do futuro. Constituem o recurso de última instância das forças hegemônicas no sentido de afirmar seus próprios interesses. Quando resgatam o passado não o fazem para construir sobre as bases históricas das sociedades, mas para quebrar resistências, para negar os avanços civilizatórios, o potencial do homem e das sociedades de evoluir na busca da liberdade e do combate à opressão. Isso esteve presente no Brasil pós-golpe de 1964, no discurso e na prática política. Não importam o quanto o país se tornou mais *moderno* ou o quanto absorveu tecnologia e produziu mais. As marcas mais fortes foram de um profundo retrocesso social. E quase três décadas após a queda da ditadura militar, quando tais marcas pareciam pertencer a um passado já longínquo, a realidade nos revelou a sua permanência em estado latente, voltando a se manifestar e de alguma forma mobilizando parcela significativa, ainda que minoritária, da sociedade brasileira.

De toda forma, a desmobilização política, como consequência da instauração da repressão aberta, propiciou o clima para uma série de reformas que permitiram a concentração de recursos financeiros e de instrumentos de política econômica e, a partir de condições internacionais mais favoráveis, orientar a retomada do crescimento da economia, gestando o ambiente propício para o dito *milagre brasileiro*. Nesse contexto, assumiram importância fundamental as medidas de brutal repressão à classe trabalhadora, com apoio direto e mesmo participação – passado algum tempo, confessa – do capital internacionalizado e das estruturas de poder do imperialismo. No conjunto dessas medidas de natureza repressiva foram incluídos o desmantelamento e a seguir o controle das organizações da classe trabalhadora, abrindo caminho para uma fase expansiva que teve na superexploração da força de trabalho uma de suas bases de sustentação.

Nas décadas seguintes, a penetração do capital internacionalizado no Brasil terá forte participação de ingresso de fluxos financeiros na modalidade de empréstimos, inicialmente numa conjuntura de elevada liquidez internacional. Esse processo, cujos desdobramentos se farão sentir na denominada crise da dívida que explode na sequência, constituiu componente importante da instabilidade das taxas de crescimento da economia que aqui se instaurou nas duas últimas décadas do século XX permeada por forte ingerência do capital internacional inclusive por intermédio do FMI.

5.4 INTERNACIONALIZAÇÃO, ESTADO AUTORITÁRIO E FORÇA DE TRABALHO – CONTRAPOSIÇÃO DE IDEIAS

Na vasta literatura dedicada à análise dos acontecimentos mais expressivos que marcaram a formação social brasileira durante a ditadura militar, no que diz respeito à internacionalização da economia e à forma autoritária assumida pelo Estado naquele período, se contrapõem, simplificada e, duas perspectivas: i. aquela dos que apresentaram argumentos em defesa da internacionalização e/ou justificaram a adoção de um regime político autoritário e, nesse contexto, fundamentaram a política adotada em relação à força de trabalho;¹⁶⁷ ii. aquela dos que, sob um ponto de vista crítico (ao menos a algumas características assumidas pelos processos econômicos e políticos no Brasil pós-1964), analisaram as mudanças na estrutura produtiva, nos movimentos de recomposição da propriedade dos meios de produção e/ou na forma assumida pelo Estado no pós-1964 e sua articulação com as políticas relativas à força de trabalho. Salientamos que a perspectiva dos autores que se posicionaram criticamente está longe de ser homogênea, apresentando divergências em vários aspectos.¹⁶⁸

O debate foi intenso tanto no interior de cada uma dessas perspectivas quanto entre as posições intrinsecamente conflitantes. Sem pretender fazer uma exposição do debate em si,

¹⁶⁷ Dentre os autores afeitos a tal linha de pensamento, destacamos particularmente Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos. Utilizamos também, de forma mais indireta, trabalhos de Eugênio Gudín e Delfim Netto.

¹⁶⁸ Para essa segunda perspectiva, o critério de seleção foi principalmente a aproximação temática a aspectos da realidade que interessam particularmente ao desenvolvimento deste trabalho. Dentre outros, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Estevam Martins, Luis Carlos Bresser Pereira, Luciano Martins, Octávio Ianni, Paul Singer e Francisco de Oliveira. Além destes, há que mencionar autores que se debruçaram sobre os temas referenciados, utilizando (e desenvolvendo) os marcos da teoria marxista da dependência. Dentre estes últimos, por sua representatividade, destacamos Rui Mauro Marini.

consideramos esclarecedora uma apresentação inicialmente concentrada em autores que não só defenderam ou justificaram as políticas da época, mas também tiveram participação ativa na sua elaboração e/ou implementação. Ou seja, além de adotarem uma perspectiva teórica coerente com o modelo implícito nas medidas adotadas, estiveram organicamente vinculados à atuação do Estado naquele momento, à forma específica de dominação e à prática de tipos particulares de políticas. Assim, a argumentação desses autores dá conta inclusive, ainda que em alguns casos indiretamente, do discurso governamental¹⁶⁹ quanto ao processo de internacionalização em si, ao fechamento político, incluindo a repressão ostensiva, e à articulação e rebatimentos dessas questões nas políticas relativas à exploração e reprodução da força de trabalho.

Quanto à internacionalização da economia brasileira, Mario Henrique Simonsen analisou a participação do capital internacional, em termos que denominou *pragmáticos*. Constatou que nos segmentos caracterizados por investimentos de grande porte, o Estado controlava setores vitais como energia elétrica, petróleo, e siderurgia, enquanto a indústria automobilística, a mecânica pesada e a de material elétrico estavam sob domínio do capital externo. Admitiu que a grande empresa privada nacional se restringia ao setor financeiro, ainda assim *competindo* com bancos estatais. Em áreas como construção civil, comércio, indústria têxtil, calçados e outras em que o capital local predominava, a grande empresa, naquele período, seria exceção. Apesar disso, considerou *ideológicos* argumentos de marginalização da empresa de capital nacional e colocou em dúvida a possibilidade ou mesmo desejabilidade de um crescimento baseado nessas empresas. Na sua visão, os setores mais dinâmicos fatalmente teriam que ser desenvolvidos pelo capital internacional, sob pena de *um nacionalismo pouco esclarecido* constituir *obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso tecnológico*. Concluiu que, no caso brasileiro, a abertura ao capital externo estaria ocorrendo segundo critérios *razoáveis*, com apreciável grau de nacionalismo, sem, contudo, desprezitar os direitos adquiridos, evitando os *espasmos expropriativos* de outras nações latino-americanas.

¹⁶⁹ Roberto de Oliveira Campos foi Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, entre 1964 e 1967, no governo Castelo Branco. Mário Henrique Simonsen foi Ministro da Fazenda entre 1974 e 1979 (governo Geisel) e Ministro do Planejamento nos cinco primeiros meses do governo Figueiredo. Eugênio Gudim havia sido Ministro da Fazenda (1954-55) no breve governo Café Filho quando foi editada a Instrução 113 da SUMOC, que facilitava o ingresso de investimentos estrangeiros no país e foi amplamente utilizada no governo Juscelino Kubitschek. Antônio Delfim Neto ocupou diversos cargos no período da ditadura militar: Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974 (sendo um dos signatários do Ato Institucional n.º 5 – AI-5, de dezembro de 1968); Embaixador do Brasil na França de 1975 a 1978; Ministro da Agricultura durante alguns meses de 1979 até assumir o Ministério do Planejamento, posição na qual permaneceu até 1985.

Já Roberto Campos, que dedicou muitas linhas e tinta para atacar o que chamou *motivação nacionalista*, afirmou que esta traria implícito *o perigo da irracionalidade e seria mais eficaz como rechaço (ao estrangeiro) que como mobilização (do nacional)*. Evidentemente, o rechaço ao estrangeiro não agradava a Campos, fervoroso defensor e diretamente responsável por medidas que favoreceram o aprofundamento da internacionalização dos processos produtivos no Brasil através da, nas suas palavras, *absorção desinibida* do capital externo.¹⁷⁰

Com relação ao autoritarismo, considerava que seria fruto da incompatibilidade entre *democracia política* de um lado e *controle da inflação e desenvolvimento econômico* de outro. Tal concepção é reafirmada em várias passagens em que Campos busca justificar o autoritarismo ou o rompimento dos limites da democracia burguesa a partir de 1964.¹⁷¹ Nessa toada, foi sucessivamente explicando o autoritarismo. Primeiro, em situações de *estagnação*, depois em condições de *desenvolvimento com inflação*, e, por fim, frente ao objetivo de altas taxas de crescimento.

Abordando à sua maneira a questão da legitimidade, afirmou que a maior dificuldade consistiria na criação de *motivações* para a construção de um grau razoável de estabilidade

¹⁷⁰ CAMPOS, Roberto de Oliveira. A arte de identificar inimigos. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O Mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976d. p. 223-224.

¹⁷¹ (...) essa viabilidade (...) é muito maior quando o problema é simplesmente acelerar o desenvolvimento, pois se trata de distribuir fatias de um bolo crescente, com bastante margem para a acomodação social. Muito mais estrito é o controle da inflação em uma economia estagnada. Trata-se então de corrigir distorções, amputar privilégios, realocar os fatores: a contenção salarial antagoniza o proletariado; a contenção creditícia ao empresariado; a contenção fiscal à classe política. Daí a freqüente inevitabilidade de soluções autoritárias durante o período de contenção econômica. CAMPOS, Roberto de Oliveira. A terrível assimetria. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976c. p. 160.

(...) O ápice das dificuldades para a preservação democrática é atingido quando o país enfrenta uma conjuntura de *estagnação* (...) debilita-se a disciplina social e as medidas corretivas, eleitoralmente repugnantes, muitas vezes só podem ser implantadas sob um contexto autoritário. O Brasil enfrentou essa situação em 1964 por ocasião da Revolução. CAMPOS, Roberto de Oliveira. Descaso benevolente ou desengajamento construtivo? In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976e. p. 168.

(...) um ritmo rápido de desenvolvimento exige elevado nível de inversões, financiado pela taxaço do governo, pelos lucros das empresas e pela poupança do público. Para alcançar-se esse alto nível de acumulação de capital se torna necessário amortizar temporariamente a estridência dos mecanismos reivindicatórios (...) No primeiro caso, o da estagnação com inflação, a operação normal do mecanismo democrático é dificultada porque reclama mais distribuição; no segundo, no caso do desenvolvimento em *marcha forçada*, porque exige mais inversão. CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Quo vadis América Latina*. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976g. p. 201.

política.¹⁷² Destacou a necessidade de transformar a *esperança* em *produto vendível e consumível através de motivação e demonstração de eficácia*. Caso contrário, a *frustração social* poderia transformar-se em protestos contra a lentidão da chegada até as *massas* dos frutos do crescimento econômico.¹⁷³ Observou que o Brasil deteria certo privilégio relativamente aos demais países latino-americanos: por sua dimensão e existência de *fronteiras virgens a conquistar*, a *integração nacional* seria uma *fonte natural de motivação*.¹⁷⁴ Esta última observação expressa bem o conteúdo ideológico do discurso de então: *Brasil grande, Brasil potência, integração nacional*, etc. Evidentemente não era mencionado que o custo dessa eventual grandeza envolvia o aviltamento das condições de exploração de parte importante da força de trabalho e mesmo o aprofundamento da degradação ambiental.

Partindo de proposições teóricas distintas, vários autores dentre aqueles críticos da ditadura militar assinalaram a expansão e fortalecimento do aparato estatal, marcado pela presença das empresas públicas. E, de modo geral, do ponto de vista político, condenaram o centralismo autoritário vigente à época. Alguns, no intento de caracterizar as classes dominantes no Brasil e sua atuação no interior do Estado nacional, desenvolveram reflexões acerca de categorias como burguesia nacional, burguesia internacionalizada, pacto de poder, *burguesia de Estado* e *empresários públicos*.

Assim, a presença do Estado na economia brasileira expressaria para Fernando Henrique Cardoso - nos escritos daquele momento -, uma resposta nacional ao desafio imperialista. Cardoso caracterizou o que seria a etapa de *internacionalização do mercado interno* partindo de argumentos sobre a *internacionalização do sistema produtivo capitalista*. Como se sabe, posteriormente, ao assumir a Presidência da República, patrocinou forte processo de privatização, que implicou num aprofundamento da internacionalização com ampliação marginal da capacidade produtiva. Ou seja, uma apropriação pelo capital internacionalizado de estruturas produtivas anteriormente criadas pelo Estado nacional brasileiro.

Cardoso também assumiu, ainda que com reservas, o conceito de *burguesia de Estado* ao destacar a formação de uma camada de dirigentes que não seria burocrática em sentido estrito. Deteria um poder de decisão que ultrapassava o âmbito interno das empresas, com possibilidade

¹⁷² CAMPOS, Roberto de Oliveira. O panorama visto do Tâmis. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976f. p.195.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 197.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 206.

de emergência de uma solidariedade de grupo e uma ideologia – *o expansionismo estatal*. Nesse sentido, poderiam ser definidos objetivos relativamente autônomos para este *setor de classe* na disputa pela hegemonia no interior do bloco no poder.

Sempre ressaltando a necessidade de mais pesquisa e discussão sobre o que seria a formação dessa nova camada social, ressaltou que embora a presença formal de *empresários públicos* já fosse detectável desde o final dos anos 1930 e início dos 1940, haveria algo novo no sentido de que tal *camada* começaria a ter *projetos políticos* para o Estado em nome da Nação.¹⁷⁵

Apesar das reservas, analisando a política de promoção das exportações da época, Cardoso formulou as seguintes indagações:

*Neste caso, a quem serve o Estado? Estará constituindo um patamar para em termos tipicamente subimperialistas, servir às empresas multinacionais? Terá como propósito (ou como resultado) o fortalecimento dos setores da burguesia local de menos produtividade relativa que as multinacionais e que estariam sofrendo as consequências de um estrangulamento do mercado interno? Ou, quem sabe estará servindo a interesses políticos e ideais nacional-estatistas de formação de potências que utilizam a uns e outros setores (nacionais ou externos) para atingir seus objetivos?*¹⁷⁶

Considerou que a *perda de qualquer função fora da ideologia do desenvolvimento nacional burguês, não das burguesias locais*. Acrescentou que o comportamento da maioria do empresariado local não sustentara as teses reformistas quanto a mudanças no agro julgadas necessárias para ampliar o mercado; nem a política de fortalecimento dos centros locais de decisão e transformação do Estado em instrumento de oposição à penetração econômica estrangeira. Estas não corresponderiam aos interesses das burguesias locais, e sim ao ideário político do nacional-populismo.

Para Cardoso, a forma assumida pelo desenvolvimento dependente beneficiaria as burguesias locais e promoveria sua expansão, desde que associadas ou *enfeudadas* com relação às corporações multinacionais e ao Estado. Sob tais limites poderiam manter papel ativo na dominação política e no controle social das *classes subordinadas*. Utilizando o conceito de *burguesias internacionalizadas* no qual inclui os *oligopólios multinacionais* e os *empresários*

¹⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 17-18.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 37.

nacionais a eles associados ou enfeudados visualizou uma tendência, nos países dependentes em *fase de desenvolvimento*, a um burocratismo autoritário.

Sem negar a distinção feita por Cardoso entre o *discurso-nacional populista* e as reais inclinações da burguesia nacional, chamamos a atenção, primeiro para a sempre presente possibilidade de descolamento entre discurso e prática política das classes sociais. Segundo, para o tratamento indiferenciado conferido à burguesia nacional. Em realidade *a forma adotada pelo desenvolvimento dependente beneficia e promove a expansão* de frações burguesas locais, mas implica também na destruição ou enfraquecimento de outras frações que simplesmente podem deixar de existir como tais. Foi o caso, por exemplo, de grupos regionais, cujas atividades foram levadas de roldão no processo de concentração e centralização que, se é próprio da acumulação de capital em geral, é, por todos os motivos, ainda mais forte quando se trata do capital internacionalizado. Além disso, Cardoso deixa implícita uma visão do Estado que comporta um projeto autônomo de expansão capitalista. Mencionamos, por fim, e ainda que a questão fuja aos objetivos centrais deste trabalho, a polêmica identificação por Cardoso de um *setor de classe* no âmbito de uma *camada* dos dirigentes públicos disputando a hegemonia no interior do Estado identificação que o próprio Cardoso coloca sob reservas.¹⁷⁷

Luciano Martins, tratando do mesmo tema num plano mais geral, considerou a existência de uma *internacionalização de mercados e da produção* que se combinariam para *engendrar uma economia internacional*. Esta não se confundiria com a soma das economias nacionais, mas as transcenderia, integrando mercados e unidades de produção. Assim, as empresas multinacionais, se moveriam num espaço econômico que ultrapassaria fronteiras, e interesses nacionais.¹⁷⁸ Aqui observamos que ainda que o capital internacionalizado de fato integre um espaço econômico que ultrapassa fronteiras, isto não significa que seus interesses se despreguem do que seriam os *interesses nacionais* de seus países de origem. Em verdade, estes últimos frequentemente aparecem em simbiose com aqueles do capital internacionalizado, instalando-se aí uma área no mínimo difusa entre pátria e capital.

¹⁷⁷ Um parêntesis revelador da verve absurda e/ou má fé do período pré-*low fare* e pré-*fake news*: a obra aqui citada, de acordo com documentos reunidos por Elio Gaspari para o livro *Ditadura Encurralada* e que constam do acervo do Arquivo Nacional, foi objeto de análise por instância de informações de segurança do Ministério da Aeronáutica. Nessa *análise*, de 1975, Fernando Henrique Cardoso, que já havia sido compulsoriamente aposentado com base no AI-5, foi formalmente classificado como *fiel súdito do comunismo internacional* e acusado de pregar a violência.

¹⁷⁸ MARTINS, Luciano. *Nação e corporação multinacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 3-4.

Para explicar o autoritarismo, Luciano Martins considerou a existência de contradição entre *estrutura econômica oligopólica e estrutura política pluralista*. Tal contradição poderia conduzir à imposição de restrições à *expansão do capital monopolista* ou ao seu predomínio sobre o aparato de Estado via imposição de *regimes autoritários onde atualmente prevalecem democracias parlamentares (...)*.¹⁷⁹

Para Carlos Estevam Martins, a presença direta do Estado nacional brasileiro enquanto proprietário de meios de produção seria parte de um processo de nacionalização que se contrapunha à internacionalização do mercado interno.

Com relação à composição do bloco no poder, considerou que a burguesia nacional, na crise dos anos iniciais da década de 1960, estaria pressionada a *partir de baixo*, a *partir de fora* além de ameaçada de *romper-se por dentro*. Seria então necessário renunciar a suas *ambições autonomistas e hegemônicas* e conformar-se com um papel mais modesto, porém seguro, num novo pacto de poder para preservar o *denominador comum dos interesses burgueses historicamente diferenciados: a propriedade privada dos meios de produção*.¹⁸⁰

Aí vemos que Estevam Martins, diferentemente de Cardoso, atribuía à burguesia brasileira *ambições autonomistas e hegemônicas*. Assim, o pacto estabelecido em 1964 implicaria na assunção pelo Estado do papel de guardião do interesse burguês em abstrato, independente de suas formas concretas de manifestação. Nesse sentido o Estado teria assumido, um *caráter poliburgues, e exclusivamente poliburgues*, com limites rígidos *entre o bloco no poder e o bloco fora do poder*. Estariam incluídas no primeiro, todas as frações da classe dominante, aí protegidas do que seriam investidas dos setores populares. Estes últimos teriam sido excluídos da ordem política nacional, e sistematicamente reprimidos em seus intentos de reorganização e participação.¹⁸¹

Com relação ao caráter *poliburgues*, que teria sido assumido pelo Estado, ainda que, num primeiro momento, em função da crise e do nível em que se encontrava a luta de classes, se tenha de fato verificado uma identificação entre praticamente todas as frações da classe dominante, existiu em todo o processo uma fração hegemônica, que representava o grande capital internacionalizado ou a ele associado. E o processo de concentração e centralização

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 14.

¹⁸⁰ MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1975. p. 208.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 208-209.

ocorrido depois de 1964 provocou a absorção ou desaparecimento de muitas pequenas e médias empresas, como assinala o próprio Estevam Martins. O autor considerou também que as mudanças que realmente ocorreram, na forma de funcionamento das empresas estatais, seriam um indicador de um projeto próprio do *capital estatal*. Assim, o que, em última análise - em que pese o elevado grau de autonomia relativa do Estado brasileiro que tinha, sim, relação com a existência de grandes empresas estatais – refletia, no essencial, o interesse das mesmas frações do capital que patrocinaram o golpe, é apresentado como se houvesse dois projetos paralelos: um de internacionalização e outro de estatização.

Estevam Martins, entretanto, ressalva que o fim da *política de colaboração de classes* acarretava, implicações distintas para os membros do bloco no poder: o capital estrangeiro, teria um imenso ganho, já que as *alianças populistas e clientelísticas nunca haviam sido seu forte*. O *capital estatal* também ganharia, pois já não necessitaria de apoio popular para se expandir, libertando-se do ônus que a *política demagógica* de governos anteriores impunha às suas taxas de rentabilidade. Sairiam lesados, com uma perda mais que proporcional a seu poder de negociação, todos os demais segmentos, comprimidos pela *internacionalização* e a *estatização* da economia.¹⁸²

Já Octávio Ianni, ao analisar e ressaltar mudanças na economia brasileira enquanto subsistema do capitalismo mundial, considerou que as políticas governamentais teriam caminhado no sentido da reformulação das relações de produção, *segundo as exigências da reprodução capitalista*. Particularmente, *teria criado novas possibilidades para o funcionamento e expansão da empresa privada nacional e estrangeira*, alterando as condições dos mercados de capital e de força de trabalho.¹⁸³

Conquanto tenha observado que com a deposição de Goulart a política econômica adquirira nova sistemática e orientação relativamente às adotadas desde 1930, Ianni ressaltou que, sob vários aspectos, tais políticas teriam correspondido a um *aperfeiçoamento de tendências e realizações efetivadas nas décadas anteriores (...)*. Nas suas palavras:

A política econômica dos governos Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici teve principalmente os seguintes objetivos: estabilização financeira; 'racionalização do sistema produtivo, desde o mercado de capitais até as relações de produção. Estas seriam condições necessárias para a reintegração do subsistema econômico brasileiro no sistema capitalista

¹⁸² *Ibid.*, p. 211.

¹⁸³ IANNI, 1977, p. 233 - 247.

*mundial e para a retomada do crescimento.*¹⁸⁴ Nesse sentido, a *hegemonia do Executivo* não estaria relacionada a mudanças do sistema político-econômico, nem a sua reforma. Não se trataria de *estatizar a economia* ou criar o *capitalismo de Estado*, mas *simplesmente de aperfeiçoar o status quo.*¹⁸⁵

Concordando quanto à consideração de que a política econômica teve o sentido de aperfeiçoar o *status quo*, sem embargo, acreditamos que a dita *hegemonia do Executivo* ou o seu protagonismo sim, estava relacionado a mudanças no sistema político-econômico. Estados autoritários e centralizados tendem a desfigurar o parlamento. A utilização pelo regime de 1964 dos denominados Atos Institucionais além do instituto dos decretos-lei parece caracterizar tal situação.

Luiz Carlos Bresser Pereira que se aventurou em uma série de considerações sobre o que seria o embrião de um novo modo de produção (o modo de produção tecnoburocrático), cuja expressão mais pura se encontraria na então União Soviética, chegou a sugerir a hipótese de uma síntese convergente entre os modos de produção capitalista e socialista.

Especificamente no que se relaciona à força de trabalho, Campos e Simonsen privilegiaram o elemento política salarial. No entender de ambos, a política salarial adotada a partir de 1964 correspondeu à necessidade de conter o processo inflacionário e aumentar a taxa de poupança. E justificaram o aumento da concentração da renda pessoal entre 1960 e 1970, claramente revelado pelos censos demográficos, a qual são forçados a reconhecer, afirmando que altas taxas de crescimento econômico seriam incompatíveis com o *distributivismo* que, no caso dos países atrasados, foi por eles qualificado de *precoce* ou *prematureo.*¹⁸⁶

A incompatibilidade entre altas taxas de desenvolvimento econômico e *distributivismo* em princípio se limitaria aos países atrasados, vez que políticas distributivistas, neste caso, equivaleriam à *repartição da miséria*. Assim, para atingir altas taxas de expansão da economia (elemento positivo no discurso) haveria que conviver com também altos índices de concentração da renda pessoal (elemento aparentemente negativo do ponto de vista moral, ainda que economicamente justificável).

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 256

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 252

¹⁸⁶ Os trabalhos de Roberto Campos aqui analisados foram escritos entre novembro de 1969 e outubro de 1974. O trabalho de Simonsen mais utilizado é de 1972.

Em sua crítica ao *distributivismo*, se referem, principalmente, ao período correspondente ao governo João Goulart, mas, especialmente Roberto Campos, não se limita a essa situação histórica e frequentemente faz referência, com bastante liberdade, à experiência de outros países latino-americanos. Como exemplos de *distributivismo precoce*, comenta a experiência chilena no governo da Unidade Popular, que denominou *socialismo de consumo*¹⁸⁷ e a política peronista na Argentina.¹⁸⁸ E vai além em sua crítica quando, aparentemente, o *distributivismo* deixaria de estar necessariamente associado a um crescimento lento por sua precocidade, para converter-se em um mal em si, já que mesmo na velha Inglaterra, a prioridade à distribuição se associaria, como *tendência natural*, a taxas reduzidas de crescimento, opinião compartilhada por Simonsen.¹⁸⁹

Na realidade, a crítica ao *distributivismo* foi toda elaborada para defender e justificar a política salarial adotada no Brasil pós-1964 que conduziu à redução, entre 1970 e 1975, da parcela detida pelos trabalhadores na apropriação da Renda Nacional Disponível Bruta. Vale destacar que tal período incluiu quatro anos em que as taxas de crescimento da Renda Nacional Bruta superaram os 10%.¹⁹⁰ Dessa justificativa constam argumentos de que as perdas seriam

¹⁸⁷ “(...) deseja conciliar um distributivismo precoce com a aceleração do desenvolvimento econômico. O resultado natural é o sinistro conúbio entre inflação e estagnação”. CAMPOS, Roberto de Oliveira. A hora do lobo. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976b. p. 39.

¹⁸⁸ “[...] decretação de aumentos salariais e serviços assistenciais muito além dos incrementos de produtividade, lançando o proletariado e o campesinato contra os empresários urbanos e os latifundiários, com o sacrifício prolongado da dinâmica do desenvolvimento”. CAMPOS, 1976c, p. 158.

“[...] se exibe um dos menores ritmos de crescimento da Europa, é porque deu prioridade à distribuição social da renda, estimulando demasiado aos sindicatos e pouco aos investidores”. CAMPOS, 1976d. p. 211.

“[...] optou por um regime de Welfare State, altamente propenso à maximização do bem estar presente, mas, talvez por isso, associado a taxas muito reduzidas de crescimento do produto real”. SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil 2002*. 5. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1974. p. 58-59.

¹⁹⁰ Em 1970 o crescimento da Renda Nacional Disponível Bruta (que já vinha apresentando taxas muito elevadas desde 1968) foi de 11,85%; em 1971, 11,39%; em 1972, 11,91% atingindo o pico de 13,93% em 1973. IBGE, Estatísticas do Século XX.

temporárias e de natureza relativa.¹⁹¹ No entender do autor, apesar de sua *aparente* crueldade, a *disciplina salarial* seria o preço a pagar pela recuperação do investimento tanto estatal quanto privado.¹⁹²

Apoiando-se em comparações questionáveis, vez que utilizou situações tão distintas como a do Chile no governo Allende e do peronismo na Argentina, Campos atribuiu, sem mais, as baixas taxas de expansão dessas economias ao *distributivismo*. Contra-argumentando, se poderia questionar a existência de elevado grau de *preocupações distributivistas* durante a ditadura militar argentina. Entretanto, lá, nesse período, as taxas de crescimento do produto não configuraram nenhum *milagre*. Algo similar poderia ser dito sobre a economia brasileira na segunda metade da década de 1970. Tudo isso deveria levar à reflexão de que outros elementos poderiam estar atuando. Ademais, Campos associava a tendência *natural* ao agravamento do *desequilíbrio* à maior diferenciação da força de trabalho como se o que perdessem os trabalhadores não qualificados se traduzisse em ganhos para os qualificados. Houve sim aumento da diferenciação da força de trabalho acompanhada de maior diferenciação dos níveis salariais, mas isso não se traduziu numa distribuição de renda menos desigual para o conjunto da população. Resultou sim numa maior dispersão de rendimentos entre os assalariados.

No centro das proposições de Campos estava a consideração de que seria de todo necessário reduzir a inflação e, ignorando Keynes, elevar a taxa de poupança. Argumentando que a *propensão a poupar* dos trabalhadores brasileiros era muito reduzida e que aumentos salariais constituíam elemento fundamental da inflação, a proposição lógica apontaria, na sua visão, para a exigência de contenção salarial e redução dos rendimentos do trabalho na distribuição funcional da renda. No mais, destacava a necessidade de criação de mecanismos de poupança forçada para os mesmos trabalhadores cujos salários estavam submetidos a uma política de arrocho. Mas ressaltava que o aumento da desigualdade não significaria

¹⁹¹ (...) países que tiveram maior preocupação distributiva – Argentina, Uruguai e Chile – figuram entre os de crescimento mais lento no último decênio, enquanto alguns outros, de crescimento mais rápido – Brasil, México e Colômbia – experimentaram até mesmo um agravamento na desigualdade da distribuição de renda. (...) no primeiro grupo de países não foram adotados métodos de redistribuição de renda compatíveis com a preservação do crescimento. (...) nos países de rápido crescimento parece existir uma tendência natural (felizmente temporária) de agravamento do desequilíbrio, em consequência da maior diferenciação da força de trabalho. (...) o aumento da desigualdade não significa necessariamente perda de bem estar global. Com o crescimento rápido, todos os grupos sociais melhoram, embora alguns melhorem mais que outros. CAMPOS, 1976g., *op. cit.*, p. 203.

¹⁹² CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A geografia louca*. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976a. p. 174.

necessariamente perdas no bem estar global: com o crescimento rápido, ganhariam todos os grupos sociais, embora para alguns os ganhos fossem maiores.¹⁹³

Mas essa melhora generalizada - ao estilo de Pareto -, se verifica em dados apresentados por Simonsen nos seguintes termos: entre 1960 e 1970, os 80% mais pobres melhoraram sua renda real per capita em 8,4% e os 40% mais pobres em 8,3%. Por outro lado, a melhoria de renda teria sido de 55,4% para os 20% mais ricos; de 77,6% para os 5% mais ricos e, no topo da pirâmide, os 1% mais ricos elevaram sua renda real em 103,2%.

Perante tais dados, comenta o próprio Simonsen se aproximando do cinismo:

*(...) em 10 anos, muitos são os que pioram ainda mais do que na renda: morrem.*¹⁹⁴

À consideração de que o crescimento acelerado *naturalmente* implicaria em concentração de renda, o argumento era que a transição da estagnação à expansão acelerada suporia um crescimento *natural* dos lucros e a necessidade de transferir recursos dos mais propensos a consumir para os mais propensos a poupar. Não fica claro em que proporção o crescimento *natural* dos lucros decorreria da elevação da sua taxa ou do maior volume da produção.

Ao defender a política salarial pós-1964, Simonsen considerou que perante uma inflação *crônica*, os salários reais oscilariam entre picos e vales, já que as altas salariais seriam descontínuas e as elevações dos preços contínuas. Então, a meta deveria ser a *estabilização pela média* abandonando-se os reajustes proporcionais ao aumento do custo de vida,¹⁹⁵ que implicavam na recomposição do pico prévio de poder aquisitivo.¹⁹⁶ Nessas condições, estava implícita a tendência à redução dos salários reais, mesmo levando em conta a pequena parcela acrescida a título de aumento da produtividade. A adoção de algo similar chegou a ser sugerida recentemente no Brasil, mas na conjuntura eleitoral acirrada de 2022, a discussão não prosperou.

Particularmente após a unificação dos coeficientes de cálculo da média dos salários passados (1966), os reajustes foram extremamente nocivos aos rendimentos dos assalariados. A partir daí, no essencial, a política não foi alterada. O máximo a que se chegou foi à revisão

¹⁹³ CAMPOS, 1976a, *op. cit.*, p. 203.

¹⁹⁴ SIMONSEN, 1974, p. 55.

¹⁹⁵ Aí o autor se refere ao programa de política salarial definido no Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, adotado no período do Governo Castelo Branco (1964-1967).

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 83.

do cálculo do resíduo inflacionário e a uma pequena correção para compensar as subestimativas do resíduo.¹⁹⁷ Em 1973, o então todo poderoso Ministro da Fazenda, Delfim Netto, chegou a falsificar os índices de reajuste, fato depois reconhecido pelo próprio governo brasileiro que, entretanto, nada fez para repor a parcela subtraída. E quando as taxas de crescimento da economia despencaram, as vozes que expressavam o discurso oficial – dentre estas a do próprio Delfim – seguiram defendendo a contenção salarial como mecanismo de solução da crise na qual se encontrava submersa a até pouco tempo *milagrosa* economia brasileira.

Uma observação sobre os dois autores que constituíram referência para a justificação da política salarial adotada pela ditadura militar: ao tratar da distribuição de renda, Campos e Simonsen (embora evidentemente não desconheçam) não deixam clara a distinção entre a repartição funcional e a distribuição pessoal da renda. Em geral utilizam dados relativos à distribuição pessoal, mas muitas vezes tratam, sem esclarecer, problemas que dizem respeito mais diretamente, à distribuição funcional, o que leva a certa confusão em seus argumentos e conclusões. Simonsen, por exemplo, justifica um maior grau de concentração afirmando que grupos de rendas mais altas poupam uma maior parte de seus rendimentos. Mas, nos próprios marcos teóricos com que trabalha, Simonsen deixa de considerar, que da poupança total do país, parte significativa não é derivada da Renda Pessoal Disponível, ou seja, não constitui poupança das famílias.

Em 1979, com a reorganização do movimento operário, foi conquistado o reajuste semestral dos salários. Também as parcelas de produtividade, após importantes greves dos metalúrgicos do ABC paulista, tornaram-se mais significativas. Ainda assim, o mesmo Delfim Netto, já então Ministro do Planejamento, tentou mais uma alquimia, desconsiderando no cálculo da inflação o item petróleo e derivados, sabidamente componente importante na formação de preços no país.

Ao tempo em que faziam a crítica do distributivismo e valendo-se de argumentos similares, Campos e Simonsen também defenderam (ao menos no discurso) os *mecanismos indiretos de redistribuição de renda*¹⁹⁸ que teriam sido utilizados no Brasil. Tais mecanismos

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 87.

¹⁹⁸ Dentre os países latino-americanos, talvez seja o Brasil o que mais imaginação revelou na formulação de esquemas de redistribuição de renda compatíveis com o crescimento econômico, enfatizando menos o processo direto - o reajuste salarial – e mais os métodos indiretos, a saber: (a) educação, saúde (...), habitação e saneamento (...); (b) fundos de poupança compulsória em favor dos empregados (...); (c) criação acelerada de

se traduziriam principalmente em ampliação dos sistemas educacional e de assistência à saúde; criação de fontes de renda não disponíveis para consumo imediato associados a mecanismos de poupança forçada (Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço – FGTS e Programa de Integração Social – PIS) e taxas de juros reduzidas para compra de imóveis populares. Mas a argumentação de que à diminuição do salário real monetário no Brasil haveria correspondido uma elevação do *salário não monetário* é falsa em alguns aspectos e muito discutível em seu conjunto. Nesse sentido, um indicador do nível de prioridade conferido à educação e à saúde é a participação relativa dos recursos destinados a essas duas áreas nos orçamentos públicos.

Fernando Henrique Cardoso ao tratar da exploração da força de trabalho, partiu da crítica ao que denominou polos opostos. Em um dos polos estaria a *visão apologética* representada pelos defensores da política governamental. No outro, os defensores da tese da superexploração. Neste último caso, suas críticas se dirigiram principalmente a Rui Mauro Marini, para muitos o autor mais importante da teoria marxista da dependência.

Sobre a visão apologética, considerou que se baseava na crença de que o crescimento decorria das virtudes objetivadas no capital ‘em si mesmo’. Nesse sentido, os aspectos sociais e políticos do crescimento capitalista seriam minimizados e ideologizados e a disciplina salarial apareceria como se tivera base técnico-racional. No mais, ironizou o que seria o sempre postergado momento do banquete final quando todos seriam recompensados pelos respectivos sacrifícios: (...) uns porque pouparam e investiram outros porque trabalharam e consumiram pouco.

empregos para a manutenção de altas taxas de crescimento econômico; (d) incentivos fiscais e a correção dos desequilíbrios regionais. CAMPOS, 1976a, *op. cit.*, p. 203-204.

A primeira forma conjecturável para a diminuição súbita do grau de concentração de renda seria a do alargamento da base: os atuais critérios de política salarial seriam substituídos por fórmulas mais generosas de reajustes. (...) o resultado seria a mutilação da capacidade de poupança do país ademais do provável recrudescimento das pressões inflacionárias do lado dos custos. E, como corolário, a redução do crescimento do produto real. Em resumo, as classes mais pobres aumentariam sua participação no bolo, mas o preço seria a estagnação, ou pelo menos o freio do crescimento do tamanho do bolo.

A segunda fórmula possível seria a do corte do topo: o Governo, através de um imposto sobre a renda bem mais fortemente progressivo (...). Essa fórmula politicamente bem menos simpática que a primeira talvez fosse menos nociva à capacidade de poupança do país (...). Resta indagar o que seria do incentivo sobre a propensão do indivíduo a trabalhar, correr riscos e a desenvolver novos empreendimentos.

A terceira alternativa é a adotada pelo Governo brasileiro (...). “Não se trata de fórmula destinada a reduzir abruptamente o coeficiente de concentração de renda (...) Se trata de um conjunto de medidas que, a médio prazo, tenderá a provocar uma distribuição de renda mais equitativa, sem prejuízo do ritmo de crescimento do produto real.” SIMONSEN, 1974, p. 59-61.

Quanto ao segundo polo, a crítica de Cardoso se dirigiu ao que seria uma visão da acumulação como resultado da coação sobre os trabalhadores que ganhando pouco, e cada vez menos, permitiria a acumulação em espiral. Criticou também o argumento de que a resolução provisória da realização via consumo da *classe capitalista e conexas* levaria à obstrução dos canais da acumulação pelo excesso de capital acumulado, induzindo tendencialmente uma crise de subconsumo. Na sua interpretação isso implicaria deixar de lado o fato de que o *capitalismo avançado* se basearia na *extração de mais valia relativa (decorrente do progresso técnico, não da superexploração da jornada de trabalho) e da competição (ainda que oligopólica)* entre produtores. Concluiu que nas duas perspectivas se chegaria ao autoritarismo e ao empobrecimento da maioria da população.¹⁹⁹

Contudo, no intento de refutar a tese que, em sua interpretação, caracterizaria o capitalismo dependente como baseado na exploração extensiva de força de trabalho, não ofereceu explicações alternativas para a existência real do autoritarismo a que explicitamente faz referência, do também real empobrecimento da maioria, e finalmente, para tratar apenas de elementos por ele mencionados, da extensão da jornada de trabalho. Nas suas conclusões, afirmou que conferir à mais valia absoluta um papel importante, constituiria um *anacronismo*.²⁰⁰ Cardoso tampouco mencionou que a elevação da composição orgânica do capital tende a conduzir à queda da taxa de lucro.

Em síntese, enfatizou sua discordância da *visão apologética* de que com o tempo se chegaria a uma adequada distribuição de renda, mas insistiu que a especificidade da etapa de internacionalização do mercado interno no Brasil estaria na emergência dos setores *oligopólicos* e não na generalização da exploração baseada no mais valor absoluto. Assim, ressaltou que ainda que persistissem formas de mais valor absoluto, seria simplista explicar o avanço da acumulação como se formas complexas de exploração não existissem. A partir daí, considerando que a industrialização da *periferia* ocorrera em concomitância com a internacionalização do capital, o que obviamente é verdadeiro, concluiu que o barateamento da

¹⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 13-14.

²⁰⁰ É verdade que em certas etapas (...) a extensão da jornada de trabalho joga um papel importante na acumulação. (...) Mas generalizar este raciocínio, para outras fases, quando a dinâmica da acumulação do setor mais avançado repousa na exploração clara da mais valia relativa e no aumento da taxa de composição orgânica do capital, constitui um anacronismo. Depois de implantado um setor capitalista avançado, sua dinâmica (...) não depende mais do desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas (...) da criação real de um mercado de consumo capitalístico. Este não é composto apenas pelo gasto dos trabalhadores, mas também pelo consumo dos capitalistas e, especialmente, das empresas, do Estado e das classes ligadas ao setor terciário. *Ibid.*, p. 31-32.

reprodução da força de trabalho seria consequência, em muito maior medida, dos investimentos externos e decorrente avanço tecnológico, que da pressão sobre a força de trabalho.²⁰¹

Consicardosmos, em primeiro lugar, que, em alguns aspectos, Cardoso incorreu numa falsa crítica a partir de uma falsa interpretação, já que os autores por ele classificados como adstritos à tese da superexploração, jamais tentaram explicar o avanço da acumulação como se as formas *mais complexas* de mais valor não existissem. Em verdade, a questão se embaralha quando, em sua crítica, Cardoso faz uma associação direta entre o conceito de superexploração e a mais valia absoluta. Em segundo lugar, sem negar que os investimentos estrangeiros, em algum grau, podem ter reduzido o custo de reprodução da força de trabalho, a sua concentração em segmentos do setor II produtores de *suntuários*, põe sérias dúvidas de que hajam constituído fator tão importante nesse sentido.

Otávio Ianni, ao assinalar a obviedade do caráter conservador da política econômica governamental, destacou alguns pontos importantes, especificamente no que diz respeito à política salarial da ditadura, enfatizando que tal política não constituiria apenas um elemento da política antiinflacionária. Para Ianni:

(...) a análise da política salarial não se esgota em seu significado antiinflacionário. A política salarial do governo sempre é parte da política operária. Nesse sentido, o congelamento salarial, nos termos em que ocorreu nos anos 1964-1970, fez parte de uma política de recomposição das relações entre as classes assalariadas, por uma parte, e os compradores de força de trabalho, por outra (...)²⁰².

Paul Singer, ao analisar o *milagre brasileiro*, tratou da repartição da renda entre *o trabalho e o capital* cuidando de relacionar a questão com a forma em que o Brasil se inseria na *economia capitalista internacional*, naquele momento em processo de *integração*, o que implicava em alterações na *divisão mundial do trabalho*. Para Singer, se havia algum milagre, este se explicaria fundamentalmente:

a) pela maneira como a repartição da renda foi ‘disciplinada’ mediante a substituição da negociação coletiva no mercado de trabalho por uma ‘política salarial’ rígida, centralizada e – do ponto de vista da acumulação de capital – perfeitamente eficaz; e b) pela crescente integração internacional das economias capitalistas, implicando em alterações na divisão mundial do

²⁰¹ *Ibid.*, p. 33.

²⁰² IANNI, 1977, p. 276 - 277.

trabalho, que proporcionaram amplos fluxos de capital estrangeiro para o Brasil.²⁰³

Francisco de Oliveira chamou a atenção para o fato de que o perfil da distribuição pessoal de renda se ajustava perfeitamente à forma como se reproduzia o capital no Brasil. Na sua perspectiva, a distribuição desigualitária da renda ao invés de obstáculo, constituía a própria base do mercado para os novos ramos industriais aqui implantados.²⁰⁴ Considerou que os altos preços dos produtos nacionais que substituíram os importados eram adequados à distribuição de renda vigente no país. E que uma hipótese de crise clássica de realização se consubstanciaria se frente aos altos preços dos produtos nacionais, “*a distribuição de renda fosse mais igualitária, e não ao contrário*”.²⁰⁵

Rui Mauro Marini apontou a superexploração como um traço inerente ao capitalismo dependente afirmando, que no caso brasileiro, mesmo em períodos de expansão da economia (1968-73) grande parte da população havia permanecido excluída das novas possibilidades de consumo criadas pelo processo de acumulação. Considerou a exclusão das grandes massas das possibilidades de consumo criadas pelo novo modelo de acumulação com o que se agravaria a excisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação sendo ratificado como fenômeno permanente o que alguns haviam suposto efeito passageiro da conjuntura depressiva. Para Marini a economia dependente, enquanto economia da superexploração se moveria sempre no sentido de agudizar o divórcio entre a produção e as necessidades de consumo das massas, excluindo parte delas da esfera alta da circulação. Assim, mesmo os grupos altos e médios da pequena burguesia que teriam logrado participar em algum grau dessa esfera, estariam dela sendo expulsos.²⁰⁶

5.5 ESTADO AUTORITÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO

O golpe de 1964 não alterou a tendência de consolidação de uma estrutura produtiva progressivamente internacionalizada no Brasil. Ao contrário. Mas, de alguma forma, manteve o Estado como partícipe direto dessa estrutura num novo formato. Grandes empresas estatais

²⁰³ SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 10.

²⁰⁴ OLIVEIRA, F. 1977c, *op cit.*, p. 89.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 89-90.

²⁰⁶ MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Politicos*, n. 13, p. 83, jul./set. 1977a.

compunham parte considerável do muito incompleto setor I, mas aí já com a forte participação do capital internacionalizado na produção de alguns insumos básicos a exemplo dos petroquímicos. Além disso, as ditas empresas multinacionais, a seguir transnacionais, foram paulatinamente avançando e dominando o Setor II, especialmente o segmento produtor de bens de consumo durável que seguiu constituindo um dos principais eixos do processo de acumulação. Outros segmentos do setor II, notadamente aquele voltados para a geração dos designados produtos de consumo corrente, - que abrangem a essência da reprodução da força de trabalho – ainda permaneceram nesse período, em grande parte, sob domínio do capital local. A construção civil também continuou território da burguesia interna.

Deve ainda ser registrado o fato de que em alguns ramos (setor automobilístico, por exemplo), um grande número de pequenas e médias empresas mantém fortes laços de dependência em relação às multinacionais participando assim, indiretamente do setor internacionalizado e o ampliando. Em que pese a dificuldade de mensuração do fenômeno, essas empresas menores funcionam com um tipo de articulação que possivelmente inclui mecanismos de transferência de mais valor para as grandes empresas.

O Estado autoritário, sob os governos militares, atuou no sentido da manutenção do processo de internacionalização do capital num formato em que as eventuais negociações tinham um caráter mais centralizado. De fato, dentre as medidas adotadas nos primeiros anos do período militar se pode incluir uma mudança radical na pauta de reformas. Sai a reforma agrária e entram em cena a reforma bancária e a reforma fiscal, por exemplo. Além disso, cuidou-se de eliminar diversas restrições legais ao envio de lucros ao exterior por parte das empresas estrangeiras, contidas na Lei de remessa de lucros de 1962,²⁰⁷ e foram criados incentivos à fusão de empresas, notadamente, mas não só, na área bancária. Concomitantemente foi praticada uma política creditícia que provocou a quebra de muitas pequenas e médias empresas. Em resumo, foram estabelecidas as bases locais sobre as quais se estruturaria o *milagre brasileiro* que, de modo geral, é caracterizado pelas taxas anuais de crescimento do PIB que variaram de 9% a 13% entre 1968 e 1973.

²⁰⁷ Lei n. 4.131 de 03 de set. de 1962. Modificada pela Lei n. 4.390 de 29 de ago. de 1964 e por sucessivos Decretos-Lei. BRASIL. *Lei n. 4.390 de 29 de ago. de 1964*. Altera a Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4390-29-agosto-1964-353889-norma-pl.html#:~:text=EMENTA%3A%20Altera%20a%20Lei%20n%2C%20e%20dá%20outras%20providências.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A,Legislativo\)%20-%20\(Revogação\)](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4390-29-agosto-1964-353889-norma-pl.html#:~:text=EMENTA%3A%20Altera%20a%20Lei%20n%2C%20e%20dá%20outras%20providências.&text=Vide%20Norma(s)%3A,Legislativo)%20-%20(Revogação).). Acesso em: 03 jan. 2023.

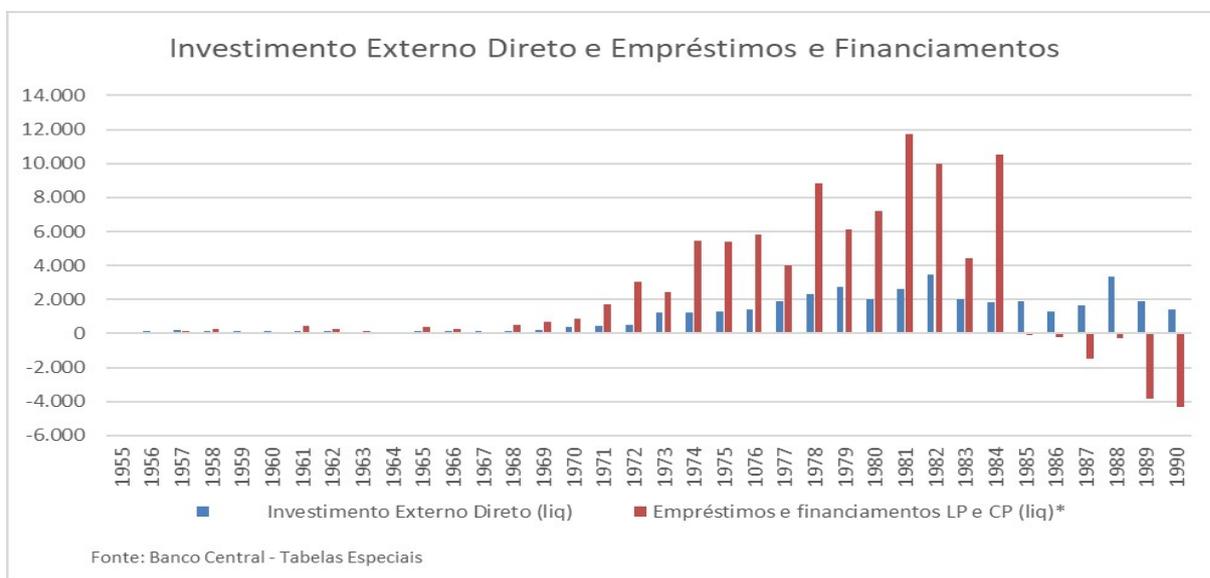
Figura 3 – Variação real anual do PIB – 1950-1985



Foi nesse período que investimentos estatais frequentemente passaram a assumir a forma de associação com capitais externos particularmente em ramos com exigência de inversão inicial elevada. Cumpriram nesses casos também a função de compartilhar riscos, como ocorreu, por exemplo, no segmento petroquímico. Em algumas circunstâncias, a associação se deu na forma de *joint-ventures*, das quais a Usina Siderúrgica de Minas Gerais- Usiminas (associação com capitais japoneses) pode ser considerada precursora. Tal associação implicava, obviamente, que essas empresas deveriam funcionar segundo critérios privados de lucratividade, o que, dentro de certos limites, mas de forma crescente, tendeu a se generalizar para o conjunto das estatais. Essa política pode ser considerada o embrião da transformação da lógica de funcionamento das estatais, ou das empresas, ou das empresas que o Estado detinha a maioria expressiva das ações, fenômeno que irá se aprofundar a partir da década de 1990, quando do início das grandes privatizações, até atingir a maior e portadora de mais simbolismo dentre elas: a PETROBRAS.

A conjuntura internacional de ampla liquidez favoreceu o ingresso de capitais externos em suas diversas modalidades. Certamente os amplos volumes de excedente de capital dinheiro no mercado internacional, inclusive no de eurodólares, a seguir petrodólares, tiveram sua parte na explicação do fenômeno de entrada massiva de capital estrangeiro no Brasil a partir de 1968. E, diferentemente do que ocorrera na fase expansiva da década de 1950, a internacionalização do capital internacionalizado nesse período se deu, majoritariamente, sob a forma de empréstimos e financiamentos.

Figura 4 - Investimento Externo Direto e Empréstimos e Financiamento



Isso deu lugar a um espetacular crescimento da dívida externa que em 1964 era de 3,3 bilhões de dólares e em 1977 atingiu aproximadamente 33,0 bilhões.²⁰⁸ Ademais, se imediatamente depois do golpe os financiamentos dirigiam-se a Operações de Regularização da Autoridade Monetária, com maior participação de créditos governamentais ou de instituições multilaterais, progressivamente ganhou importância relativa o capital financeiro privado, à medida que o novo governo brasileiro foi deixando clara sua orientação e potencial *estabilidade*. Entre 1966 e 1970 a participação dos créditos governamentais ou de instituições multilaterais no total do investimento externo foi de 26,3%. Em 1971, essa participação caiu para 15,6% e, em 1972, para 9,2%.²⁰⁹ E na segunda metade da década de 1980 as amortizações passaram a superar as entradas. Na sequência, o recurso ao FMI, através dos conhecidos acordos que limitavam ainda mais as possibilidades do exercício da soberania. Vale ressaltar que o endividamento externo constituiu um fenômeno mais generalizado, atingindo vários países latino-americanos.

²⁰⁸ Ipeadata.

²⁰⁹ MARINI, Rui Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Politicos*, n. 12, p. 3, abr.-jun.1977.

Figura 5 - Empréstimos e Financiamentos LP e CP

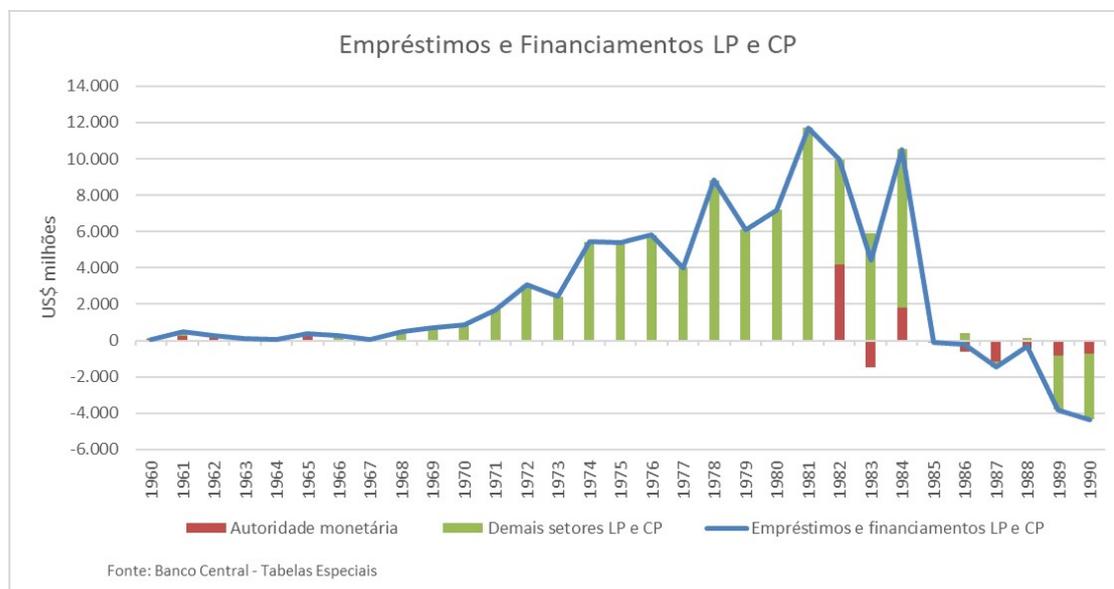
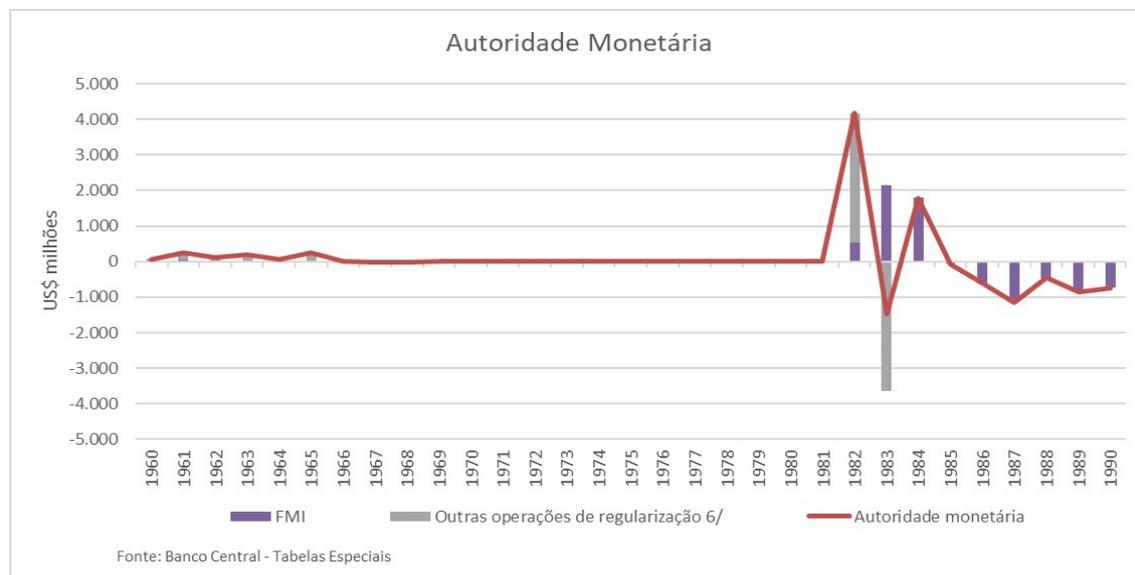


Figura 6 - Autoridade Monetária – Operações de regularização



Na época houve quem enfatizasse a ocorrência de alguma diversificação na origem do capital internacional aqui internalizado, sendo o capital norte-americano relativamente deslocado por capitais japoneses e da então República Federal da Alemanha ou Alemanha

Ocidental.²¹⁰ Há que considerar o elevado crescimento apresentado pelas economias desses dois países no período pós-Guerra, cujas taxas de produtividade se aproximaram daquelas apresentadas pela economia norte-americana.²¹¹ Isso deu margem inclusive a que alguns analistas aí enxergassem a emergência de uma hegemonia internacional compartilhada ou mesmo ao *ocaso* do império americano, perspectiva não confirmada pelos fatos.

O processo de financeirização da economia mundial, que ganhou impulso principalmente a partir do final da década de 1970, aliado às políticas de desregulamentação dos mercados de um modo geral, em poucas palavras, constituiu, a forma de reafirmação da hegemonia americana e da reiteração do dólar como moeda de referência das transações internacionais. Tal hegemonia, que envolve as esferas econômica, política e militar alcançando também questões de natureza cultural, só voltará a ser objeto de questionamentos a partir da ascensão da China no cenário mundial.

De toda forma no decorrer do *milagre brasileiro* acentuou-se marcadamente o processo de monopolização e internacionalização da economia, destacando-se a formação de conglomerados e a fusão de empresas, em cujo processo o Estado cumpriu papel fundamental. Dados disponíveis revelam várias facetas do grau e ritmo de internacionalização da economia brasileira no período em que atores nada santos atuavam para a concretização do propalado *milagre*. Em 1972, 42% dos ativos das 300 maiores empresas eram de propriedade estrangeira. Em 1969 eram os seguintes os ramos em que a propriedade estrangeira superava os 50%: produtos químicos e derivados de petróleo; caucho; máquinas; motores e equipamentos industriais; automóveis e caminhões (100%); partes e acessórios para veículos; equipamentos rodoviários; móveis de aço e equipamentos para oficinas; fumo e produtos farmacêuticos.

Do processo de concentração não foi excluída a produção de serviços de um modo geral. Nessa área, o movimento foi indicativo de uma tendência que iria se aprofundar rapidamente nas décadas seguintes. Aqui mencionamos, pelas características e pelos desdobramentos posteriores, o avanço do capital via mercantilização de parte importante da educação e da saúde. Marcadamente nesses dois segmentos, vitais para a reprodução da força de trabalho, mas atingindo também outras áreas, verifica-se a absorção, pela produção capitalista, do trabalho de

²¹⁰ BUSATTO, César. *La crisis del imperialismo y sus consecuencias sobre la reproducción del capital y la inserción mundial de la economía brasileña*. Tese (Doutorado Economia) – Universidade Autónoma do México, México, 1979.

²¹¹ HOBBSAWM, 1995.

profissionais autônomos de um modo geral, incluindo os ditos profissionais liberais de nível superior. Destacamos, mais uma vez pelos desdobramentos posteriores, dentre estes profissionais, aqueles da área da medicina, cujo trabalho começou aí a ser submetido à lei do valor e, em medida não desprezível, se foram transformando, ao menos parcialmente, em assalariados de empresas privadas ou em trabalhadores não assalariados, mas submetidos às regras dos grandes hospitais, clínicas e seguradoras. Na esfera da circulação também se acentuava duramente a concentração. E, no que diz respeito às finanças, o segmento bancário constituiu, quiçá, o exemplo mais significativo, mas o processo foi generalizado.

O período milagroso da economia brasileira chamou a atenção, sobretudo porque se estendeu pelos anos iniciais da década de 1970 quando a economia mundial já enfrentava dificuldades após aproximadamente duas décadas de expansão acelerada. Em 1971 os Estados Unidos já haviam rompido unilateralmente com a conversibilidade do dólar, interrompendo assim o período em que vigorou a ordem monetária mundial negociada nos Acordos de Bretton Woods. Aparentemente o calendário não exatamente ajustado da economia brasileira com relação ao contexto internacional dava conta do rescaldo das reformas realizadas e da maturação dos investimentos, mas os problemas de crescimento da economia mundial não tardariam a se expressar também aqui, ainda que com algum retardo. O sobressalto decorrente da primeira forte elevação dos preços do petróleo, em 1973, encerrando o ciclo de energia muito barata em nível mundial, já alcançaria a economia brasileira na ante-sala da inflexão.

Com relação às ações do Estado mais diretamente associadas aos processos de exploração e reprodução da força de trabalho no pós-golpe, a atuação foi claramente no sentido da desmobilização política dos trabalhadores, via perseguições de todo tipo incluindo o desmonte das organizações sindicais e a repressão violenta a tudo que tivesse a mais leve conotação de luta de classes. Destacamos inicialmente a implementação de uma série de medidas que, para além do estrito controle dos sindicatos, buscaram anular qualquer conteúdo político dessas instituições e acentuar seu caráter assistencial e recreativo. Foi retirada dos sindicatos até mesmo a função de reivindicação econômica e os reajustes salariais passaram a ser regulados

pelo Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS),²¹² de acordo com os índices de aumento da produtividade e os resíduos inflacionários calculados e aprovados no âmbito do poder executivo. Foi ainda estabelecido que os reajustes teriam que observar o intervalo mínimo de um ano e a estabilidade no emprego foi eliminada. O direito de greve foi confinado a limites muito estreitos e a participação em greve ilegal passou a constituir crime contra a segurança nacional. O rígido controle exercido sobre os sindicatos elevou de forma drástica o número de intervenções que embora já fosse previsto na CLT era, até então, considerado como medida extrema.

Para implementação dessa política foram utilizados, de forma mais ostensiva e explícita nos momentos de maior tensão, os mais duros mecanismos repressivos. De toda forma, com maior ou menor intensidade e frequência no seu uso, a ameaça de acionamento de tais mecanismos permaneceram muito presentes, através de iniciativas diversas, visando desmantelar qualquer resistência, durante todo o período ditatorial.

A ditadura getulista já havia exercido severa repressão sobre as frações mais organizadas e ativas da classe trabalhadora, havia controlado estritamente os sindicatos, atrelando-os ao Estado e combatido ferozmente seus opositores. No caso particular dos comunistas, chegou ao extremo de entregar uma mulher grávida de um cidadão brasileiro aos nazistas para ser assassinada. Atos dessa natureza não comportam um porém. A ditadura militar instaurada após o golpe de 1964 praticou ações de gravidade similar. E foi além. Desmobilizou os sindicatos e legislou contra os trabalhadores anulando conquistas anteriores. Desbaratou organizações de esquerda e perseguiu, até a morte, vários de seus integrantes. E, de cambulhada, eliminou movimentos populares de resistência de modo geral. Ademais, adotou uma política de distribuição de renda extremamente concentradora, piorando sensivelmente as condições de exploração e reprodução da força de trabalho. E foi assim que a intervenção estatal nos sindicatos e a radical repressão aos movimentos populares em geral e ao movimento dos

²¹² O Conselho Nacional de Política Salarial foi instituído pelo Decreto n. 52.275 de 17 jul. de 1963, inicialmente com o objetivo de estabelecer a política salarial a ser observada pelas autarquias federais de natureza econômica e as sociedades de economia mista em que a União ou suas autarquias detivessem maioria do capital social, e reorganizado pelo Decreto 54.018 de 14 jul. 1964 que estabeleceu novas regras para a política salarial. BRASIL. *Decreto n. 54.018 de 14 de jul. de 1964*. Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece normas sobre a política salarial do Governo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54018-14-julho-1964-393992-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jan. 2023. A partir daí as normas adotadas para a política salarial do governo federal passariam a ser extensivas aos governos estaduais e municipais. O Decreto 54.228 de setembro de 1964 voltou a ampliar as funções do Conselho.

trabalhadores no campo e nas cidades em particular mantiveram os salários reais em queda continuada, o que constituiu componente importante da expansão lograda a partir de 1968 e até 1973.

Com relação aos salários, há que observar que o próprio processo de industrialização, com forte presença de empresas estatais, já estabelecera diferenças marcantes no mercado de trabalho no Brasil. E a internacionalização da produção aprofundou a diferenciação da classe trabalhadora, inclusive no interior da indústria, em diversos sentidos, entre os quais o nível salarial. Tais diferenças se instalaram a partir do grau de especialização e da mais acentuada divisão do trabalho no interior de cada ramo de atividade econômica, mas também entre os diferentes ramos de atividade. A evolução do salário médio real na indústria automobilística, por exemplo, revela tendência à estabilidade. Porém, neste mesmo segmento industrial, que então concentrava parcela importante dos trabalhadores mais qualificados do país, a relação entre os índices de salário médio e a produtividade foi decrescente mesmo no decorrer do período que durou o *milagre*. A queda do salário mínimo (Figura 2) foi muito mais acentuada que a do salário médio²¹³ e mesmo no ramo automobilístico não era desprezível o número de trabalhadores remunerados com o piso salarial do país. Adiante, com o advento da terceirização, a proporção dos trabalhadores que auferem apenas o salário mínimo apresentará tendência ainda mais forte de ampliação.

Para caracterizar o grau de exploração da força de trabalho, particularmente no período do *milagre*, haveria ainda que considerar a tendência à incorporação de força de trabalho feminina que, em que pese a legislação, comprovadamente auferia (e auferia ainda hoje) salário inferior àquele percebido pelos homens adultos. Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), da Universidade de São Paulo indicavam que, à época, as mulheres ganhavam, em média, salários 57% inferiores aos dos homens, considerada a totalidade das ocupações na indústria no Estado de São Paulo, estado que, ainda hoje, concentra parte muito significativa da produção nacional.²¹⁴ No caso de crianças e adolescentes a legislação proibia o trabalho de menores de 14 anos, mas permitia, com algumas restrições, a utilização de força de trabalho de adolescentes entre 14 e 18 anos, com pagamento inferior, sob a justificativa de que se tratava de um período

²¹³ Em São Paulo, entre 1964 e 1969 o salário médio foi reduzido em 31%, enquanto a queda do salário mínimo atingiu 71%.

²¹⁴ O mesmo trabalho indica que a maior parte dessas mulheres trabalhava nos ramos de fiação e tecidos; vestuário; alimentos e na prestação de serviços de limpeza e lavanderia. A partir de 1974, é iniciada a contratação de mulheres pela indústria da construção civil.

de aprendizagem (situação que perdurou por muito tempo, na figura do *menor aprendiz*).²¹⁵ Mas nem sempre o foco central da utilização de menores no processo de trabalho esteve na aprendizagem, deslocando-se, frequentemente, para a utilização de força de trabalho mais barata.

De toda forma, historicamente, essa incorporação significou também um mecanismo de desvalorização da força de trabalho, uma vez que sua reprodução passa, em muitos casos, a ser associada ao valor da força de trabalho de mais de uma pessoa por unidade familiar. E, condições de redução do salário real induzem as próprias famílias a buscar defender sua renda e sua condição de consumo via ingresso no mercado de trabalho de outros membros da família, encurtando, amiúde, o tempo de formação inclusive aquele de assistência à escola por parte dos mais jovens. Indicadores de níveis de emprego e renda da época demonstram que as circunstâncias eram tão desfavoráveis que apesar do aumento do número de trabalhadores por família, a renda real familiar se reduziu. Vale acrescentar que, no período mais recente, na contramão de tal tendência, é crescente no Brasil o número de famílias cuja subsistência tem por base apenas a força de trabalho sub-remunerada da mulher. Esta última situação evidentemente tem implicado em risco de uma reprodução aviltada da força de trabalho.

Nesse período, são também registradas fortes indicações de recurso ao aumento do mais valor absoluto, através do mecanismo das horas extras, que se generalizou no Brasil do milagre. A CLT estabelece em oito horas a duração de uma jornada de trabalho à qual podem ser acrescentadas mais duas horas, pagas a um preço 20% superior. A jornada pode ainda ser ampliada

²¹⁵ A CLT, desde sua origem, colocou limitações ao trabalho dos menores entre 14 e 18 anos e já fazia referência aos *menores aprendizes* definidos como *trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos sujeito a formação metódica do ofício em que exerça o trabalho*. Para os menores aprendizes era permitido reduzir até de metade o salário mínimo. Em 13/07/90, através da Lei n. 8.069 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 19/12/2000, já no governo de Fernando Henrique Cardoso foi promulgada a Lei n. 10.097, que ficou conhecida como Lei do Aprendiz, que alterou dispositivos da CLT, passando a ser proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Também vinculou o trabalho do aprendiz à frequência à escola e determinou que tal contrato de trabalho teria tempo determinado e sua duração máxima não poderia ultrapassar dois anos. Determinou também que ao menor aprendiz seria garantido o salário mínimo hora, por uma jornada máxima de 6 horas. BRASIL. *Lei n. 10.097 de 19 de dez. 2000*. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Acesso em: 03 jan. 2023. Posteriormente, o Decreto n. 9.579 consolidou os *atos normativos sobre a temática do lactante, da criança, do adolescente e do aprendiz*. BRASIL. *Decreto n. 9.579 de 22 de nov. 2018*. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactante, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9579-22-novembro-2018-787359-publicacaooriginal-156778-pe.html>. Acesso em: 04 jan. 2023.

para doze horas em casos caracterizados como *de força maior* ou de *serviços inadiáveis*. Porém, já naquela época, eram muitas as denúncias de trabalhadores e sindicatos de que as oito horas seriam muito frequentemente ultrapassadas e, em alguns casos, a jornada de fato se estenderia por catorze, quinze e até dezesseis horas. Além das horas extras, ocorreu também uma significativa elevação da intensidade do trabalho em função de um progressivo aumento no ritmo e velocidade das máquinas nas grandes fábricas dos mais variados setores. As horas extras e a intensificação do trabalho se espelham no quantitativo de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil. E tudo indica que a situação era (e continua sendo) mais grave do que revelam as estatísticas oficiais, tendentes à subavaliação, ao captar apenas os casos apresentados às instituições previdenciárias.

Em verdade, para além do controle salarial e da repressão às organizações dos trabalhadores, começam aí, como já mencionado, a ser adotadas medidas que abrem espaço para o avanço da penetração do capital, inclusive em áreas como saúde e educação, onde a produção mercantil ocupava, até então, uma posição secundária. São os passos iniciais de uma trajetória que irá se aprofundar de forma modificada nos períodos subsequentes, quando, ademais da mercantilização desses serviços, sua produção será atingida pelo processo de internacionalização.

De toda forma, direta ou indiretamente, em conjunto, essas medidas resultaram, no caso da educação, numa progressiva dissociação entre ensino público e ensino privado nos níveis fundamental e médio em termos de características da população atendida. A queda de qualidade do ensino público nesses dois níveis, no espaço de uma, no máximo duas gerações, foi notória. As escolas públicas passaram a atender aquela grande parcela da população sem possibilidade de acesso a escolas privadas que – supostamente, mas nem sempre – ofereciam ensino de qualidade mais elevada. Assim a dualidade escola de *pobre* e escola de *rico* ganhou uma dimensão muito maior no país aprofundando a diferenciação social.

Foram promovidas reformas que suscitaram um processo de massificação do ensino público nos níveis fundamental e médio, em que pesem o baixo nível e certo ufanismo das cifras apresentadas no discurso oficial da época. Ocorreram também tentativas de conferir ao ensino médio um sentido *profissionalizante*, com ênfase nas *carreiras técnicas*, entendida aí a educação basicamente como preparação ou treinamento para o mercado de trabalho. Nesse

contexto, sob forte influência dos Estados Unidos através do Acordo MEC/USAID,²¹⁶ foram implantadas as Escolas Polivalentes. Além da pedagogia tecnicista a política educacional da época incluiu a obrigatoriedade do componente curricular Educação Moral e Cívica em todos os níveis da educação brasileira a partir de 1969, com a pretensão de exaltar o nacionalismo e o civismo, posteriormente condenado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, por seu *caráter negativo de doutrinação*.

Mas a tendência que queremos ressaltar aqui é mesmo a penetração do capital no universo educacional, acelerando a sua incorporação à forma capitalista de produção de mercadorias, tendência que seguirá se aprofundando, incluindo, em período mais recente, a participação significativa do capital internacionalizado. Tal participação avança na propriedade dos estabelecimentos de ensino – hoje, frequentemente, cadeias de estabelecimentos – mas também, na comercialização de métodos, equipamentos e materiais a serem utilizados, sempre em nome da modernização, num contexto em que a tecnologia é fetichizada e apresentada como uma panacéia e o pensamento crítico se desloca para um plano aquém de secundário.

A massificação e a privatização aceleradas da educação se estenderam, a seguir, também, ao âmbito universitário. Nesse nível educacional, ainda que de forma mais tardia, foi igualmente aberto caminho para a penetração acelerada do capital, inclusive do capital internacionalizado, instaurando-se a mercantilização, com ativa participação do Estado, que subsidiou de diversas formas a expansão do setor. Nesse caso, dadas as características das Universidades públicas que além do ensino desenvolvem pesquisas e atividades de extensão em várias áreas e níveis, a resistência foi forte o bastante para manter um acentuado diferencial de qualidade. De fato, ainda hoje, esse diferencial entre as instituições públicas e as privadas tem sido seguidamente comprovado inclusive através de distintos *rankings* nacionais e internacionais em que as universidades públicas brasileiras apresentam um posicionamento muito superior ao das entidades privadas, com pouquíssimas exceções. É importante mencionar que no caso da quase totalidade das instituições privadas de educação superior o foco é essencialmente dirigido para o *ensino*.

Aos poucos, vão se tornando evidentes também na educação universitária as implicações das mudanças implementadas em termos de reformulações de programas e métodos de ensino

²¹⁶ Acordo entre o então Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), que permitiu uma série de Convênios visando a reforma do ensino brasileiro em todos os níveis e foi alvo de intensa contestação.

além de avaliações de resultados com nítida predominância de critérios quantitativistas que se propõem a medir *produtividade* e geram divisões entre áreas do conhecimento e no interior do corpo docente. Em verdade, os critérios de avaliação vêm se aproximando mais a mecanismos de centralização, controle e fiscalização que a procedimentos conducentes a análises da formação em sentido amplo dos estudantes e à efetiva produção de ciência no âmbito dessas instituições. Tem sido também, notoriamente, estimulada a formação de ambientes competitivos e individualistas, tanto no que diz respeito à atuação dos professores quanto à dos estudantes.

No período mais recente, a tendência à ampliação do ensino à distância ganhou impulso na crise pandêmica do coronavírus, no contexto mais amplo de intensificação do trabalho remoto viabilizado pelas novas tecnologias. Isso ocorreu em todos os níveis de ensino, mas essa modalidade parece ganhar foros mais amplos de permanência na formação universitária, inclusive na pós-graduação. Não há que desconhecer os benefícios e facilidades decorrentes do uso dessas tecnologias, que notadamente permitiram minimizar os prejuízos em várias atividades, inclusive na área educacional, no curso da pandemia. Em verdade, a integração dos diversos avanços tecnológicos aos mais variados aspectos da vida e das sociedades humanas, sem excluir, evidentemente, a educação é tão importante quanto inexorável. Mas há que discutir abertamente os prejuízos decorrentes dessa integração quando ela elimina (ou quase) os espaços de convívio presencial, essenciais para formação de crianças e jovens de um modo geral e, particularmente, para uma vida universitária plena. E no caso brasileiro, a adoção de tecnologias digitais, usualmente, inclusive por parte de instituições públicas, sem deixar margem para qualquer alternativa, parece se descolar da realidade das condições de acesso e uso dessas tecnologias por parte muito significativa da população. Níveis de renda e circunstâncias de faixa etária acabam atuando para a formação de um novo contingente de excluídos digitais (ou quase), criando uma situação de dependência informal e progressiva dessas pessoas como se constituíssem uma nova categoria de *analfabetos funcionais*.

De todo modo, às reformas educacionais efetivadas no Brasil, sobretudo nos níveis médio e superior, em momentos e ambientes políticos distintos, estiveram sempre subjacentes preocupações no sentido de adaptar o sistema para cumprir, da melhor forma possível, os ditames do capital e da ideologia dominante. E, especialmente nos períodos de maior fechamento político, em que a contraposição de idéias se tornou mais difícil, a imposição de componentes ideológicos foi mais ostensiva, com a introdução, no período ditatorial, como já referido, de disciplinas cujo objetivo primordial era a exaltação da pátria e de um tipo específico de Estado e de dominação. E mais uma vez, nos últimos anos, particularmente entre 2019 e 2022, com a ascensão política da extrema direita, foi desfechado um ataque contra o ensino laico, perpetradas tentativas de controle da educação fazendo uso de um falso moralismo e

experimentada a expansão da militarização do ensino público para além das escolas especificamente militares. A implantação do programa das denominadas escolas cívico-militares constitui um exemplo óbvio. Mas a nova importância conferida às escolas confessionais e ao ensino domiciliar caminharam na mesma direção.

O protagonismo da noção de educação como, essencialmente, preparação para o mercado de trabalho tem sido um elemento muito presente, sendo que a intensidade dessa presença, tanto no discurso como na prática, varia com a conjuntura. Assim, apesar da resistência de parte dos docentes e dos estudantes, é forte a pressão no sentido de uma estrutura em que a educação se amesquinha num conjunto de informações que *instrui* para garantir o funcionamento do sistema. O estímulo ao *faça seu próprio percurso* tendo como complemento implícito *ele lhe conduzirá ao sucesso* quebra o sentido de coletividade no processo de formação e, também nessa perspectiva, compromete o futuro. A desigualdade social existente no país leva a que muitos jovens, a partir da premência em contribuir para a renda familiar, manifestem forte aderência a essas premissas.

No caso da saúde, não houve indícios de melhora significativa nas condições de atendimento à população no decorrer do período ditatorial. Tampouco nos indicadores das suas condições de sanidade. Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE²¹⁷ registrou estabilidade no decorrer da década de 1960, para todas as regiões brasileiras, na evolução de um dos mais importantes desses indicadores: a mortalidade, infantil. O mesmo estudo apontou o aumento desse indicador no caso de municípios tão importantes como São Paulo e Belo Horizonte. No período em consideração, também os ganhos no que se refere à esperança de vida foram julgados pequenos e aquém do previsto frente à tendência histórica.²¹⁸

Em verdade, a partir da década de 1940, verificou-se em escala mundial, o que foi denominado transição da mortalidade de altos para baixos níveis, elevando-se, de forma generalizada, a esperança de vida ao nascer. Esse fenômeno, que ocorreu de forma lenta e continuada nos países de capitalismo mais desenvolvido, teve inicialmente um percurso mais rápido nos países dependentes o que foi atribuído principalmente à importação de tecnologias mais eficazes no controle de doenças endêmicas. Entretanto, as condições sociais de

²¹⁷ IBGE. *Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil*. Estudos e Pesquisas. Brasília, 1999. (Informação demográfica e socioeconômica, n. 2).

²¹⁸ Como a mortalidade infantil impacta a esperança de vida, um declínio mais lento do primeiro indicador em si, já contribui para a também mais lenta elevação da expectativa de vida.

desigualdade prevaletentes nesses países, seja de renda, seja de acesso aos serviços de saúde, acabaram por atuar no sentido do arrefecimento do ritmo desses ganhos nas taxas de mortalidade, especialmente da mortalidade infantil, já na década de 1960. Reduções mais expressivas da mortalidade infantil assim como elevações da esperança de vida só foram retomados a partir de meados da década de 1970. E a hipótese de subestimação da mortalidade é mais do que plausível, uma vez que seu cálculo, em vários estudos daquele então, se baseava nos atestados de óbito, nem sempre emitidos, especialmente nas áreas rurais.

Haveria também que levar em conta, para além da capacidade de atendimento do aparato estatal de saúde, problemas como a subnutrição crônica (hoje eufemisticamente denominada insegurança alimentar) de parte da população. De toda sorte, o que queremos ressaltar é que nada indica que a expansão capitalista no Brasil naquele período tenha conduzido a uma melhoria nas condições de atendimento massivo à saúde da população, como querem fazer crer destacados defensores da política que promovia a concentração de renda vigorante naquela conjuntura. Dados, ainda que parciais, atestam altos índices de lesões físicas e mentais irreversíveis em crianças, frequentes surtos de epidemias controláveis, altas taxas de enfermidade entre adultos, envelhecimento e mortes precoces, etc. De todo modo, ainda que numa evolução lenta, a comparação no tempo de pirâmides etárias brasileiras apontam para o envelhecimento da população o que, evidentemente, além de alterar o rol de enfermidades mais frequentes, tende a ampliar a sua taxa de incidência.

No período ditatorial foram efetuadas várias alterações na legislação previdenciária²¹⁹ alargando o público contribuinte e, em tese, atendido pelo sistema. Mas, apesar da transferência

²¹⁹ Apesar de serem registradas desde o Império, preocupações e a adoção de alguns mecanismos de natureza previdenciária, foi a partir da Lei n. 4.682 de 24 de jan. de 1923 (Lei Eloy Chaves) que se iniciou a construção de um marco jurídico para a área. Inicialmente disperso nas chamadas caixas de pensão, no decorrer dos anos 1930 o atendimento foi evoluindo no sentido da organização por categoria profissional através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). A organização dispersa fomentou diferenças no atendimento e para enfrentar o problema a Lei 3.807 de 26/08/1960 uniformizou a legislação dos IAPs e o Decreto-Lei n.72 de 21 de nov. de 1966 fundiu os institutos, criando o INPS e unificando as ações da previdência para os trabalhadores do setor privado, com exceção dos trabalhadores rurais e dos domésticos. Em 1972 foram incluídos os empregados domésticos; em 1973 foi regulamentada a inscrição dos autônomos; em 1974 foi instituído o amparo aos maiores de 70 anos e aos inválidos não-segurados. Quanto aos trabalhadores rurais, em 1963, através da Lei 4.214 foi aprovado o Estatuto do trabalhador rural e criado o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) que teve seus efeitos práticos limitados pela carência de recursos. O Estatuto foi reformulado pelo Decreto-Lei n. 276 de 1967 e em 1971 foi criado o Programa de assistência ao trabalhador rural – Pró-rural. Em 24/01/1976 o Decreto 77.077 aprovou a Consolidação das Leis da Previdência Social. Em 1º/09/1977, a Lei 6.439 criou o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) integrando os distintos programas de concessão de benefícios existentes. A Constituição de 1988 adotou o conceito de Seguridade Social englobando as áreas de Saúde, Assistência e Previdência Social e em 27 de jun.

por todo assalariado formal, de parte do seu salário, a título de contribuição para a previdência, os serviços de saúde disponibilizados pelo Estado brasileiro continuaram precários e, para sua utilização, havia que cumprir longas horas de espera em filas intermináveis. A parte da população que não contribuía para a previdência seguiu em grande parte desassistida pelo Estado, dependendo, da reduzida capacidade de atendimento de instituições beneficentes.

Já nessa época, começa a se expandir, ganhando grandes proporções a seguir - similarmente ao que aconteceu com a educação -, a mercantilização do atendimento à saúde. Assim é que foi progressivamente montado um sistema de atendimento mercantilizado e apoiado em redes de clínicas, hospitais e seguradoras, articulados a mecanismos como convênios e/ou aparato fiscal específico, suscitando o repasse de parte dos custos para o Estado. A proliferação de planos de saúde privados constituiu elemento importante do sistema que estimulou a penetração do capital, inclusive internacional, nessa área. Nesse formato, foi fortalecida a desigualdade no atendimento, mantendo-se a exclusão de parte muito significativa dos brasileiros do acesso a cuidados básicos com a saúde.

Tal situação só virá apresentar alterações significativas após o fim da ditadura militar, a partir do reconhecimento pela Constituição de 1988 de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e, a seguir, da legislação que regulamentou as diretrizes constitucionais.²²⁰ Baseando-se nas determinações legais, foi implantado o Sistema Único de Saúde (SUS) e universalizado o atendimento a toda a população brasileira.²²¹

Ainda que persistam muitos tipos de precariedade (na atualidade as filas físicas não foram eliminadas e, para procedimentos mais complexos, surgiu a fila virtual da regulação, que, em tese, deveria democratizar o acesso, mas cujo funcionamento é alvo de constantes reclamações dos usuários), esse foi o passo mais relevante do Estado brasileiro, já numa conjuntura em que

de 1990 o Decreto 99.350 fundiu o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o INPS. Fontes: INSS (2023) e Legislação pertinente.

²²⁰ BRASIL. *Lei n. 8.080 de 19 de set. 1990*. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8080&ano=1990&ato=9f7gXSq1keFpWT905>. Acesso em: 02 jan. 2023.

²²¹ Há que mencionar, que em algumas áreas, o atendimento universal precede a Constituição de 1888 sendo a mais emblemática a de vacinas. O Programa Nacional de Imunizações, fundamental para a prevenção e controle de uma série de enfermidades, particularmente daquelas que apresentam especial acometimento na infância, foi formulado em 1973 e institucionalizado em 1975. A partir desse Programa, doenças potencialmente graves como a varíola e a poliomielite foram erradicadas do território nacional. Até então a atividade preventiva se caracterizava pela descontinuidade e baixa cobertura.

a mercantilização dos serviços de atenção à saúde se expandira muito no país. A recente pandemia do coronavírus demonstrou cabalmente a importância do atendimento universal.

Entre os defensores da política trabalhista da ditadura, além da pretensa expansão do atendimento às necessidades nas áreas de educação e saúde, a questão habitacional foi considerada como um dos *mecanismos indiretos de redistribuição de renda*. Com relação a esse aspecto, foi criado, em 1964, o Banco Nacional da Habitação (BNH), anunciado como solução para a questão da moradia popular.²²² Mas o BNH, cumpriu muito mais a função de canalizar recursos financeiros, alimentados pela poupança forçada do conjunto dos trabalhadores formais, para algumas frações do capital, sobretudo para a construção civil. As habitações efetivamente construídas através do sistema BNH se destinaram de forma mais relevante à *classe média*. Houve, em pequena escala, a construção de conjuntos populares, em sua maioria distantes das zonas comerciais e dos locais de trabalho, atendidos em geral por sistemas precários de transporte. A persistência do problema da moradia pode ser atestada, ainda hoje, pelas frequentes tragédias decorrentes, por exemplo, de deslizamentos de encostas, arrastando habitações localizadas em áreas de risco. O surgimento, no período mais recente, de fortes movimentos populares voltados para essa questão como o Movimento dos Sem Teto, constitui também um indicador da dimensão do problema após décadas de programas governamentais para a área.

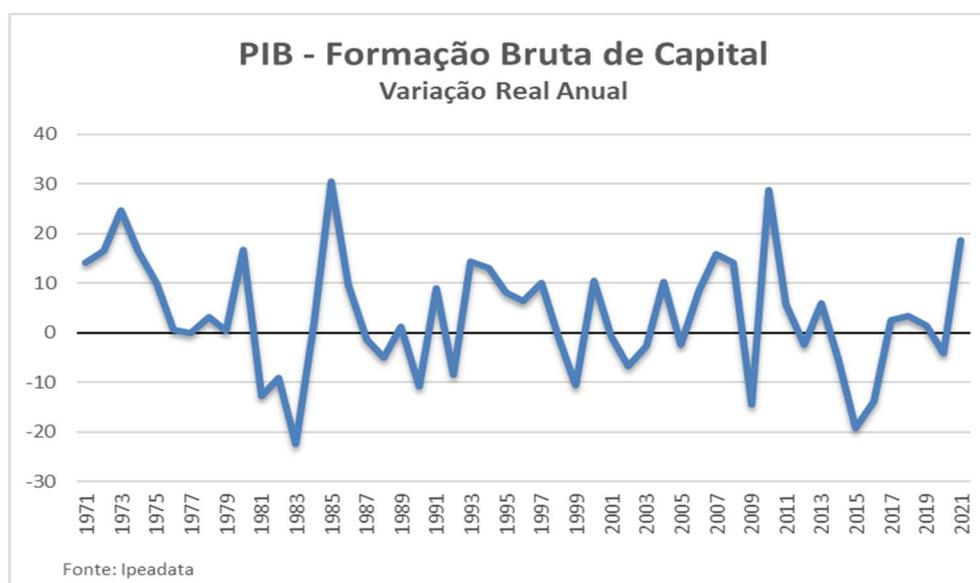
Como se sabe, a economia capitalista não se desenvolve linearmente, mas através de movimentos que configuram ciclos em que se sucedem fases de ascenso e desaceleração, comportando crises de intensidade variada. É sabido também que uma crise não se configura como resultante de uma simples e única determinação. Em verdade, um conjunto de elementos, em geral contidos na própria expansão, contraditoriamente atua também, na definição de seus limites e no sentido da configuração da crise, que, em última instância, é um fenômeno intrínseco ao próprio desenvolvimento do capitalismo. A expansão da economia brasileira entre 1968 e 1973 não escapou a essa regra. Vários dos componentes que projetaram a fase ascendente do ciclo foram, em seu decorrer, inscrevendo também seus próprios limites.

A partir de 1974, os sintomas do esgotamento do período expansivo começaram a se apresentar. Os indicadores econômicos revelaram redução das taxas de formação bruta de capital fixo que apresentaram variação real negativa em 1977 (-1,2%) e da própria taxa de

²²² Em 1986 o BNH foi incorporado pela Caixa Econômica Federal que, dentre outras atribuições, passou a assumir o papel de principal agente de financiamento da casa própria.

crescimento do PIB, que atingira quase 14% em 1973 e em 1975 se situou em 5,2%. Ao mesmo tempo, a inflação sofreu incremento significativo. Em 1975 a evolução do nível médio de preços marcou uma elevação de 29,4%, sendo que no período 1968-1973 se situara em torno de uma média de 20%, tendo chegado a 15,7% no último ano desse intervalo.

Figura 7 - PIB - Formação Bruta de Capital



Dadas as condições da reprodução do capital no Brasil, as características da atuação do Estado brasileiro e a própria forma de dominação política vigente, a crise econômica rapidamente se expressou numa crise política. A reanimação do movimento dos trabalhadores e dos movimentos populares de um modo geral e os significativos avanços em sua organização foram, por um lado, impulsionados pela crise, e, por outro, contribuíram para a busca de novas formas para a sua superação.

Depois e apesar de ter enfrentado forte repressão – mais aguda em alguns momentos, como 1968, por exemplo, mas que perpassou todo o período ditatorial – o movimento operário e os sindicatos se reestruturaram ressurgindo com forte ímpeto, justamente entre os trabalhadores vinculados aos setores mais internacionalizados da economia, ou seja, os trabalhadores das grandes corporações multinacionais. Ao lado disso, vários movimentos da sociedade civil foram se reorganizando e dessa reorganização surgiram várias correntes reivindicatórias que apesar de focarem aspectos distintos tinham em comum a questão do retorno da democracia.

Numa conjuntura de crise mundial, e a ela intimamente relacionada, ocorreu uma agudização das disputas interimperialistas às quais o cenário brasileiro não ficou imune. A

divisão do grande capital diluiu o exercício da hegemonia no interior das classes dominantes, aumentando conjuntamente a autonomia relativa do Estado que, como já mencionado, também absorveu e foi absorvido pela crise.

Assim, o Estado nacional internacionalizado enfrentou na crise a agudização de suas próprias contradições. Por grande que fosse seu grau de autonomia relativa esta não o liberava do compromisso com as frações internacionalizadas que o hegemonizavam e cujos interesses, em um momento de crise mundial se desprenderam do que seria a outra face do Estado nacional: prover as condições de reprodução do capital em geral naquela formação social específica.

5.6 CRISE, REDEMOCRATIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO POLÍTICA

Aqui observamos que várias das circunstâncias que conduziram a uma ditadura militar no Brasil estiveram presentes em outros países latino-americanos que passaram por processos políticos similares, apesar das diferenças importantes na sua formação histórica. No decorrer de cerca de dez anos Brasil (1964), Argentina (1966) e Chile (1973), para citar os mais evidentes, deflagraram rupturas radicais com a democracia, instaurando Estados autoritários e entronizando governos militares. Dentre as características desta similaridade a participação direta do imperialismo americano.

A reaglutinação de forças e recomposição de movimentos contrários ao Estado ditatorial tampouco constituiu uma particularidade do caso brasileiro. De forma correlata ao que ocorrera quando da ruptura com a democracia burguesa e da centralização do poder na forma de Estados autoritários e militarizados em que o exercício da hegemonia cedeu espaço ao domínio violento e à repressão ostensiva, também o processo de distensão política teve lugar em outros países latino-americanos com pequena defasagem temporal.²²³ É evidente, pois, que tanto o fechamento político desses países como o seu retorno a condições políticas mais próximas da democracia burguesa são fatos interligados. Têm, evidentemente, como pano de fundo o contexto econômico e sociopolítico, particularmente o desenvolvimento da luta de classes no interior de cada um deles – o que lhes confere características particulares -, mas também

²²³ De modo geral, 1983 é considerado como marco de finalização da ditadura militar argentina a partir da eleição e posse de Raúl Alfonsín. No Chile, a ditadura militar foi encerrada em 1990 com a posse de Patricio Aylwin, eleito no ano anterior.

circunstâncias conjunturais do cenário mundial e, particularmente na América Latina, a estratégia de momento do imperialismo norte-americano.

No período de expansão da economia brasileira sob a ditadura militar, o capital internacionalizado desempenhou papel central. Por um lado os investimentos externos elevaram a participação desses capitais na estrutura produtiva, mas o volume mais expressivo decorreu do ingresso de capitais de empréstimo. Estes, além de contribuírem para aliviar conjuntamente questões relativas à necessidade de divisas e, portanto, problemas de equilíbrio do Balanço de Pagamentos, financiaram um conjunto de mega projetos desenvolvidos pelo governo federal, particularmente no âmbito de dois Planos Nacionais de Desenvolvimento – (I PNB e II PNB), alguns dos quais não finalizados como foi o caso da Transamazônica.

Do ponto de vista do capital internacionalizado, esses fluxos de capital já expressavam a formação de um ambiente que desaguardaria na tendência à hipertrofia do processo de valorização do capital no interior da órbita financeira que irá se configurar nas décadas seguintes. Mudanças na conjuntura internacional emitiam sinais que aparentemente não coadunavam com a persistência de taxas elevadas de crescimento da economia brasileira no início da década de 1970, quando medido pela evolução do produto. Mas outros indicadores já sinalizavam os limites do padrão de acumulação adotado no período e a sua tendência ao esgotamento que acabou atingindo as próprias taxas de crescimento do PIB que desaceleraram a partir de 1974, assim como as relativas à Formação Bruta de Capital Fixo. As forças econômicas que deram sustentação ao golpe precisaram recuar frente aos problemas que se anunciavam e, ainda que com certo retardo relativamente às mudanças na conjuntura internacional, a crise se instaurou no país.

Foi assim que no final da década de 1970, particularmente a partir da segunda forte elevação do preço do petróleo, se instalou no Brasil (e em vários outros países da América Latina) a denominada crise da dívida externa. Era um fenômeno anunciado pelo elevado nível de endividamento que se acumulava de forma rápida, em parte significativa, contratado a juros flutuantes. O aumento das taxas de juros no mercado internacional de crédito comprometeu seriamente a capacidade de rolagem da dívida e a própria solvabilidade dos pagamentos. O Serviço da dívida passou a consumir parcela muito importante das divisas geradas na Balança Comercial, chegando, em 1982, a superar o valor total das Exportações. A crise chegara ao Brasil. Ao grave problema da dívida, numa conjuntura de dificuldades da economia mundial, mais problemas se foram adicionando, incluindo outras áreas das transações econômicas internacionais do país como aquelas pertinentes às relações comerciais. A demanda externa encolheu, os fluxos internacionais de empréstimos ainda mais, configurando-se grande dificuldade no Balanço de Pagamentos e a tendência à contaminação do conjunto da economia.

Tal descenso correu paralelo e em ritmo similar ao da reaglutinação e avanço dos movimentos que preconizavam algum nível de distensão política. Nesse contexto, as organizações dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores fabris, pouco a pouco se recompuseram, num movimento que ficou conhecido como o novo sindicalismo e uma sucessão de greves importantes aconteceu.

Tabela 1—Serviço da Dívida em Relação às Exportações

Serviço da Dívida em Relação às Exportações														
Discriminação	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Exportações (A)	20,2	21,9	27,0	25,6	22,4	26,2	33,8	34,4	31,4	31,6	35,8	38,6	43,5	46,5
Serviço da dívida (B)	20,6	12,6	13,0	12,8	13,8	9,7	19,3	12,8	8,1	12	12,4	16,6	16,9	21,4
Serviço da dívida/Exportações	1,02	0,58	0,48	0,5	0,62	0,37	0,57	0,37	0,26	0,38	0,35	0,43	0,39	0,46

Fonte: Dívida Externa Brasileira/Cerqueira, Ceres Aires. Banco Central do Brasil

Mas é necessário considerar aqui que essa reaglutinação das forças e movimentos sociais internos abrangeu o amplo e heterogêneo espaço do que é convencionalmente denominado *campo democrático*. E é preciso também levar em conta que os limites desse campo não são rígidos, ao contrário, são bastante imprecisos e em conjunturas específicas podem se mover para abarcar posições mais à direita do espectro político, suscitando divergências no interior de sua conformação. Na conjuntura em foco, aí se aliaram frações da classe dominante mais identificadas com a democracia burguesa, parte da pequena burguesia, o operariado, um conjunto heterogêneo de movimentos populares e da sociedade civil e forças sociais mais à esquerda, no sentido de suas proposições de mais longo prazo. Mas, no que se refere às representações políticas, aí também se apresentaram, mais ou menos de última hora, agrupamentos de composição ainda mais diversa, propostas difusas e posições mutáveis, exceto a de apego ao poder. De toda forma, no Brasil como em toda parte, ainda que não tenha nenhum preconceito em recorrer a governos ditatoriais, parte significativa da burguesia, inclusive aquela ligada ao grande capital internacionalizado, não é intrínseca e necessariamente afeita ao autoritarismo mais radical, desde que seus interesses não estejam ameaçados.

Note-se que, apesar de apoiada por forte mobilização social através do movimento que ficou conhecido como Diretas Já, a emenda constitucional que propunha a adoção de eleições diretas para a Presidência da República foi derrotada no Congresso Nacional. Assim, dando conta da heterogeneidade de forças que se aliaram no ocaso da ditadura militar, foi eleita

indiretamente, em janeiro de 1985, a chapa encabeçada por Tancredo Neves,²²⁴ tendo como vice José Sarney.²²⁵

Com o fim da ditadura militar no Brasil e a promulgação de uma nova Constituição já agora prevendo eleições diretas para a Presidência da República, algumas vertentes políticas e de analistas da economia brasileira expressaram a expectativa de mudanças expressivas, antevendo medidas no sentido de um capitalismo menos predatório ou mais *civilizado*. Nessa perspectiva, as transformações abarcariam não só a renovação das instâncias estatais de poder e as instituições de modo geral, mas, de forma articulada, se espraiariam, em alguma medida, para decisões em termos de políticas públicas em geral, incluindo aquelas voltadas para a redução da desigualdade.

É verdade que a democracia burguesa foi reinstalada (o que não é pouca coisa) e a Constituição de 1988 introduziu a garantia de uma série de direitos importantes (o que, embora na prática exclua parte da população, tampouco deva ser minimizado). Mas, de todo modo, hoje, um olhar para trás revela que no calor do debate sobre a redemocratização, as expectativas criadas decorriam, em forte medida, de desvios da análise conjuntural. O poder transformador daquele momento estava limitado pelas alianças forjadas na luta pelo retorno à democracia. Assim, as mencionadas análises, de certa forma e em boa parte, desconhecaram características importantes da composição de forças inerentes a tal aliança. A própria escolha de José Sarney para candidato a vice-presidente - que viria a assumir a presidência em função da morte Tancredo Neves que encabeçava a chapa – diz muito sobre os limites de tal aliança.

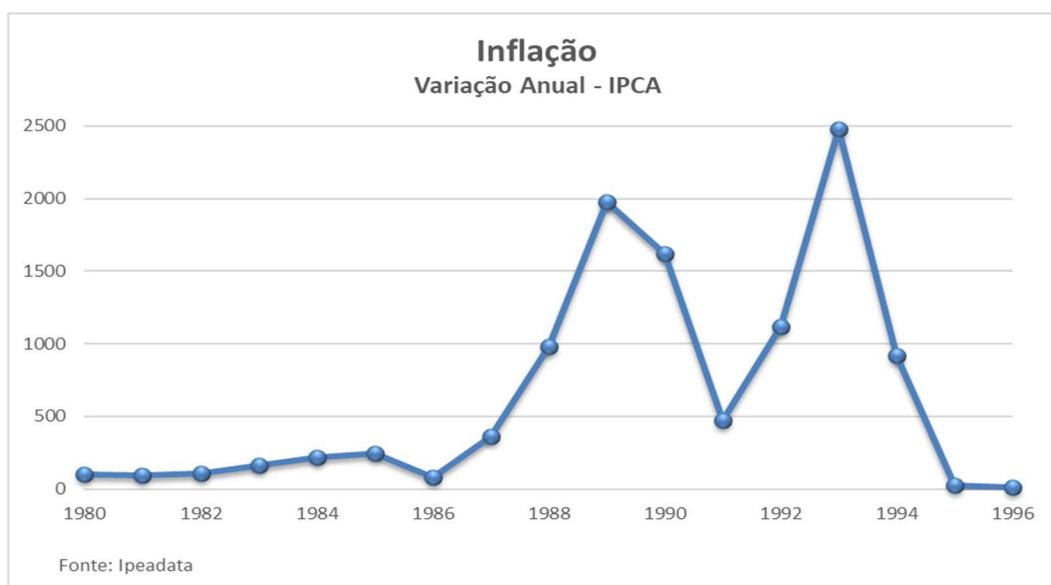
A inesperada morte de Tancredo, antes mesmo de assumir a presidência ou praticar qualquer ato governamental, deu lugar à posse de Sarney, o presidente acidental, no dizer de

²²⁴ Tancredo de Almeida Neves, político mineiro com ampla projeção nacional, ocupou vários cargos eletivos e foi o único Primeiro-Ministro da história republicana brasileira, no breve período (de 08/09/1961 a 12/07/1962) em que vigorou o parlamentarismo no país. Ocupou também o cargo de Ministro da Justiça no governo de Getúlio Vargas de junho de 1953 até a morte de Vargas em agosto de 1954.

²²⁵ José Sarney de Araújo Costa, político maranhense de longa carreira, ocupou vários cargos eletivos e por três vezes foi presidente do Senado. No decorrer de sua vida política se filiou a vários partidos dentre os quais a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), (de 1965 a 1979), agremiação que deu sustentação política à ditadura militar.

Jorge Ferreira.²²⁶ Sarney, político tradicional, que mantivera laços explícitos com a ditadura militar, tornou-se assim o primeiro presidente civil após 21 anos de governantes militares.

Figura 8 - Inflação



Seu mandato foi marcado pela crise econômica com aceleração do processo inflacionário cujos índices prenunciaram os valores inéditos na história da economia brasileira que seriam atingidos a seguir. Marcado também pelas tentativas diversas de contenção do nível geral de preços. Com esse objetivo foram lançados, sem sucesso, vários Planos de estabilização (Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão), e a cada um deles a almejada estabilidade da moeda correspondia a um espectro de tempo sempre mais curto. De todo modo, a distensão política deu lugar à instauração de um ambiente mais propício ao debate mais amplo como parte da abertura democrática, e, nesse contexto, ocorreu a forte mobilização popular que resultou nas conquistas da Constituição de 1988 as quais foram além de simples políticas de governos particulares, imprimindo mudanças no próprio Estado Brasileiro. Ou, ao menos, estabeleceram os marcos a partir dos quais embates posteriores viriam a acontecer. Não é à toa que no

²²⁶ FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). *O Brasil republicano: o tempo da nova república-da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 55-56.

tumultuado período de retrocessos vivenciados após o *impeachment* de Dilma Rousseff a Constituição Brasileira foi alvo de tantos ataques através de um quantitativo inédito de Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), que tramitaram de forma acelerada no Congresso Nacional.

Assim o governo Sarney que, como já mencionado, foi marcado pelo descontrole dos preços e dificuldades de expansão da economia - o PIB chegou a apresentar taxa negativa de crescimento anual (-0,1%), em 1988 - foi também um período de distensão política. Esta havia sido anunciada pelos militares como lenta, segura e gradual e formalizada na Constituição de 1988 com uma série de conquistas, substituindo a do período ditatorial que havia sido aprovada em 1967, por um Congresso desfigurado e controlado pelos militares.²²⁷ Elaborada através de uma Assembléia Nacional Constituinte, convocada por emenda constitucional, em novembro de 1985, a Constituição de 1988 deveria expressar o processo de redemocratização em curso no país.

A nova carta Constitucional de fato ampliou as liberdades civis e os direitos e garantias individuais, alterando (ao menos no âmbito jurídico formal) as relações econômicas, políticas e sociais. Dentre as conquistas formalizadas na nova Constituição destacamos a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos menores a partir dos 16 anos, o restabelecimento do *habeas*

²²⁷ A Constituição Brasileira de 1988 foi precedida por outras seis: a de 1824, imposta por D. Pedro I, (a de mais longa duração – 65 anos) que concedia direito ao voto apenas aos homens livres e detentores de determinada renda mínima; a de 1891, após a proclamação da República, que instituiu a forma federativa do Estado brasileiro, a independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e eliminou algumas restrições ao direito de voto seguindo excluídos do exercício desse direito as mulheres, os mendigos, os militares de baixa patente, analfabetos e religiosos com voto de obediência. Estabeleceu também a laicidade do Estado (anteriormente o catolicismo era a religião oficial). A constituição de 1934, já na era getulista, incorporou o direito das mulheres ao voto, que havia sido reconhecido através do Decreto 21.076 de 1932, e abrigou conquistas dos trabalhadores como salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, repouso semanal, férias remuneradas e organização sindical. Determinou também critérios para a organização da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral. Durou apenas três anos. Em novembro de 1937 seu texto foi revogado. Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, fechou o Congresso e subordinou o Judiciário ao Executivo cujo chefe (obviamente o próprio Getúlio) passou a deter *plenos poderes*. Nesse contexto foi outorgada a Constituição de 1937 que instituiu eleições indiretas, extinguiu a Justiça Eleitoral e os partidos políticos, reintroduziu a pena de morte para crimes políticos, cassou o direito de greve e os mandados de segurança, além de fazer retornar a censura aos meios de comunicação. Com a queda de Getúlio foi promulgada nova Constituição - a de 1946. A partir daí o Congresso reassumiu o poder constituinte, foram restituídos os direitos individuais, a liberdade de expressão e de associação sindical. Também retornaram as eleições diretas para presidente da República. A seguir a imposição de mais uma Constituição autoritária e centralizadora – a Carta de 1967 que se dizia provisória, mas vigorou por longos 21 anos. Apesar de ter mantido direitos trabalhistas, decretou estado de sítio, restringiu o direito de greve anulou a liberdade de imprensa e de expressão de modo geral. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Constituição 30 anos: as constituições brasileiras de 1824 a 1988*. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391696>. Acesso em: 5 jan. 2023.

corpus, o direito de acesso pelo interessado a registros de entidades governamentais ou a bancos de dados particulares com caráter público (o *habeas data*) e o fim da censura aos meios de comunicação e atividades culturais. A Constituição também introduziu reformas no sistema tributário, mudanças na ordem econômica e social, regras para o sistema financeiro nacional e, pela primeira vez, garantiu formalmente a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também reconheceu aos *indígenas* sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupassem.

No que se relaciona mais diretamente à força de trabalho, dentre outras conquistas, foram formalizados novos direitos trabalhistas como a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, o seguro-desemprego e o acréscimo de um terço ao valor do salário das férias anuais, a ampliação da licença maternidade de três para quatro meses, e a licença paternidade de cinco dias. A Carta consagrou o direito de greve e reconheceu a liberdade sindical. Foi também alterada a legislação sobre seguridade e assistência social.

A elaboração da nova Constituição teve momentos de forte tensão entre as forças mais conservadoras e aquelas que propugnavam mudanças mais radicais no arcabouço jurídico maior do país. Enfrentou, por exemplo, a pressão de grupos econômicos poderosos no sentido de barrar algumas propostas como a reforma agrária, que sofreu intensa oposição da dita bancada ruralista.

Também no governo Sarney (1986), com forte conteúdo simbólico, foram restabelecidas as relações diplomáticas com Cuba, que haviam sido suspensas em 1964 e assim permaneceram durante todo o período da ditadura militar. Ademais, vale registrar, ainda no campo das relações internacionais, a assinatura de alguns acordos comerciais com países do Cone Sul, que acabaram se constituindo em passos iniciais para a formatação do Mercado Comum do Sul - Mercosul. Além disso, foram legalizados os registros de partidos políticos até então na clandestinidade, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

E foi assim que, rompida a era dos governos autoritários e monolíticos, o processo de redemocratização seguiu avançando na segunda metade da década de 1980, culminando como já mencionado, com a promulgação do seu símbolo maior: a Constituição de 1988. Contudo, apesar de todos os progressos, parcelas significativas da representação das frações do capital que patrocinaram o golpe de 1964 e se uniram para entronizar os militares no poder, continuaram vivas e fortes no interior do aparato estatal. E ainda que o Estado-força estivesse bastante desgastado após 21 anos de fechamento político, tal união contribuiu para que a ditadura, no seu ato final, cobrasse preço ao movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita,

que se organizara visando os perseguidos políticos do regime militar, mas que foi, de forma inusitada, e à brasileira, estendida aos perseguidores.²²⁸

Mas, na esfera mais estrita da economia persistiram as dificuldades. Em parte devido aos problemas enfrentados para a retomada mais generalizada e sustentada de crescimento da economia mundial que marcaram as duas últimas décadas do século XX, ainda que com intensidade diferenciada entre os países. No plano local, por um lado arrefeceu a internalização do capital internacionalizado, inclusive porque a conjuntura de crise não estimulava os investimentos externos. Por outro, a própria crise apresentou, como uma de suas expressões locais, uma dramática dívida externa e um persistente e ascendente processo inflacionário que, como uma incômoda ponta de *iceberg*, sucessivos planos de estabilização da moeda não foram capazes de debelar.

Aqui é preciso ressaltar que processos inflacionários, sobretudo quando muito persistentes e apresentando taxas muito elevadas, como foi o caso brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, tendem a implicar numa redistribuição regressiva da renda e da riqueza. Assumem quase sempre um caráter concentrador, penalizando especialmente os assalariados, mas também todos os demais grupos sociais cuja renda é relativamente fixa no curto prazo. São também penalizados os segmentos empresariais menos monopolizados e com menor poder de barganha quanto à fixação dos preços no mercado. Não esqueçamos que os governos militares já haviam patrocinado um intenso processo de concentração do capital acompanhado de uma, também intensa, concentração da renda pessoal.

5.7 DESREGULAMENTAÇÃO E INSTABILIDADE

Em 1989, na primeira eleição pelo voto popular para Presidente da República após o período ditatorial, foi eleito Fernando Affonso Collor de Mello. Apresentou-se na campanha eleitoral como representante do que seria uma renovação dos processos políticos no Brasil, fazendo uso da mesma recorrente retórica anticorrupção, também utilizada pelos próprios líderes do golpe de 1964, o que poderia ter soado como mau agouro. Em verdade, Collor é

²²⁸ Na Argentina foi ensaiado algo similar. O último militar indicado para exercer a presidência elaborou a Lei de Auto-Anistia visando impedir o julgamento e punição dos militares, mas diferente do que aconteceu no Brasil, a tal Lei foi anulada no governo de Raúl Alfonsín,

proveniente de família de há muito participante da política partidária tradicional brasileira e proprietária de empresas de importância regional na área de comunicação. O próprio Fernando Collor já havia sido eleito para diversos cargos públicos, inclusive o de governador do Estado de Alagoas e os de deputado federal e senador, sempre por Alagoas. Seu pai, Arnon de Mello, também fora Governador de Alagoas e Senador pelo mesmo Estado.

Apesar disso, Collor era considerado por muitos um *outsider*, concorrendo por um partido pouco expressivo,²²⁹ numa disputa eleitoral com um número elevado de candidatos,²³⁰ incluindo nomes mais conhecidos, com trajetória política extensa e forte projeção nacional, como Leonel Brizola, Mário Covas, Ulisses Guimarães, Paulo Maluf e outros. Collor, apesar de nascido no Rio de Janeiro, teve como já explicitado, toda a sua carreira política ancorada no estado de Alagoas e construída sobre tradição familiar, podendo ser considerado, de certa forma e no fundo, um, naquele então, jovem representante das oligarquias regionais que se urbanizavam. Ainda assim, foi eleito em 2º turno disputado contra Luis Inácio Lula da Silva. A pulverização de candidaturas conta parte da história e a recusa visceral das classes dominantes em aceitar o candidato proletário contribui com outra parte importante.

De toda forma, para além do discurso anticorrupção, as proposições de Collor acenavam no sentido de uma maior integração do país ao mercado internacional, propugnando fronteiras mais abertas à importação de produtos estrangeiros para supostamente estimular a concorrência e a modernização da indústria local que, de acordo com sua retórica, não seria competitiva em decorrência do protecionismo. Propunha também a *redução do Estado* e chegou a criar o Programa Nacional de Desestatização (PND). A velha, estéril e cansativa questão Estado *versus* setor privado veio à tona mais uma vez. Evidentemente os sintomas de sua adesão a teses defendidas pelo pensamento *neoliberal* então em alta, não constituía mera coincidência. Em verdade a narrativa de combate à corrupção de Collor, que ficou conhecido como *caçador de marajás*²³¹ era, em boa parte, focada nos servidores públicos, como se os altos e até mesmo desproporcionais rendimentos de parcela muito reduzida desses servidores constituísse o

²²⁹ O Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que teve várias denominações, atualmente AGIR.

²³⁰ Nessa eleição registraram-se 22 candidatos ao cargo de Presidente da República, e seus respectivos vices. Foi a primeira eleição direta em que presidente e vice-presidente foram eleitos a partir de uma chapa que vinculava as duas candidaturas.

²³¹ A expressão já era usada antes mesmo da candidatura de Collor à Presidência da República, quando atacava o que seriam altos salários do funcionalismo público de Alagoas. Vide VILLA, Marco Antônio. *Collor Presidente, trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

problema mais importante ou se a *iniciativa privada* não participasse diretamente dos diversos esquemas existentes.

O processo inflacionário, que os sucessivos planos de estabilização do governo Sarney não conseguiram sanear, havia acelerado, fechando o ano de 1989 com a estratosférica taxa de 1.972,9%, beirando a hiperinflação. À véspera de sua posse, Collor solicitou ao seu antecessor a decretação de feriado bancário. Empossado em 15 de março de 1990, no dia seguinte anunciou o Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor I. Elevado a prioridade máxima do novo governo o combate à inflação incluiu dentre suas principais medidas o confisco da poupança (em verdade um tipo de empréstimo compulsório via congelamento dos depósitos por dezoito meses, com rentabilidade equivalente à taxa de inflação mais 6% ao ano);²³² criação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); congelamento de preços e salários; eliminação de vários incentivos fiscais; liberação do câmbio e extinção de diversas entidades públicas entre empresas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias. No âmago da questão estava a ideia de reduzir a liquidez no curto prazo para controlar a inflação, mas incluía medidas de *enxugamento* do Estado. Porém os próprios planos de estabilização tinham como fundamentos a abertura progressiva da economia, e como um de seus pilares a âncora cambial o que levou em prazo reduzido à sobrevalorização da moeda nacional.

Como a inflação não cedia, em janeiro de 1991, foi lançado o Plano Collor II, uma espécie de ajuste do Collor I que incluiu novo congelamento de preços e cujos efeitos tiveram duração ainda mais limitada que a do Plano anterior. Por fim, recorreu ao FMI para contrair um empréstimo que garantisse ao país um volume mínimo de reservas.

Em alguma medida ofuscada pela premência da questão inflacionária, o governo Collor, inspirado diretamente nas *recomendações* do Consenso de Washington, abriu nova temporada de abertura comercial e internacionalização da economia brasileira e preparou o terreno para a era das grandes privatizações que viriam a ocorrer no governo de Fernando Henrique Cardoso. Dentre as privatizações de grandes estatais do governo Collor uma se destaca: a da Usiminas, empresa lucrativa e sem problemas de solvência²³³ e primeira estatal a ser privatizada, em 1991, cujo leilão foi realizado sob uma enxurrada de protestos.

²³² O bloqueio de haveres monetários incluiu, resumidamente, além das cadernetas de poupança, os Certificados de Depósito Bancário (CDBs), os fundos de renda fixa e valores em conta corrente.

²³³ GOULARTI, Alcides. A simbiose entre a Docenave e a indústria naval brasileira. *Am.Lat. Hist. Eco.*, México, v. 24, n. 1, jan.-abr. 2017.

Figura 9 - Índice do Salário Mínimo Real

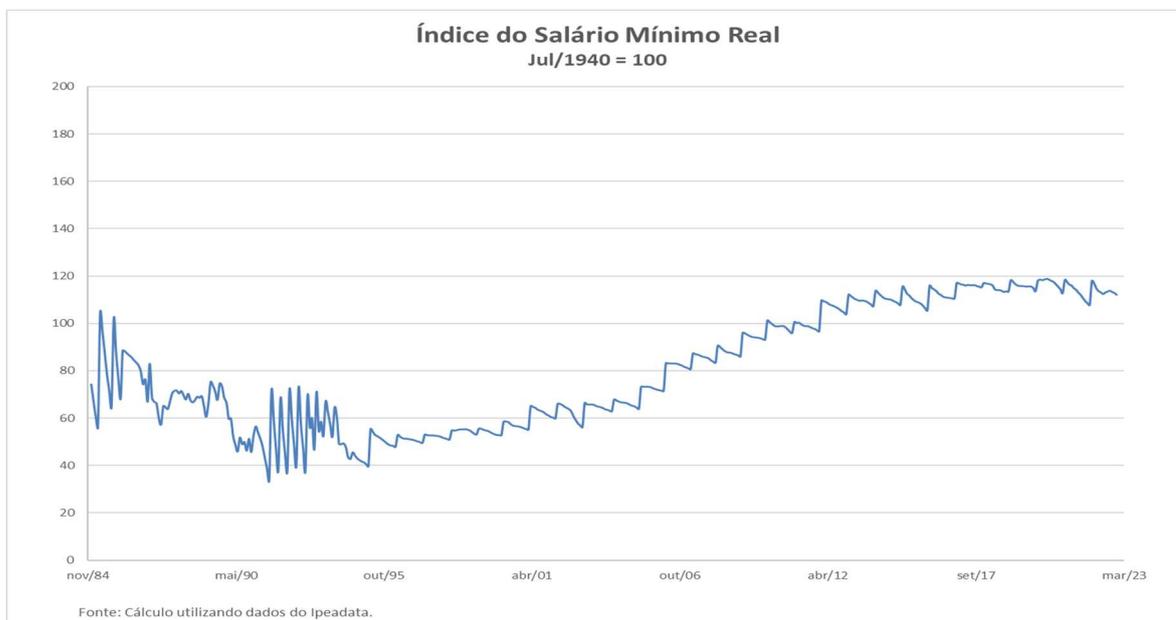


Figura 10 - Investimento Estrangeiro Direto em Moeda

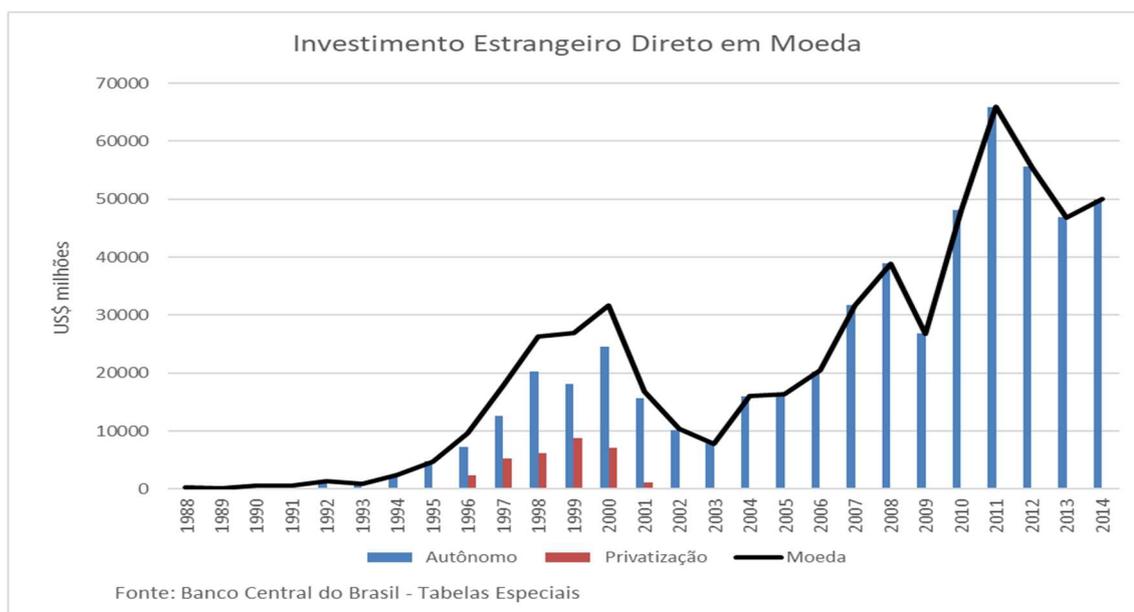


Figura 11 - Variação real do PIB



No decorrer do curto mandato de Fernando Collor foi registrada retração do PIB e consequente queda mais acentuada no PIB per capita. Apesar do recuo inicial, a inflação não foi controlada e os reajustes salariais eram rapidamente corroídos pela perda de poder aquisitivo da moeda. Foi também no período Collor que o salário mínimo real atingiu o ponto mais baixo da série histórica iniciada em julho de 1940. Isso ocorreu em agosto de 1991, quando o piso salarial do país representava 33% do valor fixado quando de sua criação. Collor não concluiu o mandato vindo a renunciar em outubro de 1992, no decorrer de um processo de *impeachment* cujo pretexto foi alicerçado, ironicamente, em denúncias de corrupção.

Ante o afastamento de Collor, assumiu a presidência da República o seu vice, Itamar Franco.²³⁴ A gestão Itamar foi marcada pelo sucesso do Plano Real. Diferentemente dos planos de estabilização anteriores, o Plano Real não previu medidas de choque como confiscos ou congelamentos. Parte fundamental do plano consistiu na instituição de uma moeda escritural

²³⁴ Itamar Augusto Cautiero Franco foi um político mineiro que ocupou vários cargos eletivos no seu estado inclusive o de governador. Foi também representante de Minas Gerais no Senado em dois mandatos, o segundo dos quais foi interrompido por sua morte.

transitória – a Unidade Real de Valor (URV), extinta quando a atual moeda brasileira, o Real, passou a ter curso obrigatório, em 1º de julho de 1994.²³⁵ O êxito do Plano Real no que diz respeito ao controle da inflação acabou constituindo componente importante do que hoje alguns chamariam *capital político* que posteriormente conduziu o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Em verdade Itamar Franco divergia de Cardoso em vários aspectos, inclusive quanto à trajetória de abertura da economia brasileira que apresentou certo refluxo durante o seu mandato, mas foi vigorosamente retomada pelo seu sucessor justamente o ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

5.8 PRIVATIZAÇÕES, DESNACIONALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA

O avanço da desregulamentação da economia mundial criou novos problemas que assumiram formas particulares e amplificadas no caso dos países dependentes. Ao final dos anos 1980 – a designada década perdida – tais países, em sua grande maioria, se encontravam com o grau de dependência alargado, e a submissão aos ditames do imperialismo ficou mais evidente. As exigências decorrentes do Consenso de Washington, através principalmente de sucessivos acordos com o FMI, reduziram ainda mais o que restava de autonomia dos Estados nacionais desses países, inclusive do Estado brasileiro. E o fim da era bipolar na política mundial, com a desestruturação da União Soviética, contribuiu para fortalecer a hegemonia americana sob a égide do capital financeiro.

Nessas condições, o socorro financeiro disponibilizado aos países dependentes pelo FMI, particularmente aos países latino-americanos, implicava numa ingerência extrema na política

²³⁵ A URV foi instituída pela medida provisória n. 482, de 28 de abr. de 1994 que dispôs sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, posteriormente convertida na Lei n. 8.880, de 27 de maio de 1994. BRASIL. *Lei n. 8.880 de 27 de maio de 1994*. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8880.htm#:~:text=LEI%20No%208.880%2C%20DE%2027%20DE%20MAIO%20DE%201994.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20de,URV\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8880.htm#:~:text=LEI%20No%208.880%2C%20DE%2027%20DE%20MAIO%20DE%201994.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20de,URV)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias). Acesso em: 02 h=jan. 2023. A seguir a Lei n. 9.069, de 29 de jun. de 1995 regras e condições para a emissão do Real e critérios para a conversão das obrigações para a nova moeda. BRASIL. *Lei n. 9.069, de 29 de jun. de 1995*. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=244283. Acesso em: 02 jan. 2024.

econômica desses países inclusive exigências draconianas no controle das contas públicas.²³⁶ Era a receita de desregulamentação do capitalismo financeirizado, para os países dependentes num ambiente internacional marcado pelo desenvolvimento acelerado de novas tecnologias que, confiscadas pelo capital, não apenas mudavam as formas de produzir e o processo de trabalho, mas também as de fazer circular e as de apropriar os valores gerados. O avanço do rentismo desconstruía progressivamente as bases assentadas na produção material de riqueza, avançando celeremente sobre as condições do trabalho assalariado formal e regular e vendendo a ilusão do mérito, do *empreendedorismo* e/ou do esforço individual.

Para tanto o Estado deveria ser minimizado naquilo que não contribuísse para a valorização do capital em suas diversas dimensões. As despesas públicas, sejam as correntes ou as de investimento, deveriam ser rigorosamente controladas o que viria a alimentar o rentismo através da dívida pública. Ainda que correndo o risco da obviedade, há que ressaltar a articulação entre o corte das despesas públicas com saúde e educação, por exemplo, e o avanço da mercantilização nesses segmentos. Entre a redução do número de servidores públicos permanentes e a terceirização no interior do serviço público. Entre o corte seletivo nos investimentos públicos de natureza variada e as *parcerias* público-privadas.

Fernando Henrique Cardoso assumiu o cargo de Presidente da República em 1º de janeiro de 1995. Foi reeleito²³⁷ e permaneceu na presidência até 1º de janeiro de 2003. Em 1994 venceu as eleições já no 1º turno tendo como principal oponente Luís Inácio Lula da Silva que concorreu pela segunda vez à Presidência da República. Em 1998 voltou a vencer em 1º turno e novamente o segundo mais votado foi Lula da Silva, derrotado então pela terceira e última vez como candidato à Presidência.

O Plano Real havia baixado de forma significativa os índices de inflação. E isso constituiu um fator positivo para o novo governo inclusive no que se refere à sua legitimação. Mas é preciso considerar que para além do que podem ter sido os propalados acertos técnicos do Plano, particularmente a quebra das expectativas da inflação futura com a adoção da URV, processos inflacionários agudos como o que atingiu a economia brasileira nas duas últimas décadas do

²³⁶ Antes disso, empréstimos de outros organismos internacionais como os do Banco Mundial, já estipulavam uma série de condicionalidades, buscando induzir a adoção de linhas de políticas públicas alinhadas a concepções adotadas pelos organismos financiadores como as políticas focalizadas em segmentos sociais específicos em detrimento daquelas de caráter universal.

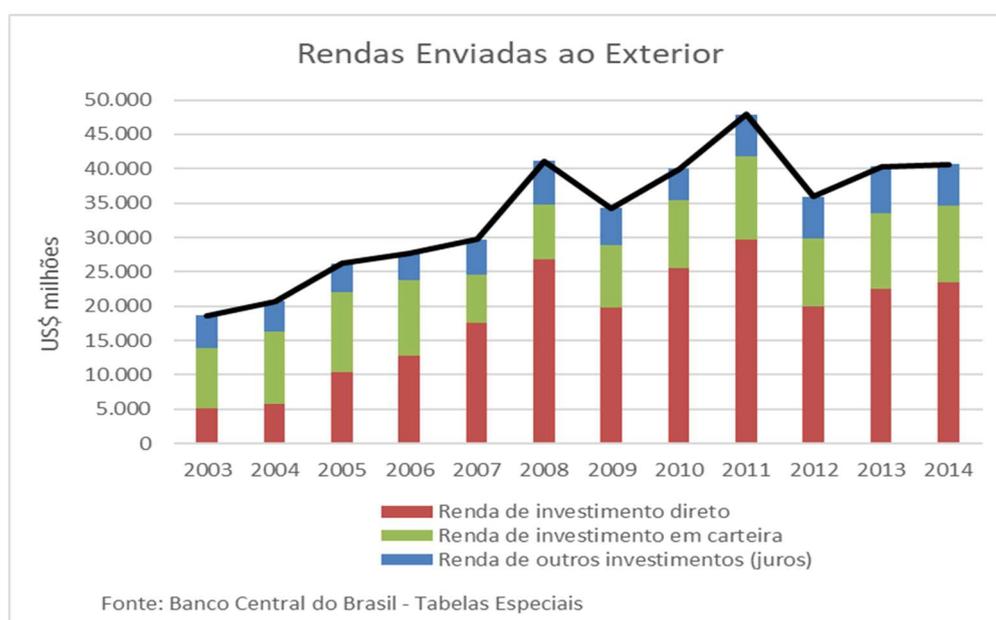
²³⁷ A possibilidade de reeleição para o cargo de Presidente da República foi aprovada no decorrer do seu mandato pela Emenda Constitucional n.º 16 de 04 de jul. de 1997.

século XX, não dizem respeito apenas a fatores de natureza monetária. E em verdade, as expectativas podem mesmo descolar das causas reais da inflação, embora inegavelmente a retroalimentem.

De toda forma, por toda a década de 1990 os indicadores mais utilizados para avaliar o desempenho da economia, como a taxa de crescimento do PIB, apresentaram evolução irregular com altos e baixos, uma média medíocre, e piora mais acentuada no final da década, apesar de alguns ajustes como a mudança no regime de câmbio fixo que funcionara como âncora da política de estabilização e que levava a uma forte sobrevalorização da moeda nacional dificultando a *performance* das exportações.

Foi nesse contexto que o governo Fernando Henrique Cardoso empreendeu um vasto programa de privatização, focado nas grandes empresas estatais, o que ampliou em grande proporção a internacionalização da economia brasileira. Nesse caso, com o agravante de que não se tratava de criação de capacidade produtiva, que ocorreu apenas de forma marginal, mas de simples transferência de propriedade, com desnacionalização de patrimônio público já existente e, como se isso fora pouco, em vários casos, a preços amplamente questionados. Contabilizadas como Investimento Externo Direto de acordo com as recomendações do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI, esse tipo de transação, ainda que tenha trazido algum alívio momentâneo nas contas externas, num prazo reduzido, - vez que a maior parte dos investimentos reais já havia ocorrido – passaram a representar, um aumento de grande dimensão nas remessas de lucro ao exterior.

Figura 12 – Rendas Enviadas ao Exterior



Foram muitas as privatizações de empresas públicas e de serviços essenciais destacando-se as áreas de telecomunicações, energia elétrica e gás, exploração mineral e o segmento bancário. Não escaparam as icônicas empresas estatais da era Vargas.²³⁸ Para coroar, a Lei 9.478 de agosto de 1997 revogou a famosa Lei n. 2004 de 3 de out. de 1953 extinguindo o monopólio estatal de prospecção e refino do petróleo e permitindo a atuação de outras empresas, em todos os elos da cadeia do petróleo ou, no jargão da área, *do poço ao posto*. Posteriormente, já no governo Lula, após um período em que a PETROBRAS tinha investido pesadamente em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para viabilizar a exploração e produção de petróleo em águas profundas, essa legislação foi modificada pela Lei n. 12.351 de 22 de dez. de 2010, que designou a PETROBRAS como operador exclusivo das reservas de petróleo e gás do pré-sal e de áreas estratégicas. Mas em 2016, poucos meses após o *impeachment* de Dilma Rousseff, essa disposição foi alterada e a Lei n. 13.365 eliminou tal exclusividade, mantendo apenas o direito de preferência para atuar como operador e adquirir 30% de participação nos consórcios formados para atuar no regime de partilha de produção. A partir daí, dadas as dificuldades políticas para a privatização da maior empresa brasileira, o sistema PETROBRAS foi lacerado e adotada a sistemática de venda de pedaços, ao tempo em que a lógica privada de perseguir o lucro máximo se instala com um programa de desinvestimento em áreas que não atendiam esse objetivo.

Tudo isso teve forte impacto no Estado nacional brasileiro que se internacionalizou ainda mais, na acepção que estamos utilizando neste trabalho. Nesse percurso, aumentou a concentração do capital nas grandes empresas internacionalizadas e se fortaleceram os laços e a associação da burguesia local com o grande capital internacionalizado. No mesmo contexto

²³⁸ Um dos casos mais emblemáticos foi a privatização, em 1997, da Companhia Vale do Rio Doce uma das principais mineradoras do mundo, com atuação em várias atividades correlatas. A venda da maior parte das ações pertencentes ao Estado brasileiro, que até então controlava a empresa, a um grupo de empresas privadas e fundos de pensão desencadeou uma série de protestos envolvendo desde intelectuais, artistas, Universidades até ex-presidentes da República, partidos políticos e parlamentares. Questionava-se a privatização em si e o valor da venda. Houve também uma enxurrada de ações judiciais visando impedir a transferência de propriedade. O montante de lucros divulgado pela empresa em anos posteriores revela que tais protestos tinham toda razão de ser. Em verdade a Constituição de 1988 proibia que empresas com capital estrangeiro explorassem minérios no Brasil. Mas a emenda constitucional n. 6 de 15 de ago. de 1995, alterou as disposições constitucionais, possibilitando a efetivação da venda. Tristemente, a eficiência da empresa privatizada, que teve seu quadro de pessoal fortemente reduzido, pode ser medida também pelos eventos de 2015 em Mariana, Minas Gerais e o de 2019 em Brumadinho, também em Minas Gerais. Foram dois rompimentos de barragens, no primeiro caso de uma empresa subsidiária da Vale e que resultou em 19 mortes. No segundo, a barragem era da própria Vale e o número de mortos chegou a 265. Além dos mortos, muitos desabrigados e a contaminação, de valor inestimável, do Rio Doce.

se intensificou a tendência à redução da autonomia relativa do Estado brasileiro. Tal redução fica ainda mais evidente quando se expressa via os ditames do mercado financeiro. Ou seja, quando os interesses do dito *mercado*, repercutidos amplamente pela grande mídia, claramente encarnam especificamente aqueles do mercado financeiro.

Ainda que a disponibilidade de recursos financeiros para aplicação inclusive nos nominados *países emergentes*, categoria em que o Brasil se enquadrava, tenha voltado a se estabelecer mundialmente, esse retorno se deu num contexto em que as finanças tinham avançado muito quanto à desregulamentação de seus mercados de um modo geral. O capital financeiro buscava valorização no curto prazo no interior do seu próprio círculo seja nos mercados de câmbio, nos de ações ou via aplicações em títulos da dívida pública. A volatilidade passara a ser a regra e assim continuou nas décadas seguintes. A instabilidade atingiu os próprios investimentos produtivos que foram adquirindo características mais provisórias na nova realidade das cadeias produtivas fracionadas. A expansão e reconfiguração da produção imaterial na qual as fronteiras nacionais podem ser mais fluidas é um espaço a destacar. Aí - ressaltando variações em segmentos distintos -, a desregulamentação se instala com muita facilidade inclusive no que diz respeito ao processo de trabalho. Enfim, a internacionalização havia adquirido novas características dentre as quais a introdução de uma instabilidade muito maior, que seguiu acentuando-se a partir da virada do milênio.

Durante todo o período em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente do governo o dito ideário neoliberal foi fortemente absorvido pelas políticas públicas: as importações foram facilitadas, a entrada (e saída) dos capitais de curto prazo também. A presença mais direta do Estado na economia foi reduzida via privatizações, e o capital foi encorajado a abrir novos espaços de acumulação avançando sobre áreas anteriormente produtoras de não mercadorias. Além disso, a política industrial passiva teve consequências no sentido de uma desindustrialização, ainda que relativa, na estrutura produtiva do país.

A política adotada incluiu mudanças legais visando criar um marco institucional mais geral que conferisse suporte jurídico a um modelo econômico²³⁹ baseado na desregulamentação comercial, financeira, e num certo sentido, produtiva e tecnológica. A desregulamentação das relações de trabalho via reformas nos sistemas previdenciário e trabalhista constituiu parte desse esforço. Assim, a conjuntura foi de aplicação do ideário neoliberal também no que diz respeito

²³⁹ Este seria o modelo liberal periférico na expressão utilizada por Luíz Filgueiras.

à força de trabalho. Terceirização e flexibilização eram os objetivos explícitos e que constavam das justificativas das mudanças. Precarização das relações de trabalho foi a consequência nefasta.

De toda forma, o desemprego continuou elevado por todo o período, embora o salário mínimo real, que se encontrava num nível muito baixo quando do início do governo Fernando Henrique, tenha apresentado certa recuperação. Foram também implementadas algumas políticas, mesmo que tímidas, de transferência de renda, voltadas para as camadas mais vulneráveis da população. Porém, a almejada superação dos impasses que impediam a recuperação sustentada de taxas expressivas de expansão da economia desde a década de 1980 não aconteceu.

5.9 INTERNACIONALIZAÇÃO, ESTADO E FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI

Aqui vamos atrasar um pouco a virada do século e considerar dois períodos. O primeiro, abarcando os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2003, quando o processo de internacionalização da economia brasileira, ainda que não tenha sido eliminado, assumiu um ritmo muito mais moderado no que diz respeito às privatizações, através das quais os investimentos externos em aquisições de empresas já existentes assumira grande relevância. O segundo período com início marcado pela interrupção do governo Dilma Rousseff, por um golpe do qual o parlamento foi o protagonista mais visível. Em verdade, desde Collor, porém mais acintosamente no caso de Dilma Rousseff, a deposição de presidentes eleitos passou a ocorrer através do Parlamento, sem a presença ostensiva das forças armadas, ainda que com sua participação, no mínimo, com sua benção. A menção à Comissão da Verdade²⁴⁰ - que tornou públicos fatos ocorridos durante a ditadura, expondo toda a crueza das perseguições praticadas diretamente por militares a seus opositores, incluindo a prática rotineira da tortura -, como um dos ingredientes do *impeachment* de Dilma Rousseff é comum em trabalhos sobre aquela

²⁴⁰ Comissão instituída pela Lei n. 12.528 para investigar violações de direitos humanos por agentes públicos ou pessoas a seu serviço entre 18 de set. de 1946 e 05 de out. de 1988, cujo relatório final foi divulgado em 2014. BRASIL. *Lei n. 12.528 de 18 de nov. de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

ruptura. De toda forma, a visibilidade do poder armado voltou a se manifestar na tentativa mais recente, ainda que frustrada, de impedir o cumprimento do terceiro mandato de Lula.

Em 2002, Luis Inácio Lula da Silva, que havia se candidatado pela quarta vez à Presidência da República²⁴¹ saiu vitorioso das eleições e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2003. Com uma história de vida marcadamente discrepante em relação a todos os presidentes que o antecederam, sua trajetória política foi iniciada e consolidada no decorrer da retomada do movimento operário da região do ABC paulista durante a ditadura militar. A eleição e posse de Lula geraram entusiasmo e expectativas de uma parte da sociedade brasileira, mas também apreensão e insatisfação de outra parte.

De modo geral, as expectativas estavam concentradas num maior enfrentamento ao processo escancarado de liberalização e desregulamentação, iniciado tardiamente em relação a outros países latino americanos, a partir do governo Collor, com algum arrefecimento no período Itamar e retomado com entusiasmo quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência. Esperava-se também a adoção de políticas de inclusão social e de redução da desigualdade. E, por fim, medidas que apresentassem resultados em termos de crescimento da economia.

A apreensão ficava por conta dos grupos sociais mais privilegiados (sobretudo do *mercado*, ou seja, das finanças) e de parte da *classe média* que, espelhando-se nas posições dos grupos de renda mais alta, sempre teme ser empurrada para uma identificação com as camadas próximas da base da pirâmide. As forças representativas do grande capital, conscientes do seu poder de pressão, se prepararam para impedir eventuais tentativas de ultrapassagem dos limites a partir dos quais seus interesses pudessem ser contrariados. Tratava-se não apenas de manter posição, mas também de avançar de acordo com as tendências mais recentes da reprodução do capital financeirizado em nível mundial. Isso implicava aprofundar o padrão de reprodução que começou a ser esboçado no Brasil em fins dos anos 1980, mas cujos contornos se tornaram mais nítidos a partir de 1990. Em suma manter, no essencial, as políticas de desregulamentação preconizadas pelo Consenso de Washington particularmente para a América Latina.

²⁴¹ Lula havia participado das disputas eleitorais em 1989, 1994 e 1998 perdendo a primeira para Fernando Collor e as duas seguintes para Fernando Henrique Cardoso. Em 2002 venceu o segundo turno em disputa com José Serra.

É verdade que os documentos divulgados na campanha eleitoral, especialmente a *Carta aos brasileiros*,²⁴² não indicavam mudanças revolucionárias na atuação do Estado brasileiro. Mas constituía fato inédito um ex-operário fabril, imigrante originário de uma das regiões mais vulneráveis do Brasil e procedente de família pobre e sem qualquer letramento, enfim, na expressão popular e preconceituosa, um *pau-de-arara*, assumir a Presidência do maior e mais importante país da América Latina.

O que isso significou no que diz respeito mais diretamente à questão central deste trabalho? Concretamente, quais as alterações na teia que define a hegemonia de determinadas frações de classe e grupos de interesse no interior presentes ou representadas no espaço estatal brasileiro? Quais seriam as mútuas determinações entre as mudanças no cenário político nacional e a intensidade e formas assumidas pela internalização no Brasil do capital internacionalizado? E, por fim, como tudo isso se expressou nas políticas do Estado com relação à força de trabalho?

Já nos referimos à retração, no período 2003-2016, do ritmo de internalização do capital internacionalizado no Brasil, na forma de aquisição de empresas estatais que ganhara fôlego a partir de 1990, intensificando-se fortemente no decorrer dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Houve também no período petista algum esforço para formular políticas de ampliação do conteúdo nacional enquanto estratégia de desenvolvimento de alguns segmentos da economia. Mas a força do capital internacionalizado seguiu presente no interior do Estado brasileiro em todo o período petista e a sua expressão mais visível se deu através das finanças. A ascensão do ente *mercado*, pressionando diretamente o executivo, *falando* indiretamente através de segmentos do legislativo, mas também da grande mídia e de outras organizações, exerceu o poder durante todo esse tempo e imprimiu sua marca na política fiscal praticada no período. A manipulação ideológica do que seria a *responsabilidade fiscal*, ainda hoje entranhada no imaginário político brasileiro, foi absorvida em grande medida pelos próprios governos petistas, por exemplo, na formatação de elevados superávits primários.

²⁴² *Carta ao povo brasileiro* – documento de campanha, de junho de 2002, assinado pelo então candidato à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, que apresentava sua candidatura como de coalizão e suprapartidária e enfatizava a busca do crescimento econômico com inclusão social. Adotando um tom conciliatório particularmente dirigido ao mercado financeiro, assegurava o *respeito aos contratos e obrigações do país* e propunha negociação e diálogo como parte do que seria uma transição *lúcida e criteriosa* entre *o que temos e o que a sociedade almeja*. De todo modo, criticava aspectos da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso como a sobrevalorização do real e as altas taxas de juros e afirmava o equilíbrio fiscal como um meio e não um fim em si mesmo.

O fortalecimento de alguns segmentos empresariais (bastante heterogêneos) do que restava do grande capital privado nacional, como a construção civil e o agronegócio exportador em ascensão, poderiam representar um contraponto relativo, mesmo sem fugir aos marcos do capitalismo dependente especialmente em relação às finanças e sem enfrentar a questão tecnológica. Mas, apesar de todas as cautelas, incomodou o suficiente para desencadear um movimento político de amordaçamento, desmoralização e, em alguns casos, aniquilamento de atividades baseadas no capital local. No mesmo movimento o ataque aos bancos públicos e à maior empresa brasileira também controlada pelo Estado: a PETROBRAS. A descoberta e o início de operação do pré-sal tinham alçado o Brasil à posição de grande produtor mundial de petróleo. E, evidentemente, o negócio do petróleo estava na mira do capital internacional. Mais uma vez, o combate à corrupção foi o mote escolhido, cristalizado principalmente na mais que suspeita Operação Lava Jato. E, no caso, jogar fora algumas crianças junto com a água suja do banho nunca foi tão claramente intencional.

Evidentemente era sabido que as possíveis alterações, ainda que fossem importantes, nos contornos do Estado nacional brasileiro passariam longe de imprimir marcas significativas na trajetória do processo geral de internacionalização do capital. Tal trajetória obedece a tendências históricas próprias do desenvolvimento do modo de produção capitalista e dificilmente seu curso seria afetado de forma relevante por rearranjos políticos no interior de uma formação social subordinada no contexto do capitalismo mundial. Mas mudanças políticas incluindo o alargamento da democracia burguesa, com a participação na estrutura de poder do Estado, de grupos sociais mais identificados com os interesses da classe trabalhadora, ou, mais genericamente, das demandas populares, poderiam, sim, alterar significativamente políticas públicas no sentido de atender reivindicações básicas da sociedade.

É manifesto que a formulação ou reformulação de políticas nesse sentido, a partir de mudanças no próprio núcleo do governo central do país, comportavam possibilidades diversas. O embate de forças seria sempre severo e a intensidade das transformações dependeria, a todo momento, da mutante correlação de forças. Apesar de eventuais discursos buscando justificar alguns aspectos e medidas dos governos de Luis Inácio trazerem, de forma explícita ou subjacente, a ideia de um único caminho possível, a realidade sempre permite múltiplas trajetórias e diversificados níveis de intensidade nas transformações. Então é preciso deixar claro que opções foram feitas.

De qualquer forma, embora as políticas relativas à força de trabalho tenham continuado sujeitas a uma série de pressões, o embate entre interesses conflitantes tornou-se mais aberto. Nesse contexto, as taxas de desemprego se reduziram e os governos do PT implementaram uma política salarial mais favorável aos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à elevação consistente do salário mínimo real, com algum nível de efeito cascata sobre os demais salários.

E, de todo modo, verificou-se uma elevação do salário médio real e redução, ainda que limitada, nos indicadores de concentração de renda. Essa reversão na tendência à concentração dos rendimentos foi reforçada também através da reformulação e alargamento de programas de transferência de renda focados nas camadas mais pobres e desassistidas da população com a criação, do programa intitulado Bolsa Família.²⁴³ Esse programa unificou iniciativas herdadas do governo anterior (e também do Fome Zero criado logo no início do governo Lula), alargou o quantitativo da população atendida, e condicionou o recebimento da transferência a critérios como frequência à escola pelas crianças pertencentes à família beneficiada e aderência aos programas de vacinação patrocinados pelo Governo Federal.

A resultante foi redução dos níveis de pobreza em suas circunstâncias mais severas. Mas, diante do grau de desigualdade prevalecente na sociedade brasileira e da dimensão da pobreza no país, a opção pelas políticas focalizadas nos grupos sociais cuja premência é colocar comida no prato, embora possam fazer muita diferença no imediato, têm sempre um sentido emergencial. As raízes da pobreza assim como as da desigualdade acabam não sendo atacadas e se renovam permanentemente. O próprio quantitativo dos gastos com essas políticas no cômputo geral das despesas públicas, especialmente se comparado, com outros dispêndios, como o pagamento de juros da dívida pública, para tocar no ponto mais sensível, revela o quanto o círculo estava fechado. E ademais, tratando-se de políticas de governo, com a marca da transitoriedade portanto, mesmo incluindo critérios que articularam a transferência de renda à educação e aos cuidados com a saúde, tudo continuou sujeito aos ventos e tempestades políticas que ao se deslocarem para outras direções costumam incorporar um poder destrutivo com efeitos muito rápidos, como, aliás, ocorreu muito recentemente. De toda forma, cabe acrescentar ainda a ampliação das denominadas ações afirmativas através das políticas de quotas visando a inclusão social de grupos da população historicamente discriminados e vulnerabilizados.

É importante frisar, contudo, que a alteração nos dramáticos níveis de concentração de renda vigentes no Brasil não ocorreu à custa dos mais ricos. Foi, mais bem, uma redistribuição relativa entre os extratos de renda média e aqueles situados na parte inferior da distribuição pessoal da renda. De toda forma, outro elemento a ser ressaltado é a ocorrência no período de

²⁴³ Instituído pela Medida provisória n. 132 de 20 de out. de 2003, convertida na Lei n. 10.836 de 09 de jan. de 2004. BRASIL. *Lei n. 10.836 de 09 de jan. de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei n. 10.689, de 13 de jun. de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 jan.2023.

uma leve, mas consistente elevação da parcela relativa aos rendimentos do trabalho (remuneração dos empregados) no cômputo da distribuição funcional da renda,²⁴⁴ em detrimento daqueles decorrentes da propriedade (excedente operacional bruto), a despeito de que, em termos mundiais, se processava um forte crescimento do rentismo, fenômeno ao qual a economia brasileira não estava imune.

De um lado, essas conquistas foram facilitadas por taxas de crescimento do produto superiores àquelas das décadas imediatamente anteriores, particularmente nos últimos anos da presidência de Lula, e apesar da crise que abalou a economia mundial em 2008. Por outro, o próprio crescimento da economia, conquanto não possa ser inteiramente creditado à política governamental, tampouco foi alheio à maior presença do Estado enquanto investidor e indutor do investimento privado. Aspectos como a política de expansão do crédito, por exemplo, inclusive com a disponibilização de linhas dirigidas ao consumo de grupos sociais de menor poder aquisitivo, também constituíram elementos relevantes nesse processo, elevando o potencial de consumo de grupos sociais tradicionalmente excluídos, já alavancado pelo Programa Bolsa Família.

Na caracterização do período há que considerar ainda a conjuntura favorável da liquidez internacional e a expansão do comércio mundial, em grande parte decorrente do prolongado efeito China, que tiveram repercussão positiva nas exportações brasileiras, portanto no conjunto das contas externas, reduzindo, ao menos em termos quantitativo, a recorrente vulnerabilidade externa da economia brasileira. No outro lado da moeda, as exportações voltaram a se concentrar fortemente em produtos primários, com pouquíssima agregação de valor. A nítida reprimarização da pauta de exportações correu paralela ao fenômeno de desindustrialização relativa (em alguns ramos industriais, absoluta) pelo qual passou a estrutura produtiva do país.

²⁴⁴ Existe bastante discussão sobre o uso dos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) no que diz respeito ao resultado do cálculo do PIB pela ótica da renda. Parte importante da discussão diz respeito à questão dos rendimentos mistos que podem incluir tanto rendimentos do trabalho quanto da propriedade, particularmente quando o rendimento dos autônomos é muito significativo. Sem ignorar a discussão, aqui observamos apenas a tendência mais geral tal como aparece nas tabelas do SCN para o período em que considerarmos a informação relevante. De toda forma registramos o trabalho *A distribuição funcional da renda no Brasil no período 1959-2009* de Cláudio Considera e Samuel Pessoa, que elaboraram três tipos de ajuste sobre dados do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Os três resultados revelaram avanço na participação dos rendimentos do trabalho relativamente ao total da renda gerada a partir de 2004 até 2008. Em 2009, ano em que as conseqüências da crise de 2008 se refletiram de forma mais severa nos indicadores de desempenho da economia brasileira há uma dispersão entre os resultados das três séries. Uma apresenta seqüência no crescimento, outra estabilidade e a terceira leve redução. Também trabalhou sobre o tema KOPPSCHITZ, Estêvão X. Bastos. *Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão, n. 1702). utilizando dados do SCN e da PNAD.

De modo geral, não ocorreram avanços significativos no que se refere aos ramos em que mundialmente a absorção e geração de novas tecnologias ocorria com mais intensidade, e muito menos - com a exceção de segmentos muito específicos -, daqueles cujo grau de intensidade tecnológica a um só tempo induz e depende de pesquisa e geração de inovações. Em síntese, a política econômica não atuou, ou atuou de forma muito limitada, no sentido de induzir o adensamento da estrutura produtiva brasileira.

É também importante ressaltar que os interesses do grande capital, com destaque para a área financeira, a essa altura já inteiramente imbricada com o capital dito *produtivo*, foram preservados de forma irrestrita. E não constituiu fato isolado o patrocínio pelo governo de então, de reformas previdenciárias que atendiam muito mais a demandas do capital em detrimento dos trabalhadores. Outro traço da política trabalhista adotada no período foi a cooptação de parte das lideranças sindicais, com o que se buscou atenuar o nível de conflito e manter a luta de classes sob controle.

Duas reformas previdenciárias foram realizadas no decorrer do primeiro mandato de Lula, e duas sob a presidência de Dilma Rousseff, sem fugir, no essencial, às tendências daquelas da década de 1990, ou seja, parte importante das alterações foi no sentido de reduzir direitos adquiridos pelos trabalhadores. O foco central de todas foi o funcionalismo público. Mas nenhuma delas denotou preocupação maior com as conhecidas distorções salariais e de benefícios no interior do serviço público. Cautela, mais uma vez. A primeira reforma, a de 2003,²⁴⁵ determinou a perda pelos servidores do direito à aposentadoria integral com referência no último salário, passando a ser considerada a média das contribuições. Ademais os funcionários públicos passaram a contribuir para a previdência, mesmo após a aposentadoria, com taxa de 11% dos proventos aos quais façam jus. A idade mínima para a aposentadoria para os admitidos antes de 1998 foi elevada: 55 anos para as mulheres e 60 para os homens. A segunda reforma, aprovada em 2005, conhecida como PEC Paralela,²⁴⁶ basicamente criou

²⁴⁵ BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. *Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dez. de 2003*. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dez. de 1998, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm. Acesso em: 04 jan. 2023.

²⁴⁶ BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. *Emenda Constitucional n. 47 de 05 de set. de 2005*. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2005/emendaconstitucional-47-5-julho-2005-537717-exposicaoodemotivos-149243\[pl.html#:~:text=Altera%20os%20arts.,social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2005/emendaconstitucional-47-5-julho-2005-537717-exposicaoodemotivos-149243[pl.html#:~:text=Altera%20os%20arts.,social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 04 jan.2023.

regras de transição no que se refere à aposentadoria integral dos servidores e permitiu que mulheres com mais de 30 anos de contribuição e homens com mais de 35 optassem pela aposentadoria integral antes de atingir a idade mínima. Também criou um sistema reduzido de contribuições e carências visando o amparo a *donas de casa* e trabalhadores de baixa renda.

A primeira reforma realizada no governo de Dilma Rousseff, em 2012,²⁴⁷ estabeleceu novo critério para a fixação dos proventos de aposentarias por invalidez dos servidores públicos que passaram a ocorrer com base na média das remunerações e não mais no último vencimento. A mesma emenda preservou o direito a correção e/ou cálculo para os servidores de mesma condição, ingressantes até 2013. Aqueles que ingressaram até 2013 também tiveram acatado o direito de manutenção da aposentadoria pelo último vencimento. Em 2015, nova emenda constitucional, conhecida como PEC da bengala, aumentou a idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos que passou de 70 para 75 anos.

Dilma Rousseff,²⁴⁸ a primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil, foi eleita em 2010 derrotando José Serra no segundo turno que, mais uma vez, se candidatara ao cargo. Tentou o segundo mandato e voltou a ser eleita, novamente no segundo turno, dessa vez numa disputa com Aécio Neves. Exerceu a Presidência de 1º/01/2011 até 31/08/2016 quando foi afastada por polêmico processo de *impeachment*.

Embora no seu governo tenham sido adotadas algumas medidas heterodoxas, de caráter *desenvolvimentista*, expressas na denominada *nova matriz macroeconômica*, com maior presença do Estado na economia e iniciativas visando favorecer a indústria nacional, foram, por outro lado, leiloados alguns dos aeroportos mais importantes do país e concessionados vários trechos de rodovias e ferrovias federais com ampla participação do capital internacional. Além disso, em outubro de 2013, foi leiloado, em regime de partilha, o que é considerado o maior campo do pré-sal, o de Libra.

²⁴⁷ BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. *Emenda Constitucional n. 70 de 29 de mar. de 2012*. Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional n. 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc70.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

²⁴⁸ Dilma Vana Rousseff, é economista e política brasileira, nascida no Estado de Minas Gerais, mas com forte ligação com o Rio Grande do Sul. Foi Ministra de Minas e Energia no primeiro governo Lula cargo que deixou para ocupar o de Ministra-chefe da Casa Civil até 31 de março de 2010 quando se afastou para concorrer à Presidência da República, único cargo eletivo que ocupou.

Ainda no seu primeiro mandato, começou a se delinear uma crise econômica que foi ganhando força alimentando a instabilidade política. Manifestações de rua se sucederam e foram se adensando até se fazer evidente a fase inicial da reorganização da extrema direita no país. Apareceram as primeiras manifestações pedindo de forma explícita a intervenção das forças armadas. Vários pedidos de *impeachment* foram formulados e atos violentos, ainda que relativamente isolados, se registraram. Dilma, nunca fora uma política carismática. Mas a sua crescente impopularidade foi nitidamente construída. Em meio à crise econômica, inflação em alta, problemas nas contas externas – em 2014 a Balança Comercial apresentou déficit, o que não ocorria há 13 anos -, cortes orçamentários, inclusive em áreas sensíveis como educação, saúde e defesa, procurava-se um pretexto para afastar a Presidente (ou Presidenta, como ela preferia ser chamada). Tudo isso numa conjuntura internacional desfavorável. Sem apoio, com seu partido sendo alvo de violentas denúncias de corrupção que atingiram seu líder maior, o *impeachment* ganhou força e Dilma foi afastada. Assumiu a Presidência o então Vice-Presidente, Michel Temer,²⁴⁹ que fora eleito na mesma chapa de Dilma, mas que a ela não guardou lealdade.

As forças mais representativas da internacionalização e da exploração sem freios da força de trabalho tinham vencido mais uma vez. Temer dispunha de pouco tempo e tinha pressa. Já em setembro de 2016 lançou o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI,²⁵⁰ dando sequência ao processo de desestatização com desnacionalização e concretizando *negócios* principalmente nas áreas de petróleo e energia com entrada de capital procedente de países como Estados Unidos, China, Inglaterra, Alemanha, Noruega e Índia, utilizando vários modelos de desestatização desde a venda de empresas, ou de parte de seus ativos, passando por parcerias público-privadas até a dissolução com liquidação de ativos. Consubstanciou também, ou ao menos encaminhou, projetos nas áreas de portos, aeroportos, rodovias e propôs até mesmo incluir no Programa a Casa da Moeda, - fundada em 1694 -, ideia retomada no governo seguinte, via medida provisória, que rompia o monopólio da instituição no fabrico de dinheiro e passaportes, mas acabou por perder a validade.

²⁴⁹ Michel Miguel Elias Temer Lulia, político paulista, foi também Deputado Federal por São Paulo chegando a ocupar o cargo de Presidente da Câmara de Deputados.

²⁵⁰ BRASIL. *Lei n. 13.334 de 13 de set. de 2016*. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei n. 10.683 de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso em: 05 jan. 2023. Ato2015-2018/2016/Lei/L13334.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

Ainda em 2016, através de Emenda Constitucional,²⁵¹ instituiu o Novo Regime Fiscal, conhecido como Teto de Gastos, que *congelou* por 20 anos as despesas primárias da União que passaram a ser anualmente reajustadas apenas pela inflação, com possibilidade de reavaliação após 10 anos. Independente do crescimento das receitas. Evidentemente isso representou uma verdadeira trava em termos da atuação do Estado, num país com população ainda crescente e com carências de toda ordem. Ao mesmo tempo, representou uma abertura de portas para privatizações, parcerias público-privadas, etc.

Revelando o contexto sob outro ângulo, em 2017 foi realizada uma reforma trabalhista²⁵² que constituiu provavelmente a marca de maior destaque do seu governo. O projeto foi iniciativa da própria Presidência da República e começou a tramitar já em dezembro de 2016. Foram muitas alterações na CLT na mais ampla alteração dessa legislação desde sua aprovação em 1943. Na narrativa dos seus propositores e defensores essa reforma conduziria à *flexibilização* das relações de trabalho propiciando a redução do desemprego que, segundo a mesma narrativa, seria decorrente da crise de 2014. Em verdade a reforma representou uma redução substantiva dos direitos dos trabalhadores brasileiros caminhando no sentido de institucionalizar a precarização dos contratos de trabalho. A relação das mudanças na legislação apresentada a seguir não é exaustiva. Sintetiza aquelas com efeitos mais visíveis e imediatos nas relações de trabalho, sempre em nome da modernização e da atualização dessas relações. E, claro, vale repetir, apoiada na retórica da geração de empregos.

Destacamos pontos essenciais: instituição do trabalho intermitente; priorização dos acordos individuais; modificação das regras para extinção do contrato de trabalho com espaço para *negociação de comum acordo* entre as partes; *negociação* da redução do intervalo mínimo para o almoço; maior fracionamento das férias; exigência de atestado médico para mulheres grávidas deixarem de exercer funções laborais em ambientes de baixa ou média insalubridade e instituição de prazo máximo de 30 dias para comunicação de gravidez em caso de demissão; possibilidade de elevação da jornada de trabalho diária, respeitado o limite semanal de 44 horas semanais (ou 48, com as horas extras); admissão nos acordos e convenções coletivas da

²⁵¹ BRASIL. *Emenda constitucional n. 95 de 15 de dez. 2016*. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

²⁵² BRASIL. *Lei n. 13.467 de 13 jul. de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, e as Leis n. 6.019, de 3 de jan. de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de jul. de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 05 jan. 2023.

pactuação de condições distintas das legisladas não necessariamente superiores àquelas garantidas pela legislação (vetado esse tipo de negociação para direito ao seguro desemprego, ao salário mínimo, ao 13º salário, às férias anuais, às licenças maternidade/paternidade dentre outros); em caso de *home office*, formalização via contrato da utilização de equipamentos e gastos com energia e internet e controle do trabalho por tarefa; dispensa da obrigatoriedade, na remuneração por produção, do pagamento do piso ou do salário mínimo e negociação de todas as formas de remuneração que não constituam obrigatoriamente parte do salário; representação dos trabalhadores, para negociações com os patrões, por funcionários não necessariamente sindicalizados, e limitação da atuação dos sindicatos aos acordos e às convenções coletivas; transformação da contribuição sindical obrigatória em opcional; pagamento pelo trabalhador reclamante, beneficiário da justiça gratuita, das custas do processo, inclusive perícia e dos honorários advocatícios da parte contrária, caso venha a perder a ação.

Ainda em 2017, frente à forte oposição das centrais sindicais e à repercussão internacional que levou a Organização Internacional do Trabalho a colocar o Brasil na relação de países sob graves suspeitas de violação de direitos trabalhista consagrados em convenção da qual o país é signatário, o então Presidente encaminhou ao Congresso a Medida Provisória 808 (MP 808), que pretendia alterar alguns pontos mais controvertidos da Reforma. Entretanto a vigência da MP foi encerrada sem que o Congresso a convertesse em Lei e perdeu a vigência. A seguir, um dos pontos mais escandalosos da reforma, o trabalho de grávidas e lactantes em ambientes insalubres, foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade – julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma mudança muito importante no que diz respeito à exploração da força de trabalho no governo Temer diz respeito à terceirização. Antes de 2017 o enquadramento jurídico da questão tinha uma série de fragilidades uma vez que se amparava em Súmulas que constituíam referências e em geral adotavam o entendimento de que a terceirização seria admitida apenas em atividades-meio. Em março de 2017 foi aprovada a nominada Lei da Terceirização²⁵³ que ampliou a possibilidade de terceirização para qualquer atividade exercida pelas empresas, inclusive a atividade-fim ou principal. Admitiu também a possibilidade de contratação terceirizada de trabalhadores sem restrições tanto em instituições privadas quanto na

²⁵³ BRASIL. *Lei n. 13.429 de 31 de mar. 2017*. Altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 3 de jan. de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 06 jan. 2023.

administração pública. Esse é um ponto fundamental, pois abre as portas para a destruição da lógica das carreiras dos servidores públicos e o avanço da mercantilização desses serviços.

A reforma estabeleceu algumas salvaguardas como a quarentena de 18 meses para que o trabalhador efetivo seja demitido e ressurgir como terceirizado. Foram também garantidas as mesmas condições de trabalho entre efetivos e terceirizados em termos de atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências da empresa, alimentação quando oferecida em refeitório, segurança, transporte, qualidade de equipamentos e treinamento quando a atividade o exigir (essa igualdade de condições não contempla benefícios como vale-alimentação ou plano de saúde).

A eleição do substituto de Temer²⁵⁴ foi marcada pelo acirramento das posições políticas de extrema direita e além do discurso de aprofundamento das medidas de cunho neoliberal se fez presente uma narrativa de exaltação da ditadura militar e de valores não apenas conservadores, mas tragicamente retrógrados. Com a posse do novo presidente, sem risco de exagero, se pode falar em institucionalização da barbárie no país. No que diz respeito à economia, a escolha do Ministro da Fazenda já dizia muito. No plano político, fomento à organização da extrema direita, militarização do Estado. Política internacional desastrosa em todos os sentidos. Obscurantismo cultural. Corte de recursos preferencialmente em áreas que definem o futuro: educação, saúde (num contexto de pandemia), pesquisa, ciência e tecnologia, cultura e arte. Destruição do meio ambiente. Abandono de populações vulneráveis. Em poucas palavras esse poderia ser o perfil do recém encerrado governo de Jair Bolsonaro.

²⁵⁴ Temer foi substituído por Jair Messias Bolsonaro, militar reformado com a patente de capitão. Bolsonaro havia sido vereador no Rio de Janeiro e a seguir deputado federal pelo mesmo estado por seis mandatos consecutivos. Em 2018 foi eleito Presidente do Brasil em segundo turno em disputa com Fernando Haddad. Ocupou o cargo de Presidente de janeiro de 2019 a dezembro de 2022.

6 CONCLUSÕES (OU REFLEXÕES FINAIS)

1. Como assinalado, existem várias formulações teóricas e diversas proposições de interpretação acerca da manifestação, cada vez com mais força, do fenômeno de uma economia mundialmente entrelaçada que, a depender da perspectiva adotada, pode receber denominações variadas. Neste trabalho utilizamos o conceito de internacionalização do capital conforme abordado no Capítulo 1, considerando que descreve melhor a continuidade de uma característica intrínseca ao capitalismo monopolista embora assumindo atributos distintos em diferentes fases da evolução desse sistema.

2. A proposição foi utilizar a internacionalização do capital, mais particularmente a internacionalização dos processos produtivos, como ponto de partida metodológico para a caracterização do Estado brasileiro e de suas políticas com relação à força de trabalho, considerando esse fenômeno como dominante no capitalismo contemporâneo. Sem desconhecer a existência de certa autonomia entre a instância econômica e a instância política no modo de produção capitalista, consideramos que tais instâncias se articulam sob a dominância da primeira e, assim, essa nova característica pode provocar alterações significativas na composição de forças atuantes no âmbito dos Estados nacionais - que num certo sentido também se internacionalizam. O capital internacionalizado passa então a se fazer representar de diversas formas no interior dos próprios Estados nacionais participando, portanto, diretamente da definição de suas políticas, incluídas aquelas voltadas para a reprodução e exploração da força de trabalho. No caso brasileiro, as indicações são de que tais alterações ocorreram, impactando, em medida considerável, as condições concretas de exploração da força de trabalho e de sua reprodução.

3. A internacionalização dos processos produtivos no Brasil, ainda que seus germens já pudessem estar presentes com anterioridade, começou a se delinear ao final da 2ª Guerra Mundial, tomou forte impulso na segunda metade da década de 1950 e se consolidou na década seguinte, particularmente a partir de 1968. Esses foram períodos de forte crescimento industrial com elevada participação de investimentos estrangeiros seja, num primeiro momento via instalação pura e simples de empresas multinacionais ou, num segundo, incluindo tentativas de associação entre o Estado brasileiro, o capital privado local e o capital internacional em combinações variadas. A partir de 1968 ocorreu um firme ingresso de fluxos de capital via empréstimos, num ambiente de elevada liquidez então vigente no mercado financeiro mundial. O alto nível de endividamento externo a juros flutuantes desembocou na crise da dívida quando a situação internacional se reverteu e o patamar dos juros praticados se elevou.

4. A onda subsequente no sentido da internacionalização tomou corpo, de forma renovada, na década de 1990, no contexto mais geral de adoção de políticas de corte nitidamente *neoliberal*, cuja estrela maior foi o programa de privatização/desnacionalização de grande número de importantes empresas estatais, com condições muito atrativas para os compradores. Nesse caso, parte importante do investimento direto externo - que no período anterior se dera mediante criação de capacidade produtiva - significou simples compra de ativos já existentes, ou seja, transferência de propriedade do Estado brasileiro para o capital internacional caracterizando uma forma mais deletéria de internacionalização. É a partir daí que se fortalece, no caso do Brasil, a proeminência do capital financeiro com entrada expressiva de fluxos financeiros de curto prazo e aumento exponencial da dívida pública com as decorrentes implicações sobre a atuação do Estado nacional brasileiro. O *mercado* (capital financeiro) passa então a exercer influência decisiva sobre as políticas adotadas, com o progressivo comprometimento de parcela muito importante da receita pública. Cria-se por um lado o mito da necessidade de gerar *superávit* primário a qualquer custo para pagamento do serviço da dívida e por outro o da *responsabilidade fiscal* em detrimento da alocação de recursos seja em investimentos públicos seja nas necessárias despesas correntes.

5. A terceira ofensiva importante aconteceu a partir de 1916. Aí ocorreu uma nova onda *neoliberal* representada, por políticas severas de ajuste fiscal e de privatização e entrega ao capital internacional de importantes ativos nacionais. O processo foi similar e num certo sentido representou uma retomada do que ocorrera na década de 1990 particularmente no que se refere às privatizações, mas também no que diz respeito aos cortes nos gastos públicos, mas se deu de forma mais agressiva. A crise econômica revelou-se mais aguda e seus desdobramentos no nível político levaram à formatação de uma conjuntura muito complexa incluindo a ruptura de parte dos ritos da democracia burguesa. A internacionalização aí teve um componente de instabilidade mais elevado em vista da participação acentuada do capital que se valoriza na forma especificamente financeira e que avança sobre os fundos públicos, transformando o orçamento estatal em canal de transferência de renda para a esfera financeira.

6. A delimitação dos períodos em que ocorreu com mais força a penetração do capital internacionalizado no Brasil sugere que são também aqueles em que as políticas do Estado com relação à força de trabalho foram, no geral, mais desfavoráveis aos trabalhadores. Ainda que as duas questões possam não aparecer como exatamente superpostas no tempo, e o ritmo das mudanças econômicas e dos acontecimentos políticos apresentem defasagens, a sequência dos acontecimentos revela sua articulação. Sugere também, a depender da correlação de forças de momento, a tendência a certa regressividade nas condições do debate político e da democracia burguesa. E em alguns desses períodos a presença ostensiva do imperialismo se fez sentir claramente enquanto avalista de golpes seguidos de fechamento político, e pressões no sentido

da destituição de governos menos inclinados a apoiar sem restrições os interesses do capital internacionalizado.

7. Assim aconteceu a partir da primeira onda de internacionalização iniciada na década de 1950, que foi interrompida na crise do início dos anos 1960, desaguou no golpe de 1964, e foi retomada, sob outras condições. Aconteceu também após a segunda forte onda de internacionalização na década de 1990 e início dos anos 2000, quando se apresentou de maneira mais acentuada a difusão do *ideário neoliberal* particularmente a parte desse ideário construída para aplicação em países de economia dependente. Foi a prática da privatização com desnacionalização. No mesmo movimento, se desnacionalizou a propriedade dos meios de produção e se reduziu a presença do Estado nacional enquanto partícipe da estrutura produtiva geradora de mercadorias. Aí o capital também avançou sobre segmentos produtores de valores de uso seja através do Estado, seja em outras modalidades. E o avanço da desnacionalização incluiu a produção de serviços, inclusive nas áreas de educação e saúde. Em consequência, a autonomia relativa do Estado nacional se estreitou e a dependência se aprofundou. Em todas as conjunturas destacadas, mas particularmente durante a ditadura militar e a partir de 2016, foram projetados e efetivados intensos ataques a direitos conquistados pelos trabalhadores.

8. Especificamente entre 2003 (quando Lula assumiu o governo) e 2016 (quando Dilma Rousseff foi afastada)²⁵⁵ não se verificou refluxo na internacionalização do capital medida pelos investimentos externos diretos no Brasil. Na verdade ocorreu o contrário. O que de fato aconteceu foi uma forte redução dos investimentos externos via privatizações. Isso denota um maior grau de preocupação com a defesa do patrimônio público acumulado. Mas a proporção da propriedade dos meios de produção detida pelo capital internacionalizado seguiu se expandindo e esse fenômeno, em si, indica um reforço do seu poder de pressão sobre o Estado brasileiro. Esse poder alimentou políticas de grande liberalidade quanto a remessa de rendas para o exterior, sejam aquelas decorrentes de investimentos diretos, de investimentos em carteira ou de outros investimentos. Alimentou também as políticas de juros altos na remuneração da dívida pública e de restrição dos gastos do Estado para permitir a formação de elevados superávits primários. Ou seja, além do capital externo investido na produção, o rentismo, (interno e externo), foi amplamente beneficiado. Obviamente esses tipos de investimento estão intimamente entrelaçados.

²⁵⁵ Os comentários a seguir se referem ao conjunto do período. Algumas variações conjunturais ocorreram, sem comprometer o perfil da trajetória mais geral.

9. Quanto à atuação do Estado brasileiro com relação à força de trabalho no decorrer do mesmo período, o grande destaque foi a política de valorização do salário mínimo, aliada a medidas de transferência de renda para as parcelas mais vulneráveis da população, aliviando as condições de vida dos grupos sociais situados na base da pirâmide de rendimentos ou próximos dessa base. Ou seja, a maior mudança focalizou os rendimentos dos trabalhadores formais que recebem o piso salarial do país e os da camada mais vulnerável da população, ou seja, aqueles sem acesso a qualquer formalização empregatícia e com rendimentos aquém do mínimo. Mas na linha de redução dos gastos públicos (ou do Estado) reformas previdenciárias retiraram direitos dos servidores públicos.

10. Ainda que os interesses básicos do grande capital tenham sido preservados nos governos do Partido dos Trabalhadores, nova investida foi preparada. Para a retomada de políticas mais agressivas tanto no que se refere às privatizações quanto àquelas relativas à força de trabalho, rompeu-se com o que há de mais elementar no arcabouço da democracia burguesa. No primeiro caso o foco principal foi a PETROBRAS e no segundo a efetivação de uma reforma trabalhista que aprofundou a desregulamentação das relações de trabalho, intensificando a precarização. A conjuntura internacional de reorganização da extrema direita favoreceu a construção de fenômeno similar no Brasil. Os objetivos mencionados foram de fato alcançados, mas o custo foi um retrocesso do Estado e do conjunto da sociedade brasileira a um estágio próximo à selvageria.

11. As primeiras décadas do século XXI constituíram um período marcado, em nível mundial, por um rápido desenvolvimento de tecnologias digitais e pela difusão e aprofundamento do seu uso em praticamente todos os aspectos da vida humana. A sensação de que um mundo virtual, paralelo, em construção, modifica profundamente a forma em que os atos mais corriqueiros são praticados, mesmo em países, fundamentalmente usuários dessas tecnologias, se tornou muito forte e foi paulatinamente se espalhando pelo conjunto da sociedade. Para o bem e para o mal, mas favorecendo o avanço do processo de desregulamentação. Por um lado dificultando e por outro facilitando os controles sociais. Dificultando, pela própria inexistência de mecanismos de contenção já desenvolvidos, similares àqueles tradicionalmente já institucionalizados e disponíveis para uso, porém que se adéquem e sejam eficientes diante da nova situação. Facilitando, porque a possibilidade de acumulação e manejo de dados e informações e sua articulação e cruzamentos, de forma extremamente rápida, parecem tender ao infinito. E ainda que já forte há pelo menos duas décadas, essa sensação se espalha e aprofunda a cada dia.

12. Obviamente, os procedimentos voltados para a geração de tecnologia não são neutros. A forma de apropriação da tecnologia gerada, muito menos. O processo de internacionalização do capital, na configuração em que se apresenta na contemporaneidade, está intimamente

vinculado às novas tecnologias. Assim também, o seu uso no sentido da desregulamentação de um modo geral e da desregulamentação das relações de trabalho em particular. Mas os avanços das forças produtivas sempre comportam possibilidades de construção de caminhos múltiplos. A questão maior está na construção de correlações de forças que permitam romper com a ideologia do caminho único.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos A. *Materialismo histórico, formação social e Estado*. Toronto, Canadá: York University, 1979.

ALTVATER, Elmar. Notas sobre algunos problemas del intervencionismo de Estado. In: SONNTAG, Heinz Rudolf ; VALECILLOS, Héctor. *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI Editores, 1977.

ALVES, Giovanni. Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. *Org&Demo*, v. 1, n.1, 2000. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/455>. Acesso em: 04 jan. 2023.

AMARAL, Oswaldo E. do. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. *Cadernos Cemarx*, n. 4, 2007.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Antônio Gramsci. *Cuadernos Políticos*, n. 13, jul.-set.1977.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. A lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BELUZO, Luiz Gonzaga de Mello. A internacionalização recente do regime do capital. *Carta Social e do Trabalho*, São Paulo, n. 27, jul.-set. 2014.

BERING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Angela. Mercado de trabalho. In: IVO, Anete B. (coord.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social*. São Paulo: Annablume, 2013.

BRASIL. *Decreto n. 9.579 de 22 de nov. 2018*. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9579-22-novembro-2018-787359-publicacaooriginal-156778-pe.html>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. *Decreto n. 19.433 de 26 de nov. 1930*. Cria a Secretaria de Estado denominada Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Com%C3%A9rcio%2C%20sem%20aumento%20de%20despesa>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. *Decreto n. 19.671 – A de 04 de dez. 1931*. Dispõe sobre a organização do Departamento Nacional do Comércio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

decreto/1930-1949/D19671A.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. *Decreto n. 54.018 de 14 de jul. 1964*. Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece normas sobre a política salarial do Governo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54018-14-julho-1964-393992-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n. 2.004 de 03 de out. de 1953. Revogada pela Lei n. 9.478 de 06 de ago. de 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n. 8.080 de 19 de set. de 1990*. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8080&ano=1990&ato=9f7gXSq1keFpWT905>. Acesso em: 02 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n. 10.097 de 19 de dez. 2000*. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Acesso em: 03 jan. 2023. BRASIL. *Lei 12.528 de 18 nov. 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n. 10.836 de 09 de jan. de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n. 13.334 de 13 de set. de 2016*. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13334.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n. 13.429 de 31 de mar. de 2017*. Altera dispositivos da Lei 6.019 de jan. de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 06 jan. 2023

BRASIL. *Lei n. 13.467 de 13 jul. de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de jan. de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de jul. de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 05 jan. 2023

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dez. de 2003*. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dez. de 1998, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional n. 47 de 05 de set. de 2005*. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2005/emendaconstitucional-47-5-julho-2005-537717-exposicaodemotivos-149243\[pl.html#:~:text=Altera%20os%20arts.,social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2005/emendaconstitucional-47-5-julho-2005-537717-exposicaodemotivos-149243[pl.html#:~:text=Altera%20os%20arts.,social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias). Acesso em: 04 jan.2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional n. 70 de 29 de mar. de 2012*. Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc70.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Constituição 30 anos: as constituições brasileiras de 1824 a 1988*. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391696>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BUSATTO, César Augusto. *La crisis del imperialismo y sus consecuencias sobre la reproducción del capital y la inserción mundial de la economía brasileña*. 1979. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Nacional Autônoma do México, México, 1979.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A geografia louca. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976a.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A hora do lobo. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976b.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A terrível assimetria. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976c.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A arte de identificar inimigos. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976d.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. Descaso benevolente ou desengajamento construtivo? In: *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976e.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. O panorama visto do Tâmis. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976f.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Quo vadis América Latina*. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1976g.

CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mário Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; Livraria José Olímpio, 1975.

CAPUTO, Ana Paula; MELO, Hildete P. de. *A industrialização brasileira nos anos 50: uma análise da Instrução 113 da SUMOC*. [S. l: S. n], 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETT/O, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1978.

CHESNAIS, François (org). *A mundialização financeira – gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François *et al.* *Finance capital today*. Boston: Brill Academic Pub., 2016.

CONSIDERA, Cláudio; PESSOA Samuel. A distribuição funcional da renda no Brasil no período 1959-2009. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 43, n. 3, dez. 2013.

CUADERNOS TRIMESTRALES. México: Estados Unidos Perspectiva Latinoamericana, n. 2-3, maio 1978. 498 p.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

ENGELS.Friederich. *El origen de la familia, la propiedad privada e el Estado*. Moscou: Editorial Progreso, 1975.

ENGELS.Friederich. *El papel del trabajo en la transformación del mono en hombre*. Moscou: Editorial Progreso, 1975.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). *O Brasil republicano: o tempo da nova república – da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Editorial, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz *et al.* Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* *Os anos Lula*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. “*É tudo novo*”, *de novo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOLD, David A.; CLARENCE Y.H. Lo; WRIGHT, Erick O. *Recientes desarrollos en la teoría marxista del Estado capitalista*. In: SONNTAG, Heinz Rudolf; VALECILLOS, Héctor. *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI Editores, 1977.

GOULARTI, Alcides. A simbiose entre a Docenave e a Indústria naval brasileira. *América Latina História Econômica*, v. 24, n. 1, jan./abr. 2017.

GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de la cárcel: notas sobre Maquiavelo, sobre política e sobre Estado moderno*. México: Juan Pablo, 1975a. Tomo 1.

GRAMSCI, Antônio. *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. México: Juan Pablo, 1975b. Tomo 3.

HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero*. Habana: Instituto Cubano del Libro, 1971.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFLING, Heloisa. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, nov. 2001.

HOLLOWAY, John. The State and everyday struggle. In: SEMINÁRIO EL ESTADO EN EL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO. Puebla, México, 1979. *Anais[...][S.l:S.n]*, 1979.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IBGE. *Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil*. Brasília, 1999. (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2).

IPEA. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira (coletânea da polêmica Simonsen x Gudín)*. Rio de Janeiro, 1977. (Série Pensamento econômico brasileiro, n. 3).

KOPSCHITZ, Estevão X. Bastos. *Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão, n. 1702).

LENIN, V. I. *El Estado y la revolución*. Moscou: Editorial Progreso, 1974a.

LENIN, V. I. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. México: Editorial Progreso, 1974b.

LOWY, Theodore J. Four systems of policy, politics and choice. *Public Administration Review*, v. 32, n. 4, jul.- ago. 1972.

MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. 3. ed. México: Era, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, n. 13, jul./set. 1977a.

- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1990.
- MARINI, Ruy Mauro. *El concepto de trabajo productivo: nota metodológica*. [S.l]: Biblioteca Virtual Clacso, 1998.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, abr./jun.1977b.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1975.
- MARTINS, Luciano. *Nação e corporação multinacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX, Karl. *El capital*. 4. ed. México: Siglo XXI Editores, 1977. Tomo 3.
- MARX, Karl. *El capital*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. Tomo 1.
- MARX, Karl. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscú: Editorial Progreso, 1975.
- MARX, Karl. *El dieciocho brumario de Luís Bonaparte*. México: Editorial Grijalbo, 1974.
- MARX, Karl. *Introducción general a la crítica de la economía política*. 13. ed. México:[S.l], 1979.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. *Trabajo asalariado y capital*. Moscú: Editorial Progreso, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifiesto del Partido Comunista*. Moscú: Editorial Progreso, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MILIBAND, Ralph. *El Estado em la sociedad capitalista*. 9. ed. México: Siglo XXI Editores, 1978.
- NEWFARMER, Richard S. ; MUELLER, Willard F. *Multinational corporations in Brazil and Mexico*. Washington: Report to the Subcommittee on MNCs, Committee on Foreign Relations, USA Senate, 1976.
- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Cebrap; 1974.
- OLIN Wright, Erick *et al*. Recientes desarrollos en la teoría marxista del Estado capitalista, *In: SONNTAG, Heinz Rudolf ; VALECILLOS, Héctor. El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI Editores, México, 1977.

- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira – crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, Francisco de; SÁ JÚNIOR, Francisco. *Questionando a economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977a. (Seleções CEBRAP, n.1).
- OLIVEIRA, Francisco de. Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977b.
- OLIVEIRA, Francisco de. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976). In: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977c.
- OLIVEIRA, Elizabeth Germano. *A economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Economia) - UFBA, Salvador, 2017.
- OSORIO, Jaime. *Reproducción del capital, Estado e sistema mundial*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1917.
- PALLOIX, Christian. *Las firmas multinacionales y el proceso de internacionalización*. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 1977.
- PALLOIX, Christian. *Relaciones económicas internacionales o internacionalización del capital y de la producción*. *Investigación Económica*, México, n. 144, abr.-jun. 1978.
- PAULANI, Leda Maria. A predatory system. *Monthly Review*, abr. 2018.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas, SP: UNICAMP, 2019.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RUBIN, Isaac Illich. *Ensayo sobre la teoría marxista del valor*. 3. ed. México: Siglo XXI Editores, 1979. (Cuadernos de pasado e presente, n. 53).
- SALAMA, Pierre. Imperialismo y articulación de los Estados-nación en América Latina. *Críticas de la Economía Política*, n. 1, out.- dez. 1976 e jan.- mar. 1977.
- SILVA, Maria A. Moraes. O Estado e a reprodução da força de trabalho. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v.7, 1984.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil 2002*. 5. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1974.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SONNTAG, Heinz Rudolf. *Hacia una teoría política del capitalismo periférico*. In: SONNTAG, Heinz Rudolf ; VALECILLOS, Héctor. *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI Editores, 1977.

SONNTAG, Heinz Rudolf ; VALECILLOS, Héctor. *Nota introductoria sobre la problemática teórica del Estado capitalista*. In: SONNTAG, Heinz Rudolf ; VALECILLOS, Héctor. *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI Editores, 1977.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n.16, jul.- dez. 2006.

SOUZA, Hebert. *Notes on world capital*. Toronto. 1978. Mimeo.

SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, Renildo. A flexibilização das relações de trabalho no Brasil. In: GOMES, Álvaro (org). *O trabalho no século XXI*. São Paulo: Anita, 2001.

TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990.

VAROUFAKIS. Yanis. How I became an erratic Marxist. *The Guardian*, 18 fev. 2015.

VILLA, Marco Antônio. *Collor presidente, trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção*. Rio de Janeiro: Record, 2016.